



Pedro Gomes de Souza Barros

A performance militar brasileira na MINUSTAH e a pacificação do Haiti: gênero e raça como locais de produção de fronteiras e a ambiguidade brasileira

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio.

Orietadora: Profa. Marta Fernández Moreno

Rio de Janeiro
Junho de 2016



Pedro Gomes de Souza Barros

A performance militar brasileira na MINUSTAH e a pacificação do Haiti: gênero e raça como locais de produção de fronteiras e a ambiguidade brasileira

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Marta Fernández Moreno

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Maíra Siman Gomes

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Clarice Ferreira Menezes

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Profa. Mônica Hernz

Vice-Decana de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 20 de Junho de 2016.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e da orientadora.

Pedro Gomes de Souza Barros

Graduou-se em Relações Internacionais, em 2011, pelo Centro Universitário La Salle de Niterói, Rio de Janeiro.

Ficha Catalográfica

Barros, Pedro Gomes de Souza

A performance militar brasileira na MINUSTAH e a pacificação do Haiti : gênero e raça como locais de produção de fronteiras e a ambiguidade brasileira / Pedro Gomes de Souza Barros ; orientadora: Marta Fernández Moreno. – 2016.

188 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2016.

Inclui bibliografia

1. Relações internacionais – Teses. 2. Haiti. 3. Brasil. 4. MINUSTAH. 5. Gênero. 6. Raça. I. Moreno, Marta Fernández. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. III. Título.

CDD: 327

Agradecimentos

Esta dissertação não é somente mérito do autor. É, sem sombra de dúvidas, uma obra de muitas mãos.

Primeiramente, agradeço com muito carinho à minha orientadora Marta Fernández que em muito me inspirou - por seus trabalhos, aulas e conversas – e me motivou para esta pesquisa. A forma como me auxiliou nesta pesquisa foi fundamental e gratificante para mim.

Também agradeço aos outros professores do Instituto que em muito contribuíram para a minha formação como acadêmico e como crítico. Alguns professores tiveram influência direta para a construção desta pesquisa como Maíra Siman Gomes, a quem agradeço muito pela atenção à minha pesquisa, à ajuda e também por ter me aberto a oportunidade no estágio de docência.

Outro professor que sempre se colocou aberto para me receber e apoiar com esta pesquisa e também para além da Universidade é Kai Michael Kenkel, a quem devo um sincero muito obrigado.

Faço um agradecimento especial a Claudia Fuentes, que mesmo não estando envolvida diretamente com esta pesquisa, sempre buscou me auxiliar e contribuir com seus conhecimentos e também pela oportunidade em ser estagiário docente.

Não poderia deixar de agradecer também aos funcionários do Instituto, em especial à Lia, que sempre me ajudaram com minhas dúvidas sobre procedimentos e com um ótimo astral – algo fundamental para um ambiente de pesquisa.

Mãos também essenciais foram dos meus colegas de aula. Ideias contrárias, pensamentos críticos, questionamentos e perguntas interessantíssimas. Também ajudaram em muito com contribuições através de ótimos momentos descontraídos e festas. Espero, de coração, não perder o contato e a amizade.

Esses agradecimentos também devem ser feitos às pessoas, mais que especiais em minha vida, que não estudam Relações Internacionais e suas vibrações com minha pesquisa foram tão intensas como se esta fosse delas.

Esse grupo de pessoas não poderia ser encabeçado se não pelo meu grande irmão. Meus sinceros agradecimentos por tantas conversas e incentivos Toni. Aos meus pais, Jacqueline e José Elias, que sempre me incentivaram, desde o dia da prova para entrar no mestrado, com muito carinho e atenção.

À minha namorada Thaisa, que sempre me incentivou e apoiou.

À minha tia-madrinha, Lea, que sempre dizia que eu devia entrar no mestrado e também buscava me tranquilizar quanto ao tempo. Também agradeço à minha tia Lenice, que me deu muita força e sempre demonstra muita confiança em mim.

Ao meu padrinho, Arthur Sortes, que motiva à sua maneira (com perguntas e incentivo moderado) e faz sempre boas respostas interrogativas, sua ótima maneira à lá Sócrates de me fazer re-pensar, exercício fundamental para este trabalho.

Aos meus outros familiares e amigos que me incentivaram, um muito obrigado.

Não poderia deixar de agradecer ao Thiago, um grande amigo anarquista, que não somente me possibilitou acesso à obras e estudos da geografia feminista e pós-coloniais, como também me incentivou nesta pesquisa.

Também agradeço à Ricardo, que sempre me considerou como seu filho e me apoiou desde o início.

Não poderia terminar sem agradecer à CAPES e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Após a defesa desta pesquisa, adiciono esses agradecimentos com o intuito de ratificar o meu contentamento com a carinhosa e cuidadosa leitura que as professoras Clarice Ferreira Menezes e Maíra Síman Gomes realizaram. Suas críticas foram impressionantemente satisfatórias e em muito contribuíram para a minha formação.

Resumo

Gomes de Souza Barros, Pedro; Moreno Fernández, Marta (Orientadora). **A performance militar brasileira na MINUSTAH e a pacificação do Haiti: gênero e raça como locais de produção de fronteiras e a ambiguidade brasileira.** Rio de Janeiro, 2016, 188p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Corroborando com a proposta teórica por uma análise crítica sobre as operações de paz, esta pesquisa, embasando-se nas perspectivas feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais e em diálogo com a teoria feminista crítica da Geografia, evidencia a ambiguidade do Brasil como pacificador durante a MINUSTAH. Sustentando que a performance brasileira na operação de paz da ONU no Haiti deve ser analisada como um encontro das histórias haitianas e do Brasil este estudo examina como desde a “descoberta” de Cristóvão Colombo, em 1492, até a performance de oficiais verde-amarelos - com sua própria história de pacificação anterior à MINUSTAH - de capacetes-azuis, que começou em 2004 e continua em exercício, a relação entre uma força estrangeira em solo haitiano com os haitianos tem tido gênero e raça como locais de produção de fronteiras. Olhando para esse encontro e locais a performance militar brasileira é entendida como ambígua devido à sua constante reprodução contingente de gênero e raça como locais de produção de fronteiras.

Palavras-chave

Haiti; Brasil; MINUSTAH; Gênero; Raça

Abstract

Gomes de Souza Barros, Pedro; Moreno Fernández, Marta (Advisor). **The Brazilian military performance in MINUSTAH and the Haiti pacification: gender and race as sites where boundaries are produced and Brazilian ambiguity.** Rio de Janeiro, 2016, 188p. MSc. Dissertation – Insituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Following the theoretical proposal for a critical analysis about peace operations, this research, embedded by feminists and postcolonials perspectives and in dialogue with feminist critical theory of Geography, highlight the ambiguity of Brazil as a pacificator during the MINUSTAH. Arguing that the Brazilian performance in the UN peace operation in Haiti must be analyzed as an encounter of Haitian and Brazilian histories this study examines how since the Christopher Columbus “discovery”, in 1492, until the green and yellow military performance (with their own history of pacification previous to the MINUSTAH) with blue helmet, which started in 2004 and it is ongoing, the relationship between a foreign force in Haitian soil with Haitians have had gender and race as sites where boundaries are produced. Looking at this encounter and theses sites the Brazilian military performance is understood as ambiguous due to the constant contingent reproduction of gender and race as sites where boundaries are produced.

Keywords

Haiti; Brazil; MINUSTAH; Gender; Race.

Sumário

1. Introdução	12
2. Analisando operações de paz contrapondo os discursos de ‘problem-solving’ através de perspectivas feministas e pós-coloniais	23
2.1. Operações de paz: teoria de solução de problemas e teoria crítica	23
2.2. Inserindo gênero e raça como locais de produção de fronteiras nos estudos de Operações de Paz	32
2.2.1. Gênero como local de produção de fronteira	39
2.2.1.1. Gênero e a produção do espaço	44
2.2.2. Raça como local de produção de fronteira	50
2.3. Estudos sobre operações de paz, epistemologias e perspectivas racionalista, feminista e pós-colonial	57
2.3.1. Perspectivas feministas	60
2.3.2. Perspectivas Pós-coloniais	65
3. Os impactos históricos da relação haitiana com forças armadas estrangeiras em seu próprio território para a MINUSTAH	73
3.1. Introdução	73
3.2. Colonialidade e independência	74
3.3. Século XX: O Imperialismo ocupa o Haiti	84
3.4. Primeira Operação de paz da ONU, em busca da ordem	95
3.5. MINUSTAH: Haiti e reprodução dos locais de fronteira?	113
3.5.1. Conselho de Segurança da ONU, gênero, Haiti e fronteira	113
3.5.1.1. Relatório do secretário-geral da ONU no Haiti, gênero e fronteira	119
3.5.2. Conselho de Segurança, raça, Haiti e fronteira	122
3.5.2.1. Relatório do secretário-geral da ONU no Haiti, raça e fronteira	124
4. A relação entre “Eu” Brasil e o “Outro” Haiti	127
4.1. Introdução	127
4.2. O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à performance na MINUSTAH	128
4.2.1. O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de uma análise crítica de Relações Internacionais	129
4.2.2. O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras	131
4.2.2.1. A produção de fronteiras pautada no gênero do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras	135

4.2.2.2. A produção de fronteiras pautada na raça do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras	139
4.2.2.3. A atuação ou posição governamental em conjunto com a atuação militar na produção de fronteiras pautada no gênero e na raça do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras	141
4.3. O “Eu” Brasil pacificador do século XXI	143
4.4. A performance de oficiais brasileiros na MINUSTAH	147
4.4.1. A performance antes do contato físico ou verbal com os haitianos	149
4.4.2. Uso da força como reprodução de gênero e raça como locais de produção de fronteiras?	153
4.4.3. Patrulhas, eleições e a constante re-significação do “Eu” Brasil pacificador	162
4.5. Considerações Finais	170
5. Apontamentos “Finais”	177
6. Referências bibliográficas	184

Lista de Siglas

BRABAT – Batalhão Brasileiro no Haiti

CCOPAB - Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil

CS – Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

FMI – Fundo Monetário Internacional

MIF – Multinational Interin Force

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti

ONU – Organização das Nações Unidas

ONUSAL - Observadores das Nações Unidas em El Salvador

SPI - Serviço de Proteção aos Índios

STM - Superior Tribunal Militar

UNMIH – Missão das Nações Unidas no Haiti

“Além das montanhas há mais montanhas.”
Provérbio haitiano em português
“Beyond mountains there are more mountains.”
Provérbio Haitiano em inglês

1 Introdução

Em outubro de 2015, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS) estendeu o mandato da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) para outubro de 2016. A resolução 2243 (2015), aprovada por unanimidade, reafirma - o que foi desde a primeira resolução, em 2004, afirmado - que a intenção com essa missão é estabelecer a paz no Haiti, garantindo estabilidade e segurança nacionais.

A identificação da origem da “crise” ou “instabilidade política” haitiana que continuava constituindo, segundo a resolução 1542 de 2004, “*a threat to international peace and security in the region*”¹ possibilitou uma divisão entre o Haiti e os países que atuaram para estabilizar o anfitrião: o primeiro havia se tornado o problema para a comunidade internacional por questões internas; os últimos tinham a capacidade e competência para solucionar o primeiro.

Nessa divisão o Brasil assumiu a liderança militar da MINUSTAH. Ao mesmo tempo que se propunha a liderar a implementação de um modelo de paz baseado em valores ocidentais como democracia e direitos humanos também tentava incluir temas como combate à fome e à pobreza no mandato da missão, que têm sido demandas não ocidentais para a agenda internacional. Em meio a questões que problematizam a posição de pacificador do Brasil, por mais de 10 anos oficiais verde-amarelos de capacete azul têm atuado no país caribenho.

Esta pesquisa analisa a performance de oficiais brasileiros na MINUSTAH focando em como o pacificador se relaciona com o pacificado em meio à fronteira que os separa como solução e problema, respectivamente. Sendo assim, a dissertação faz indagações sobre: o que distingue países entre o que precisa de pacificação e o que pode pacificar. Qual o “local” – não geográfico, mas discursivo - de formação da fronteira entre eles? Argumento que para entender esse local de produção de fronteira é necessário focar em como ele é discursivamente construído.

¹ S/RES/1542 (2004).

Muitos estudiosos analisam a participação brasileira na MINUSTAH a partir da naturalização da fronteira entre Brasil estabilizador e Haiti a ser estabilizado.² Ainda que a performance dos oficiais verde-amarelos durante a operação de paz seja em razão de implementar o proposto e decidido no Conselho de Segurança da ONU, isso não implica, em compreender essa fronteira como algo natural ou ocasional. É na busca por compreender como a situação - política, econômica e cultural - do Haiti, em debates e análises, foi sendo interpretada e narrada por diferentes atores, que se questiona o processo que resultou na resolução 1542 de 2004 do CS, que por sua vez determinou que o Haiti era uma ameaça, característica essa que não é uma especificidade do Haiti e sim instrumento previsto pela ONU, e como todas as resoluções seguintes, que estenderam o mandato da MINUSTAH, corroboraram da mesma determinação; determinando o Haiti como ameaça.

Nos capítulos que se seguem, eu demonstro que o local de produção de fronteira não necessariamente é único. Ao contrário, a fronteira é plural e, por consequência, há locais que as produzem. De acordo com documentos do CS sobre o Haiti, como relatórios e resoluções, esses locais são ambientes político, econômico, de segurança e humanitário. No entanto, eu demonstro que mesmo esses locais são construídos a partir de outros locais que são culturais. A diferença é perceber que no processo de distinção entre país anfitrião e pacificador há premissas culturais que possibilitam fronteiras entre ambos.

A diferença consiste em evidenciar o que, “silenciosamente”, está nas entre linhas discursivas que têm moldado a performance dos oficiais brasileiros no Haiti durante a MINUSTAH. Ainda que ambientes políticos, econômicos e outros possibilitem, no âmbito do CS, narrar o Haiti como ameaça, é fundamental identificar como a cultura possibilita, justifica e molda a construção do Haiti, no âmbito do CS, como ameaça e a performance dos capacetes-azuis no país caribenho.

De acordo com os discursos e seus silêncios, os locais culturais de produção de fronteiras são gênero e raça. Esses locais, seguindo propostas de Cynthia Enloe e Roxanne Lynn Doty, são entendidos nesta pesquisa a partir de construções

² Exemplos são o artigo **‘PAX BRASILIENSIS: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da organização das Nações Unidas’** de Filipe Nasser e o artigo **‘O Brasil, O Haiti e a MINUSTAH’** de Danilo Marcondes de Souza Neto em **‘O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado entre a tradição e a inovação’**, org. Kai Michael Kenkel, Ipea: 2012.

discursivas. Não são elementos naturais prontos que alguém possa coletá-los e aplicá-los, ao contrário, são socialmente construídos dentro de uma hierarquia de poder. Por consequência, se entende que gênero e raça permitem que outros locais como os ambientes identificados explicitamente pelo Conselho de Segurança possam existir. Todavia, para além de entender gênero e raça como locais de produção de fronteiras também aponto que a performance de oficiais brasileiros em solo haitiano não é um caso isolado na história do anfitrião e nem na história brasileira.

A performance brasileira intencionada em pacificar um “Outro” não tem início com a participação na MINUSTAH. Desde o século XIX, o Brasil foi desenvolvendo seu próprio modelo de pacificação. Por isso, no Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), como apontado por Maíra Siman Gomes em sua tese A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) de 2014, local onde oficiais brasileiros são preparados para operações de paz, há uma exposição sobre o Marechal Rondon, reconhecido como o Marechal da Paz por seus anos dedicados à pacificação dos povos indígenas dentro do Brasil. E embora seja a primeira vez que o Brasil, como pacificador, envie soldados para atuar no Haiti é importante perceber que a atuação de força militar estrangeira no Haiti tem um histórico que nos remete até “o “descobrimento” da América”.

A colonização iniciada por Cristóvão Colombo foi produzida e mantida por séculos através de uma presença militar no que hoje é chamado de Haiti. Da mesma forma, na primeira metade do século XX, o Haiti foi ocupado por 34 anos por militares dos Estados Unidos e, na segunda metade, também recebeu tropas internacionais autorizadas pela ONU.

A partir dessas considerações esta pesquisa aponta que a performance brasileira no Haiti durante a MINUSTAH é um encontro entre dois históricos (o do país anfitrião e do país pacificador) envolto de uma hierarquia de poder que também interfere nesse encontro. Ao mesmo tempo, é indicado que essa interferência não é uma via de mão única e, dessa forma, o encontro também influencia na hierarquia e nos países. Toda essa complexidade de interação está sempre embebida de questões culturais que reproduzem ou não gênero e raça como locais de produção de fronteiras.

O principal argumento desta pesquisa é que uma análise sobre a participação militar brasileira na MINUSTAH deve considerar os fatores culturais que estão na base da pacificação do Haiti. A performance brasileira, portanto, deixa de ser compreendida por questões de interesses brasileiros prévios ao encontro com o Haiti - como vontade de ter um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, por exemplo. Logo, o corolário dessa perspectiva é que sem atentar para questões culturais e como elas são constantemente construídas e/ou reproduzidas na interação entre oficiais verde-amarelos de capacetes-azuis com os haitianos, os estudos sobre a participação brasileira na MINUSTAH desqualificam a riqueza cultural desse encontro.

A atuação brasileira é analisada como performance não sem razão. Baseada na proposta de Judith Butler, a atuação brasileira nesta pesquisa não deve ser compreendida como expressão de uma essência, algo que é. Mas sim como uma atuação que constrói e é construída na interação social. Claramente, Butler está atenta às relações de poder que circundam as interações sociais, e portanto, a performance re-significa a resistência à heteronormatividade e ao falocentrismo. (BUTLER, 1990) Sendo assim, compreender a atuação brasileira como performance rompe com uma ideia de expressão do Brasil, pacificador já formado, e possibilita um entendimento da pacificação como algo em construção – do encontro entre Brasil e Haiti, pacificador e pacificado, envolto por relações de poder hierárquicas.

Analisar a performance brasileira na MINUSTAH, portanto, suscitou distanciamento da epistemologia teórica racionalista do campo de estudos de Relações Internacionais. É necessário olhar para como a performance brasileira atual no Haiti tem sido construída socialmente e como ela pode reproduzir ou não um histórico de presença militar no Haiti e/ou de pacificação brasileiro.

Essas propostas não são novidades desta pesquisa. Outros pesquisadores em diferentes obras, que esse autor teve acesso, já propõem um distanciamento da epistemologia teórica racionalista. Maíra Síman Gomes, em sua tese de doutorado – que foi obra de grande importância para esta dissertação – aponta para o histórico brasileiro de pacificação e o quanto isso é relevante para a participação brasileira na MINUSTAH.

Em artigo conjunto, Marta Moreno, Maíra Gomes e Carlos Chagas chamam atenção para a construção histórica, desde a colonização e passando pela ocupação

dos Estados Unidos, que tem o momento em que a ONU implementa a MINUSTAH e como o Brasil flexibiliza, a partir de sua posição de país ex-colônia e em desenvolvimento (fatores que o colocam também em similaridade com o Haiti), o modelo de operação de paz da ONU.

Todavia, apesar de contribuições como estas apontadas acima, os estudos têm dedicado pouco espaço e tempo para analisar como fatores culturais têm sido locais de produção de fronteiras que permitem que os países sejam pacificador e pacificado. Esses espaço e tempo são ainda menores quanto à gênero e raça.

Proponho aqui que gênero e raça devem ser compreendidos como produtores das fronteiras que permitem o entendimento de que o país caribenho precisa de tropas internacionais que o pacifiquem e também moldam como tal pacificação deve acontecer. Por isso eles são locais de produção de fronteiras e não temas que podem ou não estar em relação com a fronteira de pacificador e pacificado. As fronteiras não podem ser isoladas de gênero e raça, pois os últimos estão na sua produção.

Assim, as perspectivas feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais permitem analisar gênero e raça como questões temporais, construídas socialmente; logo construídas e reproduzidas ou não durante a performance brasileira. O diálogo proposto ao longo dos capítulos a seguir entre as perspectivas de gênero e raça também busca demonstrar como esses temas, no caso da pacificação haitiana, não são ilhas temáticas mas construções que estão a todo momento se construindo dentro de relações de poder históricas não estáticas.

A partir dessa proposta analítica, a pesquisa terá como metodologia algumas ferramentas que permitam uma análise pós-positivista. Reconhecendo que não há uma única metodologia pós-positivista, aqui é definido uma diferença clara entre metodologias positivista e pós-positivista:

“She [Tickner] argues that feminist scholars ask different research questions from mainstream scholars, questions that have rarely or never been asked before in the field of IR. For Tickner, feminist research is necessarily postpositivist, since positivist methods provide no account of the origin and importance of research questions.”³

A partir dessa diferença é importante fazer algumas considerações antes de apontar as ferramentas metodológicas a serem empregadas. Como lembram

³ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 9.

Ackerly, Stern e True a metodologia feminista é uma ação epistemológica, uma vez que para as feministas o debate metodológico é tão importante quanto o epistemológico. (ACKERLY, STERN & TRUE; 2006) As autoras chamam atenção para como metodologia e epistemologia caminham juntas, e por essa razão não é possível adotar uma epistemologia pós-positivista e realizar uma análise a partir de metodologias positivistas: “... *feminist research is necessarily postpositivist, since positivist methods provide no account of the origin and importance of research questions.*”⁴

Ao argumentar em favor de uma metodologia feminista autoras como Carol Cohn trabalham com ferramentas de análise e pesquisa que permitam envolver sua própria subjetividade. O desejo de Cohn é não fazer de sua pesquisa algo externo à ela, onde sua subjetividade deva ser posta de lado; ao contrário, a autora busca evidenciar que as interpretações sobre as narrativas e informações que recebe são profundamente subjetivas. No entanto, esse reconhecimento não deve ser confundido como uma simples justificativa para qualquer resultado metodológico e epistemológico, mas sim como uma necessidade de exercício constante entre o analista e a pesquisa com a finalidade de problematizar as visões do analista e sua relação com o estudo.

*“Yet, as Cohn demonstrates with a stunning account of her lunch with former Secretary of defense Robert MacNamara, when engaged in the research process, she suspends her beliefs and disbeliefs in order to try to get inside the worldviews of her informants. This process involves momentarily centering her intellectual curiosity and inhabiting the identity of the researcher, while placing her political, ontological, and epistemological values and preconceptions aside.”*⁵

Nesse momento do texto, me sinto mais a vontade para fazer a última observação antes de definir as ferramentas metodológicas desta pesquisa. O leitor pode perceber que inicio esse parágrafo trazendo a mim mesmo para dentro do texto de forma clara (através do pronome pessoal oblíquo ‘me’), mas cabe ressaltar que pelo exposto acima eu já estou nesse trabalho desde o início – quando ainda o mesmo nem tinha ganho a forma textual. A utilização de palavras informais nesse momento também me facilitam evidenciar aquilo que considero fundamental.

⁴ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 9.

⁵ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 11.

Conforme Cohn precisou se dedicar profundamente em um exercício pessoal para evitar que a subjetividade dela interferisse na compreensão das informações pesquisadas por um lado e impedir que a pesquisa se tornasse algo externo à ela, devo confessar que o mesmo exercício é uma constante desde o início desta pesquisa. A sociedade machista e racista na qual venho sendo formado, a educação sexista, homofóbica e colonialista desde o primário e o individualismo moderno – características marcantes de diversas instituições brasileiras, incluindo as Forças Armadas - estão em forte tensão à escolhas pessoais que por sua vez casam harmoniosamente com perspectivas feministas e pós-coloniais. Todavia, para compreender e analisar a performance dos oficiais brasileiros durante a MINUSTAH no Haiti, foi necessário um constante exercício pessoal de buscar separar o mestrando (analista, pesquisador) do indivíduo.

A fim de não desvirtuar o propósito desta pesquisa e torná-la um relato pessoal emocionado e impróprio para a ocasião é necessário apontar que a metodologia, como defendido por teóricas feministas, engloba mais do que as ferramentas analíticas. A metodologia para feministas como Ackerly, Stern e True é um exercício de reflexão sobre tudo que foi apontado acima: “... *that is, guiding self-conscious reflections on epistemological assumptions, ontological perspectives, ethical responsibilities, and method choices.*”⁶ Dessa forma, é fundamental destacar que a escrita desta dissertação faz parte da pesquisa e não deve ser confundida como uma etapa de transcrição da pesquisa para um formato acadêmico condizente com um trabalho final de mestrado. Portanto, a escrita é mais uma das ferramentas escolhidas pelo autor que constitui o método da pesquisa que compõem as variações identificadas pelas autoras feministas: “... *discourse analysis, oral history, participant observation, and qualitative data collection are all possible methods.*”⁷

Assim, para esta pesquisa a análise de discurso ganha preponderância, sempre sendo acompanhada de uma observação sobre as relações de poder, uma vez que permite identificar as representações que são feitas. Portanto, serão

⁶ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 6.

⁷ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 6.

analisados fotos, relatos e imagens a fim de questionar o que tem sido discursado como a realidade do Haiti durante a MINUSTAH. Todavia, a análise também se faz possível a partir de contribuições de outras análises de diferentes autores, fontes secundárias que também foram motores para esta pesquisa.

Ao apontar essas ferramentas pode ser identificada uma questão fundamental: qual a justificativa para a seleção de fotos, vídeos, relatos e discursos governamentais? Como posso começar a análise? A partir de qual documento? Devo seguir uma ordem cronológica?

Para justificar sua metodologia na obra *Orientalismo*, Said explicou que seu trabalho não tinha a intenção de “*tentar uma história narrativa enciclopédica do Orientalismo*”⁸. Diferentemente, o trabalho analítico sobre o Orientalismo é apontar “*a ideia europeia de Oriente*”⁹. Da mesma forma, no caso desta pesquisa. Como não é o intuito aqui esclarecer uma ordem cronológica de acontecimentos e discursos durante a MINUSTAH ou de outros momentos que podem estar em relação com as atividades da operação de paz, a intenção é analisar discursos e performance da MINUSTAH através do entendimento de gênero e raça como locais de produção de fronteiras.

Quanto a seleção dos documentos utilizados Said explicou que:

*“Ainda restava reduzir um arquivo muito dilatado a dimensões manuseáveis e, mais importante, e delinear algo que tivesse o carácter de uma ordem intelectual dentro daquele grupo de textos, sem seguir ao mesmo tempo uma ordem insensatamente cronológica.”*¹⁰

Da mesma forma, nesta pesquisa. Ainda que não esteja sendo trabalhada uma ideia tão dilatada, para usar o termo de Said, como o orientalismo, selecionar documentos sobre a MINUSTAH abordando temas tão amplos como gênero e raça em pleno século XXI, onde a publicação de estudos acadêmicos e de relatos fotográficos, audio-visuais e textuais na internet parecem infinitos e nem sempre são fáceis de encontrar, se mostrou uma tarefa extremamente complicada. Logo, é importante afirmar com clareza que essa seleção se dá não somente pelo tema de cada documento, mas também pela limitação do autor em acessar cada documento e estudo já produzido.

⁸ SAID, Edward. **‘Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente’**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.; 2013. Página 45.

⁹ SAID, Edward. **‘Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente’**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.; 2013. Página 45.

¹⁰ SAID, Edward. **‘Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente’**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.; 2013. Página 46.

Justificada a seleção do material a ser analisado é importante destacar duas características da metodologia empregada na pesquisa. A primeira é que é uma metodologia de ‘justaposição de muitas janelas’. Esse é o termo empregado por Cohn para definir sua metodologia e faz referência ao movimento constante da autora para lidar com as diferentes fontes de informação – no caso de Cohn: observação, análise de discurso e entrevistas. Mesclar essas distintas fontes e trabalhar com elas através do exercício pessoal metodológico feminista formam a ‘justaposição de muitas janelas’. (COHN; 2006)

No entanto, além da justaposição de muitas janelas (análise de discurso de diferentes atores, fotografias, vídeos, relatos, estudos acadêmicos...) também é necessário praticar o que Kronsell classifica de estudo do silêncio. Anica Kronsell para estudar o gênero na instituição militar sueca adotou o estudo do silêncio a fim de evidenciar que o que se coloca como neutro em questões de gênero é, na verdade, uma reprodução da hegemonia masculina ou do falocentrismo – como definido por Butler. Assim, ao adotar a metodologia do silêncio o analista deve *“look for and study what is not contained within the text but rather is written between the lines or expressed as symbols and in practices”*¹¹.

Conciliando essas metodologias feministas e pós-colonial, o presente trabalho problematiza raça e gênero como locais de produção de fronteiras durante a implementação da MINUSTAH e analisa a performance de oficiais brasileiros a fim de entender o papel do Brasil na reprodução ou re-interpretação dessas fronteiras.

No capítulo 2, através das contribuições analíticas de Alex Bellamy e Michael Pugh sobre operações de paz, que em muito foram influenciados pela proposta analítica crítica de Robert W. Cox, será problematizada a construção de fronteiras entre o Brasil como um país pacificador e o Haiti como um país a ser pacificado. À luz de perspectivas feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais gênero e raça serão interpretados como locais de produção de fronteiras que precisam ganhar maior relevância nos estudos sobre a participação brasileira na MINUSTAH. Através desse olhar para a construção de fronteiras será aberto um diálogo com estudos feministas críticos da Geografia sobre o espaço,

¹¹ ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press; 2006. Página 12.

questionando a construção do espaço Haiti como um espaço masculinizado e suas implicações para a pacificação que o Brasil almeja realizar¹².

No capítulo 3, dando sequência às proposições teóricas feministas e pós-coloniais, serão analisados diferentes momentos da história haitiana no que tange a relação de forças militares estrangeiras em solos haitianos com o Haiti. Dessa forma, de acordo com os questionamentos temporais sobre uma operação de paz suscitados por Bellamy e Pugh, o entendimento do Haiti como um “Outro” a ser pacificado vai sendo re-interpretado como uma construção histórica que tem gênero e raça como locais de produção de fronteiras. Logo, o “descobrimento” do Haiti por Cristóvão Colombo, a ocupação pelos Estados Unidos durante o início do século XX e a operação de paz das Nações Unidas na década de 1990 são entendidos como momentos relevantes para a compreensão do Haiti, em 2004 – momento de implementação da MINUSTAH -, como um “Outro” a ser pacificado.¹³

No capítulo 4, a performance brasileira durante a MINUSTAH no Haiti é interpretada como um encontro do histórico do Haiti como um “Outro” e do Brasil como um “Eu” pacificador¹⁴. Assim, a primeira parte do capítulo é uma análise, a partir das contribuições de Gomes sobre as “pacificações” lideradas por Duque de Caxias e Marechal Rondon, sobre como em momentos históricos anteriores à MINUSTAH gênero e raça como locais de produção de fronteiras são relevantes para compreender as pacificações brasileiras lideradas por Duque de Caxias e Marechal Rondon¹⁵. Na segunda parte, problematizando transformações e continuidades¹⁶ que as Forças Armadas brasileiras sofreram ao longo do século XX no que tange gênero e raça, a performance de pacificação verde-amarela na

¹² O termo pacificação aqui utilizado corresponde à uma determinada nomenclatura que é defendida por alguns teóricos e oficiais brasileiros. No entanto, não há qualquer intenção de universalizar operações de paz como pacificação ou mesmo que toda participação brasileira em operações de paz tem como objetivo a pacificação.

¹³ Aqui trago por escrito uma crítica valiosa da banca examinadora que salientou a necessidade de me localizar como pesquisador que optou por olhar para determinadas continuidades. Sendo assim, ressalto que os momentos relevantes são dessa forma considerados de acordo com a perspectiva e escolha analítica utilizada nesta pesquisa.

¹⁴ Esse entendimento de pacificador corresponde a uma bibliografia específica sobre pacificação realizada pelo Brasil que será trabalhada no capítulo 4, que se dá por uma escolha analítica quanto à determinadas perspectivas e continuidades.

¹⁵ Aqui trago por escrito uma crítica de Gomes que salientou a fundamental importância de destacar a decisão analítica de optar por olhar para continuidades desde as “pacificações” realizadas sob liderança de Duque de Caxias e Marechal Rondon.

¹⁶ Aqui novamente é relevante ressaltar que as transformações e continuidades foram opção de escolha para o desenvolvimento dessa pesquisa, que focaram em gênero e raça através de específicas contribuições feministas e pós-coloniais expostas neste trabalho.

MINUSTAH é problematizada a partir de análises de discursos de oficiais brasileiros e das Forças Armadas brasileira, sempre relacionando com decisões e discursos governamentais do Estado brasileiro e com as relações de poder que permeiam o Brasil como um país ex-colônia e em desenvolvimento, e que atua como pacificador de outro país ex-colônia e também em desenvolvimento.

No capítulo 5, serão feitos apontamentos “finais” sobre a pesquisa como um todo. Analisando as conclusões que esta pesquisa permitirá, os apontamentos ainda que estando na parte final da dissertação serão interpretados como “finais” devido à impossibilidade de prever um término para as análises e para a própria performance. Sendo assim, os apontamentos “finais” demonstram inquietações do autor quanto às indagações surgidas ao longo desta pesquisa.

Ao longo dos capítulos também há citações que foram adicionadas após a defesa desta pesquisa. Citações que buscam trazer para este trabalho as críticas valiosas da banca examinadora e que contribuem para uma localização da pesquisa no âmbito de análises críticas sobre a atuação brasileira na MINUSTAH.

2

Analizando operações de paz contrapondo os discursos de ‘*problem-solving*’ através de perspectivas feministas e pós-coloniais.

2.1

Operações de paz: teoria de solução de problemas e teoria crítica

Em 2004, na publicação da revista *International Peacekeeping*, volume 11, primavera, dois artigos - “*The ‘Next stage’ in Peace Operations theory?*”, de Alex Bellamy, e “*Peacekeeping and Critical Theory*”, de Michael Pugh que - problematizando as análises teóricas que, majoritariamente, foram utilizadas para analisar as operações de paz até então - propuseram uma abordagem teórica que os autores classificaram como teoria crítica (“*critical theory*”). Como exposto por Bellamy as abordagens de Relações Internacionais e de leis internacionais que analisam as operações de paz pela “...*legality and legitimacy of intervention, the justification offering by intervening states, the relationship between peace operations and national interests and the development of new norms and concepts governing responsible sovereignty and human rights.*”¹⁷ ou a literatura que “... *are concerned with identifying the causes and nature of conflict and assessing – in instrumental terms – the efficacy of alternative strategies for peace and the experiences of particular operations.*”¹⁸ são abordagens ou teorias de solução de problemas (“*problem solving*”). Ao optar por uma teoria de solução de problemas, critica Pugh, “*Theorists of International Relations have paid little attention to how and why ‘peacekeeping’, ‘peace support operations’ and related ‘humanitarian’ relief missions are significant in sustaining a particular representation of global governance norms.*”¹⁹

Ambos autores foram fortemente influenciados pela proposta de Robert W. Cox, quem problematizou as teorias de solução de problemas através de uma abordagem crítica. Cox identificou as características de cada uma das duas

¹⁷ J. BELLAMY, Alex. ‘*The ‘Next Stage’ in Peace Operations Theory?*’. *International Peacekeeping*, Vol. 11, No. 1, Spring 2004, p. 18.

¹⁸ *Ibidem*, p. 17.

¹⁹ PUGH, Michael. ‘*Peacekeeping and Critical Theory*’. *International Peacekeeping*, Vol. 11, No. 1, Spring 2004. Página 39.

abordagens evidenciando que as teorias de solução de problemas como realismo, neo-realismo e liberalismo institucional analisam as relações internacionais como se tudo o que hoje existe fosse algo natural, a-temporal, a-histórico: “*It [problem-solving theory] takes the world as it finds it, while prevailing social and power relationships and the institutions into which they are organised, as the given framework for action*”²⁰. Diferentemente, segundo o autor, as teorias críticas são teorias que problematizam como determinada ordem se construiu como a ordem: “*It is critical in the sense that it stands apart from the prevailing order of the world and asks how that order came about*”²¹.

A grande diferença entre as duas abordagens é que as teorias de solução de problemas entendem que há um mundo com determinadas instituições e regras/normas; enquanto as teorias críticas questionam a construção social, permeada por relações de poder, que permitiram e/ou reproduzem e/ou resistem as instituições e regras/normas atuais. (COX, 1981)

Em contraposição às análises de solução de problemas sobre operações de paz, Bellamy propôs que as análises sobre operações de paz se tornassem uma forma de romper com os limites das abordagens de “*problem solving*” focadas na preferência ideológica dos interventores, questionando as causas estruturais que levam à necessidade de intervenção, problematizando quem define e sobre que princípios define o que é intervenção e sua necessidade, além de privilegiar conceitos como subjetividade, reflexividade e normatividade para construção epistemológica das futuras pesquisas. Assim, o autor buscou contrapor as duas teorias (“*problem solving*” e “*critical theory*”) por propósito, natureza do mundo social e a relação entre teoria e prática:

- “*Purpose: problem-solving theories are predominantly instrumental and predicated on implicit normative assumptions whilst critical theories have an explicit normative agenda.*
- “*The nature of the social world: problem-solving theories have an objectivist world-view that treats problems as pre-given and interventions as discrete acts while critical theories maintain that*

²⁰ COX, Robert W. ‘**Social Forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory**’. Millenium: Journal of International Studies Vol. 10, No. 2. 1981, p. 128.

²¹ Ibidem, p. 129.

the social world and the problems that peace operations address are socially constructed.

- *The relationship between theory and practice: problem-solving theories do not reflect on this relationship whereas critical theories uncover the ideological preferences of dominant theories and practices, and seek alternatives.*²²

Como forma de esclarecer a diferença epistemológica entre as duas vertentes teóricas, Bellamy apontou para três características de distinção. A primeira é a escolha dos teóricos de “*problem solving*” por práticas instrumentais, que objetivam identificar mecanismos para resolução de conflitos e manutenção da paz. Diferentemente os teóricos críticos (“*critical theory*”) enxergam uma normatividade que regula o que é a norma social e o que deve ser o caminho para a paz. Dessa forma, os críticos problematizam os princípios e valores que definem o que é paz e o que é rompimento da paz internacional, apontando para uma falsa universalidade desses valores.

Enquanto os teóricos de “*problem solving*” entendem o conflito e a paz interligados com a natureza humana, política global e o papel das operações de paz a partir de uma perspectiva de que o mundo é descoberto; por outro lado a vertente “*critical theory*” entende o mundo como construção e por isso aponta para como a paz é uma forma Ocidental de entender o que é paz e o que não é.

A segunda característica é que os teóricos de “*problem solving*” conseguem separar de forma clara o interventor (quem atua na operação) do anfitrião (quem recebe a operação), uma vez que vêem a necessidade de uma operação de paz como uma resposta à problemas pré-existentes, que não são frutos da sociedade internacional e sim do anfitrião e definem o tempo da atividade interventora – não contabilizando qualquer estrutura global ou história pré-operação²³:

“Problem-solving theories are informed by ‘objectivism’, which holds that the ‘problems’ that peace operations seek to address exist externally to the perceptions of intervening agents. Peacekeepers, they argue, ‘respond’ to external circumstances not of their making and try to create conditions that are conducive to peace”²⁴.

²² J. BELLAMY, Alex. *‘The ‘Next Stage’ in Peace Operations Theory?’*. International Peacekeeping, Vol. 11, No. 1, Spring 2004, p. 18.

²³ Ibidem, p. 29 e 30.

²⁴ Ibidem, p. 26 e 27.

Por outro lado, indica Bellamy, a teoria crítica questiona essa epistemologia positivista e entende que os “problemas” são construídos através da relação entre os que se tornam anfitriões e os que se tornam interventores. A implicação de tal problematização é que o interventor não é mais entendido como um ator que surge da “necessidade”, pois esse ator já existia e também construiu o que em algum momento se tornou “problema”. Há uma epistemologia subjetiva, que impede de ver a representação da identidade de ambos como duas identidades isoladas, que não se influenciam:

“Subjectivist approaches, on the other hand, argue that as the social world is constructed rather than ‘given’, and that the nature and salience of ‘problems’ in troubled places and commonsense solutions to them are shaped by social actors rather than objective facts”²⁵.

A terceira característica é a reflexividade. Enquanto os teóricos de “*problem-solving*”, a partir de seu instrumentalismo e objetivismo, buscam uma natureza do “problema” e, como consequência, adquirem o conhecimento que permite o alcance da paz. Já os teóricos críticos, a partir do foco normativo e do subjetivismo, questionam o que é a paz e, também por consequência, questionam o conhecimento gerado por tal premissa: “...*subjectivist approaches demonstrate that peace operations construct, reproduce and maintain particular visions of order*”.

Para os primeiros há uma forma que pode ser aperfeiçoada para alcançar a paz; já para os últimos (“*critical theory*”), há uma construção a partir de uma perspectiva dominante sobre o que é operação de paz e que impede outros entendimentos sobre paz que sejam diferentes. (BELLAMY, 2004)

Por isso a ideia defendida por Bellamy em relação ao próximo estágio (“*next stage*”) teórico é: “*The next stage for critical writers is to identify the impact that this liberal bias has on target societies and to suggest alternatives*”²⁶.

No mesmo ano em que Bellamy e Pugh publicaram seus artigos, foi aprovada a resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CS) que implementou a MINUSTAH (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti). Desde o seu início, a operação de paz foi liderada pelo Brasil, país também latino-americano que se colocou mais próximo do Haiti do que da qualidade de potência desenvolvida que leva a paz à outro país, que tradicionalmente compõe as operações de paz.

²⁵ Ibidem, p. 32.

²⁶ Ibidem, p. 32.

Após quase uma década de liderança brasileira na promoção da paz, em 2012, o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) publicou o estudo ‘O Brasil e as Operações de Paz em um Mundo Globalizado: Entre a Tradição e a Inovação’ organizado por dois renomados professores, Kai Michel Kenkel e Rodrigo Facalossi de Moraes, com análises de diferentes estudiosos sobre operações de paz e a participação brasileira.

Dividido em três partes, o documento tem sua terceira e última parte destinada à participação brasileira em operações de paz. Dentre os quatro capítulos que compõem a parte III, há um capítulo destinado ao Brasil na MINUSTAH, intitulado ‘O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH’ de Danilo Marcondes de Souza Neto.

Nesse capítulo o autor, de forma resumida porém abrangente aponta para o contexto político haitiano que levou a crise e culminou na posição do Conselho de Segurança da ONU em implementar uma operação de paz no país; como se deu o envolvimento brasileiro na MINUSTAH em contraposição à operação do CS também no Haiti, em 1994, quando o Brasil se absteve da votação e não participou das atividades no campo; o histórico do Brasil quanto à participações em operações de paz da ONU; as funções dos contingentes brasileiros ao longo do tempo; os impactos das atividades para o Brasil; a proximidade das realidades de Porto Príncipe e Rio de Janeiro; os planejamentos para retirada das tropas brasileiras da missão; e as relações Brasil-Haiti a partir da implementação da MINUSTAH.

No entanto o autor norteia sua análise a partir de um entendimento da MINUSTAH como um instrumento de construção da paz, sem questionar *que* paz e *que* ordem serão construídas, evitando qualquer olhar normativo.

“Reconhece-se que a experiência na MINUSTAH, além de se constituir como um marco importante do envolvimento brasileiro nos esforços em prol da manutenção da paz e da segurança internacional, também se constitui como parte fundamental de uma nova estratégia de inserção do país no sistema internacional, calcada em um maior engajamento.”²⁷

Também assume um caráter objetivista ao entender a participação brasileira a partir de interesses nacionais que se dão por uma identidade brasileira pré-operação e que se mantém fixa durante todos os anos da missão. As identidades de

²⁷ NETO, Danilo de Souza. ‘O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH’ em Kai Michael Kenkel e Rodrigo Fracalossi de Moraes, orgs. ‘O Brasil e as Operações de paz em um Mundo Globalizado: Entre a tradição e a Inovação’. Brasília: IPEA, 2012, p. 259.

interventor e anfitrião não têm relação antes da implementação da missão e o surgimento do “problema” é de exclusividade do Haiti:

“No início de 2004 ocorreu um agravamento da crise política no Haiti, que se manifestava desde a eleição presidencial de 2000, na qual Jean-Bertrand Aristide havia sido eleito em um processo eleitoral marcado por baixa participação e boicote da oposição.”²⁸

“A crise política acabou por levar à renúncia de Aristide e à sua retirada do país em 29 de fevereiro. No mesmo dia, o presidente da Suprema Corte, Boniface Alexandre, assumiu a presidência e requisitou a presença da comunidade internacional como forma de auxiliar a estabilização do país. Em resposta, o Conselho de Segurança, por meio da Resolução no 1.529, estabeleceu uma Força Multinacional Interina (MIF), composta de tropas dos Estados Unidos, da França, do Canadá e do Chile, com um mandato de no máximo três meses. A força, baseada no capítulo VII da Carta da ONU, teve como função facilitar o fornecimento de ajuda humanitária e auxiliar na manutenção dos direitos humanos e da segurança pública.”²⁹

E por último não problematiza a representação do Haiti nas resoluções da ONU ou nos discursos do Brasil e qual pode ser o impacto dessa representação para a manutenção da ordem atual, na qual o “problema” surgiu.

No entanto, não são todas as análises sobre a participação brasileira na MINUSTAH que são pautadas por uma epistemologia positivista. Em contraposição às bases teóricas do trabalho citado acima, a Professora Maíra Síman Gomes buscou analisar a participação brasileira na MINUSTAH a partir de um viés pós-estruturalista, que tem maior proximidade com a proposta de Bellamy e Pugh.

Crítica quanto a maioria dos trabalhos de APE (Análise de Política Externa) realizados sobre a participação brasileira na MINUSTAH a autora desenvolveu um estudo influenciado pela epistemologia pós-estruturalista ou pós-positivista:

“Rompendo com as premissas positivistas, com sua epistemologia causal e, ainda, com o racionalismo das abordagens construtivistas “convencionais”, esse capítulo faz uma crítica às análises tradicionais de política externa que supõem a existência de um sujeito autônomo (o estado) que, informado por uma dada identidade, pré-definida e fixa, decide sobre sua atuação e comportamento externo. A partir de um diálogo com autores pós-positivistas influenciados especialmente pelo “pós-estruturalismo”... busca-se compreender a política externa como uma prática de identidade e diferenciação relacionada à constituição e reprodução do estado moderno. Argumenta-se que a política externa pode ser pensada como uma prática discursiva que produz fronteiras, articulando uma separação entre “self” e “outro”, “dentro” e “fora”, “nacional” e “internacional”.”³⁰

²⁸ Ibidem, p. 243.

²⁹ Ibidem, p. 244.

³⁰ GOMES, Maíra Síman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado – Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. p. 87.

A partir da epistemologia pós-positivista, Gomes identifica que na relação Brasil-Haiti, através da participação verde-amarela na MINUSTAH, há uma relação “Eu-Outro”, onde o último é o país caribenho. A proposta de Gomes foi identificar como historicamente as Forças Armadas brasileiras se desenvolveram a partir da pacificação do “Outro” e como esse processo foi fundamental para uma representação de uma identidade das Forças Armadas. Assim, a autora aponta que para além de interesse nacional brasileiro, a participação na MINUSTAH foi possibilitada pela perspectiva de pacificação do Haiti, tão forte na representação de identidade militar do Brasil e do Estado Brasil.

“O desejo de narrar uma história não convencional sobre a Política Externa do Brasil para o Haiti se pauta, nessa tese, no estudo de duas narrativas de “micro política externa”: a “Pacificação dos Índios” e a “Pacificação das Rebeliões Regenciais”. O olhar sobre essas duas narrativas históricas... permite pensar... a “pacificação” enquanto uma política de produção de fronteiras que articulam, continuamente, um self coletivo chamado “Brasil”. Entendida... como uma “política externa” de identidade, os discursos e práticas de “pacificação” funcionam articulando e preservando uma determinada concepção do self “Brasil”, do “outro”, e da relação entre esse self estatal e seus “outros”. Por meio de discursos e práticas de “pacificação”, espaços e coletividades são produzidos como estando “fora” de um dado padrão de ordem e subjetividade que determinam a identidade do estado e da nação em construção. Mesmo que representados como “outros” que fogem a uma dada ordem e subjetividade modernas, tais espaços e coletividades são articulados por narrativas dominantes de pacificação...como aqueles que podem/devem ser “integrados”, “assimilados” e “civilizados”. Por sua vez, é por meio de tais discursos e práticas dominantes de “pacificação” que se articula a identidade espacial e temporal que se deseja fixar para o estado “Brasil”.”³¹

Indo além de apontar para como a relação do Brasil com o Haiti também constrói uma representação de uma identidade brasileira, Gomes também identifica uma das influências da MINUSTAH no Brasil que é o processo de pacificação das favelas cariocas que contou com a participação das Forças Armadas brasileiras:

“Passados 5 anos do engajamento militar do Brasil no Haiti, criou-se, no Rio de Janeiro, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). A UPP é um projeto de segurança pública sem precedentes no Brasil que visa realizar intervenções armadas sob a liderança de unidades especiais de polícia ou do próprio Exército (com a eventual ajuda da Marinha, por meio de seus fuzileiros navais).

Especialistas em violência urbana e em políticas de segurança pública afirmam que as técnicas aplicadas para conter o tráfico de drogas nas favelas, sumarizadas no projeto da UPP, reproduzem em muito o modelo desenvolvido desde 2004 no Haiti pelo Brasil.”³²

³¹ Ibidem, p. 172.

³² Ibidem, p. 233.

Ao analisar uma interação de mútua construção de representações de identidades entre interventor e país anfitrião, Gomes demonstrou como a participação brasileira para a pacificação do Haiti tem efeitos também no Brasil e só foi possível pela construção identitária histórica das Forças Armadas brasileiras, que também contribuem para a representação de uma identidade do Brasil. Porém, ainda que a contribuição pós-positivista desenvolvida por Gomes aponte para os limites teóricos positivistas e forneça ferramentas valiosas para entender a relação entre Brasil-Haiti via MINUSTAH, a autora não se aprofunda (por não ser seu tema de pesquisa, uma vez que a autora está trabalhando com a política externa do Brasil) sobre duas questões: como a representação da identidade haitiana foi formada por outros momentos históricos de presença militar estrangeira (como a presença militar colonial, depois a presença militar dos Estados Unidos e a relação com as operações da ONU no Haiti); e também não trabalha como a representação do Haiti como aquele a ser pacificado pelo Brasil pode significar uma relação de poder hierárquica que supervaloriza a atuação brasileira em detrimento da inferiorização do Haiti e sua população.

Em outro trabalho de Gomes, em parceria com Marta Fernández Moreno e Carlos Chagas Vianna Braga, foi abordada a presença militar externa no Haiti e seus impactos para a construção do país caribenho. Embasados por uma abordagem pós-colonial os autores apontam para como a reconstrução do Haiti durante a MINUSTAH tem caráter diferente de outras presenças militares no país, indicando que devido a maciça participação de países latino-americanos e da liderança do Brasil na atual missão de estabilização há uma busca de pacificar, de forma diferente, o que já foi a “pérola do Caribe”.

Apontam os autores que o logocentrismo que foi a base para o colonialismo (ideia que garante uma divisão binária oposta entre “Eu/Outro” como moderno/tradicional, desenvolvido/subdesenvolvido, liberal/não liberal, pacífico/violento entre outras) também esteve presente em outros momentos como nos 17 anos (1915-1932) de ocupação do Haiti pelo EUA. *“During the occupation, US interaction with Haiti was informed by the same logocentric discourse of French colonialism...”*³³

³³ MORENO, Marta, Carlos Chagas Vianna Braga e Maíra Gomes, ‘Trapped between many worlds: a postcolonial perspective on the UN mission in Haiti (MINUSTAH)’. *International Peacekeeping*, Vol. 19, No. 3 (2012), p. 381.

No entanto, os autores salientam que esse embasamento não é coisa do passado. Através das contribuições de Oliver Richmond e Roland Paris, apontam para como as operações de paz são logocêntricas; naturalizam a necessidade de modernizar quem não é moderno através do discurso do “Eu”, que se coloca como o moderno, o evoluído, aquele a ser espelhado.

Atentos ao caráter logocêntrico nos processos de intervenção militar ao longo da história, os autores apontam que através de uma perspectiva pós-colonial tal embasamento é uma ferramenta que garante o topo da hierarquia para o “Eu” (Ocidente, desenvolvido, democracia, liberal...) que representa o “Outro” como não-ocidental, não desenvolvido, não democrático, não liberal... sempre o oposto:

“From a post-colonial perspective, these binary oppositions are not self-evident or neutral. On the contrary, they are contingent constructions through which the ‘modern, liberal and peaceful West’ constitutes its authority over its opposite counterparts.”³⁴

A partir da experiência histórica, o Haiti, segundo os autores, não pode ser entendido como um atrasado e tampouco como o moderno. A dicotomia “Eu-Outro” deixa de ser possível para o caso haitiano, pois devido ao processo histórico o Haiti se torna o que Homi Bhabha classifica de ‘terceiro espaço’:

“The pervasiveness of both French and US influences further contributes to the hybridity of Haitian identity, which is neither ‘modern/global’ (French or North American), nor ‘pre-modern/local’ (Indigene/African), but a ‘third space’. This ‘third space’ is not defined by a mere combination of two or more entities (modernity and non-modernity or global and local), partly reflecting their attributes, but as something qualitatively different. In this perspective, the multiple legacies of international presence in Haiti, that constitute this ‘third space’, are ingredients of the material and symbolic terrain which will have to be considered and negotiated by any contemporary multinational peace operation deployed in the country.”³⁵

A partir da perspectiva pós-colonial, os autores entendem a MINUSTAH como uma forma diferente de estabilização e promoção da paz, pois os contingentes militares que a compõem também são originários de países ex-colônias, em desenvolvimento e por isso se entendem como similares ao Haiti. *“The position negotiated by Latin American troops in this ambiguous environment permitted a temporary management of the inherent tensions between the written mandate and field level necessities.”³⁶*

³⁴ Ibidem, p. 379.

³⁵ Ibidem, p. 382.

³⁶ Ibidem, p. 384.

Pelo exposto acima que os autores apontam para como a MINUSTAH está inserida entre “muitos mundos”, entre o mundo moderno e o tradicional, entre o desenvolvido e o não desenvolvido, entre o “Eu” e o “Outro”. A abordagem então permite perceber como a participação brasileira é não somente fruto de uma identidade brasileira fixa, como apontado por Neto, ou como uma representação de identidade histórica influenciada pelas Forças Armadas, como apontado por Gomes. Os contingentes brasileiros têm sua atuação moldada pela representação da identidade do Haiti, que não é fixa e muito menos existente pré-operação. E tal atuação diferenciada só é possível por entender o Haiti não como ele historicamente foi representado (aquele que não é desenvolvido), mas sim como um ‘terceiro espaço’.

Entretanto, a abordagem pós-colonial desenvolvida pelos autores não focou em questões como gênero e raça. Ainda que tenham classificado a ocupação dos Estados Unidos no Haiti como paternalista³⁷ e a colonização haitiana como um processo racista³⁸, não foi explorado como gênero e raça são locais de produção de fronteiras entre o “Eu” e o “Outro”. Assim, mesmo na abordagem pós-colonial desenvolvida por Moreno, Gomes e Braga a representação da identidade haitiana e também do Brasil, como interventor ou estabilizador, não é entendida a partir de tais questões.

Influenciado pela proposta de Bellamy acerca de um novo estágio para analisar as operações de paz e também pela contribuição de Pugh sobre a necessidade de questionar as estruturas do sistema mundial atual, e entendendo que gênero e raça não são temas triviais ou mesmo temas que podem ou não ser contabilizados para entender a identidade de um ou mais atores, a presente pesquisa busca entender o processo de construção da imagem haitiana a partir do discurso de representação do Haiti (“Outro”) e da atuação brasileira durante a MINUSTAH.

2.2.

Inserindo gênero e raça como locais de produção de fronteiras nos estudos de Operações de Paz

As fronteiras nos estudos de relações internacionais ganharam entendimento diferente com as contribuições pós-positivistas. Enquanto teorias racionalistas

³⁷ Ibidem, p. 381.

³⁸ Ibidem, p. 380.

entendiam as fronteiras como linhas que dividiam os Estados através da demarcação territorial de cada um, análises pós-estruturalistas apontam para fronteiras sociais que muitas vezes estão presentes dentro dos Estados. Estando sempre em constante construção, as fronteiras hierarquizam as relações sociais e geram um papel específico para cada ator na relação. Dessa forma, ao abordar a produção de fronteiras este trabalho atenta para as divisões criadas a partir das relações entre diferentes atores na MINUSTAH.

Tal fronteira pode ser primeiramente percebida na relação entre interventor e país anfitrião, onde o último é entendido como aquele a ser pacificado, aquele que é ameaça e deve ser solucionado. Essa divisão de papéis é a demarcação de uma linha que divide quem é quem; uma fronteira.

O artigo de Stephen John Stedman, *'Spoiler Problems in Peace Process'*, evidencia essa fronteira de forma muito precisa. Ao abordar o processo de paz, que pode acontecer antes da implementação de uma operação de paz ou durante, o autor aponta que os estudos devem focar em como lidar com o ator que não deseja a paz (*spoiler*). Entendendo que há diferentes tipos de *spoiler*, Stedman os diferencia em duas principais tipologias: *'inside'* e *'outside'*. O primeiro é referente ao ator que faz parte do processo de negociação da paz e o segundo é o ator que foi ou se excluiu desse processo. Dentro de cada divisão dessa há novas subdivisões de acordo com a capacidade do *spoiler* em impedir ou dar continuidade ao processo de paz – que varia de *'limited'* (pouca influência para impedir o processo de paz) a *'total'* (total capacidade de impedir o processo) e passa por *'greedy'* (com relativa capacidade de impedir a paz). (STEDMAN, 1997)

O autor também se preocupa em apontar que nenhum *spoiler* é fixo, uma vez que pode mudar de tipologia deixando de ser um *'limited'* (que não oferece tanto perigo ao processo de paz) para um *'total'* (que oferece forte perigo) ou vice-versa. A variação também depende da estrutura de cada *spoiler*: caso um grupo tenha diferentes lideranças, a posição desse grupo pode variar bastante; caso os seguidores sejam fiéis à um líder, esse *spoiler* é mais previsível.

Seguindo na sua proposta o autor expõe três tipos de estratégias para negociar com cada tipo de *spoiler*, mas alertando que os mediadores também são limitados (em suas capacidades e recursos). Essas estratégias serão instrumentos nas mãos dos mediadores de conflito; sempre atores externos que levam a possibilidade de paz à um conflito que surgiu por fatores locais. (STEDMAN, 1997)

Conforme problematizou Bellamy e Pugh, as abordagens de solução de problemas trabalham com essa fronteira entre países, evitando qualquer outra perspectiva. Dessa forma, é defendida uma abordagem na qual o problema da ausência de paz surge de atitudes isoladas de determinados atores (sejam eles estados ou grupos rebeldes ou terroristas) que não desejam a paz, e que a solução advem da comunidade internacional ou outro ator externo que busca implementar a paz naquele local. Esse tipo de abordagem foca os estudos de operação de paz em estudos de solução de conflitos como mediação diplomática, busca por eficácia nas atividades militares e capacitação do país anfitrião. (BELLAMY, 2004) Assim, há uma fronteira que garante uma divisão clara entre interventor e pacificado: de um lado quem precisa de intervenção; e do outro quem pode intervir e solucionar o problema.

No livro *'Peacekeeping and the International System'*, Norrie MacQueen aponta para a atuação de algumas operações de paz na região da América Latina a partir da década de 1990. A autora busca mostrar como as operações eram pautadas no entendimento de que os países anfitriões são a origem do problema. MacQueen começa analisando a ONUCA (*Observadores de las Naciones Unidas en Centro America*) que buscou impedir uma escalada da tensão entre quatro países: Nicarágua, El Salvador, Guatemala e Honduras. Sobre a razão da operação a autora afirmou:

"Its purpose was to monitor the implementation of an agreement between al four countries of the region – El Salvador, Guatemala, Honduras and Nicaragua - to stop the movement of fighters and supplies across their shared borders and to end the provision of support for foreign revolutionary movements in each other's territory".³⁹

Adiante a autora analisa a razão da ONUSAL (*Observadores de las Naciones Unidas en El Salvador*), novamente atentando para como o país anfitrião demanda solução, que buscava uma solução para uma luta armada interna:

"Know as ONUSAL ... the operation was mandated to oversee the implementation of a final peace agreement between the pro-American government of El Salvador and the leftist Farabundo Maru National Liberation Front (FMLN) which had been engaged in a ten-year armed struggle against it".⁴⁰

Mais a frente a autora analisa duas operações da ONU no Haiti: uma na década de 1990 e outra na década de 2000. A primeira (UNMIH – United Nations

³⁹ MACQUEEN, Norrie. *'Peacekeeping and the International System'*. New York: Routledge, 2005, p. 142.

⁴⁰ Ibidem, p. 142.

Mission in Haiti) buscava evitar que forças armadas do país caribenho atuassem politicamente, uma vez que foram responsáveis pela instabilidade política nacional e por abuso nos direitos humanos. (MACQUEEN, 2005) Assim a operação buscou transformar o Haiti através de uma atuação focada nas forças armadas e policiais: “UNMIH was... charged with reforming Haiti’s armed forces and police too prevent them interfering in politics in future and with implanting a culture of respect for human rights”.⁴¹ A segunda (MIMUSTAH) foi pela necessidade de solucionar a crise haitiana: “Haiti’s problems – social, economic and political – ran deep, and there was to be no easy transition to peace and economic development”.⁴²

Porém, enquanto analisa os objetivos das operações de paz nesse momento, a autora sempre aponta para a influência dos Estados Unidos na região desde a doutrina Monroe (iniciada em 1823) e que essas operações de paz também atenderam aos interesses dos Estados Unidos. Assim, a autora faz uma ressalva quanto às fronteiras entre interventor e anfitrião, apontando que a origem também pode estar na relação histórica que o interventor tem com o país anfitrião.

No entanto, as relações históricas entre diferentes atores e o cenário político que as circunda também são envoltas por questões de gênero e raça. Assim a produção de fronteira durante uma operação de paz pode estar diretamente ligada à tais temas.

Recebendo grande revelância nos estudos de Relações Internacionais a partir do fim da Guerra Fria, muito devido ao aumento vertiginoso no número de operações e suas respectivas tarefas⁴³, as operações de paz deixaram de ser entendidas como uma busca por acabar com a guerra entre dois países ou evitar o seu início.⁴⁴ A partir da década de 1990, as operações de paz ganharam maior proeminência em relação à questões de conflitos intra-estatais embebidos de tensões étnicas, religiosas, raciais, disputas por recursos naturais de alto valor econômico entre outras. Da mesma forma como a situação de conflito a ser

⁴¹ Ibidem, p. 143.

⁴² Ibidem, p. 144.

⁴³ Até a década de 1990, em 45 anos, foram realizadas 18 operações de paz. Durante a década de 1990, em 10 anos, foram realizadas 36 operações. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/operationslist.pdf>. Data: 13/01/2016.

⁴⁴ Para entender melhor a divisão das operações de paz por período ler o artigo “Five generations of peace operations: from the ‘thin blue line’ to “painting a country blue” de Kai Michael Kenkel na Revista Brasileira de Política Internacional. Vol. 56, No. 1 (2013); pp. 122-143.

solucionado por meio de uma operação de paz foi se transformando ao longo dos anos, os estudos sobre operações também.

Desde o início do século XXI, pesquisadores como Oliver Richmond e Roland Paris vêm chamando atenção de estudiosos ao questionarem o conceito de paz utilizado para justificar uma operação. Os autores, ainda que tenham divergências entre si, apontam que a justificativa da ausência de uma paz e uma ordem democrática em determinado país ou região é pautada em uma definição ocidental do que é paz e do que é democracia, por exemplo. Ao fazer tal movimento analítico, Richmond e Paris estão propondo um outro local de produção de fronteira: quem pode definir o que é o normal ou o padrão.

Roland Paris no seu artigo *‘International Peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’* propõe que a diferença entre interventor e país anfitrião está no modelo de governança. Para o autor, é em nome da globalização de um modelo particular ocidental de governança que as operações de paz atuam. Enquanto os países a serem pacificados são entendidos por muitos estudiosos como locais de conflito, Paris observa que desde o fim da Guerra Fria os países-anfitrião não tinham um modelo de governança democrática liberal. Dessa forma, as operações de paz são formas de implementar a paz liberal no que ele classifica de periferia do sistema internacional (países-anfitrião ou *“host states”*).

A paz liberal democrática, afirma Paris, é formada por direitos humanos, eleições livres e economia nacional baseada no mercado liberal, e sempre são objetivos a serem alcançados pelas operações de paz. Para demonstrar sua observação, o autor aponta quatro mecanismos das operações de paz pós-Guerra Fria:

- Primeiro: *“In all recent peacebuilding cases, former belligerents negotiated peace settlement in the presence of outside parties who encouraged local actors to incorporate the goal of political (and in some cases economic) liberalisation... to include written plans for free and fair elections and the investigation of human rights abuses.”*⁴⁵

⁴⁵ PARIS, Roland. *‘International Peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’*. Review of International Peacebuilding, n.28 (2002), p.642.

- Segundo: “A *second way in which peacebuilders have promulgated liberal norms... is by providing ‘expert’ advice to local parties... guiding the process of political and economic liberalization.*”⁴⁶
- Terceiro: “*Third, several international agencies have imposed ‘conditionalities’ requiring states to undertake specific economic and political reforms in exchange for economic aid.*”⁴⁷
- Quarto: “*The fourth mechanism... is the performance of quasi-governmental functions... which involves international actors serving as ‘stand-ins for local authorities who are unable or unwilling to perform the needed administrative tasks themselves.*”⁴⁸

Dessa forma, Paris está apontando que a fronteira tem sua origem não na região onde se dá o conflito, mas sim quando há uma definição sobre o que é a paz a ser alcançada. Ao contrário, a paz liberal é representante de um moledo particular de governança e atende aos interesses das potências ocidentais, o que fortalece, segundo o autor, que o que diferencia o país anfitrião do interventor é a capacidade de exercer mecanismos específicos da paz liberal. (PARIS; 2002)

Também adotando uma linha analítica crítica quanto às operações de paz, Oliver Richmond e Edward Newman se contrapõem à proposta de Stedman. Enquanto Stedman argumenta que o *spoiler* surge durante o processo de paz, pois é aquele que objetiva impedir a paz, Richmond e Newman defendem que é o processo de implementação do modelo de paz liberal que cria quem é ‘*spoiler*’.

Stedman para começar seu argumento escreve: “*Peace process create spoilers*”⁴⁹. Já Richmond e Newman defendem: “... “*spoiling*” is in many ways a *subjective and potentially broad concept*”⁵⁰. A proposta de Richmond e Newman é que há um específico modelo de paz, paz liberal (parecido ao proposto por Paris), que é usado como uma ideia universal e a partir desse entendimento se rotula um ator de *spoiler*. A subjetividade do que é ser um *spoiler* consiste na perspectiva

⁴⁶ Ibidem, p. 644.

⁴⁷ Ibidem, p. 644.

⁴⁸ Ibidem, p. 645.

⁴⁹ STEDMAN, Stephen John. ‘**Spoiler Problems in Peace Processes**’. International Security, Vol. 22, Num. 2, Fall 1997, p. 7.

⁵⁰ NEWMAN, Edward e Richmond, Oliver. ‘**Obstacles to peace process: understanding spoiling**’ em “*Challenges to peacebuilding: Managing spoilers during conflict resolution*”. Nova York: United Nations University Press, 2006, p. 6.

empregada para essa conclusão, segundo os autores é a representação do modelo ocidental de governança.

Assim, Richmond e Newman buscam apontar como representar algum ator como *spoiler* já é uma demarcação de fronteira entre quem busca a paz e quem não quer a paz. Novamente a linha que separa os atores está no conceito e não na essência de cada um. Ao contrário de Stedman e outros teóricos de “*problem solving*”, Richmond e Newman estão traçando a origem da produção de fronteira na capacidade de um ator em definir o que é paz e quem é contra a paz: “*Thus, the act of labelling a particular group as a “spoiler” may reflect a political agenda which is an extension of the conflict itself, or the interest of third parties*”⁵¹.

As breves análises feitas acima possibilitam perceber que o conceito de fronteira é extremamente relevante para os estudos de operações de paz e que o entendimento sobre esse conceito varia de acordo com a epistemologia teórica de cada analista. No entanto ainda é importante destacar que apesar da diferença entre racionalistas e pós-estruturalistas abordada com ênfase por Bellamy e Pugh, dentro do que os autores classificaram como “*critical theory*” há diferentes abordagens teóricas. Enquanto Paris evidencia a fronteira pela análise do conceito de paz liberal, Richmond e Newman buscam evidenciar a origem da fronteira na capacidade de rotulação, de representação de um ator por outros que é fruto dessa universalização da paz liberal como a paz a ser alcançada em todos os lugares do mundo. Entretanto, diferentemente do embate conflituoso entre teorias racionalistas como o debate entre realistas e idealistas ou neo-realistas e neo-liberais, abordagens teóricas pós-estruturalistas tendem a dialogar de forma mais harmoniosa.

Neste trabalho serão utilizados estudos pós-coloniais e feministas sobre gênero e raça a fim de lançar uma nova interpretação sobre a performance dos oficiais brasileiros na MINUSTAH. Como visto anteriormente neste capítulo, distintos trabalhos buscaram atentar para a relação entre Haiti e Brasil durante a MINUSTAH de maneiras diferentes, de acordo com suas abordagens teóricas. Porém, como também foi colocado anteriormente, há uma ausência de problematização do gênero e da raça na análise dessa relação no processo de paz atual em solo haitiano.

⁵¹ Ibidem, p. 3.

Enquanto Neto buscou evidenciar o interesse nacional brasileiro em comunhão com uma intenção de pacificação do Haiti pela ONU e seus membros, o autor em nenhum momento problematizou como tais posicionamentos podem estar embebidos de gênero e raça. Da mesma forma, quando Gomes apontou para a história de pacificação do “Outro” pelas Forças Armadas brasileiras, a autora tampouco indagou como a construção desse “Outro” a ser pacificado e, conseqüentemente, do Brasil civilizado são embasadas em relações de raça e gênero. Buscando uma outra via Moreno, Gomes e Braga trabalharam com o processo histórico de formação do Haiti e de diferentes presenças militares externas em solo haitiano indicando uma relação de similaridade entre o Brasil e o Haiti que se distancia da proposta de pacificação ocidental defendida por outros países. Tal análise pautada nas propostas teóricas pós-coloniais permitiu um olhar sobre o papel de gênero e raça de forma pontuais, em específicos momentos históricos.

Assim, o presente estudo fortemente influenciado pelas perspectivas feminista e pós-colonial se propõe a evidenciar a fronteira entre os oficiais brasileiros durante a MINUSTAH e o Haiti através do entendimento de que gênero e raça são locais de produção de fronteira.

2.2.1. Gênero como local de produção de fronteira

No final da década de 1980, Cynthia Enloe publicou o livro ‘*Bananas, Beaches and Bases*’, que se tornou um marco na perspectiva feminista da área, propondo um novo olhar para as relações internacionais. Preocupada em fazer perguntas feministas e analisar as influências globais através de um “microscópio feminista”, como argumentou a autora, Enloe buscou evidenciar que as relações internacionais são construídas a partir dos gêneros. (ENLOE, 1989)

Para a autora as diferenças entre atores têm seu início no conceito de gênero, que define o lugar de cada um na relação. Enquanto o ator de gênero masculino é responsável pela política internacional que é constituída pela diplomacia, exercício militar e comércio internacional, o ator feminino fica responsável por não desestabilizar tais pressupostos.

“Ambassadors cabling their home ministries, legislators passing laws to restrict foreign imports, bank executives negotiating overseas loans, soldiers landing on foreign hillsides – these are some of the sites from which one can watch the international political system being made. But if we employ only conventional, ungendered compass to chart

*international politics, we are likely to end up mapping a landscape peopled only by men, mostly elite men. The real landscape of international politics is less exclusively male.*⁵²

Ao propôr essa perspectiva Enloe desconstrói a natureza da política internacional e passa a entendê-la como algo socialmente construído. A autora evidencia que as relações internacionais estudadas até então são relações específicas de um determinado grupo: masculino. Dessa forma Enloe demonstra que as relações internacionais são mais amplas e complexas do que os estudos convencionais têm defendido, uma vez que estes não incorporam o gênero. (ENLOE, 2000)

Já no título do primeiro capítulo (*“Gender Makes The World Go Round”*) a autora argumenta em defesa de uma abordagem teórica que permita problematizar a divisão de gêneros e interrogar o quê têm sido as relações internacionais e como têm sido construídas.

Contrariando muitas análises anteriores Enloe busca entender a relação entre os Estados Unidos e os países latinoamericanos exportadores de frutas e outros produtos agrícolas, por exemplo, através da caracterização que os últimos recebem do primeiro. A autora aponta que a imagem de Carmem Miranda, foi muito útil para que as relações entre esses países pudessem atender aos interesses dos Estados Unidos: *“With her famous fruited hats and vivacious screen presence, Carmen Miranda was used by American men to reshape international relations.”*⁵³ O intuito de Enloe é apontar como as relações de poder entre dois tipos de países (nesse caso exportadores de produtos agrícolas e importadores) foi possibilitada pela imagem feminina de carregadora de frutas que foi atribuída aos países latino americanos: *“Foreign affairs are written about with a total disregard for feminist revelations about how power depends on sustaining notions about masculinity and femininity.”*⁵⁴

Ao entender o gênero como local de produção de fronteira entre atores Enloe também argumenta que masculino e feminino não são conceitos fixos e atemporais. Ao contrário, há noções sobre masculinidade e femininidade que são socialmente construídas e não naturais: *“As one learns to look at this world through*

⁵² ENLOE, Cynthia. *‘Bananas, Beaches and Bases’*. Los Angeles e Londres: Pandora Press, 2000, p. 1.

⁵³ Ibidem, p. 2.

⁵⁴ Ibidem, p. 4.

feminist eyes, one learns to ask whether anything that passes for inevitable, inherent, 'traditional' or biological has in fact been made."⁵⁵

A autora vai além e argumenta que tais conceitos são instrumentos para hierarquizar as relações sociais:

*"Conventionally both masculinity and femininity have been treated as 'natural', not created. Today, however, there is mounting evidence that they are packages of expectations that have been created through specific decisions by specific people. We are also coming to realize that the traditional concepts of masculinity and femininity have been surprisingly hard to perpetuate: it has required the daily exercise of power – domestic power, national power, and... international power."*⁵⁶

Com a finalidade de atender ao interesse masculino as relações internacionais foram estudadas através de questões militares e econômicas sem qualquer questionamento quanto ao papel do gênero em ambos os temas, entendendo a fronteira entre os atores como originada pelo poder militar e econômico de cada ator e não pelas funções socialmente construídas para cada gênero. (ENLOE, 2000) Assim, a autora analisou a diplomacia, o nacionalismo e a implementação de bases militares através desse conceito de gênero.

A diplomacia para Enloe tem sido pautada na divisão de gênero entre homens e mulheres. Enquanto os primeiros são entendidos como aptos há desenvolver as tarefas diplomáticas, as mulheres são consideradas secundárias ou simplesmente estratégicas para que os homens possam realizar suas funções:

*"Men and women have not been assigned equal weight in these governmental efforts to assert control. Men are seen as having the skills and resources that the government needs if its international status is to be enhanced... Women loom up as objects of worry for the makers of foreign policy chiefly as 'wives'."*⁵⁷

É através do gênero que as funções de homens e mulheres são definidas e a diplomacia é realizada através de um conceito onde o feminino deve ser sempre controlado pelo masculino:

*"Reduced to wives, women are not thought to possess the political acumen of a Queen Elizabeth I or a Catherine the Great... If managed correctly, women as wives can help a government achieve its international objectives. If they aren't controlled effectively, however, they can do serious damage to a government's global interests."*⁵⁸

⁵⁵ Ibidem, p. 3.

⁵⁶ Ibidem, p. 3.

⁵⁷ Ibidem, p. 93.

⁵⁸ Ibidem, p. 93.

O masculino também tem o feminino como instrumento para desenvolver suas habilidades diplomáticas. Primeiramente é através do casamento que o masculino garante que os interesses do seu governo sejam realizados. Enloe demonstra que na era imperial foi através do casamento que homens garantiam lealdade comercial de tribos indígenas: *“Trapper-Indian marriages became a means of alliances on a frontier that still eluded secure imperial control. Indian women were expected by British and French policy-makers to lead the men of their tribes into cordial relations with the companies”*⁵⁹. Já na relação entre repúblicas no pós 2ª Guerra Mundial as mulheres através de afazeres domésticos (supervisionando os empregados na casa do embaixador) garantiam um ambiente que permitisse um relacionamento o mais natural possível para os negócios: *“The ambassador’s wife has learned her trade well if she can plan the progress from drinks to formal dinner to coffee so that a maximum amount of business can be conducted ‘with a minimum of artificiality’.*”⁶⁰

O que Enloe traz à luz com as observações acima é que os gêneros masculino e feminino são formados não pela biologia de homens e mulheres, mas sim por suas responsabilidades socialmente criadas. É através de tarefas específicas de gênero que a diplomacia é realizada e permite que países diferentes se relacionem da forma “mais natural possível”. Ao demonstrar que antes da diferença entre império e tribos indígenas e entre países há uma hierarquia de gênero que é socialmente construída, Enloe clarifica o equívoco dos estudos convencionais de relações internacionais que entendem a origem da fronteira entre atores estando fora das construções de gênero.

Ao analisar o nacionalismo a autora evidencia o mesmo local de produção de fronteira. Para Enloe o nacionalismo é formado por passado público e interesses futuros masculinos: *“One becomes a nationalist when one begins to recognize shared public pasts and futures. But most women’s past experiences and strategies for the future are not made the basis of the nationalism they are urged to support.”*⁶¹ Sendo formado pelo masculino, o nacionalismo demonstrava sua virilidade em guerras: *“The Boer War, following in the wake of the Crimean War, shook Britons’ confidence that their men were masculine enough to maintain the empire.”*⁶² Não é

⁵⁹ Ibidem, p. 94.

⁶⁰ Ibidem, p. 99.

⁶¹ Ibidem, p. 46.

⁶² Ibidem, p. 49.

a vitória ou derrota na guerra que marca a fronteira entre dois atores, mas sim como a vitória ou derrota podem influenciar no conceito de masculinidade, garantindo ou desestabilizando os papéis de gêneros, que a fronteira é garantida.

O gênero também é fundamental, como propõe Enloe, quando é analisado o sistema de bases militares: “*The normalcy that sustains a military base in a local community rests on ideas about masculinity and femininity.*”⁶³ A autora aponta que a relação entre homens e mulheres ganhou atenção constante quando os Estados Unidos instalaram bases militares ao redor do mundo por duas razões: esposas dos oficiais e a prostituição. Enquanto a base militar necessita de dedicação do oficial o mesmo precisa de uma vida privada estável, papel feminino. Enloe aponta que “*Keeping soldiers happy on a foreign base requires keeping soldiers’ wives happy.*”⁶⁴, o que pode ser corroborado pelo número de máquinas de lavar roupa que foram transportadas para a base dos Estados Unidos na cidade de Effingham, na Grã-Bretanha, por exemplo. (ENLOE, 2000) Outro fator importante é que as mulheres compartilhem do entendimento de masculino e feminino considerado “natural” para que possam exercer as tarefas “femininas” de cuidado da casa e dos filhos: “*Base commanders also need beliefs about femininity that encourage wives to take charge of family affairs when their husbands are away on maneuvers yet gladly relinquish any authority that comes from such responsibilities when the husband returns.*”⁶⁵

A segunda razão pela qual a relação de homens e mulheres ganhou atenção foi a prostituição, pois como afirma Enloe: “*Military bases and prostitution have been assumed to ‘go together’.*”⁶⁶ Para a autora são os conceitos de feminino e masculino que criaram condições para que ao redor das bases militares dos Estados Unidos, como na Filipinas, houvesse grande número de casas de prostituição. Entendendo que as mulheres, assim como nos casamentos da era imperial, servem aos desejos do homem que atende aos interesses da nação, a hierarquia masculino/feminino se completa. Enloe busca evidenciar como é pela construção social dos gêneros que as relações militares entre países possibilita a manutenção de bases militares.

⁶³ Ibidem, p. 67.

⁶⁴ Ibidem, p. 71.

⁶⁵ Ibidem, p. 72.

⁶⁶ Ibidem, p. 81.

Pelo exposto acima é possível perceber que ao analisar a diplomacia, o nacionalismo e as bases militares Enloe está tratando de como é pelo gênero que se cria uma linha de distinção entre homens e mulheres ou países uns dos outros. Desde o imperialismo até os dias atuais o gênero é o local de produção de fronteira entre atores, demarcando a função de cada um.

Como sugerido pelo capítulo 1 do livro de Enloe, “*Gender Makes The World Go Round*”, as relações internacionais são pautadas pela divisão hierárquica que tem origem também no gênero. O que Enloe está apontado é que o gênero não pode ser visto como um tema ou uma questão que cruza fronteiras de poder como capacidade militar ou relação diplomática, mas sim como o próprio local onde a fronteira é produzida. Como mencionado anteriormente foi pela imagem de Carmen Miranda que a relação entre Estados Unidos e diversos países latinoamericanos foi possibilitada, relação que se pautou na feminização dos países exportadores de frutas e outros produtos agrícolas: “*Notions of masculinity and femininity have been used to shape the international political economy of the banana.*”⁶⁷ Não é na relação de compra e venda de produtos ou na demonstração de força militar que a fronteira entre um país e outro ou entre diferentes atores é originada. É no entendimento de feminino e masculino que são socialmente construídos que a fronteira é produzida; a hierarquia entre atores é embasada por conceito de gênero. (ENLOE, 2000)

No entanto, as relações entre masculino e feminino acontecem em um espaço que também é masculinizado ou femininizado. Tradicionalmente a literatura feminista de relações internacionais problematiza os atores através das construções de gênero, todavia o espaço onde esses atores interagem também é fruto de um processo social que torna determinado espaço masculino ou feminino. Para entender melhor esse conceito de espaço definido por gênero é adicionado a esta pesquisa as contribuições da geografia feminista crítica.

2.2.1.1. Gênero e a produção do espaço

Buscando entender os atores e o espaço como formados e não dados, McDowell e outras teóricas feministas da geografia questionam as perspectivas teóricas da geografia positivista e propõem uma re-interpretação do espaço e do

⁶⁷ Ibidem, p. 128.

corpo. Antes de identificar essa contribuição das feministas pós-positivistas, é necessário uma breve apresentação do contexto histórico das abordagens teóricas positivistas e a chegada do pensamento feminista nos estudos da geografia.

A geografia humana, que estudava os indivíduos, foi desenvolvida como complementar à geografia física, entendendo os indivíduos como elementos de determinado cenário geográfico, onde o comportamento humano é derivado do espaço que ele habita. (ANDRÉ, 1990) Somente a partir da segunda metade do século XX que a geografia humana se distancia da geografia física e começa a analisar os movimentos sociais como produtores do espaço. O espaço perde a característica de um lugar onde os indivíduos habitam e ganha um entendimento de um lugar produzido por relações sociais. Ganha importância também a abordagem marxista sobre classes sociais e como a relação entre as classes é fruto desse espaço – muitas vezes entendido por um espaço de produção capitalista. (ANDRÉ, 1990)

Somente em meados da década de 1980, os estudos geográficos começaram a problematizar a divisão de gênero na sociedade. Conforme aponta Isabel Margarida André, é com a perspectiva feminista que o gênero ganha importância para a geografia e o espaço passa a ser entendido não somente como capitalista, mas também como patriarcal. O resultado é a construção distinta e desigual entre homens e mulheres nesse espaço. O comportamento humano não é igual entre homens e mulheres, mas sim de subordinação: *“As relações (de subordinação) entre gênero derivam das relações sociais capitalistas... As relações sociais patriarcais e capitalistas estão de tal forma interligadas que se pode considerar a existência de único sistema – patriarcal capitalista”*⁶⁸.

Porém, como lembra Gleys Ially Ramos dos Santos a contribuição feminista na geografia permitiu questionamentos que vão além da desigualdade entre homens e mulheres: *“...as geografias que se configuram a partir da década de 80, abrem novas perspectivas, mas dessa vez estavam voltadas para uma reavaliação epistemológica de suas correntes de pensamentos e seus métodos”*⁶⁹.

⁶⁸ ANDRÉ, Isabel Margarida. **‘O Gênero em Geografia: Introdução de um novo tema. Revista Portuguesa de Geografia. XXV’**. Lisboa, Portugal: Finiserra: 1990, p. 343.

⁶⁹ SANTOS, Gleys Ially Ramos dos. **‘Mulheres em Movimento...: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins’**. 2013. 230f. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2013. p. 45.

A busca por essa reavaliação epistemológica foi promovida também sob influência do pensamento pós-estruturalista que proporciona um entendimento do espaço como algo construído por relações sociais de poder desiguais. Assim, o espaço deixa de ser entendido como algo objetivo, mas sim subjetivo. (SANTOS, 2013) Logo, o que é considerado real passa a ser questionado e entendido como construção advinda de uma desigualdade de poder. A visão, surgida na década de 1980, de que há relações sociais que formam o espaço ganha a contribuição de que tais relações são permeadas de poder.

“Assim, utilizar o referencial pós-estruturalista significa, em primeiro lugar, questionar o que é a realidade, quem são os indivíduos e como estes se relacionam socialmente. Trilhar por esta perspectiva teórica é considerar que a realidade e as verdades de cada tempo são construções sociais produzidas na tensão entre os discursos dominantes e os discursos emergentes, que procuram manter ou modificar certos entendimentos e práticas sociais estabelecidas.”⁷⁰

Bebendo na fonte pós-estruturalista de Foucault e Derrida, os estudos feministas na geografia, como é possível identificar na citação acima de Gleys Ially, vão defender que o espaço comporta uma pluralidade discursiva que permite haver várias verdades – pela proposta desconstrucionista de Derrida -, e que essas verdades se dão por relações de poder – a partir das ideias de Foucault sobre poder e resistência. (FIORAVANTE & PRZYBYSZ, 2009) Assim, o espaço precisou ser reavaliado.

Entretanto, essa reavaliação vai além de permitir contestar a geografia positivista a partir do discurso do subordinado, oprimido ou subalterno – aquele que está na base das relações de poder. Ela possibilita uma crítica profunda sobre o que é o espaço através da perspectiva do subalterno. Entender o espaço a partir de um dos discursos existentes na relação de poder, permitiu questionar o espaço que antes era entendido como real. Assim o real passou a ser entendido como construção e por consequência: ‘real’. A crítica feminista aponta que a geografia tem sua produção pautada por uma hegemonia androcêntrica, na qual entende o espaço através dos pressupostos masculinos. (SILVA, 2007)

O espaço ‘real’ é então percebido como uma das perspectivas existentes, problematizando assim o olhar do discurso dominante. Esse olhar deixa de ser entendido como neutro e o espaço deixa de ser analisado como algo objetivo para ser estudado como algo subjetivo. A partir desse posicionamento é percebido que

⁷⁰ Ibidem, p. 30.

as características desse espaço atendem a perspectiva do discurso dominante, permitindo que o espaço passe a ser percebido como uma projeção de uma relação de poder. (IALLY, 2013)

Através da epistemologia feminista vista até aqui foi percebido como o espaço é também um instrumento de demandar que determinados gêneros atuem de forma correspondente ao espaço. A proposta é evidenciar que toda a determinação da atuação dos atores, a performance de masculino e feminino, é pautada por uma construção do que é gênero e como ele deve ser produzido e re-produzido. (NANCY, 1996; MCDOWELL, 1999) À luz dessa forma analítica, a relação espaço e ator vai ser re-interpretada. O questionamento muda: como o que é ser também é um reflexo do discurso hegemônico dominante (masculino) que através da projeção de sua perspectiva constrói um espaço seu, um espaço masculinizado?

Se até a contribuição feminista para os estudos geográficos o espaço era visto como algo neutro quanto ao gênero dos indivíduos, a partir de uma epistemologia feminista o conceito de gênero, como proposto por Enloe, também é visto na geografia como socialmente construído através de relações de poder. E assim o espaço, onde se dão as relações sociais, já é masculinizado, uma vez que é resultado de uma perspectiva masculina. (NANDY, 1996; MCDOWELL, 1999; SILVA, 2007; IALLY, 2013)

Ao apontar para a masculinização do espaço - que vai definir o que é ser feminino e o que é ser masculino - as autoras feministas estão chamando atenção para como as relações nesse espaço são hierarquizadas uma vez que são pautadas por características específicas atribuídas a cada um dos gêneros de forma que os diferencia como opostos e, por consequência, mantém tal relação:

“Thus women and their associated characteristics of femininity are defined as irrational, emotional, dependent and private, closer to nature than to culture, in comparison with men and masculine attributes that are portrayed as rational, scientific, independent, public and cultured.”⁷¹

Na afirmação seguinte, McDowell aponta que tais características se dão porque o masculino transcende o corpo e as emoções. Torna-se, portanto, a mente. A ideia de transcendência é muito criticada por autoras(es) feministas, uma vez que isso representa uma evolução. Como se o feminino fosse aquele que ainda não fez

⁷¹ McDowell, Linda. **‘Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies’**. Minnessota, Estados Unidos. Polity Press; 1999, p. 11.

o movimento já realizado pelo masculino. (MCDOWELL, 1999; DUNCAN, 1996) Linda Martín Alcoff aponta que tal entendimento de transcendência só é possível uma vez que os conceitos de natureza, emoção, razão e cultura foram construídos por uma lógica masculina. Após a construção desses conceitos toda conclusão ou ação estão amarradas a mesma perspectiva.

Alcoff aponta que toda a filosofia ocidental é marcada por um dualismo entre corpo e mente. Para haver razão o último tem que se distanciar do primeiro. Platão já propunha isso quando defendia que para ter um conhecimento puro é necessário sair do corpo, para que a alma possa contemplar as coisas por elas mesmas e não pela visão corporificada. (ALCOFF, 1996) Desde Platão, defende Alcoff, a mesma proposta tem sido reproduzida: *“Such a view, in various manifestations, has been present throughout the history of Western philosophy, through Aristotle, Augustine, Aquinas, Bacon, Descartes, Rousseau, Hume and even Kant”*⁷². Para Rousseau, se o indivíduo precisa saber sobre questões do corpo, este deveria indagar uma mulher, pois o homem é responsável por questões da moral e do entendimento.⁷³

Pautado pelo dualismo entre corpo e mente, a razão, aquilo que advém da cultura uma vez que esta é oposta ao natural, se torna de posse do masculino. No entanto não é só posse do masculino, mas também contrário ao feminino:

*“To say that ‘reason is male’... is to say that reason has been defined in opposition to the feminine, such that it requires the exclusion, transcendence and even the domination of the feminine, of women and of women’s traditional concerns, which have been characterized as the site of irreducibly irrational particular and corporeal”*⁷⁴.

Assim, a oposição entre gêneros é criada como forma de que o masculino se mantenha dominante. Por essa razão, foi afirmado acima que a relação de poder hierarquizada entre masculino e feminino dentro de um espaço masculinizado é uma forma de manter tal espaço. Entender isso de forma racional é fazer o movimento analítico feminista de que a construção do espaço não tem que ser dada por alguém que se diz distanciar do corpo. As feministas propõem fazer outro movimento que é o de corporealizar a perspectiva sobre o espaço construído e assim perceber como esse é fruto de uma visão dominante. (NAST & KOBAYASHI,

⁷² Alcoff, Linda Martín. **‘Feminist Theory and Social Science’**, em Duncan, Nancy. BodySpace. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996, p. 15.

⁷³ Essa afirmação é feita por Linda Martín Alcoff a partir do livro ‘Visions of Women’ de Linda Bell.

⁷⁴ Alcoff, Linda Martín. **‘Feminist Theory and Social Science’**, em Duncan, Nancy. BodySpace. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996, p. 14.

1996) A ideia da corporealização da visão, logo uma análise crítica sobre o espaço como é proposto pelo feminismo, é uma forma de mostrar que o espaço já é corporizado por uma perspectiva que se diz não corporal: *“Feminists have argued that these concepts of reason and knowledge, as well as those of men, history and power, are reflections of gendered practice passing as universal ones”*⁷⁵.

No entanto, além de identificar a construção do espaço como forma de garantir uma relação entre dominantes (masculinos) e subordinados (feminino), as autoras feministas vão apontar para como os corpos também têm seus desejos construídos por esse espaço masculinizado. Uma vez que o masculino e o feminino são construídos de forma a reforçar o poder do primeiro, também é importante que ambos tenham um desejo mútuo: heterossexual. (BUTLER, 1990)

A corrente analítica ‘queer’, que se desenvolve a partir das propostas pós-positivistas do feminismo, propõe uma perspectiva sobre o espaço que não seja necessariamente uma visão a partir do corpo feminino, mas que seja uma visão a partir de um corpo não heterossexual. A implicação é perceber que o espaço vai demandar um desejo entre opostos, pois como explica Valentine: *“...it [space] is commonly assumed to be ‘naturally’ or ‘authentically’ heterosexual”*⁷⁶.

Ao apontar para como o desejo heterossexual é construído como a norma ou como o ‘real’ as autoras(es) feministas mostram que o discurso dominante masculino também é um discurso heterossexual. A pluralidade discursiva, pela qual advogam Gleys Ially entre outras autoras apontadas acima, não se dá somente entre gêneros opostos que se atraem. Essa pluralidade discursiva é advinda de uma pluralidade de gênero. Gays, lésbicas e transsexuais também são oprimidos e subordinados dentro de um espaço masculino e heterossexual. (VALENTINE, 1996; CHOUINARD & GRANT, 1996; MYSLIK, 1996) Por isso um beijo nunca é somente um beijo, ele vai ser avaliado ou interpretado de acordo com o espaço no qual ele está inserido: *“The experience of the two Nottingham lesbians ... demonstrates that a kiss is not just a kiss when it is performed by a same-sex couple in an everyday location”*⁷⁷.

⁷⁵ Ibidem, p. 14.

⁷⁶ Valentine, Gill. **‘(Re)Negotiating the ‘Heterosexual street’**, Lesbian production of space’, em Duncan, Nancy. BodySpace. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996, p. 146.

⁷⁷ Ibidem, p. 159.

O espaço do dia-a-dia não é neutro. Ele é representante de um discurso dominante. Esse discurso é também heterossexual. Logo se há oposição entre masculino e feminino que mantém o domínio do primeiro sobre o último, podemos perceber que o mesmo ocorre através de um binarismo excludente entre heterossexualismo e homossexualismo. Onde o último se mantém dominante por criar regras que regulam a ‘normalidade’ sobre os gêneros:

“Organized around the construction of heterosexuality as the dominant and ‘normal’ form of sexual identity, this view of sexuality is directly dependent upon a binary system of masculine and feminine gender identity that are believed to coincide directly with male – and female – sexed bodies. Gay men thus become outlaws, alien to this heteropatriarchal system.”⁷⁸

Por essa lente analítica ‘*queer*’, também é possível perceber que há uma necessidade de lançar uma perspectiva sobre o espaço que não seja somente corporificada mas que permita um desejo autônomo do corpo. Uma vez que o corpo não é intitulado somente pelo órgão genital, que é utilizado para a distinção de gênero – problema atentado por muitas autoras(es), mas também pelo desejo que ele deve ter. É necessário que a análise crítica sobre o espaço onde os corpos interagem também seja pautada por uma pluralidade discursiva de desejos. É por essa perspectiva que o feminismo na geografia vai buscar ter uma perspectiva sexualizada, pois como lembra Linda McDowell uma lésbica é sempre analisada por ser mulher e por ser homossexual.

2.2.2. Raça como local de produção de fronteira

Entretanto, Enloe como muitas outras teóricas feministas também argumentam que junto ao gênero há outros locais de produção de fronteira. Um desses locais trabalhado por Enloe é a raça. Ao analisar a diplomacia na época imperialista Enloe indica que é através do entendimento de que as mulheres indígenas eram selvagens que os homens brancos imperialistas entendiam que o matrimônio entre eles era uma forma de salvar as mulheres da selvageria:

“Moreover, marriage to an Indian woman gave the white man a sense that he was superior, that he was saving a woman from deplorable condition of savagery. This belief bolstered white men’s sense of the

⁷⁸ Myslik, Wayne D.. ‘**ReNegotiating the social/sexual identity of places**’, em Duncan, Nancy. *BodySpace*. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996, p. 154.

moral rightness of their role in the lucrative international beaver-pelt trade.”⁷⁹

Outro exemplo de raça como produção de fronteira junto com o gênero é quando Enloe aponta para o receio dos políticos britânicos de que as relações entre mulheres britânicas brancas e soldados negros do EUA aumentassem:

“When white British women dated Black American soldiers, they made comparisons between American and British manhood. Comparing Black and white American men, they often found the former more polite, better company and perhaps more ‘exotic’. By 1943, some white British women were giving birth to children fathered by Black GIs. Some were choosing to marry their Black American boyfriends. Certain members of Winston Churchill’s cabinet alarmed at what they considered a dangerous trend.”⁸⁰

Assim, fica evidente que o gênero não é um local exclusivo de produção de fronteira. A relação entre diferentes locais de produção de fronteira permite que o analista, nas palavras de Enloe, possa analisar as verdadeiras relações internacionais. Todavia, antes de analisar a relação entre diferentes locais produtores de fronteira nesse momento, é preciso entender melhor o papel da raça nas relações internacionais como local de produção de fronteira.

Historicamente os estudos tradicionais ou racionalistas de Relações Internacionais vêm priorizando relações de soberania ou de poder entre os atores. Em contraposição, a abordagem pós-colonial tem priorizado outros temas como raça. Um dos textos sobre o assunto é o texto ‘*Race, Amnesia, and the Education of International Relations*’ de Sankaran Krishna no qual o autor problematiza o uso do instrumento analítico abstração pelas teorias tradicionais de Relações Internacionais. Para o autor, a abstração é extremamente importante pois permite que o conhecimento seja possível, uma vez que dá uma finitude à realidade. No entanto o autor ressalta: “*Yet, abstraction is never innocent of power.*”⁸¹ A provocação almejada com essa frase é demonstrar que a abstração usada sempre reflete uma relação de poder, pela qual é definido o que é real e portanto deve ser estudado.

Olhando para os estudos de relações internacionais Krishna aponta que a abstração das teorias racionalistas (ou no caso deste trabalho ‘*problem solving*’)

⁷⁹ ENLOE, Cynthia. ‘**Bananas, Beaches and Bases**’. Los Angeles e Londres: Pandora Press, 2000. Página 94.

⁸⁰ Ibidem, p. 68.

⁸¹ KRISHNA, Sankaran. ‘**Race, Amnesia, and the Education of International Relations**’. Em ‘*Decolonizing International Relations*’. Rowman & Littlefields Publishers; 2006, p. 90.

excluiu outros encontros extremamente relevantes ao definir as relações internacionais como o encontro entre Estados soberanos: “*By deftly defining international as the encounter between sovereign states; much of a violent world history is instantly sanitized.*”⁸²

Krishna então argumenta em favor da contrapontuação à abstração tradicional, sustentando que através da abordagem pós-colonial que outro encontro que faz parte da realidade ganha importância nos estudos de relações internacionais: o encontro colonial. Para o autor olhar para o encontro colonial implica em examinar os efeitos desse encontro até os dias atuais, logo perceber como o conceito de raça é intrínseco às relações internacionais. (KRISHNA, 2006) No entanto, esse conceito não deve ser entendido como um objeto pronto que é usado nas relações entre atores. Analistas pós-coloniais problematizam raça como um conceito em constante construção e que também possibilita a construção de outros conceitos.

Um importante artigo onde o conceito de raça é trabalhado dessa forma é ‘*The Bounds of ‘Race’ in International Relations*’ de Roxanne Lynn Doty. A autora aponta que raça tem sido estudada nas relações internacionais de forma equivocada, uma vez que é entendida como uma variável independente de outras. Para a autora raça não deve ser entendida como algo dado, mas sim como algo construído na relação entre distintos atores: “... *instead of an historical account of how race justified certain practices... we need account of how race was constructed by these practices.*”⁸³

Por essa proposta Doty então problematiza a fronteira através da identidade. Enquanto muitos autores analisam a identidade e a diferença sem atentar para raça, a autora busca fazer o contrário; a identidade também constrói a raça e a construção da raça permite a identidade do “Eu” e do “Outro”.

*“This is the issue identity and difference... Who are ‘we’? Who are ‘they’ to whom we relate? How do ‘we’ relate to ‘them’? How do the identities of ‘us’ and ‘them’ get constituted? How do ‘race’ figure into identity and how is this relevant to international relations?”*⁸⁴

Olhando para identidades, a autora então aponta que raça é um local de produção de fronteiras, pois permite definir o que constitui o “Eu” e o “Outro”, que sempre se dá por uma fronteira. Sobre identidade a autora afirma: “*Rather, ‘identity’*

⁸² Ibidem, p. 93.

⁸³ DOTY, Roxanne Lynn. ‘**The Bounds of ‘Race’ in International Relations**’. Millennium-Journal of International Studies, vol. 22, n. 3, December 1993, p. 457.

⁸⁴ Ibidem, p. 444.

*always contains the specter of non-identity within it, the subject is always divided and identity is always purchased at the price of the exclusion of the other.*⁸⁵ Dessa forma, Doty demonstra que raça é um local de produção de fronteira pois não cruza fronteiras externas: *“Race does not just cross boundaries, but become a site where boundaries are produced.”*⁸⁶

Entretanto é importante ressaltar que como raça é socialmente construída, seu conceito varia com o tempo. A partir dessa compreensão a autora defende que é na imprecisão do conceito de raça que o mesmo ganha relevância: *“The problem is that race (and many other concepts such as gender) do not readily lend themselves to precise definitions. Indeed, the very power of these constructs may lay precisely in this fact.”*⁸⁷

Essa imprecisão pode ser notada quando Doty afirma que raça é mais complexo do que uma diferença física como textura do cabelo ou cor de pele. Para a autora raça é sempre acompanhada de desigualdade – assim como para Krishna - e é construída por um ator externo que define à qual raça um segundo grupo pertence e em contraposição definindo a sua própria. Por essas características de raça que a tornam um local de produção de fronteiras que Doty faz sua própria definição sobre o conceito:

*“My own conceptualisation is to regard race (i.e., racial identity and difference) as a site: a social, political and discursive location where questions of identity and difference, self and other, are resolved though always in a contingent, unstable and tentative way. It is that this site(s) that racial difference is constructed.”*⁸⁸

Convergindo às propostas de Doty, Etienne Balibar se propõe a analisar o que ele chama de “neo-racismo” ou “meta-racismo”. Assim como Doty sustenta que raça não é uma distinção física como cor de pele, Balibar aponta que, a partir da segunda metade do século XX até os dias de hoje, o racismo que era pautado por um discurso sobre uma evolução biológica entre brancos e o resto se embasa atualmente em uma conduta ou prática social. (BALIBAR, 1991)

Para o autor, o racismo que se afirmou por teorias da evolução, portanto definido e sustentado por um entendimento biológico de evolução da humanidade, foi possível porque fazia parte de uma relação de colonialidade. Após o fim da

⁸⁵ Ibidem, p. 453.

⁸⁶ Ibidem, p. 457.

⁸⁷ Ibidem, p. 451.

⁸⁸ Ibidem, p. 453.

colonização de metrópole e colônia e pelos efeitos de um discurso racista na própria Europa que propiciou a 2ª Guerra Mundial, o racismo sofreu uma alteração na sua concepção porque o lugar de cada coletividade em um espaço político global já não podia ser definido como antes:

“The new racism is a racism of the era of ‘decolonization’, of the reversal of population movements between the old colonies and the old metropolises, and the division of humanity within a single political space... It is a racism whose dominant theme is not biological heredity but the insurmountability of cultural differences, a racism which, at first sight, does not postulate the superiority of certain groups or peoples in relation to others but ‘only’ the harmfulness of abolishing frontiers, the incompatibility of life-styles and traditions...”⁸⁹

Atento para a insuperabilidade das diferenças culturais e para como os distintos modos de vida vão ser discursados como incompatíveis e representados de forma a criar uma hierarquia negada, Balibar aponta que o que houve desde o século passado foi um deslocamento da questão da biologia para a relação social:

“In fact, what we see is a general displacement of the problematic. We now move from the theory of races or the struggle between the races in human history, whether based on biological or psychological principles, to a theory of ‘race relations’ within society, which naturalizes not racial belonging but racist conduct.”⁹⁰

Dessa forma a distinção racial ou meta-racial se faz possível através da definição dos grupos ou indivíduos que são melhores ou piores na assimilação das práticas do superior. É pelas práticas de um superior em relação à populações diferentes e, portanto, na lógica neo-racista, inferiores que o racismo se mantém. A manutenção é algo importante para Balibar pois para o autor é esse meta-racismo ou neo-racismo que sempre formou nações e as relações entre nações no mundo. (BALIBAR, 1991)

O autor sustenta que no caso da França foi o entendimento de que os franceses eram a coletividade desenvolvedora ‘dos direitos dos homens’ que permitiu a diferenciação entre raça inferior e superior pelo discurso pautado na biologia. A proposta de Balibar consiste - dentre os vários fatores o seguinte é destacado para este trabalho - em apontar que mesmo o racismo biológico já tinha nele o ‘neo-racismo’, que é o racismo por conduta. (BALIBAR, 1991)

“There is, no doubt, a specifically French branch of the doctrines of Aryanism, anthropometry and biological geneticism, but the true ‘French ideology’ is not to be found in these: it lies rather in the idea that the culture of the ‘land of the Rights of Man’ has been entrusted with a universal mission to educate the human race. There corresponds

⁸⁹ BALIBAR, Etienne. **‘Is there a ‘Neo-Racism?’**, em Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein *‘Race, nation, class. Ambiguous Identities’*. Londres e Nova York: Verso, 1991, p. 21.

⁹⁰ Ibidem, p. 22.

*to this mission a practice of assimilating dominated populations and a consequent need to differentiate and rank individuals or groups in terms of their greater or lesser aptitude for - or resistance to assimilation. It was this simultaneously subtle and crushing form of exclusion/inclusion which was deployed in the process of colonization and the strictly French (or 'democratic') variant of the 'White man's burden'.*⁹¹

Como consequência, Balibar argumenta que a negação do racismo biológico, como o discurso oficial e explícito que foi assumido a partir da segunda metade do século XX, em nada diminui o racismo em si. Se por um lado se nega o racismo por uma distinção biológica ou psicológica, por outro, lembra Balibar, a diferenciação por conduta ou prática social e a doutrina advinda da superioridade re-produzem o próprio racismo:

*“Conversely, it is not difficult to see that, in neo-racist doctrines, the suppression of the theme of hierarchy is more apparent than real. In fact, the idea of hierarchy, which these theorists may actually go so far as loudly to denounce as absurd, is reconstituted, on the one hand, in the practical application of the doctrine (it does not therefore need to be stated explicitly), and, on the other, in the very type of criteria applied in thinking the difference between cultures (and one can again see the logical resources of the 'second position' of meta-racism in action).”*⁹²

Outro autor que trabalha com a relação entre raça, como local de produção de fronteira, e o encontro colonial é Aníbal Quijano. Atento para como o encontro colonial no continente americano foi inovador para o que ele chama de modernidade, o autor afirma que é a partir da colonização da América que os europeus vão desenvolver um etnocentrismo próprio: pautado na distinção racial. (QUIJANO, 2005)

Porém, a contribuição de Quijano para esta pesquisa pode ser destacada por dois pontos que o autor desenvolve. O primeiro é que a hierarquização por raças, que continua até os dias atuais, não é feita por um conceito fixo – assim como proposto por Doly e Balibar – mas por uma construção social. No entanto, o autor chama atenção para como essa construção social hierárquica tem origem no controle da subjetividade dos indivíduos. Segundo o autor, as relações de poder do mundo atual (desenvolvidas a partir do encontro colonial da Europa e da América) são possíveis pelo controle da produção do conhecimento, sendo o entendimento do que é o melhor/ o desenvolvido/ o moderno uma construção eurocêntrica que classifica o que é o evoluído e o que deve evoluir.

⁹¹ Ibidem, p. 24.

⁹² Ibidem, p. 24.

“Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.”⁹³

Da mesma forma que Doty sustenta a construção de raça como algo intrínseco às relações internacionais, e por isso também intrínseco às relações advindas de um processo de operação de paz como o estudo desta pesquisa, e que Balibar afirma o racismo ter sido sempre caracterizado também por distinções hierárquicas entre condutas e doutrinas desde o período de colonização, Quijano aponta para como essas construções foram possibilitadas pelo encontro que depois se tornou um encontro colonial.

A valorosa contribuição de Quijano aqui é evidenciar que a raça não foi produzida no processo de colonização e persiste até hoje, como pode ser entendido pela proposta de Balibar, mas que ela permitiu a colonização e mantém as hierárquicas do poder mundial até o presente a partir da continuidade da raça como local de produção de fronteira. Isso não implica em entender que Balibar está equivocado, muito pelo contrário, ressalta que ambos trazem ferramentas analíticas essenciais para este trabalho.

Ao evidenciar a característica neo-racista que os discursos têm nos dias atuais, Balibar permite problematizar os discursos que fundamentam uma operação de paz como discursos pautados na raça como local de produção de fronteira. E por outro lado, mas não contrário, ao apontar para a construção histórica das relações de poder atuais Quijano permite uma provocação quanto a reprodução das relações de poder por raças como uma ferramenta de garantir a hegemonia de um controle sobre a subjetividade do mundo não europeu.

A localização do controle do conhecimento e da produção dele, como analisado por Quijano, não são triviais, mas sim fundamentais para analisar o porque hoje determinados atores são pacificadores e outros pacificados. A contribuição de Quijano permite ir além da identificação do discurso racista, ou neo-racista, identificado por Balibar e problematizar a re-produção de relações de poder que tiveram início no encontro entre europeus futuros colonizadores e população nativa do que viria a ser classificado de continente americano.

⁹³ QUIJANO, Aníbal. **‘A Colonialidade do Saber’**, em org. Lander, Edgard “A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais”. São Paulo, Cromosete Gráfica e Editora Ltda., 2005, p. 236.

O segundo ponto a ser destacado da análise de Quijano é a hierarquia econômica ou financeira (sendo pelo autor classificada de capital) do mundo atual. Se há hoje uma divisão entre controladores da produção de produtos e produtores desses produtos a explicação se volta para a construção histórica da divisão racial mundial, originada no encontro colonial da América. (QUIJANO, 2005) Para Quijano, desde a colonização europeia que o mercado mundial foi sendo dividido por base nas raças, onde primeiramente negros não recebiam por seu trabalho e europeus sim. (QUIJANO, 2005, p. 231) O mesmo foi ocorrendo no processo de independência, no pós-colonialismo, onde as antigas colônias ocupam lugares periféricos na economia mundial, e portanto se encontram no processo de assimilação, como argumentado por Balibar, do comportamento econômico eurocêntrico. A partir do próximo capítulo a divisão econômica mundial será melhor trabalhada e sua construção racial novamente abordada a partir dessas contribuições analíticas, o que nesse momento do texto seria inadequado para o debate teórico.

Através das propostas acima, de Doty, Balibar e Quijano, que os conceitos de raça e gênero serão utilizados nesse trabalho porque propõem que ambos são locais de produção de fronteiras socialmente construídos e que são possíveis a partir da relação hierárquica entre os atores. Como exposto até aqui, há uma ausência analítica sobre esses conceitos, como locais de produção de fronteira, quanto aos estudos sobre operações de paz.

Muitos estudos sobre a participação brasileira na MINUSTAH não problematizam gênero e raça como locais de produção da fronteira entre os oficiais brasileiros e o país anfitrião. Sendo assim, como última parte desse primeiro capítulo, serão estabelecidas as perspectivas (que em alguns momentos são entendidas por determinados autores de epistemologia) a serem empregadas nesta pesquisa.

2.3. Estudos sobre operações de paz, epistemologias e perspectivas racionalista, feminista e pós-colonial

Em diversos estudos de operações de paz a epistemologia racionalista é usada para analisar o conflito e a solução para o mesmo. O corolário dessa escolha epistemológica, como apontado por Bellamy e Pugh, é que as análises se resumem

à solução de problemas (“*problem solving*”) evitando uma abordagem crítica sobre o assunto.

Ao analisar as operações de paz que visam uma solução de conflito intra-estatal Sérgio Luiz Cruz Aguilar se baseou nas propostas de paz perpétua de Kant. Segundo Aguilar a paz perpétua só pode ser alcançada por algumas características como: Direitos Civis, que garantem a liberdade dos indivíduos diante do Estado, e o Direito das Gentes, que garante segurança para o menor dos Estados. Através dessa proposta kantiana, o autor argumenta que as operações de paz são úteis como ferramenta para a solução de conflitos por possibilitarem um ambiente anárquico pacífico entre Estados, o qual é possível através de uma governança pelos princípios citados acima. Para chegar a essa defesa o autor primeiramente busca entender os conflitos atuais que têm sido alvo de operações de paz e depois analisa os programas que essas operações realizam para que a paz duradoura (como é denominada por Aguilar) seja factível.

Ao analisar os conflitos o autor explica que “Num largo espectro o mundo viveu, desde a antiguidade, guerras de conquista e ocupação”⁹⁴ e essas guerras são derivadas de duas motivações: individual e coletividade social. A primeira pode ser explicada por dois fatores: “No nível individual as principais explicações apresentam a violência como uma necessidade biológica, ou como um comportamento psicológico de resposta a um estímulo que se exterioriza diante de uma frustração...”⁹⁵ A segunda motivação pode ter origem na luta entre grupos, incerteza de detenção de poder entre as elites dirigentes, transferência de sentimento agressivo para outro grupo em decorrência de imperativos tradicionais e ideológicos ou por razões culturais. (AGUILAR, 2014)

A conclusão que o autor faz a partir desse diagnóstico é que “a história da humanidade é uma história de guerras” e que não foi alterada nem mesmo pelo surgimento do Estado-nação a partir do século XVII. Por esse entendimento Aguilar aponta para como a resolução de conflitos pode ser alcançada:

“Pode-se, então, inferir sobre a importância da guerra para o Estado, que esse ator permanecerá com o poder de decidir por ela ou pela paz, e que o cenário do século XXI ainda é o da “anarquia” onde o

⁹⁴ AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. ‘As operações de paz como ferramenta para a construção da paz’. Em ‘Reflexões Sobre a Paz’. Marília: Cultura Acadêmica, 2014, p. 103.

⁹⁵ Ibidem, p. 102.

entendimento entre os principais atores do sistema continuará fundamental para a administração e a resolução de conflitos.”⁹⁶

Preocupado em uma relação de cooperação entre os principais atores do sistema internacional (Estados-nação), Aguilar então se volta para os passos que a ONU deve dar objetivando a paz duradoura:

“Dessa forma, para a resolução de um conflito deve-se promover o consenso e a cooperação e implica, normalmente: no controle da violência física (separação das partes em luta utilizando militares e policiais); criação de ambiente favorável ao diálogo (por meio de incentivos ou coerção – sanções); uso da diplomacia para estabelecer acordos (se inicia com acordos de cessar fogo para, numa última fase, serem estabelecidos acordos de paz); e eliminação das causas e condições responsáveis pelo conflito (atuando como prevenção contra uma nova violência).”⁹⁷

A partir dessa análise sobre o conflito e sobre a resolução do mesmo, o autor aponta as ações essenciais para alcançar a paz duradoura e, portanto, que não podem deixar de ser realizadas pela ONU em um ambiente de conflito intra-estatal. Essas ações são:

“...restauração da habilidade do Estado em prover segurança e manter a ordem pública, fortalecimento do estado de direito e do respeito aos direitos humanos, apoio à emergência de instituições políticas e legítimas e a processos participativos, e promoção da recuperação social e econômica e do desenvolvimento, que inclui o retorno seguro e o reassentamento de desalojados e refugiados.”⁹⁸

A partir dessas ações Aguilar lista quatro programas fundamentais para a ONU: DDR (Desarmamento, Desmobilização e Reintegração), deminagem (retirada de minas terrestres que são instaladas durante o período de conflito), promoção e proteção dos direitos humanos e por último a realização de projetos de infra-estrutura voltados para a geração de emprego e renda. (AGUILAR, 2014)

Pela breve análise do trabalho de Aguilar é possível perceber que a epistemologia empregada pelo autor é uma epistemologia racionalista que não questiona a construção do Estado-nação e tampouco conceitos como de paz duradoura e direitos humanos. Os atores, Estados-nação, trabalhados por Aguilar são os mesmos desde o século XVII e as guerras se repetem por dois tipos de motivações desde a antiguidade; há uma essência tanto do conflito quanto do ator a solucioná-lo.

⁹⁶ Ibidem, p. 103.

⁹⁷ Ibidem, p. 105.

⁹⁸ Ibidem, p. 108.

Trabalhando com essências Aguilar então se propõe a soluções técnicas apontando quais ações e programas devem ser realizados para o sucesso da operação. Essa abordagem teórica prioriza a ontologia em detrimento da epistemologia, uma vez que se preocupa mais com a conceituação de essências e ignora qualquer construção social dos conflitos, Estados e operações de paz. Para Aguilar o conflito é a quebra da norma social e as operações de paz são vistas como um instrumento externo aos atores para que se retorne à normalidade. Ambas visões implicam um entendimento das causas do conflito como naturais e sua solução também. Por essas características a abordagem de Aguilar é uma abordagem de “*problem solving*” uma vez que é instrumentalista, objetivista e não-reflexivista. Assim a fronteira em um processo de operação de paz, pela proposta de Aguilar, está sempre entre atores pacificadores e país-anfitrião.

Entretanto, quando abordado de que forma as fronteiras durante a atuação da MINUSTAH foram analisadas foi argumentado em favor de uma abordagem teórica voltada para gênero e raça como locais de produção de fronteira. Enquanto estudos racionalistas como de Aguilar contribuem para a solução de conflitos através da identificação de técnicas que promovam uma paz duradoura, a virada epistemológica promovida pelas análises críticas (“*critical theory*”) problematizam os conceitos e as representações de identidades através de uma análise sobre a construção social dos mesmos. O próximo passo (ou “*next stage*”) nos estudos de operações de paz proposto por Bellamy busca dar maior importância à subjetividade, reflexividade e normatividade que são muito destacadas desde a ampliação da agenda dos estudos de segurança.

Dentre os responsáveis pela ampliação da agenda dos estudos de segurança estão os estudos feministas e pós-coloniais. Ao trazer para o debate questões como gênero e raça essas abordagens teóricas ampliaram a forma de entender segurança e interferiram nas análises sobre operações de paz. Se antes as operações de paz deveriam ser analisadas por propostas racionalistas como a de Aguilar, esses estudos passaram a trazer outros temas para o debate.

2.3.1. Perspectivas feministas

Os estudos feministas sobre gênero problematizam a falta de relevância das questões de gênero para os estudos de operações de paz. Como visto anteriormente

na análise sobre as contribuições de Cynthia Enloe, o gênero é um local de produção de fronteira e, portanto, necessita ser analisado.

Dyan Mazurana, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat e Sue Lautze ampliam os estudos sobre operações de paz, ainda que através de uma essência de masculino e feminino, ao proporem que se o objetivo é alcançar a paz, então o gênero é uma peça-chave:

*“At the core of this book is the knowledge that gender is a necessary analytic tool to recognize the causes and consequences of complex political emergencies, to critically analyze national and international interventions into these violent situations, and to move effectively from war to managing systems of chronic instability to reconciliation and reconstruction.”*⁹⁹

Para explicar essa afirmação as autoras apontam para questões de gênero em um momento de conflito e instabilidade política e questões de gênero que permeiam as resoluções. Sobre um momento de instabilidade e conflito, as autoras chamam a atenção para novas táticas de guerra que são baseadas em divisões de gênero:

*“Gender-based and sexual violence increasingly are used as weapons of warfare and have become defining characteristics in many conflicts. Genocide, rape, force impregnation, forced abortion, trafficking, sexual slavery, and the intentional spread of sexually transmitted diseases (STDs), including HIV/AIDS, are integral elements of these new forms of conflict.”*¹⁰⁰

Mas também enfatizam que mulheres e meninas não são somente vítimas de um conflito ou instabilidade, elas também produzem essas situações por uma série de razões que podem variar desde oposição à um governo considerado injusto ou por ideologia religiosa e/ou política. A preocupação das autoras ao olhar para o papel de mulheres e meninas em situações de conflito e instabilidade é romper com o entendimento de que homens fazem a guerra. *“They [women and girls] play crucial roles in supporting and perpetuating violence. Women and girls assume greater roles in contemporary armed conflict, including as frontline combatants, spies, messengers, porters, and “wives”.*”¹⁰¹

Demonstrando que a guerra não é coisa de homem e também não tem efeito somente sobre os homens, as autoras propõem que a resolução do conflito tem que incluir questões de gênero como: *“gender equality, balance and mainstreaming”*.

⁹⁹ MAZURANA, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, com Sue Lautze. **‘Introduction: Gender, Conflict and Peacekeeping’**. Em Mazurana, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, org., *‘Gender, Conflict and Peacekeeping’*. New York: Rowman and Littlefield, 2005, p. 1.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 2.

¹⁰¹ Ibidem, p. 2.

Essas questões são componentes do que é considerado “*gender perspectives within Peace and Security issues*”, e foram estabelecidas na Declaração de Pequim em 1995¹⁰².

A perspectiva de gênero traz à luz da resolução de conflitos a necessidade da participação das mulheres, para que o processo seja eficiente. Dessa forma é argumentado em favor da igualdade de gênero: “*Gender equality refers to the equal rights, responsibilities, and oportunities of women, men, girls, and boys.*”¹⁰³ Também em favor do balanço de gênero: “*Gender balance refers to the degree to which women and men participate within full range of activities with the United Nations.*”¹⁰⁴ E por ultimo em favor da “*gender mainstreaming*”:

“*A focus on gender mainstreaming in situations of conflict and postconflict involves recognizing that women, girls, men, and boys experience and recover from the effects of violence and community destabilization differently according to their gender, age, ethnicity, and class status in society.*”¹⁰⁵

Dessa forma as autoras trazem para as ações de operação de paz uma perspectiva que inclua o gênero como fator central para a promoção da paz e resolução do conflito. Entretanto, quando argumentam em favor dessa igualdade de gênero, as autoras essencializam o feminino e o masculino em corpos de mulheres e meninas de um lado, e homens e meninos de outros. Partindo da essência de feminino e masculino as autoras caem em uma armadilha, uma vez que não problematizam a construção social desses conceitos. (BUTLER, 1990)

Como apontado antes, neste trabalho a busca por uma epistemologia feminista implica em um questionamento de essências como estas. Enquanto a abordagem de Mazurana, Raven-Roberts, Parpat e Lutze ampliam a agenda de operações de paz para questões de gênero, elas também evitam a construção narrativa que os conceitos de masculino e feminino podem receber durante uma operação de paz. As autoras trabalham com políticas de gênero como se masculino e feminino fossem conceitos pré-promoção da paz e quando aplicadas essas

¹⁰² Beijing Declaration and Platform for Action in 1995. Disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/>. Acessado em 21/01/2016.

¹⁰³ MAZURANA, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, com Sue Lautze. ‘**Introduction: Gender, Conflict and Peacekeeping**’. Em Mazurana, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, org., ‘*Gender, Conflict and Peacekeeping*’. New York: Rowman and Littlefield, 2005, p. 13.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 13.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 15.

políticas não interferem nesses mesmos conceitos. Assim, as autoras assumem o que Elshtain classifica de discurso feminista ontológico:

*“In ontic discourse, being is prior to knowledge... The “epistemological turn” made possible the creation of a view of human beings as self-conscious subjects whose identity is not given but emerges as a result of each individual’s attainment of subjective consciousness.”*¹⁰⁶

Em seu trabalho *“Gender, Norms and The Protection of Civilians”*, R. Charli Carpenter problematiza os conceitos de masculino e feminino que são construídos durante ações de proteção de civis em regiões de conflito. Para a autora é fundamental atentar para questões de gênero ao analisar políticas de proteção de civis, uma vez que é por conceitos de masculino e feminino que se classifica os inocentes a serem protegidos: *“I demonstrate that the “innocent civilian” is invoked through the use of gender essentialisms...”*¹⁰⁷

Carpenter aponta que dentro da legislação de proteção de civis durante conflitos, que ganhou muita importância desde o fim da Guerra Fria, há um entendimento de que os civis não devem ser afetados pois eles não participam do conflito. Por isso, foram desenvolvidas diferentes políticas para a proteção dos civis, desde doação de alimentos e água, passando por atendimento médico e muitas vezes culminando na retirada dos civis do local de conflito. No entanto, Carpenter chama a atenção para como os civis, inocentes em um período de conflito, são definidos: *“...political actors typically associate women and children, but not adult men, with civilian status.”*¹⁰⁸ A essência do inocente é baseada em um entendimento de feminino e masculino, e quando atores políticos atuam por meio dessa narrativa esses conceitos são novamente construídos. O feminino sendo identificado como o vulnerável, frágil, aquele a ser protegido, e por outro lado o masculino como o forte, combatente, aquele que protege. (SJOBERG & VIA, 2010)

Essa atribuição de qualidades à diferentes gêneros como masculino e feminino é o que Elshtain entende como central para as análises feministas. A fim de problematizar como feminino e masculino são construídos durante a atuação da MINUSTAH e como os oficiais brasileiros reproduzem ou não tais construções esse trabalho assume uma epistemologia feminista como defendida por Enloe e Elshtain.

¹⁰⁶ ELSHTAIN, Jean Betke. **‘Public Man, Private Woman’**. Princeton: Princeton University Press: 1981, p. 206.

¹⁰⁷ CARPENTER, Charli. **‘Innocent Women and Children: Gender, Norms and the Protection of Civilians’**. Aldershot: Ashgate, 2006, p. 2.

¹⁰⁸ Ibidem, p. 2.

Entendendo que masculino e feminino são construções sociais e não necessariamente são aplicadas à homens e mulheres respectivamente, este trabalho atenta para a relação de oposição que ambos os gêneros recebem:

*“Characteristics traditionally associated with masculinity include strength, protection, rationality, aggression, public life, domination, and leadership. On the other hand, weakness, vulnerability, emotion, passivity, privacy, submission, and care have been traditionally associated with femininity.”*¹⁰⁹

Logo, ao entender gênero como local de produção de fronteira não significa analisar a MINUSTAH através de políticas como argumentadas por Mazurana, Raven-Roberts, Parpat e Lutze. Mas sim, atentar para como atores podem ser feminizados ou masculinizados e como esses processos estão relacionados com a operação de paz no Haiti. A feminização de um ator implica em subordiná-lo à outro e esse processo pode ocorrer à qualquer ator (homens, Estados, instituições...), não necessariamente às mulheres. (SJOBORG & VIA, 2010)

Por essa lógica de construção em oposição entre masculino e feminino, pode-se perceber que a relação de gênero tem sido naturalizada como uma relação heterossexual. A heteronormatividade coloca o masculino como o centro e o feminino à margem, fazendo da construção social falocêntrica (falos como centro) algo natural. (BUTLER, 1990) A implicação desse falocentrismo é que os gêneros ganham “naturalmente” (um processo social que é naturalizado) um desejo heterossexual: *“In other words, heterosexual melancholy is culturally instituted and maintained as the price of stable gender identities related through oppositional desires.”*¹¹⁰ Por esse entendimento e considerando, por exemplo, a representação do Haiti como irmã, na reunião do dia 30 de abril do CS, última antes da implementação da MINUSTAH, algumas perguntas surgem:

- Representar o Haiti como irmã e a partir disso defender a implementação de uma operação de paz de capítulo VII tem alguma implicação na forma como a promoção da paz deve se dar no terreno?
- Qual o posicionamento do Brasil, que lidera a operação, quanto à identificação do Haiti como um ator feminino?

¹⁰⁹ SJOBORG, Laura e Via, Sandra, org. **‘Gender, War, and Militarism. Feminist Perspective’**. Santa Barbara: Praeger; 2010, P. 3.

¹¹⁰ BUTLER, Judith. **‘Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity’**. Nova York: Routledge; 1990, p. 70.

- O pedido do secretário de estado dos Estados Unidos, Collin Powel, por mais agressividade dos oficiais brasileiros tem alguma relação com uma demanda por atuação masculina?
- Como o Brasil lida com os desejos de uma atuação que seja a resposta à uma identidade haitiana representada como feminina se ele assume uma relação de similaridade com o Haiti?

Os questionamentos acima serão trabalhados adiante, no entanto é interessante ressaltar que discursos embasados em uma atuação ou representação de gênero não foram preocupação de outros trabalhos sobre a participação do Brasil na MINUSTAH.

Antes de analisar a implementação da MINUSTAH e a atuação brasileira no Haiti é necessário trazer para esse trabalho as contribuições teóricas pós-coloniais. Essas contribuições serão úteis para analisar a relação Brasil-Haiti durante a operação de paz, interrogando o papel, principalmente, de raça como local de produção de fronteira.

2.3.2. Perspectivas Pós-coloniais

A abordagem pós-colonial ampliou a agenda dos estudos sobre operações de paz por questionar a epistemologia eurocêntrica ou ocidental de outras teorias como as teorias racionalistas. Enquanto Aguilar na sua análise se utiliza das propostas sobre paz perpétua de Emmanuel Kant, os estudos pós-coloniais vão usar outros autores como marco teórico-epistemológico.

Dentre diferentes autores que poderiam ser utilizados foram selecionados dois: Edward Said e Frantz Fanon. Said pode ser considerado como o primeiro teórico a trabalhar com o conceito de discurso para analisar o colonialismo e seus efeitos até os dias atuais. (YOUNG, 2001) Já Fanon, ao abordar raça como um tema crucial para as sociedades coloniais e pós-coloniais, se tornou autor de um dos estudos teóricos centrais do pós-colonialismo. (YOUNG, 2001)

Edward Said, nascido em 1935, na palestina, foi doutor e professor universitário de literatura. Seu trabalho foi muito influenciado pelas análises de poder de Michael Foucault. Aqui, podem ser destacadas duas características do trabalho de Foucault que inspiraram o principal trabalho de Said, de suma importância para esta pesquisa: a primeira está no curso Genealogia e Poder, no

livro *Microfísica do Poder*, no qual Foucault aponta para um saber dominado; e a segunda no curso *Soberania e Disciplina*, também no livro *Microfísica do Poder*, no qual Foucault evidencia como o poder hierárquico busca controlar os corpos a partir de sua identificação.

O poder é entendido por Foucault como um instrumento de interação que também se faz pelo discurso. O poder não é algo coeso e fixo que se pode ter, perder ou trocar, mas é algo que se pode exercer na relação entre combates, entre forças, através de discursos. (FOUCAULT, 2015) Dessa forma, o autor propõe que poder é algo criado nas relações sociais e não pré-relações sociais, mas que objetiva criar, através de discursos, uma verdade, impedindo pluralidade de verdades. A partir desse entendimento de poder, Foucault se debruçou sobre o saber dominado.

O saber dominado, como descreve Foucault, consiste em duas coisas: uma é o sepultamento de diversos conteúdos ou saberes históricos em nome de uma sistematização de conteúdo, a fim de um discurso produtor de uma verdade, *“Portanto, os saberes dominados são o bloco de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos”*¹¹¹; e a segunda é que esse sepultamento se dá por uma desqualificação, discursiva também, de diversos saberes que possibilitam uma qualificação dos que são sistematizados,

*“...por saber dominado se deve entender... uma série de saberes que tinham sido desqualificados como não competentes ou insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível requerido de conhecimento ou de cientificidade.”*¹¹².

Através dessa construção do poder e do conhecimento, intimamente constitutivos, Foucault apontou para como o poder da soberania, aquele que se define a partir de sua legitimidade superior pelo seu saber e a dominação pela sujeição das extremidades, busca disciplinar os corpos. Sobre essa disciplina o autor aponta para a dominação, que é como o poder objetiva garantir sujeição de uns em detrimento de superioridade e domínio de outro(s). Essa dominação se faz não através da vontade de dominar, mas sim na forma como os gestos e comportamentos são sujeitados pelo domínio. Foucault busca mostrar que a disciplina é uma forma de dominar os sujeitos, fazendo deles algo sujeito que seja definido ou identificado (essa palavra permite uma maior proximidade com os debates de identidade muito

¹¹¹ FOUCAULT, Michael. *‘Microfísica do Poder’*. São Paulo: Editora Paz e Terra; 2015. Página 266.

¹¹² Ibidem, p. 266.

presentes no campo das Relações Internacionais) a partir de uma verdade legítima e que deve ser obedecida. No entanto, Foucault lembra que a verdade sempre teve nela própria outros discursos e é nesse contato constante e ininterrupto que se pode olhar para o como do poder. (FOUCAULT, 2015)

Através dessas considerações a perspectiva pós-colonial de Edward Said pode ser trabalhada nesta pesquisa a partir do principal trabalho do autor, o livro ‘Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente’, que pode ser considerado o primeiro trabalho para os estudos pós-coloniais: “*Typically, postcolonial critique begins, as noted above, with a critique of Said...*”¹¹³. Neste livro, Said, muito influenciado pelos pontos de análise de Foucault abordados acima, traz à luz dos estudos sobre colonização, imperialismo e lutas contra eles o discurso como forma de poder. (YOUNG, 2001) Said argumenta que é pelo regime discursivo que a colonização e o imperialismo são construídos e ganham materialidade. Assim, o autor ao longo do livro seleciona diversos textos desde romances até estudos sociais e políticos, passando por textos religiosos e poesia, por exemplo, apontando uma mesma característica: a aceitação de uma distinção, fronteira, entre o Leste e o Oeste. (SAID, 1978)

Para Said é por essa fronteira que separa o que é o leste e o que é o oeste que os textos sobre o Oriente se fundamentaram e sempre expressaram “*descrições sociais e relatos políticos a respeito do Oriente, seus povos, costumes, “mentalidade”, destino e assim por diante*”¹¹⁴. É essa prática discursiva de representação do Oriente, como a verdade sobre o tudo que não é europeu, que é definida como Orientalismo: “*O Orientalismo é um estilo de pensamento baseado numa distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Oriente” e (na maior parte do tempo) o “Ocidente”.*”¹¹⁵

Said então defende que é através do Orientalismo que a colonização e o imperialismo se justificam. A constante representação do Oriente pelo Ocidente permitiu um único entendimento “verdadeiro” de superioridade do último sobre o primeiro e culminou em uma relação material de exploração (ou apropriação, como reforça Quijano) desde a colonização. Um ponto crucial na argumentação de Said

¹¹³ YOUNG, Robert. ‘**Postcolonialism. An Historical Introduction**’. Victoria: Blackwell Publishing Ltda.; 2001, p. 385.

¹¹⁴ SAID, Edward. ‘**Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**’. São Paulo: Editora Schwarcz S.A.; 2013, p. 29.

¹¹⁵ Ibidem, p. 29.

é que discurso e materialidade não podem ser facilmente separados, uma vez que ambos são como um só.

*“Tomando o final do século XVIII como ponto de partida aproximado, o Orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição autorizada a lidar com o Oriente – fazendo e corroborando afirmações a seu respeito, descrevendo-o, ensinando-o, colonizando-o, governando-o: em suma, o Orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente.”*¹¹⁶

A partir dessa relação de dominação e subordinação, entre Ocidente e Oriente, respectivamente, que Said propõe que o significado que o “Outro” recebe só surge de uma relação social hierárquica dentro de uma relação de poder pautada “em uma verdade discursiva” – novamente pode-se identificar a influência de Foucault. Como afirma Said “o Oriente não é um fato inerte da natureza”¹¹⁷, ao contrário aquilo que se convém classificar de Oriente é uma representação, discursada como a verdade, que o Ocidente criou, desenvolveu e reproduz, sempre discursivamente - não negando a materialidade. “Dessa intimidade [relação entre Ocidente e Oriente], cuja dinâmica é muito produtiva, mesmo que sempre demonstre a força relativamente maior do Ocidente, provém o grande corpo de textos que chamo de orientalistas.”¹¹⁸

No entanto, Said sustenta que essa relação não somente é uma relação que constrói o “Oriente”, o orientalismo também permite que o Ocidente se defina. Essa definição será sempre em oposição à representação que é feita do Oriente:

*“Além disso, o Oriente ajudou a definir a Europa (ou o Ocidente) com sua imagem, ideia, personalidade, experiência contrastantes. Mas nada nesse Oriente é meramente imaginativo. O Oriente é uma parte integrante da civilização e da cultura material europeia.”*¹¹⁹

Dessa forma pode-se perceber que a perspectiva defendida por Said é a que utiliza como unidades de análise o poder de representação que o discurso tem e como ele afeta na relação entre dois ou mais atores. A representação do “Outro” é assim sempre algo subjetivo, mas que busca uma objetividade para que o “Eu”, aquele que representa, possa se definir. Através dessa proposta que pode ser transferido o local do discurso do dominador para o subordinando, buscando permitir um novo discurso sobre ele mesmo uma vez que a representação é sempre uma realidade virtual. (YOUNG; 2001)

¹¹⁶ Ibidem, p. 29.

¹¹⁷ Ibidem, p. 31.

¹¹⁸ Ibidem, p. 31.

¹¹⁹ Ibidem, p. 28.

“At this point, Orientalism begins to be seen as operating not primarily as a discursive discipline, but rather at the level of a tradition of representation, which Said criticizes on the grounds of its misrepresentation of the real in a hegemonic power/structure. This move from a concept of discourse to one of ideological representation in Said is at the centre of the theoretical problematic of his text.”¹²⁰

Por essa perspectiva pós-colonial de Said algumas indagações se tornam possíveis como:

- Qual o efeito que a representação do Haiti como “ameaça à paz internacional” pelo Conselho de Segurança da ONU, através da resolução 1542, de 2004, tem sobre as atividades da MINUSTAH?
- Qual relação de poder que circunda o processo de descrição do Haiti como aquele a ser pacificado?
- E qual a posição do Brasil, durante a atuação de seus oficiais e diplomaticamente, em relação a essa representação?

Essas e outras perguntas aqui expostas são um indicativo de como as perspectivas pós-coloniais são importantes para analisar a operação de paz no Haiti liderada pelo Brasil e serão trabalhadas nos próximos capítulos, nesse momento é importante analisar a contribuição de Fanon para esta pesquisa. Como abordado acima, a perspectiva de Said permitiu trazer à luz a fronteira entre colonizador e colonizado. A proposta de Fanon traz uma contribuição epistemológica que Robert Young classificou de localização epistemológica (*“epistemological location”*).

A fim de analisar a sociedade colonial, Fanon vai buscar no pensamento ocidental os recursos para contrapô-lo. Martinicano, nascido em 20 de julho de 1925, Fanon se formou em psiquiatria e filosofia na França e mais tarde foi, por duas vezes, condecorado por bravura em razão de ter lutado junto às forças francesas na Segunda Guerra Mundial. Sua condição de condecorado se transformou em procurado pela polícia quando resolveu aderir à Frente de Libertação Nacional da Argélia, que defendia a independência da França. A partir de então, Fanon dedicou não somente seus estudos e trabalho, mas também sua vida à transformação da vida através de um rompimento com as instituições coloniais e racistas do mundo moderno. (FANON, 2008)

Suas obras foram, em muito, influenciadas por ideias de Jacques Rouman, poeta haitiano, ligado à luta comunista através da Internacional - ideologia que

¹²⁰ YOUNG, Robert. **‘Postcolonialism. An Historical Introduction’**. Victoria: Blackwell Publishing Ltda.; 2001, p. 388.

Fanon vai não somente aderir, em um primeiro momento, e também contrapô-la - por propostas filosóficas de Jean-Paul Sartre e, principalmente, pelas ideias e propostas da *négritude* de Aimé Césaire. (FANON, 2008)

Escrevendo anteriormente às propostas de Said, Fanon utilizou análises Marxistas para mostrar como a epistemologia europeia não consegue compreender o fenômeno da colonização, pois está localizada no discurso do colonizador. “*A product of the western-educated colonial elite, Fanon used the resources of western thought against itself. What he did was to translate its epistemological location.*”¹²¹

Ao transferir a localização epistemológica para o colonizado Fanon apontou a raça como a fronteira entre dominador e subordinado, colonizador e colonizado: “... *he [Fanon] argues that the class division of European societies becomes a racial division in the colonies.*”¹²² A partir dessa perspectiva, Fanon faz da raça o local de produção de fronteira nas sociedades coloniais e por isso entende que divisões econômicas são baseadas em questões raciais:

*“The division in the colonies, Fanon argues, is racial, between colonizer and colonized, whose status, role and function are predicated on their racial identities. The relation between them is tautological and consists of a form of exploitation based on an originary violence: you are rich because you are white, you are white because you are rich. Although the division between these groups is economic, it is not in itself a product of economic disparity – rather of the political and racial differences which operate as the fundamental form of the system.”*¹²³

Entretanto, Fanon não somente problematiza a relação entre colonizador e colonizado como uma relação pautada em uma diferenciação racial mas também atenta para como a relação entre colonizados (no seu caso, negros) foi transformada pelo processo de colonização: “*O negro tem duas dimensões. Uma com seu semelhante e outra com o branco. Um negro comporta-se diferentemente com o branco e com outro negro. Não há dúvida de que esta cissiparidade é uma consequência da aventura colonial...*”¹²⁴

A fronteira racial nas sociedades coloniais afetou completamente a relação entre os colonizados, fazendo com que muitos deles “vistam” máscaras brancas a fim de parecer com o dominador, colonizador, evoluído; o branco. Para Fanon isso é consequência da relação entre brancos e negros, onde o último se modifica para

¹²¹ Ibidem, p. 276.

¹²² Ibidem, p. 278.

¹²³ Ibidem, p. 279.

¹²⁴ FANON, Frantz. **‘Péle Negra, Máscaras Brancas’**. Salvador: EDUFBA; 2008, p. 33.

assumir uma posição de inferioridade diante do primeiro. Esse momento pode ser percebido na descrição do autor:

“Chego lentamente ao mundo, habituado a não aparecer de repente. Caminho rastejando. Desde já os olhares brancos, os únicos verdadeiros, me dissecam. Estou fixado. Tendo ajustado o microscópio, eles realizam, objetivamente, cortes na minha realidade. Sou traído. Sinto, vejo nesses olhares brancos que não é um homem novo que está entrando, mas um novo tipo de homem, um novo gênero. Um preto!”¹²⁵

Cabe aqui ressaltar a relação da proposta de Doty de trabalhar raça como um local de produção de fronteira, uma vez que ela é definida por um externo, com esse momento descrito por Fanon. A raça do negro é definida na relação com o branco, o externo. E como resalta Said, essa relação de representatividade do que é o negro é consequência de uma relação de poder. Porém, ainda é necessário desenrolar mais a proposta epistemológica de Fanon.

Para Fanon a maneira do negro que “veste” a máscara branca é múltipla. Um exemplo é a linguagem, como o negro busca se expressar como o branco. Comenta o autor: *“Nas Antilhas... lingua oficialmente falada é o francês.”¹²⁶* Em outro momento, Fanon menciona o quanto os negros ficam em seus quartos buscando assumir um acento que seja “mais branco”.

Outro exemplo é a relação entre homens e mulheres. Fanon aponta que as mulheres de cor buscam se relacionar com homens o menos preto possível, enquanto homens de cor sempre que podem têm relações sexuais com mulheres brancas:

“O número de frases, de provérbios, de pequenas linhas de conduta que regem a escolha de um namorado é extraordinário nas Antilhas. O importante é não sombrear de novo no meio da negrada, e qualquer antilhana se esforçará em escolher, nos seus flertes ou relações, o menos negro.”¹²⁷

“Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco. Ora... quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco. Sou um branco.”¹²⁸

A inquietação que essa análise de Fanon traz para esta pesquisa é como a relação entre Brasil e Haiti se dá durante um processo de paz circundado por relações de poder de representação do país caribenho? Sabendo que o Brasil assumiu uma posição de similaridade com o Haiti e não de diferença devido ao seu

¹²⁵ Ibidem, p. 108.

¹²⁶ Ibidem, p. 42.

¹²⁷ Ibidem, p. 57.

¹²⁸ Ibidem, p. 69.

passado colonial e seu presente de ‘em desenvolvimento’, como os oficiais verde-amarelos atuam em solo haitiano durante a MINUSTAH, já que os haitianos são aqueles a serem pacificados e os brasileiros aqueles a pacificar?

Moreno, Gomes e Braga buscaram problematizar essa relação de Brasil e Haiti durante a MINUSTAH através de uma abordagem pós-colonial, o que culminou no entendimento de que a promoção da paz como defendida por países desenvolvidos como a França não é reproduzida pelo Brasil. Essa fórmula de promoção da paz é contingente, e pela similaridade do Brasil com o país anfitrião que políticas distintas das convencionais durante uma operação de paz foram realizadas. (MORENO, GOMES & BRAGA, 2012)

No entanto, como apontando anteriormente, o artigo de Moreno, Gomes e Braga não trabalha com a atuação brasileira na MINUSTAH através da raça como local de produção de fronteira. Se os estudos pós-coloniais argumentam que os efeitos do encontro colonial não terminam com a independência, qual o impacto do encontro colonial para a realização da MINUSTAH? Qual o impacto de uma relação de colonizador/colonizado, baseada na raça, para uma relação de pacificador/país anfitrião?

Essas e outras perguntas demonstram que as perspectivas apontadas até aqui serão trabalhadas de forma a permitir uma análise que problematize o gênero e a raça como locais de produção de fronteira não excludentes durante uma operação de paz. Enquanto a epistemologia feminista de Elshtain propõe um olhar para a construção social dos gêneros, as epistemologias pós-coloniais de Said e Fanon adicionam uma perspectiva que questiona a relação de poder presente na representação do Haiti como ameaça e como a relação entre dois países ex-colônias se desenvolve em um momento que um tem que pacificar o outro.

Conciliando as propostas epistemológicas e de perspectiva das abordagens feministas e pós-coloniais em colaboração com as metodologias feministas e pós-coloniais abordadas na introdução desta dissertação, no próximo capítulo serão analisados os momentos de encontro entre uma força estrangeira com a população haitiana e como tais encontros produziram e re-produziram uma relação pautada no gênero e na raça como locais de produção de fronteira.

3

Os impactos históricos da relação haitiana com forças armadas estrangeiras em seu próprio território para a MINUSTAH

3.1.

Introdução

No capítulo anterior foi analisada a importância das fronteiras para os estudos de operações de paz, contrapondo as teorias de solução de problemas e de análise crítica. Baseando-se na proposta de Bellamy e Pugh em favor de uma abordagem teórica crítica foi defendida a necessidade de superar as limitações teóricas tradicionais a partir de contribuições epistemológicas e metodológicas feministas e pós-coloniais. Dessa forma, gênero e raça foram problematizados como locais de produção de fronteiras em processos de promoção da paz. Tendo em vista tal debate teórico, neste capítulo serão abordados diferentes momentos da história haitiana, na sua relação com forças estrangeiras em seu próprio solo, até o momento de implementação da MINUSTAH com o intuito de problematizar continuidade quanto ao papel do gênero e da raça na construção do Haiti como o “Outro”.

Para se alcançar tal objetivo, esse capítulo será dividido em 4 partes. Na primeira será analisado o encontro colonial e o surgimento do que hoje é o Haiti. Na segunda parte, os impactos do imperialismo estadunidense serão estudados por dois principais acontecimentos: ocupação do Haiti pela Marinha do EUA por 19 anos e apoio à ditadura dos Duvalier (de 1957 a 1986). Na terceira parte serão elencados os objetivos e apontados os efeitos da primeira operação de paz da ONU no Haiti, em 1994. E na quarta e última parte, será finalmente estudado o processo de implementação da MINUSTAH.

A seleção desses momentos históricos foi feita por dois critérios principais: o marco temporal de uma operação de paz não é a chegada de capacetes azuis em uma região de conflito e a atuação dos capacetes azuis não é um acontecimento isolado da experiência histórica local. Todavia, além de demonstrar a necessidade de uma análise crítica, esses momentos históricos também apontam como

abordagens feministas e pós-coloniais de relações internacionais e o feminismo pós-positivista da geografia permitem uma problematização de gênero e raça como locais de produção de fronteiras durante a operação de paz no Haiti e possibilitam uma nova forma de analisar a participação brasileira.

3.2. Colonialidade e independência

Em 1492, Cristovão Colombo, a serviço do Rei da Espanha, cruzou o oceano Atlântico e chegou na região hoje conhecida como Caribe. Após atracar em algumas ilhas como São Salvador (em espanhol San Salvador e hoje a ilha de Bahamas) e Juana (hoje Cuba) Colombo foi conhecer a ilha que soube ter muito ouro. (GIRARD, 2005) Essa ilha, ainda que habitada por cerca de 500 mil habitantes e intitulada por esses de Ayiti – terra de muitas montanhas – (GIRARD, 2005), foi considerada como descoberta pela Europa no momento em que foi avistada por Colombo. Já que a existência de mais de 500 mil pessoas e da terra chamada Ayiti era uma novidade para o trono espanhol e para toda a Europa, Colombo entre outros se empenharam em descrever o que era aquela gente e aquela terra.

Tal descrição foi carregada de caracterização e desenvolvimento de uma representação feita pelos navegadores da nova “descoberta”. Assim chamaram a atenção para como a população local andava nua, o tamanho da área terrestre, a distância de uma ilha à outra (no caso da região caribenha) e o quão abundante a terra era em relação à minerais e vegetação. Todavia, essa descrição não pode ser simplesmente vista como uma representação trivial ou como uma informação para o trono espanhol, ela também constituiu a “descoberta” - tornando-a algo para a Europa.

“In 1492 Columbus sailed the ocean blue. Then he discovered America. He did not discover a world as it existed in itself. Nor could he have. He discovered a world of otherness, a world of promise and danger, utopian bliss and barbaric cruelty, innocence and corruption, simplicity and mystery, all filtered through a late medieval culture of perceptions, conceptions, aspirations, faiths, anxieties, and demands. His discovery was a creation; his creation was formed out of a clash between his cultural predispositions and unfamiliar materials – strange words, alien acts, surprising appearances, and uncanny responses.”¹²⁹

¹²⁹ CONNOLLY, Willian E. ‘Identity and Difference in Global Politics.’ em J. Der Derian and M. J. Shapiro (eds.), International/intertextual relations: postmodern readings of world politics. Toronto: Lexington Books, 1989, p. 323.

Antes de ser feita uma análise das descrições de Colombo sobre a ilha Ayiti é importante retomar o debate que a geografia feminista faz sobre o espaço. Como visto anteriormente a construção do espaço como algo coeso e externo à quem o mapeia sempre atende às demandas do poder dominante¹³⁰, poder historicamente masculino. A partir dessa perspectiva feminista a cartografia, por exemplo, começou a ser questionada por ser entendida como uma forma de mapeamento de um discurso dominante. Como afirma McDowell, o espaço cartesiano é representativo de uma perspectiva de poder dominante e é através da posição do subordinado que isso pode ser constatado e contestado. (MCDOWELL, 1996)

Para entender como o espaço cartesiano é formado por um poder dominante, Kathleen M. Kirby analisa suas raízes através de textos de exploradores dos séculos XVI e XVII. Segundo Kirby, a cartografia é fruto do seu tempo e também o produz: “*Cartography, a science developing (as a science) in the Renaissance and being standardized in the Enlightenment, is both an expression of the new form of subjectivity and a technology allowing (or causing) the new subjectivity to coalesce*”¹³¹.

Ao observar a raiz da cartografia como ciência, Kirby demonstra que o mapeamento cartográfico, majoritariamente utilizado até hoje, é construído a partir de uma relação entre dois opostos: “Eu-Outro”. O “Eu” é quem mapeia, o “Outro” é o mapeado. A oposição binária é também pautada por um “distanciamento” em relação ao “Outro” que o “Eu” assume. (KIRBY, 1996) Kirby identifica esse mesmo distanciamento nas cartografias de Samuel de Champlain.

No século XVII, Samuel de Champlain escreveria sua viagem no novo mundo (hoje continente Americano) e mais tarde tal escrito se torna: ‘*The Voyages of Samuel de Champlain*’. Para demonstrar o distancimento que o autor/viajante tem em relação ao mapa que faz (logo em relação à terra que visita), a autora destaca o seguinte trecho:

“Being distant quarter of a league from the coast, we went to an island called Long Island, lying north-north-east and south-south-west, which makes an opening into the great Bay Francoise, so named by Sieur de Monts.”

¹³⁰ Essa discussão foi feita no capítulo 2, no item 2.1.1.1. Gênero e a produção do espaço.

¹³¹ KIRBY, Kathleen M. ‘**Re: Mapping Subjectivity. Cartographic Vision and the Limits of Politics**’, em Duncan, Nancy. *BodySpace*. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996, p. 45.

*This island is six leagues long, and nearly a league broad in some places, in others only a quarter of a league. It is covered with abundance of wood, such as pines and birch.*¹³²

Kirby chama atenção para como Samuel se exclui do lugar em que está e busca descrevê-lo como se o mesmo não sofresse interferência humana. A cartografia é condicionada como um ato de transcendência corporal, para que a perspectiva possa ser pura. Assim, a relação entre “Eu-Outro” será muito marcada por uma subjetividade humana coesa e fixa que analisa um ambiente, sendo o último independente da perspectiva humana. Então Kirby conclui:

*“At the inception of his narrative, Champlain is able to maintain the ideal of an encapsulated, independent space for his subjectivity that will be the hallmark of Cartesian monadism, where the relationship between subject and environment is attenuated, the second term evacuated to a high degree to ensure the uncontaminated primacy of the self.”*¹³³

Dessa forma Kirby demonstra como o mapa cartesiano é uma maneira de hierarquizar a relação “Eu/Outro”, indicando que o possuidor do conhecimento de mapear é resultado de um movimento de transcendência corporal do viajante e que não há movimento do espaço mapeado, logo o ambiente não influencia o viajante. Se mantendo coeso, o homem é capaz de cartografar qualquer espaço e nunca ser influenciado por ele. Resume Kirby: *“The ‘individual’ expresses a coherent, consistent, rational space paired with a consistent, stable, organized environment”*¹³⁴. Há na cartografia um mapeamento que é pautado não só por uma relação “Eu/Outro” como também por um movimento de distanciamento que gera uma unidirecionalidade: somente o “Outro” é influenciado pelo “Eu”, o inverso jamais ocorre. (KIRBY, 1996)

A cartografia, ciência desenvolvida na renascença e padronizada no iluminismo, vai ser instrumento do indivíduo moderno, que tem sua forma de pensar pautada na dicotomia mente-corpo (como indicado por Linda Alcoof) . Assim, ao cartografar um espaço (isso inclui indivíduos e suas relações sociais), o homem está afirmando sua identidade ou representação da mesma (esse ato de mapear é denominado por autoras feministas da geografia de espacialização). É por essa relação hierárquica que o espaço é construído para atender a demanda masculina, e por consequência, se torna masculinizado.

¹³² Ibidem, p. 47 e 48.

¹³³ Ibidem, p. 48.

¹³⁴ Ibidem, p. 45.

A partir dessa breve retomada ao debate da geografia e voltando às descrições de Colombo pode-se perceber o mesmo movimento: a “descoberta” sendo algo completamente externo ao “descobridor” e jamais influenciando-o. Vejamos:

Ao descrever a ilha Ayiti, a qual Colombo denominou de a Espanhola (ou la Española), o “descobridor” também a representa como algo externo à ele:

“De onde vi outra ilha ao oriente, distante desta dezoito léguas, à qual logo pus o nome de a Espanhola e fui para lá... Nela, há muitos portos na costa para o mar, sem comparação, que eu saiba, a outros entre os cristãos, e rios fartos, bons e grandes, que são maravilhosos. Suas terras são altas, e nela há muitas serras e montanhas altíssimas, incomparáveis às da ilha de Tenerife; todas belíssimas, de feições, e todas acessíveis, e cheias de altas árvores de mil espécies que parecem chegar ao céu... Há palmeiras de seis ou oito tipos, que são admiráveis de ver, pela bela deformidade delas, assim como há outras árvores, frutos e ervas. Nela, há maravilhosos pinhais e vastíssimas campinas, e há mel, muitos tipos de aves e frutas as mais diversas. Nas terras, há muitas minas de metais, e há gente em número estimável. A Espanhola é maravilhosa; há serras, montanhas, várzeas, campinas, e terras belas e férteis para plantar e semear, para criar gados de todas as sortes, para edificação de vilas e povoados...”¹³⁵

Pode-se perceber que o “descobridor” vê a “descoberta” como algo externo à ele, algo com a qual ele não interage. Da mesma forma que Samuel de Champlain, Colombo representa o que era Ayiti como a Espanhola e dessa forma a torna um objeto que atende às necessidades do trono espanhol até mesmo para edificação de vilas e povoados. Ao mencionar a população local, Colombo a descreve como aquela diferente dos espanhóis, por não usarem roupa:

“As gentes desta ilha e de todas as outras que encontrei e das quais tive notícia, andam todas desnudas, homens e mulheres, assim como as mães os parem, ainda que algumas mulheres se cubram num único lugar com uma folha de erva, ou uma coberta de algodão feita para isto. Eles não têm ferro, nem aço, nem armas, nem palavra para isto, não porque não sejam gente de boa constituição e de bela estatura, mas porque são medrosos ao extremo.”¹³⁶

Pela passagem acima pode-se perceber que os habitantes locais são sempre descritos em relação ao europeu, uma vez que mesmo cobrindo alguma parte do corpo as mulheres estão desnudas, por exemplo. Tal classificação existe pela ideia de nudismo europeia e não da população local, no entanto o “descobridor” jamais questiona esse encontro de culturas. O que é feito é uma representação do “descoberto” de uma forma que seja interessante para o “descobridor”, o que

¹³⁵ Disponível no site: <http://www.revistasamizdat.com/2009/10/carta-de-cristovao-colombo-anunciando-o.html>. Acessado em 29/01/2016.

¹³⁶ Ibidem.

permite construir uma representação da identidade do “Eu” (“descobridor”) como acima da “descoberta” em uma hierarquia. (JAHN, 1999)

Ao se distanciar do mapa que constrói e se pautar por uma unidirecionalidade com a “descoberta”, Colombo está espacializando 500 mil pessoas e uma terra maior que a própria Espanha. Curioso é perceber que das ilhas que diz ter descoberto, Colombo em quase todas – exceto à que chamou de São Salvador (no original em espanhol San Salvador) – deu nome feminino. O nome de a Espanhola se torna como mais uma parte da representação que faz da “descoberta” algo feminino, tornando assim possível que quem descobre seja o descobridor, masculino.

A partir deste relato até 1697 os espanhóis fizeram do contato com os habitantes locais uma relação profundamente marcada pela concepção de que o homem europeu branco era o civilizado e os não brancos feminizados seus subordinados. Devido à ideia de espacialização dessa “descoberta” intitulada a Espanhola o número de nativos caiu de meio milhão para zero: “*Within two generations, Spain’s cruel exploitation of local laborers, combined with the plight of Europeans diseases the Tainos had no immunity against, had resulted in the complete disappearance of the Taino population.*”¹³⁷

Até 1697, quando parte da ilha (que se tornou o Haiti) deixou de ser posse da Espanha e passou para o controle francês, através do Tratado de Ryjswjik, foram cerca de duzentos anos de exploração pautadas na feminização e em uma superioridade racial: “*They [espanhóis] were conquerors: they were ambitious nobles and merchants who looked down on manual labor and dreamed of conquering a strange civilization, killing its leaders, enslaving its natives, and exploiting a quick windfall of gold and spices.*”¹³⁸

Entretanto a exploração não atingiu somente a população local, mas também a população africana, seus descendentes...; em suma, o não-europeu. A representação do não-europeu, do que não é branco, se tornou um código definidor das relações advindas do encontro colonial: “*Sob essa codificação das relações entre europeus e não-europeus, raça é, sem dúvida, a categoria básica*”¹³⁹.

¹³⁷ GIRARD, Philippe. ‘Haiti. The Tumultuous History – From the Pearl of the Caribbean to Broken Nation’. Nova York: Palgrave Macmillan; 2005, p. 20.

¹³⁸ Ibidem, p. 20.

¹³⁹ QUIJANO, Aníbal. ‘A Colonialidade do Saber’, em org. Lander, Edgard “A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais”. São Paulo, Cromosete Gráfica e Editora Ltda., 2005, p. 238.

A afirmação acima de Quijano condiz com a análise de Said ao observar a construção discursiva do Oriente, onde há sempre a formação do “Eu”, Ocidente, neste caso europeu, a partir da inferioridade do “Outro”. Conforme exposto acima, é pelo conhecimento que o “Eu” tem e entende ser o correto, o melhor, o superior, que as índias ainda que cobrindo alguma parte do corpo estavam desnudas. Por esse mesmo pressuposto que os não-europeus (aqui habitantes da Espanha) vão ser discursivamente construídos pelo conhecimento “superior” do europeu.

Naeem Inayatullah aborda esse período histórico entre superioridades raciais e aponta que é pelo conhecimento europeu que as leis de colonização e escravidão vão ser legalizadas no âmbito internacional. Conhecido pela sua importância no direito internacional, Francisco de Vitoria foi um jurista espanhol que pautado, segundo Inayatullah, pelo conhecimento europeu do que é certo buscou legalizar o encontro colonial na América, marcado pela superioridade racial branca. (INAYATULLAH, 2009)

Francisco de Vitoria, como observa Inayatullah, foi profundamente marcado por dois momentos históricos concomitantes: a disputa religiosa entre católicos e protestantes na Europa; e o encontro entre europeus e indígenas no continente americano. Devoto às doutrinas católicas e à supremacia espanhola católica sobre os povos “descobertos” da América, Vitoria acreditava saber o melhor para os colonizados: “*Vitoria believed he knew what was good for Indians*”¹⁴⁰. Seu conhecimento se pautava pela sua formação europeia e cristã que fazia, “naturalmente”, de Vitoria alguém capaz de perceber as deficiências dos indígenas e poder diagnosticá-las. (INAYATULLAH, 2009)

Ao mesmo tempo em que os indígenas, desconhecedores das leis divinas, eram capazes de entender as leis de Deus (leis essas católicas), Vitoria argumentava em favor de que os índios não podiam, exatamente por não conhecerem as leis divinas e não serem europeus, governar suas próprias terras. Essas conclusões foram em muito influenciadas pelas propostas do Papa Inocência IV que se debruçou sobre a conquista de terras não cristãs por cristãos com afincos. Seguindo os pressupostos eurocêtricos do papa, Vitoria também entendia que os papéis dos europeus e dos índios estavam claros: os primeiros tinham que colonizar e os

¹⁴⁰ INAYATULLAH, Naeem. ‘Why do some people think they know what is good for others?’ em Global Politics de Jenny Edkins e Maja Zehfuss. Nova York, Routledge, 2009, p. 348.

segundos tinham que ser colonizados – era a forma de salvar as vidas indígenas. (INAYATULLAH, 2009)

“Having diagnosed Indian deficiency, Vitoria moves to the cure. Indians are not permanently foolish or irrational. On the contrary, as human beings they possess reason... European tutelage will bring enlightenment and order; this is what is good for Indians.”¹⁴¹

Sobre essa proposta de Vitoria sobre a relação entre europeus e não-europeus, Inayatullah aponta que por estar certo do conhecimento europeu a pergunta *“Why doesn’t an encounter with the Indians raise doubts for him [Vitoria] about his own world-view?”* é respondida pelo mesmo entendimento que fez do Orientalismo, analisado por Said, algo existente. É a epistemologia eurocentrica que representa o “Outro” como sendo algo ou alguém a partir da perspectiva europeia do “Eu” que os não-europeus foram sendo colonizados. É pelas relações de poder que estão na construção discursiva do “Outro” e, conseqüentemente, do “Eu”, que Ayiti, viria se tornar a Espanha.

Essa relação de poder não se resumiu ao contato do europeu com os povos nativos do que se tornou continente americano, mas também foi empregada no encontro com os povos nativos das outras regiões do mundo – hoje classificadas como África, Ásia e Oceania. É essa relação de poder, que através do conhecimento eurocêntrico empregava uma superioridade natural à Europa, que a relação entre brancos europeus e negros africanos tem as mesmas bases de subjugação do não-europeu da “descoberta” de Colombo.

Um dos juristas que se colocaram contrários à Vitoria foi Bartolomeu de Las Casas. Também espanhol e fiel à sua formação europeia e católica, Bartolomeu entendia que a colonização dos indígenas da América não era correta, uma vez que eles não eram católicos devido a sua ignorância. Dessa forma, Bartolomeu defendia uma conversão dos índios, o que Inayatullah e Blaney definem como destruição cultural e não física. (INAYATULLAH & BLANEY, 2004, p. 10)

Se a necessidade por mão de obra para a metrópole existia, Bartolomeu defendia, então ela deveria ser suprida pelos povos que rejeitaram a fé católica – os povos não-europeus negros da África. Toda essa relação dos colonizadores dos povos nativos da “descoberta” de Colombo com os povos negros da África vai ser uma reafirmação da superioridade branca europeia sobre o que, mais tarde, Said demonstrou ser o “Oriente”.

¹⁴¹ Ibidem, p. 351.

Voltando à observar o impacto da colonização nos africanos e população negra, por incrível que possa parecer, devido ao estilo de colonização espanhol, de conquista e retirada de riquezas minerais, o número de escravos negros foi pequeno se comparado ao que seria durante o controle francês. Em 1700, apenas três anos após a França se tornar a metrópole de Saint-Domingue (nome usado pelos franceses para se referir à porção da terra Ayiti que Colombo havia representado de a Espanhola e desde então era colônia da França) o número de escravos era de 9 mil. Ainda que esse número seja grande, apenas no ano de 1790, a França importaria 48 mil escravos africanos e o total da população de escravos alcançou os 500 mil. (GIRARD, 2005, p. 24)

Para Philippe Girard a necessidade de mais escravos durante a dominação francesa foi devido ao estilo de colonização, diferente da espanhola. A partir dos dados acima pode-se notar que a sociedade, da então representada como Saint-Domingue, foi se tornando, majoritariamente, estruturada entre brancos e negros descendentes da África.

No entanto, essa divisão não era tão simples como brancos controlando seus escravos negros, uma vez que haviam negros e mulatos livres, por exemplo: “*When the French Revolution broke out, Saint-Domingue was home to almost half a million slaves, about 30,000 white colonists, and a roughly equal number of free people of color.*”¹⁴² O termo pessoas livres de cor (“*free people of color*”) se refere à negros ou mulatos que não eram escravos e que em alguns casos chegaram inclusive a ter escravos. E tampouco eram todos os brancos que possuíam fazendas e escravos, haviam os chamados “*petit-blancs*”¹⁴³ que ocupavam cargos na cidade como “*lawyers, shopkeepers, retail merchants, grocers, and tradesmen, usually carpenters or masons*”¹⁴⁴ e eram considerados a classe média ou baixa da população. (FICK, 1990)

Carolyn E. Fick no seu livro “*The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below*” aponta para uma pirâmide social que poderia ser desenhada da seguinte forma:

¹⁴² GEGGUS, David. ‘**Saint-Domingue on the Eve of the Haitian Revolution**’. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. ‘*The World of the Haitian Revolution*’. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 3.

¹⁴³ Em uma tradução livre pode-se entender como brancos pequenos ou pouco brancos.

¹⁴⁴ FICK, Carolyn E.. ‘**The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below**’. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p. 17.

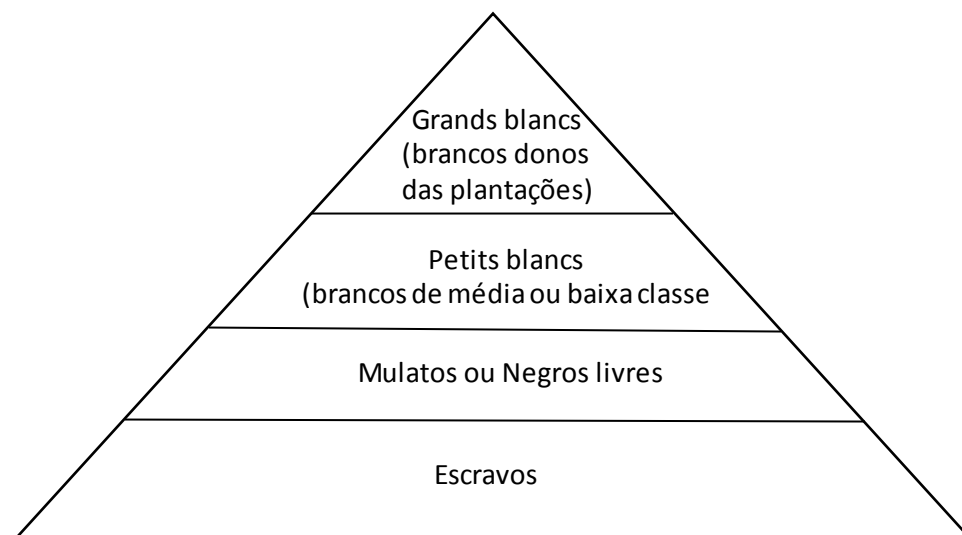


Figura 1: Divisão social em Saint Domingue a partir dos dados de Carolyn E. Fick

Apesar de distintas posições dos brancos, eles são sempre superiores a qualquer negro ou mulato. Essa superioridade impedia que mesmo um mulato ou negro livre que estudasse e trabalhasse como um “*petit blanc*” fosse aceito da mesma forma na sociedade pois seria sempre um homem de cor:

*“Race prejudice was undeniably practiced by white society against the mulattoes and the blacks, and by virtue of the common bond of superiority that membership on the white race alone afforded them, the various categories of whites, as diverse in their origins as in their social and political functions, nonetheless formed a distinct and privileged social caste.”*¹⁴⁵

No entanto, Fick aponta que essa divisão era garantida também através da aplicação jurídica. Em Saint Domingue um branco jamais estaria errado se confrontado com um negro ou mulato. (FICK, 1990, p. 18) Sobre isso Dominique Rogers ao analisar a sociedade de Saint Domingue afirmou: “*Acts committed against a white were defined as “crimes”, whereas the same acts against livres de couleur [negro ou mulatos livres] were described simply as misdemeanors [delitos leves]*”¹⁴⁶. O sistema jurídico ainda garantia punição de perda de um braço ao mulato que mesmo em caso de auto-defesa machucasse fisicamente um branco.

¹⁴⁵ Ibidem, p. 17.

¹⁴⁶ ROGERS, Dominique. ‘On the Road to Citizenship. The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two Capitals of Saint-Domingue’. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. ‘The World of the Haitian Revolution’. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 68.

(FICK, 1990, p. 21) Os dois casos abaixo, abordados por Fick exemplificam o sistema jurídico de Saint Domingue:

“A free mulatto of le Cap was sentenced to three years on the public chain gang for having raised his hand against a white man who forcibly tried to remove a slave woman accompanying him along the road.... On the other hand, a white man of le Cap, having struck a free mulatto and nearly causing him to lose his eye, was simply fined three thousand livres [moeda local à época].”¹⁴⁷

O sistema jurídico ainda buscava manter as relações hierárquicas entre raças mesmo fora dos tribunais, pois estipulava que tipo de roupa os negros e mulatos livres podiam usar: *“Their inferiority status was reinforced by regulations stipulating their mode of dress in the colony, both to degrade and humiliate them...”*¹⁴⁸ Nas práticas sociais, caso um mulato livre convidasse um branco para jantar em sua casa, ele não poderia se sentar a mesa com o branco. (FICK, 1990, 21)

E mesmo diante de tantos impecilhos a hierarquia racial começou a ser ameaçada pelos negros e mulatos livres na segunda metade do século XVIII. Como aponta Fick:

“By 1789, the affranchis [negros ou mulatos livres] owned one-third of the plantation property, one-quarter of the slaves, and one-quarter of the real estate property in Saint Domingue; in addition, they held a fair position in commerce and in trades, as well as in the military. Circumstances permitting, a few had even “infiltrated” the almost exclusively grand blanc domain of the sugar plantation by becoming managers of the paternal estate upon father’s return to Europe or even inheritors of property upon the father’s death. By 1763, at least three hundred white planters were married to women of color in Saint Domingue... The affranchis imitated white manners, were often educated in France, and, in turn, sent their own children abroad to be educated. Having become slave-holding plantation owners, they could even employ white contract labor among the petits blancs.”¹⁴⁹

Diante do quadro ameaçador à superioridade branca, novas leis em 1763 foram impostas com a finalidade de impedir a ascensão negra ou mulata. Uma das medidas foi garantir que somente brancos ocupassem determinados cargos como explica Fick:

“By strictly forbidding free persons of color to hold any public office in the colony, to practice law, medicine, pharmacy, or certain privileged trades, such as that of gold-smith, the whites sought to establish insurmountable barriers to frustrate the social and political aspirations of the free coloreds...”¹⁵⁰

¹⁴⁷ FICK, Carolyn E.. **‘The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below’**. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990, p. 21.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 21.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 19 e 20.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 20.

Muitos historiadores atribuem o início da Revolução Haitiana não como uma revolta de escravos, mas sim como uma vontade dos brancos na colônia que tinham desejo de maior participação na política da metrópole. Dessa forma os haitianos brancos começaram a se identificar como crioulos e iniciaram um processo de demanda por mais participação política. Nesse momento, os mulatos e negros livres que buscavam participar desse movimento político eram ameaçados pelos brancos que não só atacavam-os como também faziam pressão junto à metrópole para que não atendessem às demandas dos negros e mulatos. (FICK, 1990)

*“At le Cap, they had already executed one mulatto, Lacombe, for having submitted a petition to the Provincial Assembly of the North requesting political rights for free persons of color. In November, a white, Ferrand de Baudières, seneschal of Petit Goâve, had written a similar petition. He was arrested at his residence, dragged through the streets, and brutally killed...”*¹⁵¹

Diante desse quadro que a historiadora Dominique Rogers concluiu: *“Until the very end of the ancien régime [período colonial], the idea of black inferiority, based on color prejudice, remained the basis of local society.”*¹⁵²

A Revolução Haitiana que, em 1804, conseguiu a independência de Saint Domingue propôs que o nome do novo país tivesse o mesmo nome que a população local, antes da feminização e colonização espanhola, havia dado: Haiti. Fazendo do nome do país um símbolo de afirmação cultural da parte de baixo da pirâmide social durante o processo de colonização, a revolução haitiana buscou romper com a estrutura opressora pautada na raça e no gênero. Entretanto, mesmo sendo a primeira colônia da América Latina a se tornar um país, tendo derrotado o exército de Napoleão que assombrava a Europa e se tornando o primeiro país governado por negros e mulatos no mundo o Haiti teria suas instituições controladas por outra potência externa: Estados Unidos da América.

3.3.

Século XX: O Imperialismo ocupa o Haiti

Se no século XIX, a camada mais oprimida da então Saint Domingue conseguiu a independência e se intitulou Haiti. No século XX, novamente a

¹⁵¹ Ibidem, p. 79.

¹⁵² ROGERS, Dominique. *‘On the Road to Citizenship. The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two Capitals of Saint-Domingue’*. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. *‘The World of the Haitian Revolution’*. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 75.

população seria oprimida por força estrangeira. Se antes, a colonização fora marcada por um imperialismo europeu, no século XX foi o imperialismo estadunidense.

Conforme aponta Mary A. Renda, o imperialismo dos Estados Unidos no Haiti não se resume à uma ocupação militar. A invasão do Haiti e a permanência dos “*marines*” em solo haitiano por 19 anos (1915-1934) foi possibilitada por um discurso cultural que demarcava a fronteira entre Estados Unidos e o Haiti e que essa não era uma novidade do imperialismo estadunidense. Ao contrário, foi condicionada pela influência europeia:

“Yet marines and other U.S. American arrived wearing blindfolds fashioned from the discursive traditions of European and U.S. racism and so –most often – failed to see what was before them. They railed against the ignorance of the country people – so much superstition standing in the way of progress. They confiscated drums and saved them as exotic souvenirs of a mysterious, primitive land, without ever knowing the richness of Haitian religious traditions. They named their animals after revolutionary heroes like Toussaint L’Ouverture, while dismissing Haiti as “a classic example of the Negro not being able to govern himself well”.”¹⁵³

A relação europeia com o Ayiti, como visto no início do capítulo, foi marcada por uma demarcação de fronteira oriunda de raça e gênero. Na citação acima, Renda já dá indícios de como raça é um local de produção de fronteira na relação dos Estados Unidos com o Haiti, uma vez que o último por ser negro já não sabe se governar – a mesma representação europeia que juridicamente e religiosamente legitimou a colonização racial e de gênero do Ayiti. Ao longo do livro, através de discursos e cartas de oficiais que serviram no Haiti e do presidente dos Estados Unidos à época, Woodrow Wilson, a autora demonstra que raça foi um local de produção de fronteira durante a ocupação do Haiti.

Os marinheiros que serviram no Haiti eram em sua maioria brancos e traziam de sua terra natal uma cultura de forte preconceito contra os negros. (RENDA; 2001; p. 53) Quem estava no Haiti não era um marinheiro ou oficial das forças armadas dos Estados Unidos, ao contrário, todos que serviram no Haiti eram os Estados Unidos, serviram a pátria. Essa relação com o que “Eu” represento é a base para a construção da cidadania. Renda aponta que ser cidadão dos Estados Unidos era ser branco: “*Citizenship was racialized for southern white men, as it was for their fellow marines from the North; to be “American” was, implicitly, to*

¹⁵³ RENDA, Mary A.. “**Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940**”. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001, p. 46.

be white.”¹⁵⁴ Assim, o representante dos Estados Unidos no Haiti tinha que ser um “Americano”, um homem branco: “*To our knowledge, none of the marines were African American, unless there were men who passed as white when they joined the Marine Corps and managed to keep their secrets well thereafter.*”¹⁵⁵

Ao mesmo tempo que ser cidadão era ser branco, o conceito de branco também era embasado em uma ideia de superioridade. Sobre como essa superioridade vai sendo construída Renda aponta alguns discursos desde o final do século XIX e início do século XX:

*“Buffalo Bull’s “Wild West,” for example, dating back to 1882, presented a spectacle of military triumph over barbarian races on a vast untamed continent. The “White City” of Chicago’s 1893, Columbia Exposition, on the other hand, served as a shrine to the technological genius and evolutionary superiority of the white men in America.”*¹⁵⁶

Nota-se que os discursos que afirmavam a superioridade branca só foram possíveis no contato com outra raça, logo, é importante resgatar o conceito de raça definido por Doty. Assim como Renda está apontando que a superioridade branca foi sendo construída discursivamente através do encontro entre diferentes raças, Doty propõe olhar para o encontro social como o produtor do conceito de raça.

Ao contrário do que muitos estudos de relações internacionais indicam, raça não é algo estático. (DOTY, 1993) Doty aponta que é socialmente que o conceito de raça surge, e essa relação social está embebida de relações de poder. Quando a autora afirma que “... *historically race has usually been imposed from the outside*”, ela está apontando que é na relação de poder entre diferentes grupos que o conceito de raça é socialmente criado. Como pode ser percebido nos discursos destacados por Renda, citados acima, a superioridade branca se fez em relação ao triunfo dela sobre outra raça.

Todavia, Doty aponta que para triunfar (como defendido nos discursos destacados por Renda) sobre uma raça é necessário conhecer essa raça, e esse conhecimento é “orientalista”. Da mesma forma que Said aponta que o Oriente é uma invenção criada discursivamente a partir de perspectiva e interesse do Ocidente, Doty argumenta que é por um conhecimento do que se tornará a outra raça que a raça do “Eu” se torna superior. É no encontro pautado pelo conhecimento

¹⁵⁴ Ibidem, p. 54.

¹⁵⁵ Ibidem, p. 53.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 64.

do “Eu” sobre o “Outro” que é possível existir raça, rejeitando o entendimento de que raça advem da cor da pele ou da textura do cabelo. (DOTY, 1993, p. 452)

Assim, essa superioridade branca também vai ser reafirmada através da ocupação do Haiti. Primeiramente, antes do contato com o Haiti, como Renda observa, os Estados Unidos já eram marcados por questões raciais. Em um diálogo entre o presidente dos Estados Unidos, Woodrow Wilson, e seus apoiadores negros (ou Afro-Americanos, como são chamados por Renda) durante as eleições na casa branca, o presidente abordou a diferença de raças e se posicionou:

“Wilson began by speaking on behalf of “the American people, as a whole,” by which, of course, he meant, white Americans. “I think that I am perfectly safe in stating”, he ventured, “that the American people, as a whole, sincerely desire and wish to support, in every way they can, the advancement of the Negro race in America. They rejoice in the evidences of the really extraordinary advances that the race has made”... “In my view,” the president went on, still reaching for a complementary tone, “the best way to help the Negro in America is to help him with his independence – to relieve him of his dependence upon the white element of our population, as he is relieving himself in splendid fashion”.”¹⁵⁷

Assim sendo a relação de raças nos Estados Unidos, o encontro com o Haiti - a “República Negra” - também seria marcado por uma busca no avanço dos negros. Como afirmou Josephus Daniels, “*secretary of the Navy*”, o Haiti precisava de evolução:

“Haiti must learn... that liberty must come by evolution and not revolution.... Just as Wilson had effectively defined equality for African Americans as a state to be arrived at some future time, Daniels defined liberty as a state to be claimed once a people had matured by a process of slow evolution.”¹⁵⁸

Mas, a ação de evolução dos negros e da república negra não seria somente uma tentativa, tinha que ser eficaz. Para tanto era necessário alguém com experiência em resolver questões bélicas contrárias ao imperialismo estadunidense e que também tivesse experiência no trato com negros: Coronel Littleton W. T. Waller. Natural do estado da Virgínia, do sudeste dos Estados Unidos, e descendente de proprietários de escravos o Coronel Waller, que se tornaria Comandante de Brigada (“*brigade commander*”) seria ideal para a o caminho evolutivo dos negros por duas razões. A primeira devido sua experiência contra insurgentes: “*Waller was well known for his leadership in the ruthless campaign*

¹⁵⁷ Ibidem, p. 110.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 124.

against Phillipino insurgents, on the island of Samar in the fall of 1901”¹⁵⁹. A segunda por sua capacidade de lidar com negros, como ele mesmo afirmava: “*I know the nigger and how to handle him*”¹⁶⁰.

O uso do termo “*nigger*” merece destaque uma vez que é historicamente uma ferramenta na língua inglesa para oprimir/escravizar/subordinar pessoas negras:

*“The word, nigger, carries with it much of the hatred and disgust directed toward Black Africans and African Americans. Historically, nigger defined, limited, made fun of, and ridiculed all Blacks. It was a term of exclusion, a verbal reason for discrimination. Whether used as a noun, verb, or adjective, it strengthened the stereotype of the lazy, stupid, dirty, worthless nobody. No other American surname carries as much purposeful cruelty.”*¹⁶¹

A partir dessa contextualização do termo “*nigger*” é importante destacar dois pontos quanto à ação de Waller no Haiti, ambos envoltos do encontro social como produtor de raça – segundo Doty. O primeiro é referente à descendência de Waller, de senhores de escravos e o segundo é o seu entendimento do que é “*handle him*”.

O filme ‘12 anos de escravidão’, dirigido por Steve McQueen, baseado em fatos reais sobre a vida de Solomon Northup - um negro livre do estado de Nova York e que foi escravizado por 12 anos - traz uma cena onde o mesmo termo é usado. Quando chega à primeira fazenda onde trabalharia como escravo junto com outros escravos, Solomon Northup recebe instruções de um carpinteiro branco que trabalha na mesma plantação. As instruções podem ser resumidas em que os escravos deveriam se reportar aos capatazes brancos como mestres e que deveriam entender sua condição de inferiores. Para clarear essa submissão negra o capataz John Tibbeats faz com que os escravos batam palmas e canta uma canção que narra a história de um escravo que tenta fugir do capataz para escapar da escravidão:

*“Nigger run, nigger flew
Nigger tore his shirt in two
Run nigger run, the pattyroller catch you
Run nigger run, well you better get away*

...

Some folk say a nigger don't steal

¹⁵⁹ Ibidem, p. 100.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 100.

¹⁶¹ Informações do site da African American Registry, uma organização de educação sem fins lucrativos do Estados Unidos. Disponível em: http://www.aaregistry.org/historic_events/view/nigger-word-brief-history. Acesso dia 03/02/2016.

*I caught three in my corn field
One has a bushel and one has a peck
One has a rope it was hung around his neck”*



Figura 2: Cena em que os escravos batem palma enquanto o branco canta a canção.

Adaptada do original, essa passagem do filme retrata bem como o uso do termo “*nigger*” foi empregado para tratar os negros nos Estados Unidos. Dessa forma, quando Waller se refere aos haitianos como “*nigger*” ele está trazendo com ele um histórico de opressão e escravidão dos negros. Na sequência do filme, o “*nigger*” Solomon vai ser duramente punido pelo capataz cantor por sua postura que não convergia com a de um “*nigger*”: horas enforcado por uma corda até que o senhor da plantação chega e manda retirarem o escravo dali.

Após essa breve contextualização histórica do termo é importante apontar o novo capítulo, agora no encontro com o Haiti. De acordo com a representação dos haitianos como “*nigger*” Waller afirma que por conhecê-los ele sabe como agir: com *firmeza*. Uma das atitudes de firmeza foi repetir a punição que Solomon sofreu por seu capataz: “... *some marines brought with them to Haiti the tradition of tying black men to trees*”¹⁶².

E exatamente por conta de um termo usado pelos haitianos que muitos oficiais estadunidenses se revoltavam. Segundo narra Renda, os haitianos se referem uns aos outros usando “*neg*” e isso soava ofensivo para os cidadãos brancos:

“According to Haitian oral tradition passed down from the days of occupation, more than one marine flew into rage when addressed by a native Haitian using an ordinary Creole phrase for hailing a stranger;

¹⁶² RENDA, Mary A. **“Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940”**. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001, p. 55.

for, no doubt, neg, which means simply, harmlessly, "guy," struck an especially painful chord in white southern ears."¹⁶³

No entanto, como indica Renda, essa firmeza não era somente justificada pela relação de superioridade de uma raça sobre outra. O ato de fazer o negro ou "nigger" evoluir demandava uma ação específica, que seria também norteadada pela divisão de papéis por gênero: *"If, however, race, ethnicity, and nation were shifting and troubled categories in the years leading up to and during the first U.S. occupation of Haiti, so too were the coordinates of gender, class, and sexuality shifting and troubled."*¹⁶⁴

Assim como quando analisa raça, Renda analisa o gênero a partir do contexto interno dos Estados Unidos e depois como se dá o encontro com o Haiti. No início do século XX, a demanda por direitos iguais para as mulheres por parte das mulheres da elite e da classe média era interpretada pelos homens da elite e da classe média como um risco para a masculinidade dos cidadãos estadunidenses – entende-se brancos. (RENDA, 2001, p. 63) Por isso, a resposta dos homens à ameaça de sua virilidade foi provar sua masculinidade através da ação militar e do imperialismo, que demandavam atitudes identificadas como masculinas: *"In that context, both empire and military action emerged as favored paths for affirming the nation's virility. With them, too, came a panoply of cultural tools for protecting, bolstering, and celebrating both whiteness and manhood."*¹⁶⁵

A ideia de que o homem é masculino, viril e branco foi sendo construída através de diversos discursos. Ao mesmo tempo que se construía e reafirmava discursivamente uma superioridade branca sobre os negros, Renda aponta para os discursos do final do século XIX e início do século XX que faziam o mesmo com a masculinidade:

*"Meanwhile, college football, which became a national craze in the 1890s, offered a ritual performance of virility in the making... The early twentieth century brought even more explicit images of powerful white physicality. Bernarr McFarren, for example, intended his body-building magazine, Physical Culture, to present a "wholesome and elevating" display of muscular male bodies. And Edgar Rice Burroughs's 1912 novel Tarzan of the Apes effectively proclaimed, as Gail Bederman has shown, "that 'the white man's' potential for power and mastery was limitless as the masculine perfection of Tarzan's body."*¹⁶⁶

¹⁶³ Ibidem, p. 55.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 62 e 63.

¹⁶⁵ Ibidem, p. 64.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 64.

Mas essa masculinidade também era embasada no paternalismo. A masculinidade se comprovava na relação familiar, quando o pai era o provedor da família. Renda aponta a construção desse conceito através do livro do senador Albert J. Beveridge, um dos proponentes da expansão militar e econômica dos Estados Unidos, *“The Young Man and the World”*, de 1908:

*“Beveridge dismissed out of hand the man whose ‘arm is not strong enough to protect a wife’ and whose ‘shoulders are not broad enough to carry aloft [his] children.’ ‘The man who is not enough of a man to make home, need not be counted,’ he declared flatly.”*¹⁶⁷

O paternalismo então exigia que o masculino fosse aquele que cria o filho para que esse seja também masculino no futuro. Esse paternalismo vai ser fundamental na relação com o Haiti, como aponta Renda. A relação com os negros era de evolução, ou seja, de fazer com que os negros alcançassem o estágio dos brancos. Woodron Wilson se referia a relação com a América Latina como *“relationship of a family of mankind”*, logo o país branco – composto de cidadãos brancos - deveria, naturalmente, se tornar o pai para a república negra, atrasada. Dessa relação a evolução que defendia Daniels seria possível.

Atavés dessas construções de gênero e de raça como locais de produção de fronteira que o Haiti vai sendo representado como aquele a ser socorrido pelo pai generoso e firme. Um jornalista da época analisando a invasão do Haiti conforme defendida por Wilson relatou: *“small-boy Haiti is evidently going to receive, if not corporeal punishment, at least the strictest sort of discipline.”*¹⁶⁸ Por essa passagem pode-se notar que o Haiti não é um país, ele é um país pequeno, ainda precisando amadurecer e isso será possível através de disciplina. Essa por sua vez ficaria a cargo de uma instituição reconhecidamente disciplinada: as forças armadas.

A disciplina era usada dentro da Marinha a fim de tornar os jovens em homens no futuro, e isso implicava em masculinidade e paternalismo. A masculinidade era notada na propaganda de alistamento da Marinha. À época era comum dizerem que se um jovem quisesse lutar deveria se juntar a Marinha. (RENDA, 2001, p. 65) Na Marinha o jovem até se tornar um *“marine”* seria preparado para ser masculino: *“...white boys receiving boxing gloves as birthday gifts, mastered primitive survival skills as Scouts, and thrilled at adventures stories*

¹⁶⁷ Ibidem, p. 66.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 100.

*set in the wilds of Africa and on the distant shores of the Pacific.*¹⁶⁹ E essa preparação era muito disciplinada: *“Arriving at recruit depots with this range of baggage and confusion, white U.S. boys and men soon found themselves caught up in the disciplinary regime of the U.S. Marine Corps.”*¹⁷⁰

Além do treinamento para se tornar um *“marine”*, como apontando anteriormente, havia uma bagagem de cada alistado fruto do discurso cultural sobre a masculinidade e o paternalismo. Por essas construções discursivas que Renda ao analisar as cartas que oficiais que serviram no Haiti escreviam para seus pais e familiares evidenciou a busca do jovem em se tornar a figura paterna – masculina. Assim Renda resume:

*“Some marines wielded paternal authority as fathers themselves. Some, like Smedley Butler, even brought their families to live with them in Haiti. Like the majority of U.S. men – wealthy, middle-class, and working-class alike – they most likely embraced the dominant ideology of manhood articulated by Senator Beveridge.”*¹⁷¹

É a partir dessas construções raciais e de gênero que os oficiais dos Estados Unidos vão se relacionar com o “pequeno” Haiti, como o pai branco que através de disciplina irá permitir o amadurecimento – evolução – do pequeno negro ou criança *“nigger”*. Esse relacionamento é também fundamental para a formação do jovem em uma figura paterna. É através do encontro com outros povos que o império demonstrava sua masculinidade, na relação Estados Unidos-Haiti esse encontro seria através dos *“marines”*: *“To what extent did the discourse of paternalism shape the preparation of Marine Corps officers and enlisted men? Paternalism was built into Marine Corps relationships ... between marines and the people they would encounter overseas.”*

Como evidenciou Edward Said, é através do contato com o “Outro” que o “Eu” se forma, se constrói em oposição. Da mesma forma, a construção do pai só poderia ser completa no encontro com o “Outro”, representado como filho, pequeno. A submissão do Haiti pelos Estados Unidos é novamente marcada pela prática orientalista que Said aborda, mostrando que a representação está embebida de relações de poder.

No entanto essa relação de poder é a forma como o “Eu”, aquele que representa o “Outro”, se constitui. Assim como quando Colombo espacializa o Ayiti

¹⁶⁹ Ibidem, p. 65.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 74.

¹⁷¹ Ibidem, p. 69.

e o representa como a Espanhola ele está se constituindo. Ou quando os negros e mulatos em Saint Domingue são rotulados desde sua forma de se vestir até sua possível ou não participação política e seu status social são ferramentas de afirmação do que é ser branco. Ou quando os negros são classificados de “nigger” e representados como aqueles que não evoluíram o suficiente também constroem a raça branca. Representar o Haiti como o pequeno, é fundamental para que o “Eu” seja o masculino.

O masculino, aquele que é o superior, só pode existir quando há outro para ser inferior, outro que não seja o masculino. A necessidade da existência de um oposto é o que Spike Peterson classifica nos estudos de gênero nas relações internacionais de interdependência. A autora aponta que não é possível olhar para o masculino sem atentar para o que é construído socialmente, através de discursos, como o oposto – como aquele que precisa do masculino. (PETERSON, 2010, 18)

Para além da relação entre masculino e feminino, como analisado por Peterson, Ashis Nandy aponta que também há uma relação entre masculino e infantil que constrói o masculino. Ao analisar a colonização na Índia, Nandy aponta que a Grã-Bretanha representava a Índia não somente como feminino mas também como infantil, aquele que não era adulto. Dessa forma, automaticamente, a Grã-Bretanha assumia o posto paterno e assegurava em suas mãos o controle da Índia. Como analisaram Inayatullah e Blaney: “*By mapping these polarities onto the British and Indian selves... a vibrant European adulthood was counterpoised to an at once infantile... aged East*”¹⁷².

Para exemplificar esse encontro de pai e filho serão abordados dois casos analisados por Renda. O primeiro é o treinamento que haitianos receberam de oficiais dos Estados Unidos para se tornarem a nova força bélica de garantia da ordem no Haiti, a Gendarmerie.

Smedley Butler, um dos oficiais que ficou encarregado do treinamento de haitianos para se tornarem a Gendarmerie, nas cartas para o pai se mostrava ansioso com os trabalhos. Adotando um discurso paternalista, Smedley apontava para como suas orientações e treinamentos formariam uma força que garantiria a ordem. Em algumas cartas, Smedley se referia aos seus pupilos como “*my little fellows*” e até

¹⁷² INAYATULLAH, Naeem e Blaney, D. L. ‘**International Relations and the Problem of Difference**’. Nova York: Routledge, 2004, p. 11.

mesmo “*my little chocolate soldiers*”. (RENDA, 2001, p. 104) A ideia do Haiti como um pequeno aparece em diversas outras correspondências de oficiais para seus pais e familiares, por isso Renda afirmou: “*The discourse of paternalism drew on this emerging constellation of cultural meanings surrounding fatherhood. It invited Americans, and particularly U.S. marines serving in Haiti, to stand in as father figures for a child nation.*”¹⁷³

No entanto, Renda aponta que a relação com o Haiti sempre ficava tensa quando os haitianos rejeitavam a representação de pequeno ou criança. (RENDA, 2001, p. 104-106) No caso de Smedley, quando o governo haitiano não mais renovou o contrato com os Estados Unidos, interrompendo as atividades dele que foi transferido para outras funções, a revolta pode ser comprovada em uma carta para o pai explicando sua situação: “*I am reduced to a very humiliating position, am simply the very subservient chief of a nigger police force.*”¹⁷⁴

A humilhação de Smedley está em ele não poder mais ser a figura paterna para os pequenos negros, ele passa a não poder servir aos Estados Unidos por não cumprir seu papel de pai, de masculino, de branco. Essa mesma preocupação também estava institucionalizada durante a ocupação. Uma das intenções do governo dos Estados Unidos era atrair investimento dos investidores estadunidenses para o Haiti, para isso precisava comprovar que a ocupação trazia resultados positivos – que os pequenos negros caminhavam na direção correta para o amadurecimento.

Uma das maneiras foi a publicação de um panfleto, em 1918, que apontava o Haiti como a terra das oportunidades. Conforme explicou o fotógrafo que participou da produção do folheto havia uma intenção de “*give an idea off the many commercial and industrial possibilities in the Republic of Haiti.*”¹⁷⁵ Para ilustrar isso foram anexadas no folheto duas fotos, cada uma sobre uma fase do haitiano: antes e durante a ocupação.

A foto da esquerda mostra um homem de roupas rasgadas, em um ambiente confuso de mato e trilhos de trem além de estar com uma postura cansada: olhos para baixo e ombros arqueados. Já a foto da esquerda, que representa o momento

¹⁷³ RENDA, Mary A.. “**Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940**”. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001, p. 67.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 104.

¹⁷⁵ Ibidem, p. 120.

durante a ocupação, mostra um haitiano bem vestido, com postura ereta, em uma rua pavimentada com uma construção de alvenaria no fundo. Como explica Renda, é através da disciplina patriarcal que a evolução da criança negra seria possível: *“The new soldier promised both effective police protection for American investments and a disciplined population from which to draw a productive work force.”*¹⁷⁶

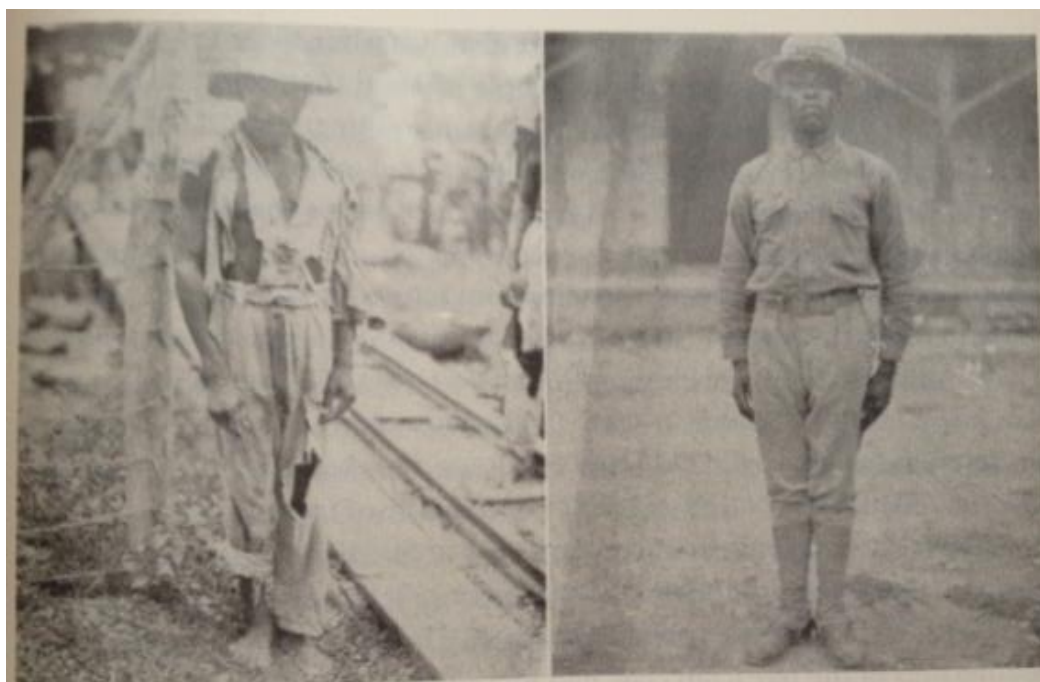


Figura 3: A civilização antes e depois do treinamento militar.

Por fim, Renda resume a ocupação do Haiti pelos Estados Unidos apontando que é através da raça e do gênero e não da força bélica somente que o controle sobre a “criança negra” seria de posse do “pai branco”:

*“Linked to a complex history of racial and gender connotations, such metaphors constituted a crucial part of the ideological machinery of the occupation. They function as mechanism of power, enabling the construction of a temporary state apparatus sufficient to secure U.S. control over Haitian society and government.”*¹⁷⁷

3.4.

Primeira Operação de paz da ONU, em busca da ordem

Em 1934, os Estados Unidos puseram fim a ocupação que durou 19 anos. Uma relação que se manteve pautada no gênero e na raça como locais de produção de fronteira e constituintes do papel de cada um, Estados Unidos e Haiti, parecia

¹⁷⁶ Ibidem, p. 121.

¹⁷⁷ Ibidem, p. 128.

chegar ao fim. Até a década de 1990, ainda sofrendo influência dos Estados Unidos (mas sem interferência militar externa em território nacional), o Haiti seria governado pelos próprios haitianos.¹⁷⁸

Entretanto, após o fim da ditadura Duvalier – que teve início em 1957 com François Duvalier, o Papa Doc, e foi perpetuada com a ascensão de seu filho, Jean-Claude Duvalier, mais conhecido como Baby Doc, após sua morte em 1971 - em 1986, o país se encontrou politicamente conturbado. E em setembro de 1991, o então presidente, eleito democraticamente, Jean-Bertrand Aristide foi deposto por um golpe militar, que assumiu o poder político do país até 1993.¹⁷⁹

Durante o período de governo iniciado pelo golpe militar, liderado por Joseph Raoul Cédras, houve acusações de graves violações de direitos humanos por diversas organizações civis¹⁸⁰. Após sucessivas reuniões do Conselho de Segurança e embargo econômico liderado pelos Estados Unidos ao Haiti (FARMER, 2006) não surtiram o efeito que a comunidade internacional esperava, o Conselho de Segurança da ONU através da resolução 940, de 1994, garantiu autoridade para a operação de paz internacional no Haiti cumprir suas responsabilidades:

“...sustaining a secure and stable environment established during the multinational phase and protecting international personnel and key installations; and the professionalization of the Haitian armed forces and the creation of a separate police force. UNMIH was also to assist the legitimate constitutional authorities of Haiti in establishing an environment conducive to the organization of free and fair legislative elections to be called by those authorities.”¹⁸¹

Por essa resolução, o Conselho de Segurança definiu a liderança de tal operação como de responsabilidade do EUA.¹⁸² Logo depois o então presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, se pronunciou oficialmente, direto do salão Oval da Casa Branca, explicando o posicionamento de seu país e a necessidade de tal

¹⁷⁸ Para saber mais sobre a influência exercida pelos Estados Unidos nesse período ler “The Uses of Haiti” de Paul Farmer e “Haiti Rising” editado por Martin Munro.

¹⁷⁹ FARMER, Paul. **‘The Uses of Haiti.’** Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006, Part I, LUNDAHL, Mats. **‘Poverty in Haiti: essays on underdevelopment and post disaster prospects’.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2011, Part III The Failed Transition. e GIRARD, Philippe. **‘Haiti. The Tumultuous History – From the Pearl of the Caribbean to Broken Nation’.** Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

¹⁸⁰ Consultar o processo requerido pela junta a Corte Interamericana de Direitos Humanos por violação de direitos humanos por agentes do estado durante o governo de Raoul Cédras. Disponível em: <http://cidh.oas.org/annualrep/2002port/Haiti.11335.htm>. Acessado em 17/02/2016.

¹⁸¹ Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihmandate.html>. Acessado em 17/02/2016.

¹⁸² Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unmihmandate.html>. Acessado em 17/02/2016.

operação, apontando que o Haiti era controlado pelo “*most violent regime in our atmosphere*”¹⁸³. Em setembro, teve início a operação “*Uphold Democracy*” que resultou na deposição de Raoul Cédras da presidência haitiana.

Com o retorno do presidente Jean-Bertrand Aristide ao Haiti e à presidência, a relação entre forças armadas estrangeiras e a população haitiana parecia ter sido diferente dos momentos anteriores. Sem ambições imperialistas declaradas a intervenção em nome da manutenção da ordem pública¹⁸⁴ de responsabilidade da comunidade internacional¹⁸⁵ seria como um divisor de águas entre um passado de opressão pautada no gênero e na raça para uma relação mais amistosa entre forças estrangeiras com o Haiti.

Todavia, para além das declarações oficiais de Bill Clinton que antecederam a operação “*Uphold Democracy*” e das intenções da comunidade internacional expostas nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU, é necessário atentar para discursos e representações feitas antes da operação e durante a operação considerando a mudança de cenário que o fim da Guerra Fria iniciou.

Por séculos a relação com o Haiti foi explicitamente tratada como uma relação entre um superior e um inferior, sendo o último o não branco. Desde a chegada de Colombo em 1492 até a saída dos “*marines*” estadunidenses, o Haiti foi representado como aquele que precisava se tornar o que o branco já era. Nas tratativas para a operação internacional em nome da ordem pública, a partir de 1993, esse discurso se tornou implícito. Quem aponta essa mudança de postura é Paul Farmer ao analisar os discursos de diferentes políticos dos Estados Unidos nos meses que antecederam a operação instaurada pela ONU em 1993: “*Members of the Congressional Black Caucus decried the racism implicit in the treatment accorded the Haitian refugees, insisting that the only way to stanch the flow of asylum-seekers would be to restore democracy to Haiti.*”¹⁸⁶

¹⁸³ Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=CWFYHf100k>. Acessado em 17/02/2016.

¹⁸⁴ Resolução 940(1994) do Conselho de Segurança da ONU. Página 2.

¹⁸⁵ O termo comunidade internacional se refere neste trabalho às ações tomadas em coletividade por diferentes países dentro da legalidade e dos processos previstos pela carta das Nações Unidas, uma vez que nas resoluções sobre a UNMIH o Conselho de Segurança argumentava que tais documentos eram fruto de uma decisão da comunidade internacional.

¹⁸⁶ FARMER, Paul. **The Uses of Haiti.** Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006, p. 308. O Congressional Black Caucus é uma ferramenta dos representantes negros no congresso do Estados Unidos, que se intitula como ferramenta para dar ouvidos do poder legislativo às demandas das pessoas negras e vulneráveis no EUA. Consultar <https://cbc-butterfield.house.gov/about>.

Durante os debates entre republicanos e democratas sobre a questão do Haiti, alguns posicionamentos chamaram atenção como o do congressista John Myers, do estado de Indiana, que teria dito: “*restoring former Haitian president Jean-Bertrand Aristide... is not worth the life of one American soldier.*”¹⁸⁷ Outro posicionamento alarmante foi de um congressista republicano do estado da Louisiana que argumentou que o problema de Aristide era que ele era um “*un-American*”. (FARMER; 2006; p. 310) Já os democratas pareciam não se diferenciar muito do posicionamento que busca inferiorizar o Haiti:

“On the administration’s side, the Secretary of State Warren Christopher suggested that... “any effort to persuade Congress and the public that a relatively insignificant country like Haiti was worth American blood and dollars was bound to be an uphill struggle.””¹⁸⁸

Os discursos, como apontou o Congressional Black Caucus, à época de membros dos partidos Republicano e Democrata evidenciaram o que os jornalistas e cientistas políticos denunciaram após os Estados Unidos decidirem por apoiar e liderar uma força internacional no Haiti para restaurar a ordem pública: a preocupação não era com a situação haitiana e sim com a situação estadunidense. Conforme explicou o cientista político William Leogrande: “*Fear of illegal immigration explains, by and large, current U.S. policies in the Caribbean region.*”¹⁸⁹

A preocupação com a imigração crescia acompanhando o aumento do número de imigrantes haitianos que se aventuravam no mar caribenho a fim de uma vida melhor nos Estados Unidos. No mês abril de 1994, a guarda costeira dos Estados Unidos interceptava por dia cerca de mil haitianos.¹⁹⁰ Claro que não eram imigrantes somente, como aponta Farmer: eram imigrantes negros. (FARMER, 2006) Por isso, o jornalista Doyle McManus escreveu no jornal *Los Angeles Times* que essa era a primeira vez na história que os Estados Unidos faziam guerra para acabar com o fluxo de imigração ao país.¹⁹¹ Dessa forma, quando analisou o discurso de Bill Clinton, feito do salão oval da Casa Branca, o professor especialista em “*Africology*” (estudos sobre a cultura, política e história africana e descendentes) Patrick Bellegarde-Smith ressaltou:

¹⁸⁷ FARMER, Paul. ‘*The Uses of Haiti.*’ Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006, p. 310.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 310 e 311.

¹⁸⁹ Ibidem, p. 314 e 315.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 308.

¹⁹¹ Ibidem, p. 315.

“On September 15, announcing what he then expected to be an armed invasion of Haiti, Clinton buried in the middle of the speech the most important point: he talked about ‘the safety of our borders’- code words. He talked about the 300,000 internal exiles in the mountains of Haiti who could legitimately come to the United States because they are, indeed, political refugees – black people, mostly peasants, who qualify for political asylum.”¹⁹²

No entanto, como a inferioridade negra não era perceptível ao primeiro momento, no discurso do salão oval da Casa Branca, Bill Clinton destacava a violação dos direitos humanos e o terror que Cédras e seus sequazes exerciam matando crianças, estuprando mulheres e matando padres e pastores.¹⁹³ Enquanto ignorava o fato de que por mais de 70 anos as forças militares e policiais haitianas que à época eram responsáveis pelo regime mais violento da atmosfera foram treinadas pelos Estados Unidos (FARMER, 2006), Clinton implicitamente apontava que os Estados Unidos eram o país capaz de instaurar no Haiti aquilo que deve ser o objetivo de todos: destituir uma ditadura em nome dos direitos humanos e da democracia:

“My fellow Americans tonight I want to speak with you why the United States is leading an international effort to restore democratic government to Haiti. Haiti dictators lead by the general Raoul Cédras control the most violent regime in our atmosphere. For three years they have rejected every peaceful solutions that the international community has proposed. They have broken an agreement that they made to give up power, they have brutalize their own people and destroyed their economy. And for three years we and other nations have worked exhaustedly to find a diplomatic solution; only to have the dictators to reject each one.

Now the United States must protect our interest to stop the brutal atrocities that threat tens of thousands of Haitians, to secure our borders and to secure stability and to promote democracy in our atmosphere...

The message of the United States to the Haiti dictators is clear: your time is up. Leave now or we will force you from power.”¹⁹⁴

Antes de analisar como os Estados Unidos fariam do Haiti uma democracia respeitosa quanto aos direitos humanos, é importante perceber um ponto em comum dessa operação de 1994 com os “marines” que ocuparam o Haiti por 19 anos. Para exercer um papel de mestre que faz com que o pupilo, ainda imaturo, possa alcançar o objetivo desejado, Renda apontou que a marinha dos Estados Unidos enviou seus “marines” brancos ao Haiti. Curiosamente, como um indício de que a questão racial não era coisa do passado, os soldados estadunidenses que compuseram a força

¹⁹² Ibidem, p. 315.

¹⁹³ Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=CWFYHf100k>. Acessado em 17/02/2016.

¹⁹⁴ Ibidem.

internacional que contou com oficiais de 34 países, eram em sua maioria brancos. Isso pode ser observado quando são analisados vídeos disponíveis no youtube de nome “*Operation: Uphold Democracy*” que trazem imagens da operação “*Uphold Democracy*”¹⁹⁵, de setembro de 1994. No total os vídeos contabilizam mais de 80 minutos. Enquanto incontáveis oficiais brancos aparecem, em média são 5 oficiais negros identificados por vídeo (ainda vale ressaltar que um mesmo oficial aparece mais de uma vez o que pode ter elevado a média por vídeo). Em outro vídeo sobre a operação, que é uma montagem de várias cenas nos vídeos “*Operation: Uphold Democracy*” com a fala de Bill Clinton de 15 de setembro de 1994, do salão oval da Casa Branca, nenhum soldado negro aparece, sendo os únicos oficiais negros os haitianos – que agem violentamente contra a população¹⁹⁶.

Através do discurso de Bill Clinton e dos vídeos no youtube é possível identificar o racismo como abordado por Etienne Balibar. Implicitamente, em seu discurso, Bill Clinton já sustentava uma evolução do país negro, corroborando com os processos imperialistas que os Estados Unidos tiveram e, antes, a França e a Espanha também. Ainda há em seu discurso uma condenação do comportamento do governo haitiano, característica identificada por Balibar como a contínua característica do racismo desde o período de colonização.

Se durante a colonização a diferença era justificada por um aspecto biológico e psicológico, no período pós-colonial o racismo se pautou nos comportamentos. Aplicar a distinção a partir do comportamento enquanto nega o racismo por essência (biológico ou psicológico) é uma tática que em nada muda o caráter racista da proposta de divisão social no mundo hoje. (BALIBAR, 1991)

A intenção em fazer do Haiti um país melhor, isso significa como os países que se identificaram como brancos (desde o período de colonização), implicava em implementar comportamentos como os direitos humanos – direitos desenvolvidos a partir dos direitos dos homens da Revolução Francesa, identificados por Balibar

¹⁹⁵ Vídeo “*Operation Uphold Democracy The Invasion of Haiti (Rebirth of Haiti Part 1)*”, acessado em 18/02/2016 > <https://www.youtube.com/watch?v=0DQ5EX256Oo>. Vídeos “*Operation: Uphold Democracy*” da parte 1 até parte 7, acessados em 18/02/2016 > <https://www.youtube.com/user/1869eases/search?query=Operation+Uphold+democracy>.

¹⁹⁶ Aqui trago uma indagação valiosa da banca, especialmente de Menezes, quanto a ocorrência dessa mesma composição em outras operações que os Estados Unidos tenham participado. Nesta pesquisa essa composição estadunidense está em relação com a composição apontada por Renda, analisada no item 3.3 desta pesquisa. No entanto, a crítica construtiva da banca é de grande relevância e evidencia as escolhas quanto às continuidades analisadas.

como base para o racismo formador da França – no Haiti. O Haiti só evoluiria se assumisse os comportamentos brancos, desenvolvidos no mundo branco, ou seja, ao assumir, nas palavras de Fanon, “um mundo todo branco”.

E em busca de um comportamento de excelência, que é o comportamento específico de civilização ou evolução, a esmagadora maioria dos oficiais enviados pelos Estados Unidos, indicando que somente o comportamento branco poderia construir um Haiti melhor, eram brancos. O racismo ou neo-racismo continuou presente na atuação em nome da ordem da comunidade internacional liderada pelos Estados Unidos, desde o receio quanto à imigração de negros até a “necessidade” de assimilação pelo Haiti e haitianos de um comportamento civilizado.

Para além dos oficiais enviados e da preocupação com o aumento da imigração negra haitiana nos Estados Unidos, é também importante analisar a solução econômica que se desenvolveu antes dos Estados Unidos realizarem a operação que retiraria o ditador, Raoul Cédras, do poder. Conforme apontou Farmer, a operação só foi realizada após um plano econômico ter sido acordado entre potências globais como Estados Unidos e França com instituições financeiras internacionais (Banco Mundial e FMI):

“... the plan presented to World Bank looked very much like the standard structural adjustment plan favored by the Bank, the IMF, and by governments of Japan, Korea, various European countries, and the United States – all of which sent delegations to the Paris meetings held to decide Haiti’s fate.”¹⁹⁷

Philippe Girard, apontou algumas das mudanças que as grandes potências econômicas haviam exigido à Aristide para que a operação internacional fosse efetivada:

“The last details [para a realização da operação] were economics. The international community was willing to intervene militarily and to commit substantial funds to ensure the success of the democratic transition. But... donors insisted that Aristide would have to agree in advance to a specific set of reforms. State-owned companies – traditionally a prime source of graft – would have to be privatized. The already low tariffs would have to be further diminished. The Haitian bureaucracy would have to be downsized, and aid would be channeled through nongovernmental organizations rather than through the Haitian government.”¹⁹⁸

Esta relação acima apontada é tratada por Roland Paris nos seus estudos críticos sobre as operações de paz. Conforme abordado no capítulo 2 desta

¹⁹⁷ FARMER, Paul. *‘The Uses of Haiti.’* Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006, p. 312.

¹⁹⁸ GIRARD, Philippe. *‘Haiti. The Tumultuous History – From the Pearl of the Caribbean to Broken Nation’.* Nova York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 155.

dissertação, Roland Paris argumenta que a partir da década de 1990 que as operações de paz vão se tornar mecanismos de fazer com que a governança dos países-anfitrião sejam como as governanças ocidentais. Tal necessidade se deu pelo entendimento de que a fronteira se situa entre o moderno e o tradicional. Dessa forma, não somente a construção de um regime político democrático e respeitoso aos direitos humanos, como também moldar a economia local em uma economia neo-liberal se tornaram algumas das ferramentas empregadas por capacetes azuis para modernizar o “Outro” – o tradicional. (PARIS; 2002)

Entretanto, ainda que em concordância com a proposta de Bellamy e Pugh quanto ao desenvolvimento de uma análise crítica sobre as operações de paz, Paris, talvez por não abordar a raça como um local de produção de fronteiras, entende que as atuais operações de paz que se pautam pela relação entre moderno/tradicional não têm nenhum embasamento de raça: “*Unlike the old colonialism, moreover, the ethic of modern peacebuilding is not built upon theories of racial superiority*”¹⁹⁹.

Entretanto, esta pesquisa entende que as políticas econômicas neo-liberais – como diminuição de tarifa e privatização – exigidas do Haiti como contrapartida para a realização de uma operação de paz que acabasse com uma ditadura entendida como a mais violenta do hemisfério, não foram escolhas a-temporais ou a-históricas. Assim como para esse trabalho há o pressuposto teórico de que o histórico de que as relações entre forças armadas estrangeiras em solo haitiano e a população haitiana e o Haiti não devem ser entendidas como fatos ou acontecimentos históricos desconexos ou não-interligados. As decisões econômicas decididas por agentes não haitianos e, em certa medida, impostas ao Haiti têm um rastro histórico.

Olhando para as fases econômicas do Haiti, Mats Lundahl, em seu livro “*Poverty in Haiti*”, classifica o período colonial como a primeira fase da economia haitiana. Neste capítulo 2 da dissertação foi abordado que o início da colonização haitiana teve origem em 1492, não pelo fato de Cristovão Colombo chegar à ilha Ayiti, mas sim porque com a sua chegada Colombo representou sua descoberta ao trono espanhol de uma forma feminizada. Como também analisado no início deste capítulo, a colonização está totalmente atrelada à uma relação de raça entre

¹⁹⁹ PARIS, Roland. *‘International Peacebuilding and the ‘mission civilisatrice’*. Review of International Peacebuilding, n.28 (2002), p. 652.

colonizador e colonizado, sendo o primeiro o branco, o superior, o moderno. Assim, pode-se entender que a economia haitiana não somente começa a partir de sua inferiorização como feminino e indígena/negro e mulato, mas também pelo processo - que é o mesmo - formador da superioridade da Europa como o masculino e branco.

“A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram... à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus.”²⁰⁰

Todavia, Aníbal Quijano argumenta que as relações de poder mundiais são novas a partir do encontro colonial na América porque as novas id-entidades dos que se tornaram América e Europa - e posteriormente África, Ásia e Oceania – além de serem pautadas por uma fronteira de raça entre colonizador e colonizado, também estão na fundação da nova *“articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos...”*²⁰¹ Por essas duas características que Quijano aponta para a singularidade do novo padrão de poder mundial originado pelo encontro colonial: trabalho e salário com questões raciais de superioridade e inferioridade. Assim, esse padrão de poder global está dividido racialmente.

A conjugação do verbo no tempo presente para tratar do padrão de poder global não é trivial uma vez que os estudos pós-coloniais apontam que o encontro colonial não é algo do passado. Como Quijano afirma: *“Portanto... “modernidade”, hoje envolve o conjunto da população mundial e toda sua história dos últimos 500 anos... articulados no padrão global de poder.”*²⁰²

Pelo exposto até aqui, as relações presentes nas operações de paz desde a década de 1990 como sendo entre os que se intitulam modernos e representam o “Outro” como tradicional impedem compreender que as decisões econômicas ou mesmo as decisões de modernização do “Outro” tradicional não estejam embasadas em raça como local de produção de fronteira.

No caso haitiano, a analogia que Paris faz entre operações de paz pós-Guerra Fria e *“mision civilizatrice”* – do período colonial onde brancos franceses buscavam

²⁰⁰ QUIJANO, Aníbal. **‘A Colonialidade do Saber’**, em org. Lander, Edgard “A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais”. São Paulo, Cromosete Gráfica e Editora Ltda., 2005, p. 229.

²⁰¹ Ibidem, p. 228.

²⁰² Ibidem, p. 242 e 243.

civilizar os não-brancos não-europeus – se torna uma afirmação da presença de fronteiras raciais na promoção da paz. Como aponta Quijano, a colonização não somente gerou hegemonia material como salarial e de trabalho mas também subjetiva, cultural e de conhecimento:

*“Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento.”*²⁰³

Logo, ao abordar a “continuidade” da “*mission civilizatrice*” como não racial não pode ser entendida como não sendo uma continuidade do padrão de poder colonial global do conhecimento que busca manter a produção do conhecimento eurocêntrica. Tendo sua formação a partir das proposições europeias e imperialistas – França, Canadá, Grã-Bretanha e Estados Unidos – Paris ainda que estruturando sua análise de forma crítica não deixa de ser eurocêntrico ao não questionar a epistemologia eurocêntrica que norteia seu entendimento sobre raça e fronteira nas relações de promoção da paz desde o fim da Guerra Fria. O conhecimento sobre as operações de paz que Paris propõe é um conhecimento colonial, que marginaliza a produção não-europeia do que é ou como é entendida a promoção da paz por não-europeus.

Enquanto as grandes potências financeiras do mundo decidiam de que forma deveria ser a economia haitiana após o sucesso da operação “*Uphold Democracy*” em 1994, o presidente democraticamente eleito já receava em aceitar tais propostas econômicas por saber que essa economia desejada fora do Haiti seria impopular dentro do Haiti. (GIRARD, 2005) É através da epistemologia que Fanon chamou de “*epistemological location*” que é possível perceber a presença da raça como local de produção de fronteira nas políticas econômicas que instituições não haitianas buscavam impôr aos haitianos no processo da operação de paz.

Pode ser notada uma similaridade nas ações coloniais, imperialistas e de redemocratização do Haiti, que é a relação entre europeus e não-europeus como observada por Quijano. Há uma continuidade do emprego do que é considerado bom para o Haiti – Ayiti, a Espanhola, Saint-Domingue, República de Negros, ameaça e desordem pública - que sempre deriva do entendimento daquele que não é haitiano sobre o que é haitiano, pautado por uma produção eurocêntrica do conhecimento. Como afirma Inayatullah: “*Some people think they know what is*

²⁰³ Ibidem, p. 236.

*good for others because they believe they know something crucial denied to others*²⁰⁴.

O que historicamente, pode-se perceber, tem sido negado ao Haiti são os valores europeus de lei, direitos, política, cultura, economia... Por isso, Inayatullah observa que ainda que os pressupostos religiosos empregados por Vitoria tenham sido substituídos por pressupostos seculares, o eurocentrismo do conhecimento e que norteia as relações das nações no século XXI continua hegemônico. (INAYATULLAH, 2009) Isso pode ser notado nas decisões de diferentes instituições: *“Intervention by institutions such as United Nations, NATO, the World Bank, the International Monetary Fund and various inter-states alliances provide familiar examples*²⁰⁵.

Essa percepção de continuidade das relações de poder opressoras em relação ao Haiti, desde a Espanhola, poderia ser feita pela composição dos líderes do plano econômico que vinha sendo elaborado em Paris. Assim como um presidente branco enviando oficiais, em sua esmagadora maioria, brancos para a restauração da democracia e dos direitos humanos em um país reconhecido pelo EUA como república negra (FARMER, 2006) pode representar uma continuidade de um entendimento de superioridade da raça branca desde os tempos de presidência de Woodrow Wilson. A cor de pele e formação dos líderes do EUA²⁰⁶, França²⁰⁷, Fundo Monetário Internacional²⁰⁸ e Banco Mundial²⁰⁹, por exemplo, pode ser

²⁰⁴ INAYATULLAH, Naeem. **‘Why do some people think they know what is good for others?’** em Global Politics de Jenny Edkins e Maja Zehfuss. Nova York, Routledge, 2009, p. 344.

²⁰⁵ Ibidem, p. 346.

²⁰⁶ Bill Clinton era branco por sua cor de pele e teve sua formação nas universidades de Georgetown, Oxford e Arkansas²⁰⁶. Também ignorava, em seus discursos, os impactos imperialistas do EUA no Haiti e, logicamente, não mencionava qualquer correlação desses impactos com os coloniais europeus. Disponível em <http://www.biography.com/people/bill-clinton-9251236>. Acessado em 20/02/2016.

²⁰⁷ O presidente francês, em 1994, Jacques Chirac, também era branco e teve sua formação na Universidade de Paris. Disponível em http://www.gala.fr/stars_et_gotha/jacques_chirac. Acessado em 20/02/2016.

²⁰⁸ O diretor geral do FMI, em 1994, Michel Camdessus era francês e branco (europeu como todos os anteriores), se formou na Universidade de Paris e se pós-gradual no Instituto de Ciência Política de Paris. Depois trabalhou em bancos francês e europeu até chegar ao cargo de diretor geral do FMI, que ocupou até o ano de 2000. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/omd/bios/mc.htm>. Acessado em 20/02/2016.

²⁰⁹ O presidente do Banco Mundial, em 1994, Lewis Thompson Preston, era estado unidense e branco (como todos os anteriores) e se formou em Harvard, foi um “marine” do EUA na Segunda Guerra Mundial e depois trabalhou no banco J.P. Morgan. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/about/archives/history/past-presidents/lewis-thompson-preston>. Acessado em 20/02/2016.

entendido como mais um aspecto da relação moderno/tradicional como uma relação de inferiorização dos não-brancos que começou, seguindo a análise econômica de Mats Lundahl, com a colonização. No entanto, o assessor que Bill Clinton nomeou para os assuntos haitianos em 1994, antes das decisões econômicas e da realização da operação “*Uphold Democracy*” era negro: William Gray. E a decisão da operação também estava em total comunhão com as propostas do “*Congressional Black Caucus*” e de William Gray. (FARMER, 2006)

A conclusão que se pode ter é que a proposta epistemológica de Fanon se coloca mais uma vez imprescindível por demonstrar que mesmo os negros de pele que não viviam no dia-a-dia os resultados da colonização como a população haitiana não conseguiram se distanciar da produção de conhecimento eurocêntrico e imperialista branco que era imposta sobre a economia haitiana. Na busca por compreender esse importante processo da primeira operação de paz da ONU no Haiti entende-se ser fundamental um retorno ao período colonial, quando o Haiti ainda era representado como Saint-Domingue.

Dominique Rogers ao analisar a esfera pública em Saint-Domingue notou que as festividades, espaços e cargos políticos públicos eram símbolos do poder do rei e da subserviência da colônia à sua majestade. O intuito era garantir que a todo momento em todos os dias a colônia fosse lembrada da superioridade real.

“A 1785 fireworks display began with a “salute to the king” that included a triumphal arch with his coat of arms. In 1787, a wax museum at Port-au-Prince featured “the royal family dressed for court [and] the king holding his lit de justice, accompanied by his guard in uniform...”

Place names, such as those of the towns Saint-Louise, Port-au-Prince, and For-Dauphin, tied the contours of colonial geography to the royal family. Public celebrations of royal victories and rites of passage connected colonial time to the royal family’s life histories.”²¹⁰

Para Dominique Rogers, o mais significativo eram os cargos. Administradores, militares e juízes eram a representação em carne do poder do rei. Por isso, em cerimônias como a missa cada setor da sociedade tinha um papel, como forma de demonstrar que qualquer cargo na colônia sempre estava submisso à metrópole:

²¹⁰ ROGERS, Dominique. ‘On the Road to Citizenship. The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two Capitals of Saint-Domingue’. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. ‘The World of the Haitian Revolution’. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 81.

“The officiating priests arriving forthwith at the altar, the procession set out; the court followed immediately after the holy sacrament, which was carried by the... apostolic prefect and the priest with two curates assisting him. The canopy was carried by two grenadiers of the Legion of the Saint-Domingue on its right side, and by two grenadiers of this town’s militia on its left; its cords were held by the two current churchwardens along with the two who had exercised the charge last year; the grenadier company of said Legion, their officers in front, formed a doubled line to the left of the canopy, inside which the Conseil’s bailiffs marched in two lines in front of the court with the first baton in hand, at their center. After the Conseil, the lower court if Le Cap marched in the same order, similarly between two double lines of soldiers, followed by the company of the maréchaussée... and finally by that of the police. In front of the holy sacrament, all of the troops of the town’s militia marched in two double lines in the following order: the Legion of Saint-Domingue, the Gendarmes, the Carabiniers, the Foot Dragoons, and the companies of Sieurs Papillon, Crebassa... and the company of mounted dragoons... When the procession had returned to the church, high mass was performed.”²¹¹

Sobre todo esse ritual que apontava para uma hierarquia e harmonia na colônia, Rogers aponta que isso era para sempre manter vivo na mente dos colonos como era a França que governava: *“The rethoric of “perfect harmony” suggested not only balance but also hierarchy, mirroring the society over which France’s absolute monarchs ruled”²¹²*. No entanto, o maior símbolo da superioridade do rei e do governo da metrópole é apontado por Rogers como estando no dia-a-dia do governador-geral. (ROGERS, 2009, p. 81)

Escolhido pelo rei da França, o governador-geral era o posto político mais importante da colônia, estando acima de qualquer outro. Ele representava a vontade divina, por escolha do rei (que era a vontade divina), e por isso tinha um lugar especial nas missas, que na metrópole era do rei. (ROGERS, 2009, p. 81)

Desde o período no qual existia o cargo de governador-geral e também existia metrópole até os dias em que a política internacional se tornou decidida em reuniões da ONU, em Nova York, e a ordem pública precisa ser democrática, a continuidade hegemônica do conhecimento eurocêntrico se manteve substituindo a religiosidade pela secularidade. (BALIBAR, 1991; INAYATULLAH, 2009; QUIJANO, 2005)

Pensando nos símbolos que festividades, lugares reservados à cargos políticos e a decisão por quem ocuparia cada cargo, Rogers demonstrou como a metrópole se fazia presente na colônia. Mantendo as relações de superioridade branca até a contemporaneidade através do controle sobre as formas de controle do

²¹¹ Ibidem, p. 82 e 83.

²¹² Ibidem, p. 82.

trabalho, dos recursos e da produção (QUIJANO; 2005), a decisão e imposições para restaurar um governo democraticamente eleito no Haiti são símbolos dessa hegemonia pós-colonial.

As reuniões sobre o futuro político (com o retorno ou não de Aristide) são feitas fora do Haiti – em Nova York. O plano econômico desenhado por potências com passado recente de imperialismo sobre o Haiti em concordância com instituições lideradas por seus cidadãos formados em seus centros de produção de conhecimento e decidido na cidade que foi capital da metrópole de Saint-Domingue (e que subjuguou os negros e mulatos de diferentes formas, como apontado no tópico 3.2. deste capítulo) podem ser símbolos de uma continuidade de opressão colonial e imperialista? O envio de soldados, na sua esmagadora maioria, brancos para implementar um governo decidido por “brancos”, em um território “branco” e que deve adotar políticas “brancas” são símbolos de uma continuidade de opressão colonial e imperialista?²¹³

A resposta a essas perguntas devem ser derivadas da visão dos próprios haitianos, seguindo a epistemologia proposta por Fanon. No período de decisão por parte da metrópole, a resposta às decisões “brancas” que sustentavam um mundo “branco” foi a primeira revolução de escravos que conseguiu derrotar a França de Napoleão e fez da colônia o primeiro país da América Latina. Durante o período de ocupação do EUA, a resposta foi a Rebelião dos Cacos.

Girard ao analisar o plano econômico arquitetado em Paris logo apontou que a população haitiana não aprovava e que o resultado foi que após retornar à presidência, Aristide não adotou as exigências econômicas feitas antes da operação, em Paris. (GIRARD, 2005)

Para perceber como a operação foi uma solução pautada na raça como local de produção de fronteira entre país anfitrião e oficiais promotores da paz e democracia foi necessário adotar a epistemologia de Fanon para clarificar a maneira como raça estava implícita. No entanto, conforme foi apontado durante a colonização e durante a ocupação pelo EUA, o contato entre forças estrangeiras em solo haitiano com a população haitiana também é pautado pelo gênero como local de produção de fronteira. Para entender como o gênero está presente na formação

²¹³ Colocar branco entre aspas tem o intuito nesse frase de demonstrar o quanto as decisões são de um mundo todo branco como argumentou Fanon em seu livro “Péle Negras, Máscaras Brancas” e ao mesmo tempo mantém a indagação presente para o leitor.

da solução do Haiti pela comunidade internacional, é necessário adotar a metodologia empregada por Anica Kronsell, como apontado no primeiro capítulo: o estudo do silêncio.

Conforme anteriormente, a metodologia empregada por Kronsell para estudar o falocentrismo em instituições militares como a sueca, foi o estudo do silêncio. A autora justifica essa escolha apontando que os discursos e práticas ainda que revelem muito no ato da fala, da ação e da escrita, precisam ser questionados por aquilo que naturalizam que está no que não é falado ou escrito.

O que está “*between the lines*” (KRONSELL, 2006) é tão importante quanto o que está na linha, uma vez que revela o que está por trás, o que embasa, dá fundamento, para o que é escrito e falado. O silêncio, sustenta Kronsell, é revelador especialmente no que tange ao gênero:

*“Silence on gender is a determining characteristic of institutions of hegemonic masculinity and this is a key point. It indicates a normality and simply “how things are”. Men are the standards of normality, equated with what it is to be human, while this is not spelled out.”*²¹⁴

Para entender essa hegemonia masculina nas forças armadas suecas, a autora se utilizou de três ferramentas. A primeira é o alistamento de homens para as forças armadas. Analisando os documentos que tratavam da participação dos oficiais dentro das forças armadas e os materiais de divulgação do alistamento – obrigatório para os homens suecos e não mulheres suecas – Kronsell notou que não havia qualquer menção ao homem ou ao masculino. Todos os documentos tratavam de oficiais e de quem tinha se alistado. Kronsell então aponta que o que pode parecer uma indicação da neutralidade da instituição quanto ao gênero, revela o contrário. É por ser tão masculinizada que não há qualquer necessidade de apontar que os documentos e materiais são voltados para homens:

*“Searching through the material, we actually found very few references to boys or men. Instead, words like ‘conscript’ or ‘officer’ were used. What comes across is that conscription and the military profession is for men, and this is so self-evident that it never has to be argued or justified, just confirmed. In our project we concluded that the complete silence was an indication of the norms of hegemonic masculinity embedded in the military institution and related polity.”*²¹⁵

²¹⁴ KRONSELL, Anica ‘**Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity**’, em ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. ‘**Feminist Methodologies for International Relations**’. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press, 2006, p. 109.

²¹⁵ Ibidem, p. 113.

Ao passo que Kronsell notou que o alistamento e o serviço militar nas forças armadas da Suécia eram masculinizados pelo silêncio, o mesmo pode ser notado no processo de decisão quanto a operação *Uphold Democracy*, de 1994. Bill Clinton, no seu discurso de 15 de setembro, argumentou que a decisão por enviar soldados ao Haiti se deu após três anos de tentativas de toda natureza por parte da comunidade internacional para solucionar o problema. A realização do que viria a ser a operação *Uphold Democracy*, foi a solução encontrada pela comunidade internacional – por isso era uma força internacional aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU.

A composição dessa força internacional pode ser analisada através de vídeos e fotos disponíveis na internet sobre a UNMIH (United Nations Mission in Haiti) e da operação que destituiu Cédras do poder. Em mais de 80 minutos de vídeo e analisando fotos, somente uma mulher foi percebida – importante ressaltar que, principalmente nos vídeos, devido ao uniforme que envolve capacete, a identificação de mulheres pode ter passado despercebido. Mas, claramente, não representa qualquer aumento significativo quanto a composição de mulheres durante a operação.



Figuras 4 e 5: Oficiais que serviram na UNMIH²¹⁶

No entanto, quanto à UNMIH é importante destacar que a composição da força não se restringe aos oficiais. Como analisado até aqui, a operação foi envolta de decisões políticas (como descritas por Bill Clinton) e também decisões econômicas (de acordo com Paul Farmer e Philippe Girard).

As decisões políticas eram todas tomadas por homens. Desde os presidentes dos países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU - dos

²¹⁶ Disponível em

<http://www.maritiemdigital.nl/index.cfm?event=search.getdetail&id=120047294>. Acesso em 22/02/2016.

Estados Unidos era Bill Clinton, da China era Jiang Zemin, da França era Jacques Chirac, da Rússia era Boris Iéltsin e o Primeiro-Ministro da Grã-Bretanha era John Meier - passando pelo Secretário Geral da ONU (Boutros-Boutros Ghali) e até os assessores dos Estados Unidos para os assuntos do Haiti – inicialmente Lawrence Pezzullo e depois William Gray (FARMER, 2006, p. 309) – todos eram homens.

Para além das decisões políticas podem ser apontadas as decisões econômicas. Além dos presidentes de EUA e França, dos líderes do Banco Mundial e FMI, o assessor econômico de Aristide, que era do gosto das grandes potências devido a sua formação em Chicago, Estados Unidos (FARMER, 2006, p. 312), também era homem: Leslie Delatour.²¹⁷

Em todas essas composições – militar, política e econômica – a hegemonia masculina é presente não somente pelo fato de ser composta quase totalmente por homens, mas que isso representava o que Bill Clinton classificou de comunidade internacional. As decisões da comunidade internacional (formada por homens) eram para combater o “mais violento regime”, como apontou Clinton, e isso era função, silenciosamente explícita, de homens.

Para além da composição, Kronsell também analisou as práticas e símbolos. Segundo a autora é também pelo não-textual que o texto se afirma, afirmando por consequência o que está nas entre linhas:

*“Apart from texts, we may turn to symbols and procedures in institutional practice to look for clues to how gender relations are played out. Norms of organizations, like norms of hegemonic masculinity, are embedded in institutions as rituals, procedures, routines, and symbols.”*²¹⁸

Um exemplo dado por Kronsell é de como os banheiros são identificados como sendo para mulheres (ainda que em minoria e exercendo trabalhos administrativos, existem mulheres nas forças armadas suecas) e para homens:

“The bathroom doors were labeled according to two different types of planes used in the Air Force, Jaktten and Attacken. Within the cultural context of the Air Force, the symbols took on a specific gendered and sexualized meaning based on the fact that Jaktten planes are the ones actively pursuing the enemy – and placed on the men’s lavatory – while

²¹⁷ Leslie Delator foi também um dos líderes do plano econômico de Baby Doc. FARMER, Paul. **‘The Uses of Haiti.’** Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006, p. 312.

²¹⁸ KRONSELL, Anica **‘Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity’**, em ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press, 2006, p. 117.

*Attacken planes are simply the enemy planes under attack and subdued by Jaken.*²¹⁹

Analisando a atuação da única mulher identificada em todo o processo de tomada de decisão, soldado que aparece por alguns segundos em um dos 7 vídeos analisados – que contabilizam mais de 80 minutos, pode perceber que ela desempenha uma função distinta dos homens. A oficial mulher que aparece está mostrando um cartaz para um grupo de haitianos, na tentativa de que algum deles reconhecesse o homem que está no cartaz. No entanto ela faz isso cercada por outros oficiais homens, fortemente armados.²²⁰

Em outro vídeo, quando oficiais homens estão com panfletos nas mãos eles estão interagindo com a população de forma mais próxima: dando os panfletos e muitas vezes ficando de costas para os haitianos. Ainda é importante ressaltar que o oficial que distribui o panfleto não está cercado de outros oficiais.²²¹

Em um terceiro vídeo uma operação de um grupo de oficiais, todos homens, bem armados percorrendo um território que representa ameaça – os homens correm enfileirados e todo o mundo com as armas a postos – pode ser vista após uma reunião entre os oficiais, homens, sobre como deve ser a operação.²²² Esses dois exemplos citados contrastam em muito com a atuação da oficial mulher, demonstrando que o combate à um regime violento é feito pelo o quê, silenciosamente, está nos discursos proferidos e planos elaborados antes da retirada de Raoul Cédras do poder: o ser masculino.

Estudando os textos e as práticas na atuação da comunidade internacional para redemocratização do Haiti, é possível perceber que a UNMIH foi, de forma silenciosa, masculinizada. Portanto, assim como durante a colonização e a ocupação do Haiti pelo EUA na primeira metade do século XX, a fronteira entre as forças armadas estrangeiras e a população haitiana esteve construída sobre gênero e raça, durante a UNMIH essa fronteira foi reproduzida.

A atuação da comunidade internacional no Haiti na década de 1990 seria finalizada com a retiradas das tropas multi-nacionais da UNMIH em 1996, como

²¹⁹ Ibidem, p. 117.

²²⁰ Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=6GKIHJ7EcUQ>. Acessado em 22/02/2016. A cena descrita ocorre por volta dos 8 minutos do vídeo.

²²¹ Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=sg26z7xJo3Q>. Acessado em 22/02/2016. A cena se repete a partir dos 8 minutos do vídeo.

²²² Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKJS4uWxPdc>. Acessado em 22/02/2016.

previsto pela resolução 1048 de 1996.²²³ Entretanto, o país voltaria a ser motivo de intervenção pela comunidade internacional na década seguinte. Em 2004, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a resolução 1542, autorizando uma intervenção armada multi-nacional no Haiti com autorização para o uso da força.

3.5.

MINUSTAH: Haiti e reprodução dos locais de fronteira?

A resolução 1542, do Conselho de Segurança da ONU, estabeleceu uma nova fronteira na relação da comunidade internacional com o Haiti. Essa fronteira distinguiu a comunidade internacional, promotora da paz e segurança, do Haiti, ameaça à paz internacional e segurança regional – como definido na resolução. No entanto, assim como nos três momentos anteriores, os locais de produção dessa fronteira também são gênero e raça?

Para compreender a construção da fronteira é também importante analisar o processo anterior à resolução 1542, de 2004, que ocorreu dentro do Conselho de Segurança da ONU. E antes de analisar o processo é importante destacar a criação do órgão, composição e decisões.

3.5.1.

Conselho de Segurança da ONU, gênero, Haiti e fronteira

A ONU, foi criada em 1945, na Conferência de São Francisco, Estados Unidos. Tal conferência foi financiada por 5 países: Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Rússia e China. Desses países, houve no total 8 representantes, pois os três últimos mudaram seus representantes durante o evento. No entanto, mesmo havendo mudanças de representantes não houve mudança de gênero por parte dos representantes das nações financiadoras da maior organização internacional criada até hoje:

“The heads of the delegations of the sponsoring countries took turns as chairman of the plenary meetings: Anthony Eden, of Britain, Edward Stettinius, of the United States, T. V. Soong, of China, and Vyacheslav Molotov, of the Soviet Union. At the later meetings, Lord Halifax deputized for Mr. Eden, V. K. Wellington Koo for T. V. Soong, and Mr Gromyko for Mr. Molotov”²²⁴.

²²³ Resolução disponível em <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N96/049/47/PDF/N9604947.pdf?OpenElement>. Acessado em 22/02/2016.

²²⁴ Site da ONU: <http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1945-san-francisco-conference/index.html>. Acessado em 08/12/2015.

A principal preocupação da ONU era de evitar uma nova guerra mundial, e por isso os países foram representados por homens que expuseram no preâmbulo da Carta das Nações Unidas que as nações buscam “*preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra, que por duas vezes, no espaço da nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade*”. Em conformidade com o preâmbulo, no artigo 1º da Carta são afirmados os propósitos da ONU:

*“1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos... a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;”*²²⁵

Com a criação da ONU foram também criados seus órgãos e estabelecida como principal responsabilidade do Conselho de Segurança a “*manutenção da paz e da segurança internacionais*”²²⁶.

A primeira reunião do Conselho foi realizada em Londres, Grã-Bretanha, em 1946. Desde então foram realizadas milhares de reuniões. No entanto, em 2010, Dianne Otto então professora na Melbourne Law School, Austrália, publicou um artigo intitulado ‘*Power and Danger: Feminist Engagement With International Law Through the UN Security Council*’ no qual afirmou: “*There is no doubt that many feminist ideas have made their way into the lexicon of the Security Council over the past decade...*”²²⁷ A partir de tal afirmação a autora apontou para o vácuo de ideias feministas no Conselho de Segurança que durou cerca de 55 anos – considerando a criação do órgão em 1945 e a data de publicação do artigo. Para a autora, esse vácuo representa como os debates e decisões no órgão eram considerados assuntos masculinos.

Afim de entender melhor a relação entre o órgão e o Haiti cabe analisar a composição do Conselho de Segurança quando o assunto da reunião do órgão é Haiti.

Se utilizando dos dados disponíveis no site da ONU – começa a partir das reuniões realizadas em 1994, e não são todas que estão disponíveis – pôde-se constatar a realização de 24 reuniões. Dessas, 13 reuniões contaram com a participação de uma mulher por reunião, sendo o restante de homens. Das 13

²²⁵ Artigo 1º do capítulo I da Carta das Nações Unidas.

²²⁶ Item 1 do artigo 24º do capítulo V da Carta das Nações Unidas.

²²⁷ Otto, Dianne. ‘**Power and Danger: Feminist Engagement with International Law through the UN Security Council**’. The Australian Feminist Law Journal. 2010, volume 32, p. 118.

reuniões com mulheres, somente duas foram presididas por elas – lembrando que nessas duas, somente a presidente era mulher. Conforme aponta Cinthia Enloe e Anica Kronsell, no caso da Suécia, as forças armadas são instituições masculinizadas muito devido a sua composição ser, em grande maioria, por homens. (ENLOE, 2000; KRONSELL, 2006) Todavia, como proposto no capítulo 2 e também apontando neste capítulo, a pesquisa para essa dissertação buscou evitar qualquer caráter essencialista de um ou mais atores.

Portanto, para além da baixa participação das mulheres é interessante perceber o processo de tomada de decisão, as construções discursivas do Haiti feitas pelos membros do Conselho. Quando em 1994, os membros do Conselho de Segurança tratavam das questões haitianas e se indagavam sobre uma necessidade ou não de uma força militar internacional no Haiti, o país ganhou uma característica feminina. Nas reuniões de 1994, que antecederam a operação “*Uphold Democracy*”, o Haiti foi chamado de “*sister nation*” pelo Brasil (que não participou da operação e também não participou da UNMIH). Na reunião de 15 de outubro, quando foi bastante celebrado o retorno de Aristide ao Haiti, em somente uma ocasião o país foi cunhado de irmã. Tal adjetivo foi atribuído pelo representante da Argentina após mencionar a importância da participação da força armada e policial de seu país na força multinacional da ONU que ainda se encontrava em solo haitiano:

*“The Argentine presence at the national, regional and multinational levels through the various turns in the resolution of the Haitian crisis did not and will not have any other goal than the return to the process of democracy by that sister nation, its pacification and its dignified restoration to a community of nations in which democratic values and the respect and promotion of human rights and fundamental freedoms prevail.”*²²⁸

Em reuniões que ocorreram entre o término da UNMIH e o ano 2000, o Haiti que já não era classificado como necessitando de envio de tropas para promover a paz, só foi feminizado como irmã em uma única oportunidade. Somente em 1999, na reunião de 30 de novembro, quando o representante argentino, durante sua fala, mencionou, novamente, que seu país contribuiu com força militar e policial para atuar no território haitiano, o mesmo voltou a ser descrito de irmã: “*Argentina expressed its commitment to support the democratic institutions in our sister*

²²⁸ Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.3437. Acessado em 24/02/2016.

*country of Haiti by providing resources and military and police personnel since the beginning of the United Nations presence*²²⁹.

Porém, o Haiti também foi masculinizado. Quando um país se colocou contrário ao envio de tropas internacionais para o Haiti, descreveu o povo haitiano de irmãos. Isso ocorreu na reunião de 31 de julho de 1994, anterior a Operação “*Uphold Democracy*”, quando o representante de Cuba expôs o posicionamento de seu país ser contrário ao que ele chamou de intervenção militar: “*We understand the profound suffering of our Haitian brothers... Cuba wishes to reiterate that, in principle, it is resolutely opposed to military intervention as a means of solving internal conflicts*”²³⁰.

Esse movimento de feminização do Haiti em circunstâncias de envio de tropas militares não se extinguiu com o início do século XXI. O entendimento de que um ator feminino precisa ser controlado por meio de força militar, que carrega uma atuação de instituições masculinas, perdurou até a criação da MINUSTAH. Na reunião de 26 de fevereiro de 2004, na qual foi debatido a necessidade de uma força multinacional no Haiti novamente – que na reunião de 30 de abril se tornaria a MINUSTAH – o Haiti foi descrito como irmã, enquanto não houve classificação do Haiti como irmão ou outro adjetivo que trouxesse uma característica masculina.

O representante boliviano, Sr. Aranibar Quiroga, descreveu o Haiti como uma irmã: “*Mr. President, I would like to express my delegation’s thanks to you for having convened this meeting of the Security Council to consider the situation in the sister republic of Haiti*”²³¹. O mesmo está presente nas falas do Sr. Briz Gutiérrez: “*We all view with the greatest concern and distress the deterioration of the situation in our sister country of Haiti.*”²³² e do Sr. Pulido Santana: “*Whatever happens in the sister Republic of Haiti is a matter of deepest concern for Venezuela, and we carefully follow developments in its internal affairs.*”²³³, representantes da Guatemala e da Venezuela, respectivamente. As delegações do Equador e da Nicarágua também entendiam o Haiti como uma irmã.²³⁴ Nessa mesma reunião, na

²²⁹ Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4074. Acessado em 24/02/2016.

²³⁰ Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.3413. Acessado em 24/02/2016.

²³¹ Meeting 4917 do Conselho de Segurança da ONU, ocorrida no dia 26/02/2004. Página 21.

²³² Meeting 4917 do Conselho de Segurança da ONU, ocorrida no dia 26/02/2004. Página 22.

²³³ Meeting 4917 do Conselho de Segurança da ONU, ocorrida no dia 26/02/2004. Página 22.

²³⁴ Meeting 4917 do Conselho de Segurança da ONU, ocorrida no dia 26/02/2004. Página 26 e 27.

qual o Haiti foi feminizado por cinco países²³⁵, o presidente do Conselho explicitou que o tema da reunião foi uma preocupação com as violações perpetradas no Haiti e o envio de tropas pela ONU como uma solução:

*“The Security Council is deeply concerned with the prospect of further violence in Haiti and acknowledges the call for international involvement in Haiti. The Council will consider urgently options for international engagement, including that of an international force in support of a political settlement in accordance with the United Nations Charter.”*²³⁶

Dessa forma, pode-se fazer um paralelo com os banheiros de instituições militares analisados por Kronsell. A autora apontou que o banheiro destinado às mulheres era representado por *Attacken* que significa o inimigo a ser controlado pelo *Jackten*, que representa o banheiro destinado aos homens. No que se refere ao Haiti, quando o país é interpretado como precisando de uma força militar que controle-o, que o impeça de agir violentamente, ele é representado como feminino. A fronteira que marca a distinção entre o que precisa ser controlado e o que atua para controlar é o gênero. E, coidentemente ou não, quando um país discorda do envio de tropas para o Haiti o faz classificando o Haiti de masculino (irmão), como se fosse o *Jackten*, aquele que não precisa ser controlado.

A relação dentro do Conselho de Segurança entre feminização do Haiti quando é representado como precisando ser controlado por força militar está diretamente ligada ao vácuo de ideias feministas apontado por Otto. Segundo a autora, a primeira resolução que problematizou as questões de gênero é a resolução 1325 de 2000:

*“The adoption of R1325 was widely welcomed by feminist scholars and activists alike, who described it as a ‘landmark resolution’ representing a ‘new, daring, and ambitious strategy for anti-war feminists’, a ‘watershed political framework’, and a ‘significant success story’ for gender mainstreaming”*²³⁷.

Junto à resolução 1325, Otto apontou para a resolução 1820, também de 2000. Ambas abordam as questões de gênero em relação à conflitos ou interrupções da paz. No entanto, diferentemente de muitos pesquisadores Otto discorda que a

²³⁵ Essa feminização e masculinização discursiva do Haiti no âmbito do Conselho de Segurança da ONU, apontada nas duas páginas anteriores, foi problematizada pela banca, especialmente por Menezes, quanto à sua relação com outros fóruns. Essa crítica é extremamente valiosa e embora não possa ser trabalhada a tempo da entrega desta pesquisa, acredito que seja fundamental uma análise que problematize tais questões.

²³⁶ Disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.4917. Acessado em 24/02/2016.

²³⁷ OTTO, Dianne. ‘Power and Danger: Feminist Engagement with International Law through the UN Security Council’. The Australian Feminist Law Journal. 2010, Vol. 32, p. 100 e 101.

partir de tais resoluções se criou uma ‘Governança Feminista’ no Conselho de Segurança. A autora indica três perigos advindos dessas resoluções. O primeiro é devido à um engajamento seletivo das ideias feministas, fazendo com que muitas propostas sejam esquecidas a partir da aceitação de outras. O segundo perigo está relacionado com o primeiro, uma vez que é pelo engajamento seletivo que o órgão ganha legitimidade quanto ao gênero. O terceiro perigo, extremamente relevante para esta pesquisa, é estereotipar o gênero. Quando há uma vitimização do feminino o corolário é uma perda da competência como sujeito:

“Women are defined primarily by their vulnerability and protective measures are thoroughly endorsed. The language of ‘womenandchildren’ dominates,¹⁴⁸ the stereotype of women as, predominantly, victims of war due to sexual violence is firmly reinstated,¹⁴⁹ and the Council assumes its former role as their ‘protector.’”²³⁸.

Em relação ao terceiro perigo indicado por Otto, Gina Heathcote aponta para o paradoxo entre vítima e sujeito. Quando o gênero feminino é entendido como vítima, perde sua capacidade de ação. Por outro lado, se ganha a condição de sujeito não pode ser entendido como vítima: *“The paradox of this move is that the status of victim denies the outsider full legal subjectivity. Once full legal subjectivity is gained it is assumed the discrimination marking the subject as a victim has been removed”²³⁹.*

Isso pode ser percebido nos discursos dos membros do Conselho de Segurança quando o tema é Haiti. Ao argumentar em favor de uma presença militar internacional no Haiti, o mesmo é entendido como vítima de uma situação incontroleável e, por consequência, ganha a característica de irmã. Por outro lado, quando um membro aponta que, por sua história e relação com os outros países – o que implica um reconhecimento do país com sujeito –, o Haiti não pode sofrer uma intervenção, caracteriza a população haitiana de irmão.

Curiosamente, a vitimização do Haiti, que é acompanhada de sua feminização, no Conselho de Segurança continuou mesmo após as resoluções 1325 e 1820. Portanto, como apontado por Otto, o que muitos consideram ‘Governança Feminista’ pode ser entendida como uma busca por legitimidade, por parte do CS,

²³⁸ Ibidem, p. 116.

²³⁹ HEATHCOTE, Gina. ‘Force, Feminism and the Security Council’. Research Paper Nº 6, 2010. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/228214215_Force_Feminism_and_the_Security_Council. Acessado em 08/12/2015. Página 14.

quanto a questões de gênero e uma reprodução do paradoxo vitimização e feminização por um lado e sujeito e masculinização por outro.

Todavia o processo de implementação da MINUSTAH não ocorreu somente dentro do Conselho de Segurança da ONU. Em 29 de fevereiro de 2004, preocupados com a situação no Haiti, os membros do CS aprovaram o envio de uma missão multidisciplinar liderada por um secretário-geral da ONU no Haiti, por meio da resolução 1529, para “*to gather the necessary information on the ground*”²⁴⁰.

3.5.1.1.

Relatório do secretário-geral da ONU no Haiti, gênero e fronteira

O secretário-geral da ONU no Haiti enviou um relatório, que se tornou o documento base para a reunião que estabeleceu a necessidade da implementação de uma operação de paz no Haiti, no qual analisou a economia, o poder judiciário, a sociedade, a política entre outros temas referentes ao Haiti. Nesse momento, em razão do exposto na resolução 1529 – na qual se afirma haver uma “*deterioration of the political, security and humanitarian situation*” - serão analisados, como exemplo, esses três temas.

A situação política haitiana é consequência de acontecimentos internos: “*In 2000 ... the opposition was increasingly repressed by politicized sectors of the HNP and by irregular armed groups supportive of the Government...*”²⁴¹; “*In early February 2004, armed conflict broke out in the city of Gonaïves...*”²⁴²; “*Many communities are without legitimate local governments and are controlled by irregular armed groups...*”²⁴³; e “*Over the last 10 years, most electoral processes have been disrupted or contested...*”²⁴⁴. Além dos problemas elencados, o relatório também aponta para a falta de desenvolvimento das instituições políticas haitianas.

Ao abordar a segurança no Haiti o relatório aponta que há uma ausência de regras das leis (*‘rule of laws’*)²⁴⁵, formação de grupos insurgentes (compostos por milícias, fugitivos de presídios e paramilitares) que “*took control of much of the northern part of the countries*”²⁴⁶ e “*armed groups still control parts of some*

²⁴⁰ Relatório S/2004/300, de 16/04/2004, do Secretário-Geral da ONU no Haiti. Página 1.

²⁴¹ Ibidem, p. 3.

²⁴² Ibidem, p. 3.

²⁴³ Ibidem, p. 4 e 5.

²⁴⁴ Ibidem, p. 5.

²⁴⁵ Ibidem, p. 7.

²⁴⁶ Ibidem, p. 7.

*regions*²⁴⁷; *“porous borders and corruption of some of the law enforcement agencies and their political sponsors”*²⁴⁸; *“... Haiti has become a trans-shipment place for cocaine...”*²⁴⁹; *“an unprecedented nationwide proliferation and trafficking of small arms”*²⁵⁰; e a alta de crimes como estupro, assassinato e roubo.²⁵¹

Por último, seguindo a resolução 1529, foi abordada a situação humanitária: *“recent conflicts”*²⁵²; *“Approximately 52 per cent of the Haitian population lives below the poverty line...”*²⁵³; *“two thirds of children under five suffering from anaemia”*²⁵⁴; *“AIDS claims an estimated 30,000 lives a year and has left some 200,000 children orphaned”*²⁵⁵; e degradação do solo haitiano devido à péssimas políticas agrícolas do governo e urbanização desenfreada²⁵⁶. Ainda se registrou a falta de serviços de saúde e de segurança para promoção de programas sociais governamentais²⁵⁷.

Pelas passagens acima se pode notar que o relatório S/2004/300 sustenta que a deterioração do Haiti é fruto interno. Os problemas que demandam atenção do Conselho de Segurança, e que originou a missão interdisciplinar da ONU, são oriundos do Haiti. Dessa forma, o relatório faz com que a comunidade internacional se torne um ator externo no que tange aos problemas haitianos. Quando aborda momentos de melhora na situação haitiana, o relatório dedica tal acontecimento à participação da comunidade internacional.

Na análise da situação política haitiana, o secretário-geral no Haiti aponta que durante outras missões de paz da ONU houve: *“the restoration of some measure of democracy”*²⁵⁸ e *“the growth of a multifaceted civil society”*²⁵⁹. Assim, os únicos pontos positivos quanto à política no Haiti são fruto da participação da ONU.

A mesma análise também é usada para a segurança e humanitarismo. A segurança melhorou desde a chegada da MIF (Multinational Interim Force), força

²⁴⁷ Ibidem, p. 7.

²⁴⁸ Ibidem, p. 7.

²⁴⁹ Ibidem, p. 7.

²⁵⁰ Ibidem, p. 6.

²⁵¹ Ibidem, p. 7.

²⁵² Ibidem, p. 13.

²⁵³ Ibidem, p. 13.

²⁵⁴ Ibidem, p. 13.

²⁵⁵ Ibidem, p. 13.

²⁵⁶ Ibidem, p. 13.

²⁵⁷ Ibidem, p. 13.

²⁵⁸ Ibidem, p. 2.

²⁵⁹ Ibidem, p. 2.

multinacional que vai para o Haiti antes da MINUSTAH, pois segundo o relatório a insegurança “*has come down with the deployment of the MIF*”²⁶⁰. Já a situação humanitária precária tem alívio com o apoio da ONU para uma reconciliação nacional e também para uma maior participação dos camponeses na política e na luta por direitos humanos no cenário nacional.²⁶¹

Essa demarcação entre o “Eu” (comunidade internacional, que é representada pelo Conselho de Segurança da ONU sobre assuntos de manutenção da paz) e o “Outro” (Haiti, com situação política, econômica e humanitária deteriorada) torna o mapeamento das instituições e situação haitiana algo pautado na dicotomia masculino/feminino.

Conforme apontado por teóricas feministas da geografia, ao mapear um espaço através de uma estratégia em que o mapeador se coloca externo ao mapeado, tornando-o algo não influenciado pelo processo de mapeamento, o mapa se mostra uma ferramenta na construção de um espaço que demanda uma ação do mapeador – espaço feminino. (KIRBY, 1996; NAST & KOBAYASHI, 1996; DUNCAN, 1996) No início desse capítulo, ao olhar para a forma como a ilha Ayiti – a população nativa, vestimenta, cultura... – foi mapeada de forma a se tornar a Espanha, foi apontado, a partir das propostas de Kirby, como esse processo iniciado por Colombo foi uma ferramenta na feminização do Haiti.

O mesmo pode ser evidenciado no relatório S/2004/300. Ao distanciar a comunidade internacional do Haiti deteriorado (que já vinha sendo caracterizado de irmã nas reuniões do conselho) o Conselho de Segurança, automaticamente, se colocou como o oposto – aquele que soluciona o Haiti, aquele que não é feminino. A construção discursiva do Conselho de Segurança como algo que não é influenciado pelo mapeado (o Haiti, o “Outro”), dando uma unidirecionalidade ao processo, busca de forma silenciosa, tornar o “Eu” o masculino.

Ao fazer do Haiti um espaço que precisa da atuação masculina do Conselho de Segurança, o relatório faz do país caribenho um espaço masculinizado – que serve ao masculino, que serve ao phalo. (DUNCAN, 1996) A relação de poder que está por trás do mapeamento e da caracterização do Haiti como irmã evidencia,

²⁶⁰ Ibidem, p. 7.

²⁶¹ Ibidem, p. 14.

portanto, que o gênero é, novamente, um local de produção de fronteira na relação de uma força externa em solo haitiano com o Haiti.

3.5.2.

Conselho de Segurança, raça, Haiti e fronteira

A criação da ONU, como apontado acima, foi uma ferramenta para evitar uma nova guerra mundial. No entanto, é importante destacar que ao passo que se buscava evitar uma nova guerra através da institucionalização da união das nações do mundo, também se justificava a continuidade da colonização de vários povos em nome de uma evolução.

A partir do capítulo XI da Carta das Nações Unidas são definidas as tutelas, explicitamente, fundamentado-as na concepção de que há territórios habitados por pessoas que não tinham a *capacidade* de governarem a si próprias e por isso precisavam de um tutor: “*Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos...*”²⁶² Ainda nesse mesmo artigo está expresso o dever dos membros da organização em proporcionar o progresso/a evolução dessas pessoas ou povos incapacitados:

*“Os Membros das Nações Unidas, que assumiram ou assumam responsabilidades pela administração de territórios cujos povos não tenham atingido a plena capacidade de se governarem a si mesmos, reconhecem o princípio de... assegurar... o seu progresso político, econômico, social e educacional...”*²⁶³

A tutela dessa forma é um discurso parecido com o empregado durante o processo de colonização que sustentava a necessidade de evolução dos índios, identificado por Inayatullah. Há alguém que se coloca no posto de identificar o melhor para o “Outro”, e durante a colonização essa identificação foi pautada, como apontado por Balibar, no comportamento de um grupo que embasou a concepção de raças evoluídas.

A partir desses dois autores fica evidente a concepção que o princípio da evolução do “Outro”, que é alcançar o estágio do “Eu”, tão presente durante a colonização se manteve mesmo após a Segunda Guerra Mundial – corroborando que o racismo de outrora se tornou o que Balibar classifica de neo-racismo, que é o

²⁶² Artigo 73º do capítulo XI da Carta das Nações Unidas.

²⁶³ Ibidem.

racismo pautado no comportamento que se atribui a distintas raças – e foi institucionalizado na ONU quanto às tutelas.

A ideia da necessidade de evolução da raça inferior também esteve presente, na relação com o Haiti, durante a ocupação do país caribenho pela marinha dos Estados Unidos, ainda anterior a criação da ONU. Como abordado no item 2 desse capítulo, desde o presidente, passando por diversos oficiais e soldados, o Haiti e os haitianos foram compreendidos pelos invasores como aqueles que precisavam de uma figura paterna **branca** para construir em uma república negra um mundo melhor, um mundo evoluído, um mundo, nas palavras de Fanon, todo branco.

A partir da década de 1990, com a implementação de uma operação de paz da ONU, a evolução do Haiti e dos haitianos deixou de ser explicitada nos discursos oficiais e assumiu o que Balibar identifica como neo-racismo. Em seu discurso, o presidente Bill Clinton descreveu que a melhora da situação haitiana seria possível através da assimilação de comportamentos como respeito aos direitos humanos (que foram desenvolvidos com base nos direitos dos homens, desenvolvidos na França e utilizados pelos franceses como instrumento de colonização haitiana²⁶⁴), economia de mercado entre outros. O neo-racismo, também como apontado por Balibar, como discurso estava embebido de negação ao racismo biológico e psicológico característico do período colonial.

No entanto, após décadas sem a presença de oficiais das forças armadas dos Estados Unidos em solo haitiano, coincidentemente ou não, foi com o aumento do número de imigrantes haitianos – **negros** – que os Estados Unidos se empenharam em liderar a Operação *Uphold Democracy*, em 1994. E sua liderança também foi justificada pelo presidente Bill Clinton como uma forma de estancar o número de haitianos que chegavam aos Estados Unidos todos os dias.

Curiosamente, Balibar aponta a nova característica do racismo analisando os discursos xenofóbicos na França de modo particular e na Europa de um modo geral contra imigrantes africanos e asiáticos. No caso do Haiti, devido ao aumento da presença de uma raça negra, que traz “determinados comportamentos”, que não era bem quista em solo “branco”, a necessidade de uma capacitação dos seus

²⁶⁴ Sobre como os Direitos dos Homens foi fundamental para a concepção de que os franceses eram uma raça superior ver BALIBAR, Etienne. *'Is there a 'Neo-Racism'?*, em Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein *'Race, nation, class. Ambiguous Identities'*. Londres e Nova York: Verso, 1991.

policiais, de suas forças armadas e de uma implementação de políticas econômicas desenhadas por potências ex-metrópoles/imperialistas - em comunhão com a impossibilidade de esperar uma resolução pacífica que já tinha sido tentada, segundo Clinton, de todas as formas - voltou a ser defendida a partir do comportamento embasado na raça.

Através deste entendimento de necessidade do Haiti que a contribuição de Quijano ganha importância, uma vez que aquele que decide a necessidade do Haiti não são os haitianos. A necessidade do Haiti é construída pela perspectiva europeia de civilização, que ganhou as proporções modernas a partir do encontro colonial. É o eurocentrismo que pauta o que é necessário para o Haiti, o mesmo eurocentrismo que anteriormente argumentou em favor da colonização e da ocupação dos Estados Unidos. A necessidade de determinada política econômica para o Haiti desenhada por potências colonizadoras e imperialistas reflete a continuidade do processo eurocêntrico, como definido por Quijano, que embasado em ciência e na religião comprovava a necessidade de a raça negra não receber salário pelo seu trabalho.

Dessa forma a utilização de uma perspectiva eurocêntrica com raízes racistas e neo-racistas para fundamentar uma operação de paz pode ser interpretada, a partir da contribuição de Quijano, como uma continuidade do controle sobre a produção do conhecimento e, conseqüentemente, como continuidade do controle da subjetividade do “Outro”.

3.5.2.1.

Relatório do secretário-geral da ONU no Haiti, raça e fronteira

Em relação à operação de paz estabelecida pela resolução do CS 1542 de 2004, é importante voltar a analisar o último relatório do secretário-geral da ONU no país caribenho. No mesmo relatório que ao ser analisado acima foi possível identificar como o Haiti foi construído como um espaço masculinizado e, portanto, atendendo às demandas falocêntricas, também podem ser identificados argumentos e representações discursivas que contribuem para um controle da subjetividade haitiana e também dos oficiais promotores da paz a partir desse entendimento de raça como proposto no capítulo 2 desta pesquisa.

Ao analisar o processo político no país, o secretário-geral da ONU no Haiti aponta que no Haiti há comportamentos que não são modernos, ou seja, não são civilizados. Exemplos são a ausência de legitimidade por muitos governos locais,

quebra de processos eleitorais e a existência de grupos armados em várias regiões do país que acarretam conflitos armados. Em contraposição, a ONU e a comunidade internacional são representadas, de forma implícita (sempre atendendo às técnicas neo-racistas apontadas por Balibar), como aqueles que proporcionaram uma melhora nessas questões. Curiosamente ou não, o secretário não menciona que os grupos armados têm sua formação na construção de uma força militar haitiana construída durante a ocupação dos Estados Unidos e depois treinada por agências como a CIA. (FARMER, 2006)

Da mesma forma, quando analisa a situação humanitária o secretário-geral aponta, por exemplo, que no Haiti cerca de 80% da população vive abaixo da linha da pobreza e que há uma grande degradação do solo devido à péssimas políticas agrícolas haitianas. Em contraposição, foi com a ONU que camponeses haitianos ganharam melhores condições de vida e de participação política. Também curiosamente ou não, o secretário não apontou para como grande parte das políticas agrícolas, que proporcionam também a alta taxa de população vivendo abaixo da linha da pobreza, foram determinadas pelos Estados Unidos, o que foi, anos mais tarde, razão para um pedido público de desculpas do já ex-presidente Bill Clinton pelas políticas impostas ao Haiti desde 1981: *“It was a mistake, a mistake that I was a part too. I am not pointing the finger to anybody. I did that. I have to live everyday with the consequences at the loss of capacity to please a rice crop in Haiti”*²⁶⁵.

O que se pode notar é que a representação do Haiti constrói um Haiti para a ação de promoção da paz da ONU, da mesma forma que o discurso colonialista produziu o Oriente para o Ocidente, como identificado por Said. E essa construção está pautada em fronteiras de raça e gênero, fronteiras essas que estiveram presentes em outros momentos de encontro de uma força estrangeira com a população haitiana em solo haitiano.

A partir da análise histórica desse encontro através das abordagens pós-colonial e feminista de Relações Internacionais e da Geografia que as representações e suas consequências foram evidenciadas. E deste modo é possível se voltar para o papel dos oficiais brasileiros na MINUSTAH interrogando quanto

²⁶⁵ Vídeo disponível no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=XtTeDv5FbNw>. Acessado em 22/03/2016.

à re-produção ou re-interpretação da relação entre promotor da paz e pacificado que tem embasado as operações de paz no Haiti.

- A partir de que perspectiva que o Brasil se encontra com o Haiti em um processo de promoção da paz?
- Há uma perspectiva eurocêntrica?
- Há uma perspectiva phalocêntrica?
- O que é a operação de paz da MINUSTAH para o Brasil?
- Qual o histórico da relação do Brasil com “Outro(s)” a serem pacificados?

Essas perguntas acima e todas as suscitadas ao longo deste e do capítulo anterior serão respondidas a partir da análise sobre a participação brasileira na MINUSTAH.

4

A relação entre “Eu” Brasil e o “Outro” Haiti

4.1.

Introdução

Nos dois capítulos anteriores foi problematizada como a relação em uma operação de paz entre “Eu” e “Outro” pode ser discursivamente construída e reproduzida a partir de gênero e raça como locais de produção de fronteiras. Também foi analisada, focando nos momentos de presença militar estrangeira em solo haitiano a partir de uma perspectiva sobre determinadas continuidades, como durante o processo de construção do Haiti, desde a chegada de Cristovão Colombo à ilha Ayiti, o país caribenho foi sendo criado e reproduzido a partir de uma lógica que o classifica como o “Outro” a partir de gênero e raça e como isso se mostrou presente no processo de implementação da MINUSTAH.

Seguindo nessa análise a fim de entender a relação dos oficiais brasileiros na MINUSTAH com o Haiti e os haitianos, nesse capítulo será trabalhado o histórico das Forças Armadas brasileiras na relação com o “Outro” a ser pacificado. O entendimento do “Outro” como aquele que deve ser pacificado ganha preponderância nesta pesquisa devido ao próprio entendimento das Forças Armadas brasileiras quanto ao papel delas no Haiti, que é o de pacificar o país caribenho.²⁶⁶

O início de uma relação entre o Brasil pacificador e o “Outro” a ser pacificado não está no envio de oficiais brasileiros ao Haiti a partir de 2004, mas em um processo interno do próprio Brasil como Estado-nação no qual a construção de um Brasil passou por uma pacificação de revoltas, rebeliões, insurreições, manifestações políticas e também por “missão civilizatória”, ainda que esse termo não seja empregado continuamente por muitos historiadores. Seguindo o marco temporal desta pesquisa, que no capítulo anterior possibilitou analisar a atuação de uma operação de paz e sua implementação não como acontecimentos isolados do processo histórico do país-anfitrião e sim como mais uma parte neste processo, a

²⁶⁶ GOMES, Maíra Siman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

análise sobre como o pacificador se entende ou constrói o pacificado também deve abarcar acontecimentos pretéritos que moldam e possibilitam uma ação presente.

Uma vez que a análise sobre as construções discursivas do Haiti foram feitas no capítulo anterior de acordo com um marco temporal que evita a exclusão da história local e sua constituição a partir da relação pautada em gênero e raça com forças militares estrangeiras, neste capítulo é necessário focar no processo histórico do pacificador e sua relação com o pacificado também a partir das construções discursivas pautadas no gênero e na raça como locais de produção de fronteiras.

4.2.

O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à performance na MINUSTAH

As Forças Armadas brasileiras vão se constituir durante o séculos XIX e XX, principalmente, por duas fortes personalidades: Duque de Caxias e Marechal Rondon. Ambos foram importantes em distintos processos, hoje entendidos como de pacificação, e analisar suas atuações irá permitir a compreensão de como a ideia de pacificação está ligada à atuação das Forças Armadas do Brasil. Todavia, para além de apontar a relação entre uma atuação das Forças Armadas brasileiras em nome de uma pacificação com a atuação na MINUSTAH, ao longo deste capítulo, será problematizado o processo histórico das Forças Armadas brasileiras de pacificar o “Outro” trazendo à luz as fronteiras que são criadas ou reproduzidas de modo a viabilizar que as Forças Armadas assumam o papel de pacificadoras em nome do Brasil.

Antes de avançar na análise sobre as Forças Armadas é importante duas considerações. A primeira é que nesta pesquisa a atuação das Forças Armadas ou atuação militar do Brasil na MINUSTAH não é entendida como a atuação do Brasil na operação. Ainda que as Forças Armadas sejam bastante importantes para a definição da própria atuação brasileira no Haiti por meio da MINUSTAH, esta não é a única instituição. Logo, a relação entre o “Eu” Brasil e o “Outro”, desde antes da implementação da operação de paz no Haiti, será entendida pela atuação militar que está em constante diálogo com posicionamentos oficiais do governo brasileiro. A atuação militar aqui é compreendida como a atuação dos oficiais brasileiros de instituições militares. Já a atuação ou posição governamental compreende discursos

de representantes brasileiros no Conselho de Segurança da ONU e também políticos eleitos como Presidente da República, por exemplo.

A segunda consideração é que essa distinção entre atuação militar e posicionamento governamental não significa que há uma atuação dos oficiais e uma atuação do governo brasileiro, como separadas. Ao contrário, esta pesquisa entende que há uma atuação do Brasil que é formada por diferentes instituições nacionais. No entanto, essas instituições também não devem ser entendidas como ilhas dentro de um processo de tomada de decisão ou de construção discursiva sobre o “Eu” e sobre o “Outro”. O que se busca nesta pesquisa é interpretar como ambas as atuações, militar e governamental, estão a todo momento sendo influenciadas uma pela outra e, portanto, analisar a atuação dos oficiais brasileiros na MINUSTAH também implica em analisar decisões e discursos de governantes brasileiros ou representantes do país em reuniões e debates internacionais, ainda que não o foco, aqui, esteja na atuação militar.

A pacificação realizada pelas Forças Armadas brasileiras foi muito abordada por Celso Castro em diferentes trabalhos como ‘A Invenção do Exército Brasileiro’ e ‘Exército e nação: estudos sobre a história do Exército brasileiro’. No entanto, Castro observa esse processo de pacificação não pela relação entre “Eu” e o “Outro”, mas por uma perspectiva histórica que se preocupa em narrar tais acontecimentos por uma ótica das instituições militares ou da história das instituições militares brasileiras. Buscando fazer nesse momento um diálogo com uma abordagem mais próxima com as propostas deste trabalho a seguir será analisada a contribuição da pesquisa desenvolvida por Maíra Síman Gomes em sua tese de doutorado.

4.2.1.

O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de uma análise crítica de Relações Internacionais

A principal contribuição de Gomes para esta dissertação está na análise em como o papel histórico de pacificação desenvolvido pelas Forças Armadas é importante para entender a atuação do Brasil na MINUSTAH. Ao se distanciar das Análises de Política Externa (APE) tradicionais ou convencionais, Gomes buscou entender como a decisão do Brasil em liderar a operação de paz no Haiti, que se iniciou em 2004, também foi fortemente condicionada pelo papel de sujeito

histórico de pacificação das Forças Armadas brasileiras. Sobre essa escolha analítica Gomes explica:

“O militar é, portanto, um espaço de embates onde se autoriza (e se contesta) a exclusão/assimilação do “outro”. Ao mesmo tempo, o militar é, enquanto uma instituição formal do estado soberano, parte da produção desse próprio estado, não apenas porque possui recursos de poder que permitem o acesso físico às instâncias estatais de tomada de decisão, influenciando o processo político, como também, nos termos desta tese, porque é capaz de articular discursos e representações sobre o estado que podem ser interpelados no sentido de produzir e reproduzir uma compreensão do Brasil – e da relação entre self[Eu] e “outro” – vista como natural e coerente por um conjunto de indivíduos. Neste sentido o militar é tanto um prisma analítico que torna possível desenvolver argumentos acerca da política externa do Brasil no Haiti, quanto o próprio objeto de pesquisa desse trabalho.”²⁶⁷

A partir desse trecho acima pode-se observar que o militar ou as instituições militares deixam de ser secundários para a atuação do Brasil na MINUSTAH e ganham um lugar de preponderância. O militar é um articulador do “Eu” e permite uma representação discursiva do “Outro”; as Forças Armadas, portanto, são mais do que meros reprodutores de um modelo de pacificação, são também sujeitos na construção dessa pacificação.

Em concordância com a proposta de Gomes, esta pesquisa analisa o papel do “Eu” pacificador das Forças Armadas. No entanto, esta pesquisa, diferentemente da proposta de Gomes, não entende que as Forças Armadas são o objeto da pesquisa, pois a performance dos oficiais brasileiros na MINUSTAH não é entendida aqui como consequência da capacidade de articulação do “Eu” e de representação do “Outro” desempenhado pelas Forças Armadas. A performance dos oficiais brasileiros na MINUSTAH é entendida por uma combinação de capacidades de articulação entre os responsáveis pela atuação militar e pela atuação governamental (que em muitos momentos se confundem), ambos com suas respectivas capacidades de articulação do “Eu” e de representação do “Outro” que moldam ou complementam a capacidade do Brasil como país e que está em desenvolvimento, é latino americano, ex-colônia...

Porém, é fundamental destacar o papel crítico da análise de Gomes sobre a articulação do “Eu” pacificador e da representação do “Outro”. O entendimento do “Eu” não é fixo e a-temporal, mas sim construído por ações e discursos que embasam ou embasaram as ações e são utilizados para justificar a atual participação

²⁶⁷ Ibidem, p. 112.

na MINUSTAH. Dessa forma, a tese de Gomes é de fundamental importância para esta pesquisa porque ao focar no que a autora classificou como figuras icônicas das Forças Armadas a análise de Gomes possibilita entender a construção histórica de determinados discursos que repercutem até os dias de performance verde-amarela na MINUSTAH. Comprovando que as representações de identidades do “Eu” e do “Outro” não são originadas pela decisão do Brasil de enviar oficiais para uma operação de paz da ONU no Haiti, mas sim construídas em diferentes momentos e entendendo as Forças Armadas como sujeito de suas próprias articulações e também do Brasil, Gomes rompe com as propostas do que Bellamy e Pugh classificam de “*problem-solving theories*”.

Na tese de Gomes não é reproduzida a ideia de uma “norma” de pacificação já pronta. Ao contrário, é o histórico do próprio pacificador que deve ser considerado e problematizado para entender como e por que o Brasil se coloca para pacificação do Haiti. A autora não tem uma perspectiva positivista, como identificado por Bellamy, que busca identificar eficácia ou não do Brasil em implementar a paz internacional. Diferentemente, Gomes aponta que há, para além das decisões da ONU e dos pensamentos teóricos de solução de problemas, uma construção histórica do Brasil como pacificador.

Também não é mantida a convencional ou positivista definição temporal de uma operação de paz tendo como início o momento de chegada dos capacetes azuis. Ao apontar para um histórico de pacificação realizado pelo Brasil anterior ao início da MINUSTAH, Gomes demonstra que a forma de entender determinados problemas como suscetíveis à pacificação não é natural, como Bellamy e Pugh identificam em muitos teóricos de solução de problemas. A pacificação ou a busca de pacificar é construída socialmente assim como os problemas a serem pacificados. Devido, principalmente, à essas contribuições que a tese de Gomes é essencial para esta pesquisa.

4.2.2.

O “Eu” Brasil e a pacificação do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras

Em concordância com o argumento de Gomes, aqui também serão analisados Duque de Caxias e Marechal Rondon. A seleção dessas personalidades ou figuras icônicas foi feita, muito embasado em pesquisas de estudiosos como

Celso Castro, pelo papel que as instituições militares atribuíram à ambos usando-os como exemplos a serem seguidos. (GOMES, 2014)

Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias, nasceu em 1803. Seguindo o caminho da família ingressou cedo na vida militar e se tornou, durante o Império e o período regencial uma das duas principais figuras militares da época – a outra figura era Manuel Luís Osório. Caxias passou a ser cultuado oficialmente pelo Exército, em 1923, já no período republicano, como o Patrono do Exército brasileiro. O dia 25 de agosto, aniversário de Caxias, se tornou o Dia do Soldado a partir de 1925. Esse culto e celebração do soldado são formas de fazer de Duque de Caxias o modelo de soldado brasileiro e esse processo está intimamente ligado à reorganização da própria instituição militar durante a década de 1920, que buscava fazer das Forças Armadas algo que representasse a nação brasileira. (CASTRO, 2002)

Essa representação de nação, algo singular, também na figura de Caxias era construída em torno do conceito de pacificador. Isso fica exposto no depoimento do general Aurélio de Lyra Tavares, exposto por Castro em seu livro ‘A Invenção do Exército Brasileiro’, integrante da primeira turma de oficiais a ser batizada com o nome de um patrono, que foi de escolha dos próprios integrantes por Caxias. A escolha da turma que foi formada em 1925, mesmo ano em que o aniversário de Caxias se tornou o Dia do Soldado, foi pautada, segundo Lyra Tavares, dentre alguns fatores, pelo entendimento de Caxias como **Pacificador do Brasil**.²⁶⁸

A articulação do “Eu” pacificador pelas Forças Armadas continuou nos anos seguintes. Castro analisa o discurso, em 1926, de um comandante da 1ª Brigada do Exército, em ordem do dia, e faz a seguinte consideração:

“A data escolhida para o Dia do Soldado correspondia ao nascimento daquele que foi o “protótipo das virtudes militares”. Mas não bastava relembrar Caxias em discursos: era preciso renovar anualmente, através de uma comemoração, o compromisso de seguir seu exemplo [de pacificação]. Caxias aparece, nessa ordem do dia, como o “maior de nossos guerreiros”, quase um santo que os soldados devem evocar, “chamar em seu auxílio” nos momentos de perigo, de cansaço, de “crítica injusta que às vezes tenta desconhecer a respeitabilidade da missão gloriosa” do Exército.”²⁶⁹

Toda essa construção do “Eu” pacificador condizia com a leitura da vida de Duque de Caxias como uma vida de pacificador. Antes das celebrações

²⁶⁸ CASTRO, Celso. ‘A Invenção do Exército Brasileiro.’ Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Página 19.

²⁶⁹ Ibidem, p. 21.

implementadas pelo Exército a partir da década de 1920, ainda em período de atuação de Caxias como pacificador do Império, Domingos Gonçalves de Magalhães escreveu a obra ‘Revolução na Província do Maranhão desde 1839 a 1840’, publicada em 1858, na qual foi destacada, a partir da experiência empírica de convivência do autor com Caxias, o caráter pacificador de Caxias. (GOMES, 2014)

A segunda figura icônica analisada por Gomes é o Marechal Rondon. Cândido Mariano da Silva Rondon nasceu em 1865 e se formou pela Escola Militar como engenheiro. Tendo dedicado cerca de 40 anos de sua vida no que as Forças Armadas classificam de “civilização” dos indígenas, hoje Marechal Rondon é reconhecido por seu “trabalho pacificador”.²⁷⁰ Esse reconhecimento pode ser notado em âmbito internacional pelas suas duas indicações para Nobel da Paz e por sua presidência da Comissão Mista da Liga das Nações que pôs fim, através do Pacto de Amizade e Cooperação, em 1938, ao estado de beligerância em que se confrontavam Peru e Colômbia.²⁷¹

No entanto, conforme aponta Gomes a principal característica de pacificador de Rondon advem da sua relação com os povos indígenas. Por defender que os índios tinham o direito de não aceitar a presença de outros povos em suas terras e a partir desse entendimento pregar a não violência contra os índios mesmo quando estes o recebiam com violência, Rondon foi descrito, por muitos, como o pacificador dos índios.

Antes de prosseguir com a análise sobre a pacificação é fundamental destacar que o entendimento dessas personalidades como figuras icônicas por Gomes não é trivial. Ao contrário, exatamente por serem utilizados como modelo para toda a instituição do Exército que essas figuras se tornam icônicas para o processo de pacificação do Haiti que o Brasil e as Forças Armadas brasileiras se colocaram a disposição de desenvolver.

Todavia, é importante perceber que essas construções do “Eu” pacificador não se resumem à um período histórico anterior à MINUSTAH. (GOMES, 2014) Ao contrário, durante a participação brasileira na MINUSTAH, que foi (e continua

²⁷⁰ Disponível em <http://rondonmarechaldapaz.com/quem-foi-marechal-rondon/>. Acessado em 29/03/2016.

²⁷¹ Disponível em <http://rondonmarechaldapaz.com/quem-foi-marechal-rondon/>. Acessado em 29/03/2016.

sendo) entendida como em nome da pacificação do Haiti, há uma perpetuação dessas duas figuras icônicas como símbolos da atuação brasileira no Haiti. De forma breve podem ser apontados dois exemplos.

O primeiro é a foto da Praça Duque de Caxias que tem uma estátua também de Duque de Caxias exposta por Gomes em sua tese. Essa praça está localizada entre as ruas ‘Avenida Brasil’ e ‘Avenida Haiti’, situadas na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti. Construída pelas Forças Armadas brasileiras, que até hoje comemoram o Dia do Soldado no dia de aniversário de Duque de Caxias, essa praça e estátua mantém consigo em solo haitiano o significado do “Eu” pacificador que as Forças Armadas brasileiras atribuem, e desejam continuar atribuindo, a si e ao Brasil como um todo durante a performance dos oficiais brasileiros no país caribenho.

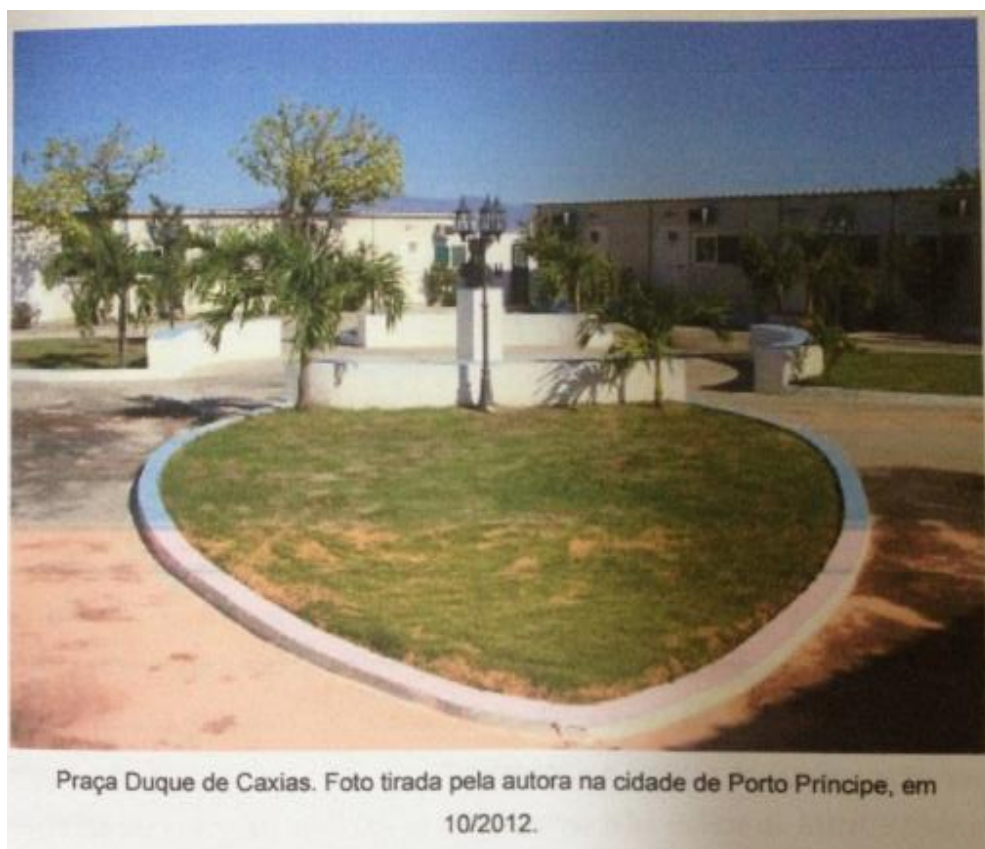


Figura 6: Imagem de Maíra Síman Gomes.

O segundo exemplo pode ser o reconhecimento do Marechal Rondon como Marechal da Paz através da exposição “Rondon, Marechal da Paz” no Espaço Cultural Sergio Vieira de Mello localizado dentro do CCOPAB (Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil). (GOMES, 2014, p. 15) O CCOPAB foi estabelecido em 15 de junho de 2010, e é a instituição responsável por preparar os

oficiais brasileiros (e de nações amigas) para atuações em operações de paz da ONU.²⁷²

Entretanto, ainda que de acordo com as propostas de Gomes quanto ao caráter pacificador que a MINUSTAH tem para as Forças Armadas brasileiras e para o Brasil e que esse caráter é formado em muito por essa articulação de um “Eu” pacificador que figuras icônicas como Duque de Caixas e Marechal Rondon ajudaram a construir, é necessário esclarecer a contribuição que esta pesquisa busca fazer para os estudos sobre a participação brasileira na MINUSTAH que não foram abordadas na tese de Gomes.

Preocupada em demonstrar as delimitações que abordagens convencionais de APE impõem e apontando, a partir de análises sobre processos de pacificação realizados por instituições militares brasileiras muito antes do início da MINUSTAH, que historicamente o Brasil se colocou como o pacificador de “Outro” em diferentes ocasiões Gomes provou que a participação brasileira na MINUSTAH não é fruto de interesses objetivos e identidades fixas. (GOMES, 2014) Em conformidade com a contribuição de Gomes, mas inquieta quanto à ausência de um olhar para como o encontro entre o Brasil como pacificador e o Haiti como pacificado está envolto, pelo histórico de ambos os países, da produção de fronteiras, sempre contingentes, pautadas na raça e no gênero.

Ainda que durante um capítulo inteiro Gomes tenha se debruçado sobre a relação entre o “Eu” pacificador e o “Outro”, a autora, por não ser seu objeto de pesquisa, não desenvolveu como a representação do “Outro” como aquele a ser pacificado foi pautada no gênero e na raça. Buscando evidenciar essa produção de fronteira, é necessário ampliar a análise desenvolvida até aqui.

4.2.2.1.

A produção de fronteiras pautada no gênero do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras

A fronteira que separa o “Eu” pacificador do “Outro” pacificado, anterior à MINUSTAH, também é construída pela concepção de espaço. Antes de iniciar sua

²⁷² O CCOPAB sucedeu o Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz). Disponível em <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/pt/ccopab/criacao-do-centro>. Acessado em 29/03/2016.

análise sobre as duas figuras icônicas pacificadores das Forças Armadas, Gomes apontou para como o Brasil foi concebido como um espaço:

*“Desde a independência, o Brasil foi concebido, segundo Antônio Carlos Robert Moraes (2005), como um espaço, e não como uma sociedade: o espaço é pensado como algo a ser conquistado, e as populações como instrumentos desse movimento de conquista.”*²⁷³

A concepção de espaço remete, nesta pesquisa, ao capítulo 1, no qual foi debatida a teoria feminista pós-estruturalista da geografia. O espaço a ser dominado, portanto, remete à uma busca por controle ou domínio dos corpos que compõem tal espaço. (MCDOWELL, 1999) Nos processos de pacificação realizados por Duque de Caxias, - pacificação de espaços - o controle ou domínio dos corpos deveria atender as demandas do Império, definido no dicionário Aurélio como aquele que tem o domínio.

O Império, aquele que pacificava, era composto, primeiramente, pelo Imperador (indivíduo masculino heterossexual), que estabeleceu na constituição de 1824 que as mulheres não podiam votar ou ser votadas - eram cidadãs de segunda categoria.²⁷⁴ Em um momento, período imperial (século XIX), no qual a geografia como ciência entendia o comportamento dos indivíduos como fruto do espaço que habitavam, entender o espaço como algo a ser dominado implicava em compreender os corpos dos indivíduos como objetos de domínio do Imperador, do masculino. Portanto, esse domínio deveria corresponder às demandas falocêntricas, que tornariam o pacificador o masculino e o pacificado o feminino; o pacificador era situado no topo da hierarquia e o feminino na parte de baixo da hierarquia. Logo, a construção do espaço a ser pacificado como um espaço a ser dominado pelo Império construía esse pacificado como um corpo feminino. E, por consequência, de acordo com o exposto no capítulo 2 sobre a corrente analítica *queer*, o pacificador como um corpo masculino heterossexual.

O processo de feminização do pacificado para além da construção do espaço como um espaço masculinizado – atendendo à demanda masculina falocêntrica – também alcançava a própria forma como o pacificador, na figura de Caxias, instituía a possibilidade de sujeito do pacificado. O(s) corpo(s) a ser(em) pacificado(s) eram

²⁷³ GOMES, Maíra Siman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. p. 118.

²⁷⁴ Disponível em http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=2115. Acessado em 30/03/2016.

entendido(s) não por sua(s) própria(s) concepção(ões) de “Eu”, mas pela concepção que o “Eu” pacificador atribuía a ele(s) como o “Outro”. Isso pode ser identificado na seguinte passagem do livro de Hayes, transcrita por Gomes:

“Ao chegar a uma determinada região com o objetivo de pacificá-la, ele entrava em contato com os revoltosos para o estabelecimento do diálogo. Esta abordagem conciliatória em geral produzia os resultados desejados e a área voltava a ficar sob o controle com o mínimo derramamento de sangue... Quando era necessário, isto é, quando o emprego da transigência e da conciliação não produziam efeitos, Caxias demonstrava seus dotes militares e solucionava a situação pelo emprego da força.”²⁷⁵

Pela passagem acima pode-se notar a mesma estratégia para a qual Otto chama atenção quando usada pelo Conselho de Segurança da ONU em relação às ideias feministas. Otto apontou que ao adotar algumas ideias feministas, ou seja, ao ouvir ou abrir um diálogo com as ideias feministas, o CS somente buscava legitimidade em nome de uma manutenção da ordem falocêntrica. O mesmo era utilizado por Caxias que através do diálogo ganhava legitimidade de imposição da ordem falocêntrica do domínio do Império.

Ao não alcançar o desejado com o diálogo, Caxias impunha o desejado comprovando que o sujeito a ser pacificado já havia sido representado como um sujeito secundário no processo de construção da paz, como um objeto do domínio masculino falocêntrico. O pacificado, feminizado, só era na relação com o “Eu” pacificador, era portanto uma representação construída pelo “Eu”.

A atuação do Marechal Rondon no que muitos classificam de sertões²⁷⁶ deu continuidade à feminização dos pacificados. Atuando em um cenário distinto ao de atuação de Duque de Caxias, um Brasil República, Rondon buscou através da pacificação dos índios integrar o espaço de “barbárie e atraso” (sertão) ao espaço evoluído (litoral).

Desde 1889, o Brasil passou de Império para República, mas o domínio que o governo brasileiro buscava sobre o interior ou sertão (aqui entendidos como espaços onde viviam sociedades indígenas que não tinham contato ou relações amistosas com o homem branco) ainda era mantido com as mesmas divisões de

²⁷⁵ GOMES, Maíra Siman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. p. 143.

²⁷⁶ Uma dos autores é Nísia Trindade Lima que analisa a atuação de Rondon no seu livro ‘Um sertão chamado Brasil’.

gênero. Somente a partir da década de 1930, que as mulheres ganharam o direito constitucional de voto na federação brasileira e conquistaram o direito de serem votadas. O que demonstra que não foi a mudança de Império para República que transformou a divisão social de gênero no Brasil.

Sendo sujeito de uma época em que as mulheres ainda eram consideradas cidadãs secundárias, Rondon ao liderar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) buscava, segundo seus companheiros de missão, amansar o território ainda **virgem** através da conquista dos povos indígenas. (GOMES, 2014, p. 161, grifo meu)

Ao entender um espaço a ser dominado e pacificado como virgem pelo pacificador, que é quem adentra o espaço interior e o modifica com sua presença, a relação entre pacificador e pacificado é construída a partir de masculino e feminino. Não à toa que Rondon foi, por exemplo, classificado por Amílcar Botelho de Magalhães, com quem conviveu, como “desbravador” – que no dicionário Aurélio é entendido como aquele que **abre** caminho – e um “protótipo de homem científico”.

A relação com os futuros pacificados continuava para além da pacificação. Uma vez que pacificava determinado espaço, Rondon renomeava as áreas geográficas daquele espaço a fim de, segundo Maciel, garantir o domínio do governo brasileiro. (GOMES, 2014) Essa renomeação que Rondon realiza pode ser equiparada à renomeação analisada no início do capítulo 2 desta dissertação, no qual foi evidenciada a feminização do Ayiti pela renomeação do mesmo por Colombo.

Destaca-se que a renomeação, diferentemente da realizada pelo desbravador a serviço do trono espanhol, era feita após a conquista do espaço (GOMES, 2014) e, portanto, transformava o espaço pacificado em algo distinto a partir do domínio do Brasil. Da mesma forma, que na época de Rondon e ainda hoje, a cerimônia de casamento entre o homem e a mulher (masculino e feminino) é marcada por uma mudança do nome da mulher a fim de registrar que ela não é a mesma de antes (antes do casamento, portanto solteira), Rondon, fortalecendo e fortalecido pelo processo de feminização do “Outro” a ser pacificado, renomeava o espaço pacificado em razão de ganhar legitimidade de domínio ou controle sobre o mesmo.

No entanto, a fronteira entre pacificador e pacificado através de Rondon também foi pautada pela raça: “*Sob a ótica da política rondoniana de constituição*

da nação brasileira, a possibilidade de “assimilação” da diferença (especialmente os índios) toca no elemento (e debate) que muito definiu o século XIX: a raça”²⁷⁷.

4.2.2.2.

A produção de fronteiras pautada na raça do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras

A produção da fronteira a partir da raça na pacificação dos índios realizada por Rondon é analisada aqui à luz das contribuições de Doty, Balibar e Quijano desenvolvidas no capítulo 2. A atuação de pacificação dos índios buscava também civilizar os povos indígenas: “*Nessa representação, não só Rondon, enquanto indivíduo, como também o próprio Exército Brasileiro, é construído duplamente como salvador e civilizador*”. Como expõem os autores, a relação entre civilizador e aquele a ser civilizado já é moldada por um entendimento de raças que foi desenvolvido, segundo Quijano, no encontro colonial entre europeus e os índios americanos.

Como definido por Magalhães, Rondon buscava conquistar os povos indígenas para a civilização, o que demonstra que havia uma fronteira racial entre Rondon e aqueles a serem pacificados por ele. Da mesma forma que a pacificação de Rondon era acompanhada dos pressupostos hierárquicos de gênero, também era moldada pelos pressupostos positivistas europeus, desenvolvidos no século XIX, de república que havia fundamentado a transição do regime imperial para o republicano no Brasil, no final do mesmo século. Esses pressupostos justificavam a república como modelo de organização política porque era uma organização melhor, que representava evolução, em relação a antiga forma monárquica de organização política. Se colocando como o evoluído em relação aos pacificados, Rondon construiu o “Eu” pacificador a partir da desvalorização de uma outra raça, o “Outro” a ser pacificado: “... *Laura Maciel analisa os relatos produzidos pela Comissão Rondon e discute como... visavam a... domesticação das nações indígenas, numa política assentada em ideias de civilização e progresso*”²⁷⁸.

²⁷⁷ GOMES, Maíra Siman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. p. 168.

²⁷⁸ Ibidem, p. 165.

Essa fronteira, que é construída a partir da representação do “Outro” e da identificação do “Eu”, é feita pela concepção de raça, que não está em uma identidade física de cor de pele, por exemplo, mas em uma construção discursiva socialmente produzida por um grupo (“Eu” pacificador) que caracteriza a inferioridade de outro (“Outro” a ser pacificado), como evidenciado por Doty.

Ainda sobre essa pacificação dos índios por Rondon é importante destacar que a civilização envolvia a destruição das formas nativas indígenas de organização política e socioeconômica para uma incorporação de uma organização republicana²⁷⁹, criada a partir de uma perspectiva dos homens brancos; o que culminava em uma construção de um mundo, nas palavras de Fanon, “todo branco”. E para além da representação do comportamento dos índios como um comportamento não-civilizado, portanto racialmente inferior, a pacificação era pautada pela raça também no que Quijano aponta como controle da subjetividade.

Enquanto buscava através da pacificação destruir a cultura indígena (essa generalização das diferentes sociedades e povos indígenas aqui reproduzida é para trazer, nesse momento do texto, a mesma generalização pautada na fronteira racial que o processo de pacificação de Rondon tinha), Rondon o fazia a partir de uma perspectiva que buscava não somente dominar o “Outro”, mas que dominava a subjetividade do “Outro”. Os índios se tornavam os não-civilizados, racialmente inferiores, necessitados de pacificação a partir do controle eurocêntrico da subjetividade que define quem deve evoluir.

As mesmas características de fronteira entre pacificador e pacificado a partir da raça podem ser notadas na pacificação de Caxias. Enquanto pacificava através da feminização dos pacificados, assim como Rondon, Caixas também traçava a fronteira entre ele e os pacificados a partir da raça. No relatório de governo enviado, em 1841, por Gonçalves de Magalhães, que acompanhou Caxias, há uma clara referência à pacificação do Maranhão como uma forma de civilização (GOMES, 2014, p. 129) dos pacificados, que eram entendidos como selvagens (GOMES, 2014, p. 141), o que acarreta tudo que foi apontado acima.

No entanto, além da ideia de civilização, Caxias exprime a fronteira racista que separa o pacificador do pacificado no tratamento com rebeldes negros. Segundo Adriana Barreto de Souza, Caixas não considerava os escravos como rebeldes, o

²⁷⁹ Ibidem, p. 171.

que poderia significar passíveis de evolução (que poderiam ser civilizados), porque estes eram escravos e não podiam decidir seu destino. Essa concepção sobre os negros revoltosos atendia a própria ideia que vigorava no Império que só aboliria a escravidão em 1888, dois anos antes de chegar ao fim. (GOMES, 2014)

O entendimento de que o negro não pode ser tratado como outro rebelde e portanto não pode ser evoluído é construído a partir de um específico controle da subjetividade do “Outro”, de uma específica definição de qual comportamento cada grupo pode e deve ter e de uma definição de uma hierarquia entre dois grupos de indivíduos onde o primeiro se coloca no topo a partir da desvalorização do segundo. Todas essas características da pacificação de Caxias permitem o entendimento de que a raça é o local de produção da fronteira entre pacificador e pacificado.

Por essas considerações sobre a produção de fronteira entre pacificador e pacificado a partir da atuação de Duque de Caxias e do Marechal Rondon estar fundamentada em hierarquias de gênero e raça ainda resta salientar a atuação governamental de seus respectivos processos de pacificação.

4.2.2.3.

A atuação ou posição governamental em conjunto com a atuação militar na produção de fronteiras pautada no gênero e na raça do “Eu” Brasil e do “Outro”, anterior à MINUSTAH, a partir de duas figuras icônicas das Forças Armadas brasileiras

A atuação governamental, de acordo com o exposto no início desse capítulo, se mostra fortalecendo e fortalecida pela atuação militar. Conforme apontado acima, quando os processos de pacificação realizados por Caxias e Rondon tratavam do espaço a ser pacificado como um espaço masculinizado, tornando-o objeto do pacificador, a construção feminina do pacificado estava em coerência com o papel feminino previsto pelo governo na esfera política. Ao caracterizar o espaço a ser pacificado como aquele que deve ser para o Império ou para a República, se reproduzia a feminização que sofriam as mulheres, valorizando a competência masculina em detrimento da desvalorização da competência feminina.

Dessa forma, pode ser notado que a atuação governamental não é trivial para a atuação militar, e vice-versa. Não é objetivo aqui identificar um início, ao contrário, é importante destacar a relação de produção e reprodução que ambas as instituições têm na produção de fronteiras a partir do gênero. O mesmo pode ser observado quando olhamos para raça.

Caxias quando não entendia negros como capazes de decidir sobre seus destinos, o fazia em concordância com as leis da época. A escravidão só foi proibida no Brasil a partir de 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel. O que mostra que durante todo o período de vida de Caxias (1807-1880) o “pacificador” viveu em um regime de aceitação governamental da escravidão, aceitação governamental da condição de que negros não podiam decidir sobre seus destinos.

Essa perspectiva também pode ser notada no âmbito internacional, uma vez que somente depois do fim da 2ª G.M. que as colônias europeias na África vão conquistar o direito de governarem seu próprio território, decidirem sobre seu destino. E, ainda deve ser lembrado, o processo de reconhecimento do direito de negros poderem governar foi conquistado com muita resistência de governos brancos, principalmente, europeus.

O mesmo também pode ser notado sobre o conceito de pacificação dos índios realizado por Rondon. O entendimento de que os povos indígenas eram atrasados não era algo próprio de Rondon ou das Forças Armadas. Durante o Império, o debate político na esfera governamental (muito desenrolado no Senado) sobre a pacificação dos índios ganhou contornos civilizatórios. (GOMES, 2014) Em 1845, foi aprovado o ‘Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios’ que buscava, segundo Gomes, a modernização do Império e o aumento da oferta de mão de obra nacional. O entendimento de que para se modernizar era necessário fazer com que os índios evoluíssem evidencia a desvalorização que era feita da cultura e modo de vida dos povos indígenas.

A partir de 1908, Teixeira Mendes, através de um Apostolado Positivista²⁸⁰, propôs um programa com o objetivo de civilizar os índios. Em contraposição as tentativas anteriores que foram feitas através da conversão forçada, Mendes, ao entender que tal forma de civilização violava os princípios da evolução, compreendia ser necessário uma relação, dos civilizados/pacificadores/brancos com os índios, que respeitassem o direito natural de religião, de resistência a incursões em suas terras e de falar a própria língua dos últimos. *“Porém, para exercer esses direitos naturais, os índios deveriam adotar, por livre vontade, o*

²⁸⁰ Positivista representa o positivismo, pensamento político desenvolvido por Auguste Comte na Europa e que no Brasil foi base para a instauração de um sistema republicano no país.

*positivismo e sua tutela.*²⁸¹ Esse conceito de tutela pode ainda ser visto na própria carta da ONU, como abordado no capítulo anterior desta dissertação.

Essa mesma ideia vai estar presente na primeira política pública indigenista do Brasil com a criação, em 1910, do SPLTN (Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais), que mais tarde se tornou o SPI e foi dirigido por Rondon. (GOMES, 2014) Percebe-se, portanto, que a atuação militar, desde Caxias, jamais foi uma atuação à parte das decisões ou posicionamentos governamentais. Ao contrário, ambas se constituíam e reproduziam as fronteiras por gênero e raça.

A importância desse apontamento da posição governamental e da atuação militar como separados mas em comunhão é vital para o desenvolvimento desta pesquisa. Uma vez que desde a relação com os índios dirigida por Rondon não houve, por quase meio século, uma pacificação do “Outro” pelo Brasil, ou seja, o Brasil não foi o “Eu” pacificador, isso não significa que as articulações do “Eu” pelas Forças Armadas e pelo Brasil não sejam relevantes para o processo que está em curso no Haiti (“Outro”).

4.3. O “Eu” Brasil pacificador do século XXI

Na década de 1990, o Exército brasileiro inicia um novo símbolo, como classifica Celso Castro, para construção das Forças Armadas: a Guerra dos Guararapes. Guerra essa travada em 1648, entre os colonos do Brasil (ainda colônia de Portugal) contra os holandeses, que haviam ocupado uma parte da região nordeste da colônia portuguesa na América do Sul.

Assim, em 1994, foi estabelecido que o dia 19 de abril, dia em que os holandeses foram expulsos (1ª Batalha dos Guararapes), seria o Dia do Exército. A importância desse dia para as Forças Armadas e para o Brasil é que foi no dia 19 de abril de 1648 que o Exército e a nacionalidade brasileira nascera. (CASTRO, 2002)

No entanto, esse novo símbolo de construção de uma representação de uma identidade nacional, de articulação do “Eu”, também é pautado na raça: *“A força simbólica do evento é reforçada pela presença conjunta das três raças vistas como*

²⁸¹ GOMES, Maíra Siman. ‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014. p. 153.

*constitutivas do povo brasileiro – o branco, o negro e o índio*²⁸². E essa articulação não está desconectada da relação com o “Outro”. De acordo com Castro, comemorar essa batalha também é comemorar a “*luta contra estrangeiros*”, contra um “Outro”.

Porém, ainda que as Forças Armadas busquem uma composição multiracial ainda há uma continuidade de Duque de Caxias e do Marechal Rondon, principalmente quanto à pacificação. O último, como apontado anteriormente, está representado no CCOPAB como o *pacificador*. Já o primeiro continua com suas pacificações sendo celebradas pelas Forças Armadas com a transferência da entrega da Medalha do Pacificador que era entregue no Dia da Bandeira (19 de novembro) e passou a ser entregue no Dia do Soldado (dia de aniversário de Duque de Caxias) após a criação do Dia do Exército. (CASTRO, 2002)

Isso demonstra, tendo em vista o exposto anteriormente nesse capítulo, que há uma ambiguidade na articulação do “Eu” das Forças Armadas quanto à raça, principalmente, se atentarmos para a pacificação. No entanto, essa ambiguidade também se mostra presente se analisarmos o posicionamento governamental brasileiro na relação com o Haiti.

Celso Amorim, em 2005, então ministro das relações exteriores, apontou que a atuação de liderança militar brasileira na MINUSTAH é possibilitada pelo princípio da “*não indiferença*” que foi explicado apontando para uma necessidade de não intervenção e também de colaboração e solidariedade com países vizinhos que necessitem de uma atuação militar brasileira:

*“Estamos, pela primeira vez em nossa História, contribuindo com o maior contingente de tropas e, ao mesmo tempo, assumindo o comando das forças da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH). Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de “não-indiferença”, a meu ver tão importante quanto o da “não intervenção. De fato, do mesmo modo que não cabe interferir no direito soberano de cada povo de resolver seus próprios problemas, é preciso que países vizinhos e amigos demonstrem disposição de colaborar, sempre que chamados, sobretudo quando são evidentes os sinais de crise política e social.”*²⁸³

No entanto, ao passo que demonstrava uma preocupação com o Haiti e sua “crise”, palavra do ministro, e também indicava que essa preocupação advinha, em

²⁸² CASTRO, Celso. *‘A Invenção do Exército Brasileiro.’* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 69.

²⁸³ Discurso de Celso Amorim disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214_Cached.pdf. Acessado em 04/04/2016.

parte, de uma comunidade étnica e cultural latino-americana que ambos os países, Brasil e Haiti, compartilhavam, Amorim também reforçou uma representação de identidade haitiana; a de ser uma república **negra**: “*Nossa principal motivação foi a de evitar que o Haiti, a primeira república negra do mundo, seguisse abandonado, inclusive pela comunidade latino-americana, a que pertence étnica e culturalmente*”²⁸⁴.

Assim, a atuação governamental, como aponta Letícia Cesarino, é ambígua. De uma forma há uma tentativa de romper com a relação entre pacificador e pacificado como sendo uma relação em que o último deve alcançar o estágio de desenvolvimento do primeiro – uma relação em que o não-moderno deve ser modernizado pelo moderno - através dos laços culturais que os aproximam. Por outra forma é também reforçada essa relação de moderno e não-moderno, ao classificar o Haiti como a república negra, apontando que o Brasil já superou determinadas dificuldades que o pacificado ainda não e por isso pode ajudá-lo a conseguir. Portanto, a linha de desenvolvimento da modernidade é rompida e reforçada concomitantemente, tornando o Brasil ambíguo. (CESARINO, 2012)

Através das contribuições de Balibar e Quijano pode-se evidenciar a raça como local de produção de fronteira na relação entre pacificador e pacificado. O neo-racismo, como indicado por Balibar pode ser evidenciado ao focar que o pacificador se entende como tendo atingido um comportamento que o permite pacificar o Haiti, que ao mesmo tempo é entendido como similar – evidenciando, não somente o neo-racismo, mas a ambiguidade. Assim como Balibar apontou, a hierarquia entre pacificador e pacificado é estabelecida por uma assimilação ou resisistência à determinados comportamentos, que aqui são comportamentos de um pacificador e de um pacificado. Quijano, por sua vez, permite perceber que é pelo neo-racismo que a subjetividade haitiana é controlada por essa mesma ambiguidade sendo sempre uma similar ao Brasil e ao mesmo tempo mais resistente aos comportamentos que o pacificador já assimilou.

Ainda resta apontar a ambiguidade do posicionamento governamental quanto ao gênero. Na frase citada acima, que foi publicada em maio de 2005 (o Brasil já liderava a MINUSTAH militarmente), o Haiti não é entendido como irmã.

²⁸⁴ Discurso de Celso Amorim disponível em http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214_Cached.pdf. Acessado em 04/04/2016.

O que pode parecer algo trivial, deixa de ser caso seja trazido aqui o que foi citado no capítulo 3: o Brasil nas reuniões do Conselho de Segurança de 1994, ano em que já havia uma operação de paz no Haiti e foi autorizado pelo mesmo órgão a operação *Uphold Democracy*, se referia ao Haiti como irmã (“*sister*”).

De uma certa forma, o Brasil não entende o Haiti como feminino quando é o próprio Brasil quem lidera uma operação de paz no país que compartilha valores étnicos e culturais. Todavia, como apontado no capítulo 3, a representação do Haiti no processo de implementação da MINUSTAH foi cercada de feminização do país caribenho. E quando Celso Amorim, em 2005, analisando a política externa do Brasil dos dois anos anteriores afirma que reconhece a crise política e social que passa o Haiti – reconhecendo e corroborando do apontamento que levou à implementação da MINUSTAH pelo Conselho de Segurança – e por isso defende, através do princípio da não indiferença, que haja uma presença militar no Haiti, faz dessa posição brasileira uma posição paradoxal em relação ao gênero: ao passo que concorda com a feminização do processo de implementação da MINUSTAH pelo CS, não feminiza o Haiti quando aborda a liderança militar no país caribenho, contrariando assim a feminização que o Brasil fez do Haiti em 1994, quando não defendia uma presença militar no Haiti.

Ainda sobre o gênero é relevante apontar que o Dia do Exército comemora uma vitória contra um inimigo, mais poderoso (CASTRO, 2002). A masculinização daquele contra quem os primeiros a se referir ao Brasil como Pátria (CASTRO, 2002) lutaram ainda é reforçada pela impossibilidade de tratar o espaço – que antes era brasileiro e que depois se tornou holandês – como masculinizado, uma vez que buscava retomar o espaço que era compreendido como dos colonos e não dos invasores (como eram chamados os holandeses e como ficaram para a história a partir da instauração do Dia do Exército).

No entanto, se por um lado, com Guararapes como um novo símbolo para a formação das Forças Armadas possibilita uma relação entre “Eu” e o “Outro” que não seja por uma fronteira produzida a partir do gênero, por outro lado, o alistamento obrigatório nas Forças Armadas ainda é somente para homens. Se por um lado, desde 1980 mulheres passaram a ser aceitas nas Forças Armadas²⁸⁵, a

²⁸⁵ Na Marinha começou em 1980, na Aeronáutica começou em 1991 e no Exército começou em 1992. Disponível em <http://www.stm.jus.br/informacao/agencia-de-noticias/item/3963-participacao-feminina-cresce-nas-forcas-armadas>. Acessado em 04/04/2016.

maior instância jurídica militar, STM (Superior Tribunal Militar) do país considera, por outro lado, tal acontecimento como aumento da presença feminina nas Forças Armadas. Importante destacar que, através da metodologia proposta por Kronsell, é o silêncio ou o que está entre linhas que mostra o quanto masculinizada determinada instituição é. Não há referência à participação masculina. Traz implicitamente que o maior número é de homens e é exatamente por não precisar explicar que a instituição em si é masculinizada que faz das Forças Armadas ainda uma instituição masculinizada.

Por último é fundamental ressaltar que a homossexualidade ainda não foi aceita nas instituições militares, cabendo aqui citar que o STM, em 2010, afastou um tenente-coronel que teve relações com outro soldado.²⁸⁶

A partir dessas ambiguidades de quem é o “Eu” Brasil pacificador que vai em busca de pacificar o “Outro” - o Haiti em crise - que a performance dos oficiais brasileiros na MINUSTAH ganha relevância. É analisando a performance dos capacetes azuis verde-amarelos que se busca um entendimento se a atuação brasileira para pacificação do Haiti re-produz ou re-interpreta a fronteira historicamente construída entre uma força militar estrangeira em solo haitiano e o Haiti.

4.4. A performance de oficiais brasileiros na MINUSTAH

Conforme exposto na introdução desta dissertação, não haverá uma preocupação com a ordem cronológica da atuação dos oficiais brasileiros na MINUSTAH. Ao contrário, há um foco em atentar para como diferentes discursos e acontecimentos demonstram uma re-produção ou re-interpretação da fronteira entre força estrangeira em solo haitiano (nesse caso capacetes azuis verde-amarelos) com o Haiti.

A evidência histórica de gênero e raça como locais de produção de fronteiras entre oficiais estrangeiros em solo haitiano com o Haiti, ainda que realizada no capítulo anterior deste trabalho de forma cronológica, ilustrou que a fixação das datas somente comprova a constância de gênero e raça como locais de produção de

²⁸⁶ Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2012/03/aceitacao-de-gays-nas-forcas-armadas-representa-2018evolucao2019-da-sociedade-diz-ativista>. Acesso em 04/04/2016.

fronteiras. Essa constância ainda que analisada através de acontecimentos e discursos pretéritos, por isso em diversos momentos as orações gramaticais foram conjugadas no pretérito, possibilitou perceber que ainda elas são presentes. No entanto, nesse momento da dissertação, o foco está em como a performance de oficiais brasileiros lida com esse presente.

Todavia, esse presente não pode ser entendido somente como uma constância do pretérito. Ocorre, durante a escrita e a pesquisa propriamente dita, a MINUSTAH. O fato de oficiais brasileiros continuarem em solo haitiano objetivando a pacificação do Haiti deve também impactar na conjugação dos verbos desta pesquisa. E, por último mas não posterior a esses outros acontecimentos, esse presente também é a análise que eu, autor da pesquisa, faço. Não há um término para a fronteira, para a participação brasileira e tampouco para a análise. O atual momento está sendo, também se formando por esses três fatores.

Dessa forma, indico que ao final de cada caso analisado há um breve apontamento que está no gerúndio. A conjugação do verbo haver no presente na oração anterior é demonstrativo do quanto antes da escrita dos casos, os mesmos já foram analisados. A escrita portanto não é a análise em si ou a pesquisa em si, mas sim mais um processo da pesquisa. Antes de escrever sobre esses casos, os mesmos são analisados. E são re-analisados durante a escrita. O que pode parecer uma confusão despropositada para esta dissertação é ao meu entendimento a comprovação do quanto a subjetividade do autor da pesquisa está presente na pesquisa e, conseqüentemente, em constante produção.

O apontamento também não é trivial. Ao final de cada caso há um apontamento que permite demonstrar o quanto a conclusão desta pesquisa é difícil. Não porque o tema é altamente profundo ou complexo, mas porque o entendimento é, sem sombra de dúvidas, subjetivo. E porque a subjetividade não é algo fixo ou atemporal, o próprio apontamento em cada caso não precisa ser completo, não deve ser uma fixação do que é a performance de oficiais brasileiros na MINUSTAH.

Como última consideração antes de começar as análises dos casos destaco que a escolha por fazer os breves apontamentos no gerúndio é mais uma vez uma tentativa de demonstrar que a análise minha não está concluída seja porque a atuação não terminou ou seja porque a análise e, acredito que a própria atuação, não tem fim. A finalidade da pesquisa, a meu entendimento, só pode se fazer ainda em processo de análise e portanto no gerúndio. E o gerúndio também indica que os

casos e os apontamentos são construídos pela interação do eu subjetivo com a pesquisa que também é parte do “eu”.

4.4.1.

A performance antes do contato físico ou verbal com os haitianos

A ambiguidade do “Eu” Brasil pacificador pode ser notada antes da interação com a população haitiana. Ainda que não remeta a questionamentos se a performance busca reproduzir uma masculinidade ou um “mundo todo branco”, o caso analisado a seguir ilustra a ambiguidade do “Eu” Brasil pacificador em relação às características de pacificador e de pacificado.

No livro “Um soldado brasileiro no Haiti” que é um depoimento de Tailon Runppenthal, que integrou a primeira tropa brasileira de soldados da MINUSTAH, à Ricardo Lísias está descrita a primeira interação da tropa brasileira em solo haitiano. Essa interação foi feita com os soldados dos Estados Unidos que integravam a força enviada pela ONU, *Multinational Interim Force* (MIF), antes da MINUSTAH.

Ao sair do avião, Ruppenthal, sentindo calafrios de tanto calor se pôs em forma junto aos oficiais brasileiros que já haviam descido do avião também. Enquanto os oficiais brasileiros se formavam houve a interação com os soldados dos Estados Unidos:

“Enquanto nos organizávamos, um grupo de soldados norte-americanos se aproximou e começou a fazer piadas, certos de que não entendíamos nada do inglês deles. Foi o primeiro contato que tive com a truculência militar norte-americana. Saudavam-nos dizendo que merecíamos o inferno do Haiti e que iríamos nos dar bem com toda certeza, já que o Brasil devia ser igualzinho aquele atoleiro.”²⁸⁷

A representação feita do Brasil é interessante pois rompe com a fronteira de pacificador e pacificado. Enquanto no processo de implementação da MINUSTAH no Conselho de Segurança da ONU, como exposto no capítulo 3, o pacificador assume a competência de representar do pacificado e o faz através da raça e gênero como locais de produção de fronteiras, durante a primeira formação dos oficiais brasileiros o pacificador foi equiparado ao pacificado. A competência de representação não foi do pacificador. Ao pacificador coube a resistência à representação:

²⁸⁷ RUPPENTHAL, Tailor. **‘Um soldado brasileiro no Haiti’**. São Paulo: Editora Globo, 2007, p. 16.

“Tive vontade de mandá-los à merda, mas achei que a ideia não era das melhores. Ao menos a raiva me distraiu do calor.

Não passaria muito tempo para que eu ouvisse diversos relatos de violência, desaparecimentos e todo tipo de arbitrariedades que o exército norte-americano teria cometido durante as primeiras semanas de ocupação militar no Haiti, depois da queda de Jean Bertrand Aristide. Os Estados Unidos e a França... Na verdade, fui descobrir depois, os Estados Unidos já tinham um contingente de soldados no Haiti fazia vários anos. Corria o boato de que tinham sido eles, na verdade, que derrubaram Aristide, eleito democraticamente pela maioria da população.”²⁸⁸

A resistência pode ser entendida como a vontade de “mandá-los à merda” ou mesmo o depoimento de Ruppenthal sobre o ocorrido e sua indignação. No entanto, ênfase que ambas as alternativas demonstram que a resistência indica o quanto o “Eu” pacificador não aceita a condição de representado ou de equiparado ao pacificado.

Interessante destacar que foi uma interação entre o “Eu” pacificador e o “Outro” que não era pacificado nem pacificador, o que demonstra que a posição do Brasil como pacificador no Haiti não está sendo uma constante posição de superior e masculino heterossexual.

A ambiguidade do “Eu” Brasil pacificador fica evidente na narrativa de Ruppenthal sobre o vôo do Brasil para o Haiti. O vôo em que a primeira tropa brasileira foi transportada para o Haiti foi marcado para Ruppenthal pela falta de conhecimento que alguns oficiais apresentavam sobre aquele que eles iam pacificar: *“Um dos cabos que viajou ao meu lado, Ferraz, chegou a me perguntar em que parte da África ficava o Haiti”²⁸⁹.*

O Brasil não somente tem sido representado, mas também representa o “Outro” a ser pacificado. Ao localizar o Haiti na África por dedução, alguns oficiais pressupunham a necessidade de ajuda que o Haiti demandava do Brasil, uma vez que a África é vista como aquele continente pobre, em guerra, sempre precisando de ajuda humanitária.

A posição de inferioridade do Haiti e a superioridade brasileira também podem ser notadas pela própria expectativa que Ruppenthal tinha sobre a missão: *“Irámos levar ajuda humanitária, garantir a segurança do governo e tentar*

²⁸⁸ Ibidem, p. 16 e 17.

²⁸⁹ Ibidem, p. 10 e 11.

*reorganizar, no que fosse possível, as instituições haitianas. Bom, essa era a minha expectativa...”*²⁹⁰

O Brasil é o capaz de levar, o de garantir e o de reorganizar. Enquanto o Haiti é aquele que recebe, que é garantido e que será reorganizado. A hierarquia não consiste simplesmente em uma construção desigual de cada ator envolvido, mas é promovida por questões de gênero. Há uma distinção entre ativo e passivo, características peculiares de masculino e feminino, respectivamente, como apontado por Carpenter – e analisado no capítulo 2 – além da construção do “Outro” como algo que permita que o “Eu” seja o oposto, como apontado por Enloe – também analisado no capítulo 2. Enquanto o pacificador é o ativo, o pacificado é o passivo, aquele a ser controlado. O que representa o Haiti como aquela a ser pacificada, aquela passiva – o Haiti é feminizado.

Todavia, antes do contato físico e visual com o Haiti e os haitianos, o “Eu” Brasil pacificador não representava o Haiti como feminino, não feminizava o Haiti. Um bom exemplo é o discurso feito pelo então presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, no dia 31 de maio de 2004, proferido em solenidade que antecedeu ao envio da primeira tropa brasileira ao Haiti, a qual contava com a participação de Taison Ruppenthal. O presidente, ao abordar o envio de tropas brasileiras para o Haiti, não representou o país caribenho como um feminino a ser controlado, ao contrário, o representou como um masculino:

“Também tenho orgulho e satisfação de ver que nossas Forças Armadas estão preparadas e dispostas a ajudar um país irmão.

Nosso compromisso com a paz e o desenvolvimento de um país irmão também foi bem traduzido pelo Congresso Nacional, que reconheceu a importância desse momento ao aprovar o envio de tropas brasileiras para o Haiti.

*Ao longo dos próximos meses, suas famílias e amigos sentirão a distância e a saudade, mas terão também a íntima satisfação de saber que seus esposos e pais, filhos e amigos são parte de uma luta justa. Em mais algum tempo estaremos todos aqui, outra vez, reunidos. Ao seu regresso, trarão consigo a certeza de terem prestado, com honra e dedicação pessoal, a sua contribuição e a sua solidariedade a um povo amigo.”*²⁹¹

O povo amigo e o país irmão, ao mesmo tempo que se contrapõem ao entendimento do Haiti de Ruppenthal, também se aproximam da mundaça de

²⁹⁰ Ibidem, p. 17.

²⁹¹ Disponível em <http://www.mundorama.net/2004/05/31/discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-embarque-das-tropas-militares-para-missao-de-paz-no-haiti-base-aerea-de-brasilia-31052004/>. Acessado em 14/04/2016.

representação do Haiti na atuação governamental do “Eu” pacificador. Como apontado anteriormente, analisando a postura do Brasil na década de 1990, em contraposição à postura na década de 2000, pôde-se notar que o Haiti deixou de ser feminizado pelo Brasil no momento em que o país assumiu a posição de participar de uma operação de paz no país irmão – não mais irmã.

Em concordância com a possibilidade de ser ativo na reconstrução própria, o Haiti é entendido por Lula, presidente do Brasil à época, não como um constante passivo: “*Nosso objetivo é que os haitianos encontrem, no mais breve prazo, um ambiente propício à consolidação de sua democracia*”²⁹². Ao passo que vê o Haiti como incapacitado de construir um ambiente propício para a consolidação da democracia, o governo brasileiro também entende o Haiti como aquele que pode consolidar sua própria democracia, como sujeito de sua democracia. A representação do Haiti como ativo, capaz de realizar entra em choque com a representação do Haiti como passivo, que demanda controle.

A ambiguidade do “Eu” Brasil pacificador vai se mostrando presente desde antes do contato físico e visual com o Haiti. Aquele(a) a ser pacificado(a) não estava bem definido para o Brasil, o que também, considerando as propostas analíticas feministas e pós-coloniais, faz da própria identidade do pacificador como indefinida. Essa incerteza ou não definição clara de quem é o “Outro” e o “Eu” ainda continua sendo complexificada pela representação do “Outro” que não é pacificador e nem pacificado.

Diante dessa incerteza do que é o pacificado e o pacificador e, por consequência, a dificuldade em localizar o Brasil na estrutura de operação de paz da MINUSTAH é necessário perceber que o Brasil se encontra, como exposto por Moreno, Gomes e Chagas, entre “muitos mundos”. O “Outro” a ser pacificado não pode ser somente aquele não branco e não masculino uma vez que esse entendimento permitiria o Brasil se entender como diferente. Como reforçou Lula no seu discurso: “*O Brasil compartilha dessa herança africana e não poderia ficar indiferente diante dos problemas que o povo haitiano está enfrentando*”²⁹³.

Identificar problemas no Haiti, não é estar aceitando o Haiti como feminino ou o inferior. E, conseqüentemente, não é estar se reconhecendo como um “Eu”

²⁹² Ibidem.

²⁹³ Ibidem.

masculino e superior. Porém, essa identificação e representação não é constante e fixa, mas sim uma contínua indefinição e representações flexíveis do que está sendo o Brasil e o Haiti no processo de paz da MINUSTAH. Essa ambiguidade evidencia que as fronteiras entre pacificador e pacificado como construídas no processo de implementação da MINUSTAH, tendo gênero e raça como locais de produção, são contingentes e estão constantemente sendo renegociadas pela própria ambiguidade do “Eu” Brasil pacificador, que segue rompendo e reforçando, simultaneamente, a linha de desenvolvimento moderna como apontado por Cesarino, para representar e produzir uma pacificação.

4.4.2.

Uso da força como reprodução de gênero e raça como locais de produção de fronteiras?

Já atuando no Haiti, através de diferentes atividades que passam por patrulhas nas ruas e projetos sociais, os oficiais brasileiros na MINUSTAH constantemente se confrontaram com a necessidade ou não do uso da força.

O mandato da MINUSTAH autoriza não somente o uso da força como autodefesa, mas também como meio ofensivo. Essa autorização busca garantir maior autonomia para a missão alcançar os seus objetivos:

“O mandato da MINUSTAH, claramente definido como de capítulo VII, não figui a essa visão, concedendo ao Componente Militar, detentor do monopólio do uso da força no terreno, o uso da força em autodefesa e em defesa do mandato, o que facultava no emprego de meios, técnicas e táticas ofensivas para a implementação dos objetivos da missão.”²⁹⁴

No entanto, ao menos no início, os oficiais brasileiros buscaram não usar de qualquer instrumento ofensivo “A Brigada Brasileira... com uma postura mais centrada no uso da força como autodefesa...”²⁹⁵ e, talvez por isso, eram chamados pela população haitiana de “*bombagay*” (que significa “gente boa” em creole). (LÍSIAS, 2007) Ruppenthal aponta que por não usar tanto de força, os contingentes brasileiros eram bem vistos pelos haitianos. Segundo o oficial, o não uso da força de forma ofensiva significava para os haitianos que os brasileiros não eram truculentos como os oficiais dos Estados Unidos.

²⁹⁴ NUNES, José Ricardo Vendramin. ‘**Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: A Consolidação de um Modelo**’. Disponível no site:

<http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/en/>. Acessado em 17/04/2016.

²⁹⁵ Ibidem.

Todavia, o uso da força está, como apontado por teóricas feministas no capítulo 2 desta dissertação, fortemente ligado ao conceito de masculinidade heterossexual. E, como analisado no capítulo 3, a MINUSTAH foi construída como um masculino que deve agir em um espaço/corpo feminino. Portanto, o uso da força demonstra a masculinidade necessária para controlar o feminino que é, no âmbito do CS, representado como uma ameaça à região e à paz internacional.

Em meio a essa “necessidade de masculinidade” e a “ausência de performance masculina” que dois episódios merecem atenção – lembrando que não há uma preocupação com uma organização cronológica dos mesmos. O primeiro a ser citado é o apontado por Ruppenthal em seu depoimento que gerou o livro, no qual consta que houve uma mudança de postura dos oficiais brasileiros em relação à agressão dos haitianos.

No início, como afirma Ruppenthal, as ordens que os oficiais recebiam dos seus superiores eram para tratar “*muito bem a população local*”, demonstrar “*enorme respeito pelas tradições haitianas*” e também ser “*simpáticos*” com os haitianos. Quanto ao uso da força: “*...aprendemos que nunca deveríamos atirar antes de sermos alvo de uma bala do inimigo, não poderíamos jamais atacar alguém pelas costas nem usar arma de fogo contra alguém portando apenas uma faca ou algum outro tipo de arma branca*”²⁹⁶.

Essa postura, segundo o depoimento, teve que ser alterada quando combinado o “*boato de que os milicianos nos [brasileiros] achavam simpáticos demais, muito bonzinhos para fazer frente a eles*” e “*a notícia de que a ONU havia chamado o comando brasileiro para perguntar por que o país economizava tanta munição. Se comparados com os jordanianos, por exemplo, tínhamos gastado pouquíssimas balas*”.²⁹⁷

A performance “*simpática*” dos oficiais brasileiros se confundia com não masculinidade, algo contrário ao analisado no processo de implementação da MINUSTAH. Agindo como um não masculino, os oficiais brasileiros estão agindo não como uma operação de paz no Haiti. Ao passo que estão rompendo com a fronteira histórica entre forças estrangeiras em solo haitiano e o Haiti (entendido como irmão e também como aquele passivo), os oficiais também não estão

²⁹⁶ RUPPENTHAL, Tailor. ‘Um soldado brasileiro no Haiti’. São Paulo: Editora Globo, 2007, p. 41.

²⁹⁷ Ibidem, p. 135 e 136.

pacificando, ao menos nos preceitos discursivos do processo de implementação da MINUSTAH. Em meio à essa tensão Ruppenthal aponta para a nova postura:

“Recebemos então a ordem de revidar qualquer agressão, de nos afastar das pessoas e de deixar a simpatia de lado. E foi o que fizemos: a cada emboscada, devoldíamos o ataque atirando também; nos distanciamos ainda mais das pessoas e passamos a fechar a cara. Era preciso que os milicianos nos temesses.”²⁹⁸

Todavia, ainda que essa mudança de postura demonstre que houve uma mudança do entendimento do Brasil na operação de paz e, por consequência, permite uma compreensão de que houve uma mudança no entendimento do “Eu” Brasil pacificador e do “Outro” pacificado (ou a ser pacificado), ela não aponta para qualquer atuação ofensiva. Se por um lado há uma negação dos preceitos primeiros do que sou “Eu”, a mudança não significou uma adoção dos preceitos de “Eu” como previsto e, segundo Ruppenthal, imposto pela ONU. A partir dessa questão a pesquisa nos remete ao segundo episódio.

Além das Nações Unidas, há relatos de que houve pressão dos Estados Unidos para que o Brasil fosse mais “agressivo”. Esse termo significa, de acordo com o depoimento do Gal. Augusto Heleno Ribeiro Pereira, primeiro *Force Commander* da MINUSTAH, que o Brasil devia usar a violência: *“We are under extreme pressure from the international community to use violence”²⁹⁹*.

Além do depoimento do Gal. Pereira, também há denúncia de que o segundo *Force Commander* da MINUSTAH, o Gal. Urano Teixeira de Matta Bacelar, também sofreu pressão para usar violência ou agir mais duramente:

“Temos informações de que ele [Gal. Bacelar] estava resistindo a comandar uma ação mais dura por parte da Minustah em Cité Soleil. Um companheiro do Haiti disse que as oligarquias estavam pressionando muito para essa atuação mais contundente, mas ele não estava querendo atuar nesse sentido”, afirma Sandra Quintela, do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs), que em abril de 2005 visitou o país caribenho como membro de uma delegação de organismos sociais internacionais. “Quando estivemos lá, o próprio general Augusto Heleno Pereira nos disse que estava sofrendo pressões permanentes dos Estados Unidos e da ONU para agir mais duramente”, diz.”³⁰⁰

Essas pressões, em sua maioria, foram entendidas como da comunidade internacional. Porém, como verificado na citação acima de Quintela e em outros sites

²⁹⁸ Ibidem, p. 136.

²⁹⁹ Disponível em: http://www.blackcommentator.com/117/117_cover_haiti.html. Acessado em 17/04/2016.

³⁰⁰ Disponível em: http://www.afbnb.com.br/noticias_detalhes.php?cod_secao=1&cod_noticia=1127. Acessado em 17/04/2016.

de notícia (Hora do Povo, no Brasil, e Black Commentator, nos Estados Unidos), há indícios de que o secretário de estado dos Estados Unidos, Collin Powel, em pessoa teria pedido por mais agressividade. Essa preocupação dos Estados Unidos em que uma força militar estrangeira em solo haitiano tenha uma atitude mais agressiva remete à ocupação que os Estados Unidos fizeram no Haiti.

Segundo Mary A. Renda a ocupação foi marcada por uma constante reafirmação do caráter masculino branco dos “*marines*”: “*By characterizing U.S. goals in terms of the subjective identity of the white male paterfamilias, paternalism encouraged marines to personalize the goals of the occupation*”³⁰¹. Os objetivos se dividiam e um deles era proteger os haitianos dos bandidos que estavam no Haiti, essa proteção demandava uma ação masculina, uma atuação de uso de força.

Durante a ocupação dos Estados Unidos no Haiti os “*marines*” muito combateram o grupo rebelde Cacos, que com a presença militar estadunidense no país caribenho sofreram um processo de criminalização. Foi através da distinção entre bandidos, membros do Cacos, e “*bons habitants*”, população que não se rebelava contra os “*marines*”, que a masculinidade dos Estados Unidos precisava ser reafirmada. Em relação aos últimos era necessário proteção, algo que é papel do homem. Em relação aos primeiros era necessário agressividade/uso da força, algo que é papel do homem também. (RENDA, 2001) E assim, uma mesma ação de uso da violência permitia a realização de ambas finalidades masculinas: proteção e combate. Essas ações foram violentas:

*“Marines had burned countless villages to the ground, destroyed most Haitian fortress, and killed hundreds of Haitians. These were systematic acts of violence, directed against human beings and their property... because these were deemed official and legitimate acts...”*³⁰²

Ainda que a hierarquia de gênero seja evidenciada por essa análise, Renda também enfatiza que o uso da violência garantia uma fronteira pautada na raça. Como apontou a autora, a representação da identidade era de homem branco. Esse homem branco se diferenciava dos haitianos pois ele não era um “*savage*” e tinha noção de civilidade. Por essas características que diferenciavam o branco do negro que o oficial Ivan W. Miller (“*Brigadier General*”) explicou:

³⁰¹ RENDA, Mary A.. “**Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940**”. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001, p. 136.

³⁰² RENDA, Mary A.. “**Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940**”. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001, p. 146.

“...there have been some talk about brutality, but then you have to remember that what we consider brutality among people in the United States is different from what they [Haitians] considered brutality. Those people, particularly at that time there, their idea of brutality was entirely different from ours. They had no conception of kindness or helping people.”³⁰³

Por essa passagem fica claro que além da fronteira entre força militar estrangeira em solo haitiano e os haitianos produzida a partir do gênero, também houve papel fundamental da raça como local de produção de fronteiras. Conforme aponta Doty, a raça não é algo fixo e pré-social. Ao contrário, a raça é construída socialmente, na distinção entre dois grupos onde um se coloca como superior do outro. É através da relação social que os Estados Unidos se colocam como superiores dos “savage”. Essa superioridade também permite que o Haiti tenha sua subjetividade controlada pelos Estados Unidos, outro fator da raça como local de produção de fronteiras como identificado por Quijano.

Ainda sobre o significado do uso da força para os Estados Unidos é relevante trazer para esta análise a foto de Charlemagne Péralte, um dos líderes do Cacos, após sua captura pelos “marines”.



Figura 7: Foto de Charlemagne Péralte divulgada para os haitianos após ser capturado e morto pelos “marines”.

Essa foto acima ilustra que quando se combate um masculino branco, o selvagem negro, que não é masculino, nunca poderá ser como um branco. Jamais

³⁰³ Ibidem, p. 154.

demonstrará virilidade em relação ao masculino - uma vez que o corpo se encontra amarrado, o que demonstra falta de força do haitiano - ou mesmo equidade em relação ao branco – já que o negro e selvagem é exposto como o branco deseja. Portanto, é através do gênero e da raça como locais de produção de fronteiras que o uso da força violenta faz da força militar estrangeira em solo haitiano para os Estados Unidos uma força masculina branca.

Voltando às pressões que os “*Force Commanders*” brasileiros sofreram por parte das Nações Unidas e dos Estados Unidos, é possível compreender que, seguindo as continuidades de gênero e raça como locais de produção de fronteiras como indicado nos processos de implementação da UNMIH e da MINUSTAH, o pedido por mais agressividade e/ou por usar violência era um pedido para que a performance dos oficiais brasileiros assumissem a masculinidade heterossexual branca da pacificação.

De acordo com a consideração acima pode-se entender que a resposta que o Gal. Augusto Heleno Ribeiro Pereira de que “*I command a peacekeeping force, not an occupation force ... we are not there to carry out violence, this will not happen for as long as I'm in charge of the force*”³⁰⁴, se recusando a adotar mais agressividade/uso da força/atuação mais dura, está sendo uma recusa do Brasil em assumir uma identidade masculina branca e rompendo, dessa forma, com a produção de fronteiras historicamente constante na relação de forças militares com o país caribenho?

Antes de responder essa pergunta é importante lembrar que a pacificação realizada por Marechal Rondon, onde as fronteiras entre o pacificador e o pacificado eram pautadas no gênero e na raça também, se utilizava do não uso da força como forma de garantir a superioridade racial e de gênero do pacificador. Enquanto, historicamente, a atuação de superioridade racial e de gênero no Haiti é pautada no uso da força, também historicamente, é em não usar a força que a pacificação do, hoje, reconhecido como “Marechal da Paz” e celebrado, através de uma exposição, no CCOPAB que a superioridade racial e de gênero se afirmava m. Dessa forma, a pergunta do parágrafo acima parece ser mais difícil de ser respondida uma vez que oficiais brasileiros e o governo brasileiro se colocam a todo

³⁰⁴ Disponível em http://www.blackcommentator.com/117/117_cover_haiti.html. Acessado em 17/04/2016.

momento como respeitando as normas da ONU e correspondendo com o madato da ONU.

No entanto é, novamente, válido destacar que essa relação é uma relação do “Eu” Brasil pacificador com um “Outro” que não é nem pacificador nem pacificado – Estados Unidos – e com a ONU - que não é o “Outro” pacificado nem o “Outro” que são os Estados Unidos, uma vez que ela ainda que questione o posicionamento do Brasil também faz parte da operação de paz (seja na composição da operação com funcionários, seja na formulação por participar do processo de implementação da MINUSTAH ou seja por participar do modelo de paz liberal como apontado por Richmond e Paris). Antes de chegar ao apontamento deste caso é fundamental analisar a relação do “Eu” Brasil pacificador com o “Outro” pacificado. E essa relação pode ser analisada, quanto ao uso da força, na operação do dia 6 de julho de 2005, na comunidade de Cité Soleil, em Porto Príncipe. Esta atuação merece atenção deste trabalho não só pelo uso da força, mas também porque foi alvo de condenação de violação de direitos humanos pela OEA (Organização dos Estados Americanos) e demandou explicações do Gal. Augusto Heleno Ribeiro Pereira à Câmara dos Deputados do Brasil.

Em reunião ordinária de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, realizada no dia 23 de novembro de 2005, o Gal. Pereira explicou que a operação tinha como objetivo acabar com a gangue de um “bandido”, Dread Wilmè, através do uso da força:

“O objetivo era: capturar o Dread Wilmè e a sua gangue. Utilizei exaustivamente as rádios locais para alertar a população que nós não estávamos mais conseguindo levar nem água para dentro de Cité Soleil, que a nossa intenção, quando entrávamos para realizar patrulhas, era imediatamente após realizar ações humanitárias (conduzir víveres, conduzir médicos para atender a população) e que não estávamos nem conseguindo fazer isso, porque as gangues não deixavam e que eu alertava a população que nós iríamos realizar operações em força para neutralizar a ação dos bandidos.”³⁰⁵

A explicação para o uso da força, como feita pelo Gal. Pereira, remete à explicação que o então Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, em 1994, deu para justificar a operação “*Uphold Democracy*”: o uso da força se tornou a única maneira de resolver o problema. Para além da relação com o discurso de Clinton, o uso da força também está relacionado à questão histórica de lidar com bandidos.

³⁰⁵ Áudio disponível em <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=25902>. Acessado no dia 20/04/2016.

Esse rótulo de bandido que alguns haitianos recebem de uma força militar estrangeira em solo haitiano como os que suscitam da missão de paz da ONU o uso da força está em conformidade com o que os rebeldes haitianos receberam dos “*marines*” durante a ocupação dos Estados Unidos entre 1915 e 1934. A classificação de bandidos remete à uma proposta de masculinidade da força estrangeira em solo haitiano que se coloca na posição de reprimir os maus haitianos para salvar os bons haitianos. (RENDA, 2001)

No entanto, os classificados de bandidos não são sempre entendidos como tal. No filme documentário “*Haiti: We must kill the bandits*”, de Kelvin Pina, um habitante de Cité Soleil afirma que:

*“Eu moro em Cité Soleil. Eu afirmo que Dread Wilmè é nosso líder, ligado à comunidade de Cité Soleil. Se há resistência é porque ele faz tudo o que pode. É ele que ajuda os mais fracos. Os estrangeiros [MINUSTAH] o condenam-no porque eles odeiam o Lavalas.”*³⁰⁶

Ainda nesse filme aparece um protesto, ocorrido na comunidade de Bel Air, que para protestar contra a Polícia Nacional Haitiana e contra a MINUSTAH cantam: “*Eles entram em Bel Air, prendem jovens dizendo que são bandidos.*”³⁰⁷ Kelvin Pina aponta para uma outra construção discursiva do rótulo de bandido de Dread Wilmè:

*“Depois da deposição de Aristide, a polícia publicou uma lista de procurados, a maioria dos jovens da lista eram acusados de serem líderes de gangues, trabalhando para o Presidente exilado. O número 2 da lista é Emmanuel Dread Wilmè. Como muitos da lista seus pais foram mortos durante o golpe de 1991 e então ele foi criado no orfanato de Aristide, chamado La Fanmi Selavi. Wilmè começou a liderar abertamente grupos de resistência em Cité Soleil primeiro contra a polícia e depois contra a ONU. A ONU ficou com medo que o seu exemplo fosse seguido em muitas das favelas da capital.”*³⁰⁸

Não é pretensão aqui estender a pesquisa para averiguar sobre a condenação ou absolvição de Dread Wilmè como bandido. Porém, evidenciando a seletividade de narrativa sobre quem é bandido se torna claro haver um favorecimento à uma atitude que pode ser interpretada como de superioridade racial e de gênero, assim como a seletividade das narrativas desde a colonização o fizeram, em um momento que, segundo Gal. Pereira, havia uma “*campanha contra a MINUSTAH e contra a falta de ação [de uso de força] da MINUSTAH para terminar com essa situação de*

³⁰⁶ PINA, Kelvin. ‘**HAITI: We Must Kill the bandits**’. Direção: Kelvin Pina. Duração: 1:06:39. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=25Mf7Lv5Qo8>. Acessado em 20/04/2016.

³⁰⁷ Ibidem.

³⁰⁸ Ibidem.

*pico de violência na cidade, chegou à um nível insuportável*³⁰⁹. O uso da força é, então, uma ferramenta que permite controlar o descontrolado, ou nesta pesquisa, a descontrolada.

Essa seletividade de narrativa também favorece, historicamente, a divisão racial entre o “Eu” estrangeiro e o “Outro” Haiti. Importante destacar que o Gal. Pereira frisou que Dread Wilmè, a partir do vodou (religião com maior número de adeptos no Haiti), estava sendo entendido como alguém imortal pelos haitianos e que isso não podia continuar:

*“O chefe da gangue, que era um rapaz conhecido como Dread Wilmè, começou a crescer na população como um mito, porque ele se anunciava ferido a cada semana e dois dias depois ele tava bom. Então dentro da crença vodou ele começou a se tornar um imortal. É um homem extremamente ligado, ideologicamente, ao ex-presidente Aristide, isso comprovado, e nós precisávamos terminar com o reinado do Dread Wilmè.”*³¹⁰

Por essa passagem percebe-se que a questão cultural é extremamente importante para as performances dos capacetes azuis verde-amarelos, evidenciando que o uso da força está para além de assumir uma masculinidade. Que tipo de comportamento deve reinar? Qual deve ou pode ser superior? A cultura, reforçando a pacificação de Rondon e Caxias, ganha relevância para afirmar qual é superior, qual pode reinar.

A adoção do uso da força, ao mesmo tempo que, dificulta compreender uma posição masculina ou não do Brasil, concomitantemente, traz à luz a preocupação com a superioridade do pacificador. O controle da subjetividade, como aponta Quijano, é muito relevante desde a colonização. O encontro entre o “Eu” Brasil pacificador e o “Outro” está envolto de uma busca por controlar quem pode ser o “Outro” e, por consequência, que sou “Eu”. Ao mesmo tempo que prega, como afirmou Ruppenthal, uma preocupação em respeitar os valores e culturas haitianos, em determinado momento o “Eu” Brasil pacificador se empenha em impedir uma superioridade do pacificado.

Dessa forma é difícil refletir que controlar ou pôr fim à um determinado comportamento, que para haitianos pode ser entendido como um comportamento

³⁰⁹ Áudio disponível em <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=25902>. Acessado no dia 20/04/2016.

³¹⁰ Ibidem.

político e não criminoso, por tais razões não reproduz uma fronteira racial entre aquele que precisa de pacificação e aquele que pode pacificar?

Assim, o “Eu” Brasil pacificador vai se mantendo indefinido e fazendo da representação algo flexível e em constante renegociação. O entendimento do “Outro” a ser pacificado não permite uma posição fixa do “Eu” Brasil pacificador como masculino e branco, e também impede uma afirmação de constância como não masculino e não branco (ou não racialmente superior). O uso ou não da força, devido ao processo histórico do Haiti e do Brasil, pode significar diferentes formas de atuação, masculina ou não, racialmente superior ou não, respectivamente. Essa tensão entre posição de pacificador e pacificado em que o Brasil segue se encontrando reflete a ambiguidade em que parece estar mergulhando o “Eu” Brasil pacificador. E nessa ambiguidade que as fronteiras de pacificação a partir de gênero e raça vão sendo chacoalhadas por uma constante re-produção e re-formulação que as performances verde-amarelas estão promovendo no encontro com os haitianos.

4.4.3.

Patrulhas, eleições e a constante re-significação do “Eu” Brasil pacificador

O uso da força, como previsto pelo mandato da MINUSTAH, é fundamental para que a missão alcance seus objetivos. No entanto, para além do uso da força, há atividades que são constantemente realizadas e que buscam garantir que esses objetivos sejam alcançados. Uma delas são as patrulhas.

O Brasil realiza, 24 horas por dia, patrulhas nas localidades que seus batalhões são responsáveis.³¹¹ Isso engloba algumas favelas da capital Porto Príncipe como Cité Soleil. A performance durante as patrulhas, seja ela usando a força ou sendo simpático com os haitianos, significa algo além do que patrulhar ruas e revistar pessoas ou automóveis.

Ao percorrer, a pé ou em veículos motorizados (veículos blindados ou não), ruas e comunidades haitianas, os oficiais brasileiros estão levando com eles os objetivos estabelecidos no mandato da MINUSTAH. Dentre os objetivos, aqui será destacado um: eleições. Eleições, como apontado no capítulo 2, são parte de um específico modelo de paz: paz liberal. (RICHMOND, 2006; PARIS, 2002)

³¹¹ Disponível em <http://www.defesenet.com.br/ph/noticia/19294/Forcas-Armadas-Brasileiras-no-Haiti-/>. Acessado em 25/04/2016.

Segundo a resolução 1542 de 2004 do CS, que instituiu a MINUSTAH, a realização de eleições (desde municipais até presidenciais) só pode ser possível em um ambiente seguro e estável. Esse entendimento se mostra presente até o atual momento da operação - em janeiro de 2016, foi decidida a prorrogação da data das eleições devido à onda de violência:

“Uma onda de violência fez o governo haitiano adiar o segundo turno das eleições presidenciais, que deveria ocorrer neste domingo. Antes do anúncio dessa decisão, o general brasileiro Ajax Porto Pinheiro, comandante das forças de paz da ONU no país, havia relatado à BBC Brasil que grupos políticos organizaram uma série de ataques para tentar evitar a realização do pleito.”³¹²

A busca por tornar o Haiti seguro e estável, sem violência, foi atrelada à realização de patrulhas como apontado por diversos relatórios enviados por secretários-geral da ONU no Haiti ao Conselho de Segurança.³¹³ Patrulhas demonstram o quanto determinadas regiões do país estão pacificadas ou não. Quando podem ser realizadas constantemente, sem ameaça bélica por gangues ou grupos paramilitares, as patrulhas mostram o quanto já houve um avanço do momento de instabilidade para a estabilidade. Quando são realizadas à baixo de bala de gangues ou grupos paramilitares, as patrulhas evidenciam a necessidade de pacificação de determinada região.

A realização se dá em locais distintos. Em vídeos do BRABAT, por exemplo, que é o batalhão brasileiro no Haiti, são destacadas patrulhas em ruas ou vielas de favelas de dia e de noite. Ruppenthal destacou patrulhas em avenidas:

“As patrulhas variavam conforme o objetivo. Se tivéssimos que parar os carros, dois soldados davam a cobertura com armamento mais pesado, enquanto outros dois faziam a revista. Outro par ficava mais afastado, organizando o trânsito. Os demais faziam a guarda dos arredores, para evitar alguma revolta. Quando o serviço de inteligência do Exército destacava um risco mais elevado para a missão, íamos em maior número e nunca a pé, já que, durante um tiroteio, tínhamos como nos refugiar por trás do jipe ou dentro do caminhão.”³¹⁴

De todo modo, as patrulhas representam aquilo que é entendido como de necessidade do Haiti. Ao parar carros na avenida para serem revistados, revistar pessoas nas favelas, caminhar em passos marcados por táticas militares por entre as

³¹² Disponível em

http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160122_eleicoes_adiadas_1k. Acessado em 25/04/2016.

³¹³ Para mais informações acessar

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml> e consultar os relatórios.

³¹⁴ RUPPENTHAL, Tailor. **‘Um soldado brasileiro no Haiti’**. São Paulo: Editora Globo, 2007, p. 72.

casas dos haitianos, revidar tiros recebidos de gangues ou grupos paramilitares, observar os haitianos por binóculos que permitem uma melhor visão à noite, vasculhar bairros dentro de carros blindados... os oficiais verde-amarelos estão sendo parte da inserção do país caribenho ao espaço-tempo da pacificação.

Gene E. Ogle, ao estudar a colonização em Saint-Domingue, afirmou que a colônia foi inserida e mantida no espaço-tempo da metrópole através de topônimos e celebrações públicas:

*“Saint-Domingue toponymy and ritual calendar marked colonial space and time with the presence of the monarch. Place names, such as those of the towns Saint-Louis, Port-au-Prince, and Forth-Dauphin, tied the contours of the geography to the royal family. Public celebrations of royal victories and rites of passage connected colonial time to the royal family’s life histories.”*³¹⁵

No caso atual, o ato de patrulhar já reproduz a representação do Haiti construída durante o processo de implementação da MINUSTAH no Conselho Segurança, portanto as patrulhas já carregam essas fronteiras nos seus passos, tiros, olhares, revistas... Em relação ao tempo, as patrulhas, de acordo com a receptividade, marcam a evolução no processo de estabilização que é fundamental para a instauração de eleições, que por sua vez é essencial para a qualidade de pacificado. Essa temporalização do processo de pacificação pode ser compreendido pela fala do Gal. Paulo Humberto César de Oliveira, que foi Comandante do Batalhão Brasileiro no Haiti:

*“Quando eu cheguei no Haiti com meu batalhão. Nós pegamos uma situação bem diversificada. Nós tínhamos três áreas caracterizadamente diferentes. Tínhamos a área de Bel-Air, que era uma área que já estava estabilizada. Nós tínhamos a área de Cité-Militaire, que era uma incógnita. Eu diria que estava em processo de estabilização. E nós tínhamos a área de Cité-Soleil, que era uma área que estava totalmente dominada pelos bandidos. O meu contingente, o meu batalhão, foi o primeiro batalhão brasileiro a entrar nessa área exatamente com a missão de estabilizar a área de Cité-Soleil. E com isso nós tivemos ação bem diversificada. Eu diria que nós vivemos um período de transição... Em Bel-Air, nós tínhamos as ações militares [que engloba entre outras, a realização de patrulhas] para manter a segurança e ações sociais, que eram importantes naquele momento, que mantinham a estabilização da área. Já em Cité-Soleil nós tínhamos preponderantemente ação militar, mas tínhamos que entrar com ações sociais.”*³¹⁶

Enquanto as patrulhas corroboram as concepções do Haiti como passivo, como único produtor dos problemas que no âmbito do CS possibilitaram uma

³¹⁵ OGLE, Gene E.. *‘The Trans-Atlantic king and Imperial Public Spheres’*. Em David Patrick Geggus e Norman Firing org. *‘The World of the Haitian Revolution’*. Bloomington: Indiana University Press, 2009, p. 81.

³¹⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cfyXN7R-9ac>. Acessado em 25/04/2016.

representação do Haiti como uma ameaça à paz e segurança internacionais, como o feminino a ser controlada, como aquele que precisa assumir determinado comportamento considerado positivo pela comunidade internacional, para oficiais brasileiros não é exatamente isso.

Em um vídeo que aborda a função das patrulhas realizadas pelos brasileiros para as eleições de 2015, um oficial brasileiro aponta que ele e os outros estão contribuindo com a grandiosidade da história do Haiti como independente. O oficial não se entende como o responsável por solucionar o problema haitiano. Ao contrário, ele entende que a função dele e do contingente brasileiro é ajudar o Haiti:

“E eu só tenho a dizer que como comandante eu estou muito orgulhoso de fazer parte dessa equipe, que, com certeza, contribuiu para o engrandecimento da história do Haiti, com duzentos anos de independência e essa é a quarta vez que vai às ruas democraticamente.”³¹⁷

Em diferentes vídeos, produzidos pelo Brasil (Ministério da Defesa ou pelas Forças Armadas), o Haiti tem sempre sua história de independência e de superação da opressão colonial valorizada. As patrulhas sempre ganham destaque como uma ajuda aos haitianos e não como uma solução do Brasil para o Haiti. O “*Force Commander*” Gal. Jaborandy busca apontar que o Brasil está apoiando o Haiti e não resolvendo os problemas haitianos: “*Todos unidos foram capazes de mesclar a atitude profissional às coisas do coração. Estendendo a mão e empenhando o melhor do seu esforço para apoiar o Haiti e seu povo a reencontrar um caminho de luz e direção a um futuro melhor*”³¹⁸.

Durante uma patrulha em um campo de deslocados internos, um oficial brasileiro atribui aos haitianos o papel de superação dos problemas haitianos e se coloca como um ajudante: “*Com essa operação, o BRABAT 22 ajuda o governo a manter o ambiente seguro e estável, e auxilia o país a amenizar o sofrimento dos desabrigados vítimas do terremoto*”³¹⁹.

É importante enfatizar que essas falas se contrastam com o exposto por Ruppenthal. Enquanto Ruppenthal compartilha da ideia do Haiti como um passivo, como um ator esperando por uma atuação do pacificador, essas outras falas, também de oficiais brasileiros, entendem o Haiti como um ativo, como um país com história

³¹⁷ Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=TLB6P1pP_ck. Acessado em 25/04/2016.

³¹⁸ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RKziXgY4hck>. Acessado em 25/04/2016.

³¹⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=nAxHWzRWoxM>. Acessado em 25/04/2016.

de independência e que o Brasil só auxilia e não soluciona o problema do Haiti. O Haiti não é interpretado, de forma a-temporal, como aquela a ser pacificada, como analisado durante o processo de implementação da MINUSTAH. Não é constante o entendimento de que o “Outro” é somente um espaço/corpo a ser controlado pelo Brasil. Diferentemente, o “Outro” a ser pacificado também é sujeito de sua pacificação e não somente, como exposto no capítulo 3, aquele a ser pacificado por um estrangeiro.

Essa ambiguidade do “Outro” a ser pacificado demonstra uma nova descontinuidade ao processo de relação com o Haiti. No capítulo 3, foi apontado que durante o período de ocupação dos Estados Unidos o Haiti era visto como aquele a ser capacitado, a ser melhorado com a atuação do masculino branco. Isso foi uma descontinuidade em relação ao período colonial, no qual o Haiti estava na condição de ser colonizado, portanto, incapacitado.

Já no período de pacificação com a performance dos oficiais brasileiros, o Haiti é representado como já sendo capaz. A pacificação não implica, para o “Eu” Brasil pacificador uma ausência de competência do “Outro”, ao menos não constantemente. Essa ambiguidade afeta profundamente o calendário de pacificação do Haiti, mas novamente de forma ambígua. Essa concepção de capacidade de decisão do “Outro” pacificado remete à relação do Marechal Rondon com os índios. Ao passo que buscava uma pacificação dos povos indígenas, o Marechal também entendia-os como sujeitos para escolherem a pacificação. Isso também, de acordo com determinadas leituras, esteve presente em pacificações de Duque de Caxias, nas quais ele buscava um entendimento com o pacificado.

No espaço-tempo colonial, como analisado por Ogle, o calendário colonial marcava a condição dos colonos como colônia e da metrópole como o colonizador. Ogle identifica que mesmo em cerimônias religiosas a condição de colonizado era reforçada pela reprodução do poder soberano do rei. (OGLE, 2009) Diferentemente, no espaço-tempo de pacificação, o calendário atual busca classificar o pacificado como independente, como sujeito de sua própria pacificação. Logo, a realização de eleições haitianas se torna crucial.

Conforme exposto em diferentes relatórios e documentos da ONU em relação ao Haiti as patrulhas estão diretamente relacionadas com a instauração de um ambiente seguro e estável, que por sua vez é essencial para a realização de

eleições no país caribenho. Todavia, essas eleições não são marcadas somente por desejos e vontades da população haitiana.

Moreno, Gomes e Chagas, em seu artigo analisado no capítulo 2, apontam que o Brasil, justamente por seu posicionamento entre “muitos mundos”, devido sua história de ex-colônia e sua condição de em desenvolvimento, conseguiu re-interpretar o processo eleitoral de 2006 de uma forma que garantisse legitimidade para o governo haitiano:

“Another example of inventiveness in the multiple encounters between a pre-defined peace operation model and Haitian field realities may be found in the adaptation suggested by Brazil to the election procedures during the 2006 poll. The 2006 elections were held with significant participation of the population and were considered, in this specific point, a successful process by MINUSTAH officials. Vote counting, however, took a long time and the population began getting impatient. When the result was released and the successful candidate, René Préval, had not reached the necessary number of votes to avoid a second round the situation on the streets deteriorated, with barricades, fires and indiscriminate violence. There was a feeling among the population that fraud had been perpetrated to avoid Préval becoming president. At this point, the Brazilian Ambassador, Paulo Cordeiro, proposed to the Core Group, the adoption of what was called the ‘Belgian formula’, in which blank voting papers were distributed proportionately among the candidates, with Préval thereby reaching the votes necessary to avoid a second round. After some initial resistance from the more conservative states of the Core Group, such as France and the United States, this ‘ad hoc’ solution was adopted and the crisis blew over with Préval taking charge as president without major controversies. This creative manoeuvre by Brazilian diplomacy took advantage of a legal breach, managing, therefore, to avoid a stalemate and the aggravation of the crisis and the possibility of greater violence. Paradoxically, one can argue that it is precisely this flexible reinterpretation of the electoral law – that went against the inflexible UN mandate – which reaffirmed the state’s legal existence.”³²⁰

Os autores apontam que o papel do Brasil foi importante também porque evidenciou o problema da inflexibilidade do mandato da ONU. Foi por se colocar em oposição à fórmula de pacificação como argumentada por Gerard Araud, representante permanente da França na ONU, que o Brasil, possibilitado devido sua condição de pós-colonialidade, resolveu um impasse entre os pacificados e os pacificadores. A resolução passou pelo entendimento de que os Haitianos já haviam eleito seu presidente e que desejar um segundo turno seria uma condição imposta pelo pacificador ao processo eleitoral dos haitianos. Novamente o “Eu” Brasil pacificador, agora através de uma atuação política, demonstra que o Haiti já é capaz,

³²⁰ MORENO, Marta, Carlos Chagas Vianna Braga e Maíra Gomes, ‘Trapped between many worlds: a postcolonial perspective on the UN mission in Haiti (MINUSTAH)’. *International Peacekeeping*, Vol. 19, No. 3 (2012), p. 385 e 386.

é sujeito de sua própria história e que a representação de uma identidade do “Eu” pacificador não é constante como previsto e defendido por outros países, mas contingente.

No entanto, o que parece ser uma afirmação da capacidade haitiana de auto-governo, tem, ao menos, outra narrativa. Essa outra narrativa aponta que mesmo as eleições são formas de continuada dominação da comunidade internacional sobre o Haiti e de destruição do movimento político Fanmi Lavalas, que tem o ex-presidente Jean-Bertrand Aristide como seu líder. Para muitos haitianos, como ressalta Patrick Bellegarde-Smith, Aristide é comparado à Danbala e Legba, símbolos poderosos na cultura vodú³²¹. Assim como no uso da força, a realização de patrulhas e de eleições recaem sobre a cultura haitiana delimitando qual democracia deve haver, qual cultura democrática representa a paz. O ambiente estável e seguro advém, novamente, de uma supremacia cultural externa ao Haiti e, por isso, para muitos é uma forma de dominação.

A dominação da comunidade internacional através de eleições é apontada por Patrick Elie, sociólogo haitiano e que foi assessor dos ex-presidentes haitianos Aristide e Préval. Segundo Elie, as eleições de 2011 são uma forma de tentar dar legitimidade à um governo de extrema direita que interessa aos Estados Unidos:

*“Patrick Elie, a former adviser to both outgoing President René Préval and President Aristide, argued that the United States has played an influential, behind-the-scenes role in the election, helping to put the extreme right in power in order to perpetuate the occupation of Haiti and keep its neoliberal policies in place.”*³²²

A narrativa de Elie corrobora o argumento de Peter Hallward. Para Hallward o Haiti vive o maior período contra-revolucionário da história mundial. Esse período, sustenta Hallward, começou na década de 1990 e engloba a MINUSTAH.

“In the absence of an available domestic option, the 2004 coup gave power to a foreign army: first the US-French-Canadian invasion force, and then a UN pacification force. (The next time, the people of Haiti had a chance to express their opinion, in the election of February 2006, the main military and political leaders associated with this coup scraped no more than 1 or 2% of the vote). As anyone could have predicted, Aristide’s Fanmi Lavalas, the party elected with a landslide in last elections to be held in an occupied Haiti, has been blocked from participating in all subsequent elections, in 2006, in 2009, and now again in 2010. Its leaders have been scattered or imprisoned, and its main spokesman remains in involuntary exile on the other side of the

³²¹ BELLEGARDE-SMITH, Patrick. **‘Uprisings, Insurrections, and Political Movements: Contemporary Haiti and the Teachings of History, 1957-2010’**. em MUNRO, Martin, org., *‘Haiti Rising. Haitian History, Culture and the Earthquake of 2010’*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010, p. 140.

³²² Disponível em <http://www.thenation.com/article/haiti-abstains/>. Acessado em 26/04/2016.

*world. If Haiti's international minders succeed in preserving this pattern of exclusion, it looks as if Haitian democracy is now finally set to proceed in line with the imperial expectations that were so rudely thwarted twenty years ago, when the local voters chose the wrong man and the wrong agenda.”*³²³

Como exposto acima, é a exclusão da participação do movimento político liderado por Aristide, que foi eleito com cerca de 75% dos votos em 2000³²⁴, das eleições realizadas durante a MINUSTAH que torna a democracia dificilmente aceita pelos haitanos. Por isso, um dos habitantes de Cité Soleil, Wilson St. Val, que foi da guarda do presidente Aristide e, em 2004, foi preso por cinco anos sem julgamento, entende as eleições como exclusão social: *“This is an election of social exclusion; this is a selection,” said Wilson St. Val, 35, sitting in the shadow of a Brazilian-manned armored personnel carrier outside a Cité Soleil polling booth*³²⁵.

Curiosamente, é à sombra de um carro blindado brasileiro, utilizado para patrulhar as ruas de Cité Soleil, que é feita uma forte crítica questionando qual escolha haitiana há em um processo que é dominado por outros que não os haitanos. Adiante, Wilson indica que a representação de bandidos, a mesma analisada acima quanto ao uso da força, busca excluir o *Fanmi Lavalas*³²⁶ do processo político haitiano: *“We will not allow those people to exclude us from society at all. They call us bandits, they call us gangs, they call us kidnappers. But we won't give up”*³²⁷. Interessante ressaltar que nas eleições de 2011, o presidente eleito, Martelly recebeu somente 15% dos votos haitianos (uma vez que cerca de 22% dos eleitores foram às urnas)³²⁸ e o dado exposto no relatório do secretário-

³²³ Disponível em <http://links.org.au/files/hallward-haiti-2010-exploiting-disaster-23-sept-2010.pdf>. Acessado em 26/04/2011.

³²⁴ Disponível em <http://www.theguardian.com/commentisfree/2011/mar/02/haiti-election-open-letter-noam-chomsky>. Acessado em 26/04/2016.

³²⁵ Disponível em <http://www.thenation.com/article/haiti-abstains/>. Acessado em 26/04/2016.

³²⁶ O *Fanmi Lavalas* teve início como um movimento político na década de 1980, no Haiti. O movimento se colocou à época como de cunho nacionalista que buscava dar fim ao regime ditatorial Duvalier, que teve fim em 1986, e ao domínio estrangeiro no país. Com o fim da ditadura, o *Fanmi Lavalas* se tornou um partido e seu principal líder, Jean Bertrand Aristide foi eleito presidente duas vezes, na década de 1990 e na década de 2000, e em ambas ocasiões houve um rompimento da democracia e instauração de operações de paz da ONU. Para conhecer mais acessar <http://haiti-liberte.com/archives/volume7-22/The%20Split%20in%20Fanmi%20Lavalas.asp> e ler *“The Uses of Haiti”* de Paul Farmer.

³²⁷ Disponível em <http://www.thenation.com/article/haiti-abstains/>. Acessado em 26/04/2016.

³²⁸ TAFT-MORALES, Maureen. **‘Haiti’s National Elections: Issues, Concerns, and Outcomes’**. Congressional Research Service, 2011. Página 10. Disponível em <https://www.fas.org/sgp/crs/row/R41689.pdf>. Acessado em 26/04/2016.

geral da ONU no Haiti enviado ao Conselho de Segurança foi que Martelly recebeu 67,57% dos votos³²⁹.

Essa outra narrativa, novamente, demonstra o quão ambíguo é o “Eu” Brasil pacificador na MINUSTAH. Não há uma constante conduta do Brasil e as interpretações sobre sua performance demonstram que não há uma atuação a-temporal que possibilite perceber a reprodução constante ou não das fronteiras históricas na relação entre uma força estrangeira em solo haitiano com o Haiti. Ao propor uma flexibilização do mandato da MINUSTAH, a performance do Brasil está sendo uma forma de compreender a capacidade do Haiti (impedindo que o mesmo seja concebido como um passivo à espera de uma atuação masculina e como um inferior que precisa de soluções de países que colonizaram e ocuparam o Haiti) e também está sendo uma forma de tirar a capacidade do Haiti (delimitando sua capacidade de ação através de controle do espaço/corpo em crise e se mostrando como portador de uma superioridade que entende o melhor para o Haiti).

O “Eu” Brasil pacificador segue estando entre “muitos mundos”, sempre em tensão com as fronteiras históricas construídas no contato com o Haiti e no seu processo interno de pacificação. O “Eu” Brasil pacificador na relação com o “Outro” Haiti vai sendo permeado por gênero e raça como locais de produção de fronteiras de uma forma que não é fixa, uma vez que essas fronteiras estão sendo constantemente chacoalhadas pela ambiguidade do “Eu”. As patrulhas e as eleições não estão sendo, constantemente, para o Brasil uma forma de se colocar como superior racial ou de gênero. Em uma constante tensão entre atender a vontade haitiana e cumprir o mandato da MINUSTAH o “Eu” Brasil pacificador segue em ambiguidade.

4.5. Considerações Finais

Os casos abordados nesta pesquisa ilustram a ambiguidade do Brasil na MINUSTAH. A performance de oficiais brasileiros no Haiti está sendo construída pelo encontro entre o histórico do pacificador e o histórico do pacificado. Enquanto o Brasil leva, através de sua participação na operação de paz, uma experiência

³²⁹ Relatório S/2011/540, de 25 de agosto de 2011, do Secretário-Geral da ONU no Haiti. Página 1.

própria de pacificação, o Haiti recebe, em um período de pouco mais de 500 anos, mais uma força estrangeira em seu território.

No entanto esse encontro também combina experiências compartilhadas como a colonização, a escravidão, a desigualdade social, a herança sociocultural africana, a cultura latino americana e o status de em desenvolvimento. Essas e outras experiências demonstram que esse contato entre Brasil e Haiti está para além de uma atuação de pacificação de um país em crise.

E essa pacificação, permeada de experiências particulares e compartilhadas, ainda é potencializada, na sua complexidade, por um modelo internacional expresso pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução 1542 de 2004. A implementação da operação de paz no Haiti estabeleceu não somente uma fronteira entre um país em crise ou precisando de ajuda internacional com outros países, mas fronteiras culturais que são construídas em discursos e influenciam na performance dos capacetes-azuis no terreno.

Como se fosse pouca a complexidade de tal encontro, ela ainda é rebuscada pelo histórico dessas fronteiras culturais, que estão em ambos os históricos (do Brasil e do Haiti) e se encontram durante o processo de pacificação do país caribenho. Ao se defrontar com as posições de pacificador e pacificado em um contexto tão conflitante, o Brasil está assumindo uma não-indiferença ambígua.

Essa ambiguidade foi evidenciada ao abordar gênero e raça como locais de produção de fronteiras. A partir deste enfoque as representações do Haiti e do Brasil, o uso da força, o entendimento do que é o Haiti e, conseqüentemente, do que é o Brasil, as patrulhas, as eleições e muitas outras atividades se tornam reprodutoras ou não de fronteiras históricas entre uma força estrangeira no Haiti com os haitianos. E somente pela ambiguidade acredito ser possível compreender a fala do Professor Antonio Jorge Ramalho do Instituto Pandiá Calógeras:

“Uma das razões do êxito da nossa missão no Haiti, guarda relação com o fato de que nós nos reconhecemos na sociedade haitiana mesmo sem conhecermos profundamente essa sociedade. Talvez isso guarde relação com a nossa origem africana comum. A presença muito forte de valores, de princípios, de visões de mundo que vem da África. Tanto na sociedade haitiana quanto na nossa. Talvez isso guarde relação com o fato de que muito dos nossos problemas socioeconômicos são muito parecidos com os problemas que os haitianos enfrentam. De um modo ou de outro, o fato é que o brasileiro que chega lá, tanto militar quanto civil, logo entende o contexto no qual ele está inserido e consegue dimensionar com mais precisão aquilo que ele pode fazer para

*contribuir como esforço de, não só de estabilização, mas de promoção do desenvolvimento socioeconômico do Haiti.*³³⁰

Ainda que não compreendendo profundamente a sociedade haitiana, mas reconhecendo essa sociedade a ser pacificada no pacificador que o Brasil envia soldados, em sua maioria homens. A composição das tropas brasileiras tem sido criticada por sua formação, majoritária, masculina e pela função das mulheres:

*“Em relação à participação das mulheres em contingentes brasileiros, sua presença ainda é bastante tímida (embora crescente), reflexo de sua participação quase exclusiva em funções não combatentes nas Forças Armadas do Brasil.”*³³¹

Como abordado no capítulo 3, a formação das tropas estadunidenses que iam para o Haiti não era trivial. A composição de homens brancos buscava construir uma representação de identidade dos Estados Unidos, no contato com o Haiti, como masculino e racialmente superior. (RENDA, 2001) A continuidade dessa formação durante a operação “*Uphold Democracy*” em conjunto com o discurso do então presidente Bill Clinton e as políticas econômicas, evidenciaram uma contínua tentativa de reprodução das fronteiras entre os Estados Unidos e o Haiti.

A formação das tropas brasileiras não sofre críticas por uma suposta identidade racial branca ou superior, justamente porque sua composição, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, deixou de ser pautada na supremacia de uma raça (CASTRO, 2012) e, desde a década de 1990, as Forças Armadas buscaram construir sua identidade como multiracial. (CASTRO, 2001) As críticas quanto à formação de gênero são pertinentes, principalmente considerando o recrutamento (obrigatório para homens e não para mulheres) e a proibição de homossexuais nas Forças Armadas.

Porém é interessante perceber que no contato com o Haiti essa formação das Forças Armadas brasileiras enfrenta um histórico de hierarquia de gênero. Ainda que haja acusações quanto à desvalorização do gênero feminino na sociedade haitiana³³², o histórico de tropas estrangeiras em solo haitiano que se identificavam como masculino intencionava fazer da sociedade haitiana (incluindo os homens) e

³³⁰ Vídeo do Ministério da Defesa disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=u-FHmgK6mHU>. Acessado em 02/05/2016.

³³¹ KENEKL, Kai Michael e MORAES, Rodrigo Fracalossi, orgs. ‘**O Brasil e as Operações de paz em um Mundo Globalizado: Entre a tradição e a Inovação**’. Brasília: IPEA, 2012, p. 13.

³³² CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women). ‘**Combined initial, second, third, fourth, fifth, sixth and seventh periodic reports of States parties: Haiti**’. 2008.

do Haiti, algo abaixo do masculino estrangeiro. Assim uma nova hierarquia de gênero era construída no Haiti, entre o externo e o interno.

A feminização do Haiti, como abordado ao longo deste trabalho, possibilita uma atuação masculina da comunidade internacional através da MINUSTAH, e então a performance de oficiais brasileiros. No entanto, o Brasil, por reconhecer o Haiti (ainda que não conhecendo-o profundamente), buscou ampliar os objetivos da operação de paz no país caribenho.

“The discourse guiding the participation of Latin American countries in MINUSTAH put considerable emphasis on the tripod: ‘security, reconciliation and development’. The Brazilian government frequently expressed the view that Latin American engagement in Haiti aimed beyond stabilization to promote political dialogue and support the economic, social and institutional reconstruction of the country.⁶⁵ Moreover, when negotiating MINUSTAH’s authorization in the UN Security Council, Brazilian representatives were not only able to emphasize the tripod mentioned above, but also to add ‘combating poverty’ as one of the mission’s efforts. According to Paulo Esteves, ‘Brazil’s manoeuvre was, then, to understand development beyond the liberal frame, trying to incorporate practices and emulate specific policies designed to combat poverty and hunger.’³³³

A composição da tropa masculina busca implementar uma missão que enfrente problema que o Brasil também enfrenta: a fome. O combate à fome foi um marco do Brasil na década de 2000 e defender a sua inclusão nos objetivos da missão no Haiti só reforçou a ideia de que o Haiti para o Brasil não é um inferior, mas um similar, um parecido, um com o qual nos reconhecemos.

Assim, ainda que no histórico do Haiti e do próprio Brasil, a constituição masculina heterossexual militar implique em uma proposital hierarquia de gênero entre o pacificador e o pacificado, na relação com o Haiti pela MINUSTAH, o Brasil busca uma similaridade³³⁴. No entanto, essa busca por similaridade está envolta de um contexto de implementação da MINUSTAH pautado na raça e no gênero como locais de produção de fronteiras. E, de forma impressionante, o Brasil participou do processo de implementação dessa operação de paz.

³³³ MORENO, Marta, Carlos Chagas Vianna Braga e Máira Gomes, **‘Trapped between many worlds: a postcolonial perspective on the UN mission in Haiti (MINUSTAH)’**. *International Peacekeeping*, Vol. 19, No. 3 (2012), p.386.

³³⁴ A similaridade que é aqui trabalhada e que foi adotada pelo Brasil não é um princípio originado na relação do Brasil com o Haiti durante a MINUSTAH. Esse princípio foi desenvolvido na União Africana e sua disposição para formação de operações de paz da própria organização. Para compreender melhor ler *“The African Union: challenges of globalization, security and governance”* de Samuel Makinda e Okumu Wafula. Também é interessante consultar o trabalho *“The African Union Mission in Sudan (AMIS), Experiences and Lessons Learned”* da Swedish Defence Research Agency de 2008, especialmente os depoimentos dos oficiais Ruandeses que desejavam integrar a missão.

Logicamente, o processo de implementação da MINUSTAH está permeado de relações de poder o que não significa que o Brasil concorda ou ratifica todo o processo. Todavia, não se pode mensurar o quanto de resistência houve nas representações do Haiti e nas narrativas, como nos relatórios, que o Brasil buscou exercer. O que pode ser notado é que a performance dos oficiais verde-amarelos indicam uma ambiguidade quanto ao papel do Brasil como pacificador no Haiti.

Enquanto o Brasil, por atuação política e militar, entende o Haiti como um similar, como um com quem compartilha “*valores, perspectivas e visões de mundo*”, como um irmão, o Brasil também se coloca no papel do masculino protetor da menina indefesa.

Para abordar a o impacto do terremoto de janeiro de 2010 e quanto relevante é a presença brasileira no Haiti através da MINUSTAH, o Ministério da Defesa produziu um vídeo apontando para a rica história de lutas do Haiti, que começa com a luta pela independência, e para a contribuição brasileira nesse novo período pós-terremoto. Através de relatos de oficiais sobreviventes e comandantes, o vídeo indica os muitos obstáculos que o Haiti tem pela frente e como o Brasil, seu irmão, pode auxiliar. No entanto, o Haiti é representado de duas formas: uma é a figura feminina, uma mãe e uma filha, que estava em perigo em 2004, quando as primeiras tropas da MINUSTAH chegaram ao Haiti; e a outra é uma figura masculina, que sem qualquer farda (militar ou policial) carrega armas e coloca a figura feminina e o Haiti em perigo. Já o Brasil é, nesse período pós-terremoto, o masculino que, fardado, carrega armas e patrulha o campo de deslocados internos, onde vive a mulher e sua filha, para auxiliar o Haiti no seu desenvolvimento.³³⁵

Em meio a toda essa relação complexa de históricos, representações e relações de poder, que o Brasil segue mergulhando em uma ambiguidade. O uso ou não da força, o patrulhar ruas e avenidas, a realização de eleições, a importância da impossibilidade de superioridade cultural do Haiti em relação ao pacificador, o compartilhamento de experiências de colonizados... fazem do Brasil em constante ambiguidade quanto à gênero e raça como locais de produção de fronteiras.

Assim, a perspectiva que o Brasil se encontra com o Haiti em um processo de promoção da paz é constantemente ambígua em relação às fronteiras

³³⁵ Vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cfyXN7R-9ac>. Acessado em 02/05/2016.

históricamente construídas e reproduzidas no encontro entre uma força militar estrangeira em solo haitiano com o Haiti. Ainda que o processo de implementação da MINUSTAH, do qual o Brasil faz parte, esteja embebido de uma visão eurocêntrica e falocêntrica sobre o “Outro” a ser pacificado, o “Eu” Brasil pacificador se coloca em uma constante indefinição.

A construção do Brasil como masculino não se dá por uma constante representação do Haiti como não masculino. Variando entre representar o Haiti como um feminino e como um masculino, o Brasil sempre busca uma posição de masculinidade que possibilite uma relação que jamais torne o pacificado como superior ao pacificador. A busca por se reconhecer no Haiti está sempre empregada das relações de poder históricas e também assumidas pelo Brasil quando se colocou a disposição para liderar a atuação militar de pacificação do Haiti.

A operação de paz que divide o Brasil e o Haiti em lados opostos de fronteiras produzidas e reproduzidas também é entendida pelo Brasil como uma forma de fortalecer uma relação de similaridade, de cooperação e de compartilhamento de valores e visões. A constante re-produção e re-interpretação dessas fronteiras pelo Brasil faz com que o Brasil diante de uma demanda falocêntrica e de superioridade racial se coloque ambíguo.

No entendimento do autor desta dissertação essa ambiguidade não é trivial. Não quero afirmar que o Brasil propositalmente, conscientemente e por interesse esteja cultivando uma ambiguidade para tirar proveito. A importância de análises de “*critical theory*” como propostas por Bellamy e Pugh sobre operações de paz e que abranjam o pensamento crítico para como relações de gênero e de raça tem um histórico e um presente como proposto por autores feministas e pós-coloniais é problematizar o que tem sido tratado como natural.

Enquanto a ambiguidade do Brasil como pacificador no Haiti durante a MINUSTAH é naturalizada, ela não é problematizada. O corolário é a reprodução, ainda que de forma contingente, de hierarquias que tornam 10.110.019³³⁶ de haitianos como periféricos e subalternos à uma lógica opressora que se perpetua desde o início da colonização do Ayiti.

³³⁶ Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>. Acessado em 02/05/2016.

Em meio à tantas construções e reproduções de uma hierarquia opressora o ditado “depois das montanhas há mais montanhas” – epígrafe desta dissertação - que aponta que para além de problemas há sempre mais problemas, se tornou popular no Haiti. Fazer da atuação militar no Haiti uma atuação ambígua tornaria o futuro do Haiti menos montanhoso? Ou permite uma constante re-produção de fronteiras que mantém estruturas de poder e a popularização do ditado haitiano?

5 Apontamentos “Finais”

As duas últimas perguntas, feitas na página anterior, são respondidas por mim de forma clara: as montanhas continuam lá, sendo reproduzidas na ambiguidade. No entanto, essas mesmas duas perguntas suscitam diversas outras perguntas, que por sua vez norteiam meus pensamentos e sentimentos para outras pesquisas. Neste trabalho, a performance brasileira durante na MINUSTAH no Haiti foi o foco analítico.

No capítulo 2, levantados questionamentos sobre limitações analíticas de perspectivas de solução de problemas, as teorias críticas permitiram indagações sobre a construção da fronteira entre o país anfitrião Haiti e os soldados verde-amarelos que vestem capacetes-azuis. A partir dessa indagação e de contribuições de abordagens feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais foi evidenciado, através de um olhar para determinadas continuidades, que há uma pluralidade de locais de produção de fronteiras, sendo decidido por analisar aqui os locais gênero e raça. Compreendendo a importância do espaço e sua construção para a performance dos oficiais verde-amarelos de capacetes-azuis, foi aberto um diálogo com estudos feministas da Geografia que permitiram problematizar a relação entre espaço e corpo “do país anfitrião” e sua população com as representações produzidas discursivamente.

No capítulo 3, a partir das contribuições das perspectivas feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais em diálogo com estudos feministas da Geografia, foi interpretada as relações de forças militares em solo haitiano com a população haitiana. Essa relação, à luz de gênero e raça como locais de produção de fronteiras, foi narrada de forma à evidenciar a construção das fronteiras entre o Brasil como pacificador e o Haiti como pacificado ou aquele a ser pacificado.

No capítulo 4, a partir das contribuições de Gomes, processos de pacificação anteriores à MINUSTAH realizados pelo Brasil foram re-interpretados à luz das contribuições feministas e pós-coloniais de Relações Internacionais em diálogo com estudos feministas da Geografia evidenciado gênero e raça como locais de produção de fronteiras. Todavia, essa re-interpretação considerou, além de

determinadas continuidades, posicionamentos e discursos governamentais do Brasil e como as Forças Armadas nacionais também foram e seguem sendo influenciadas por esses.

Dessa forma, a performance dos oficiais brasileiros durante a MINUSTAH no Haiti considerou o encontro dos históricos do Brasil e do Haiti assim como as relações de poder envolvidas em uma relação entre países similares por suas vivências de ex-colônias e em desenvolvimento por um lado e, por outro, como pacificador e pacificado. Envolta por essa complexa relação entre pacificador e pacificado, a performance dos oficiais brasileiros foi interpretada como ambígua, estando em “diferentes mundos”. A ambiguidade da performance foi, portanto, compreendida como demonstração da contingência das re-produções e/ou re-interpretações das fronteiras históricas entre forças militares em solo haitiano e o Haiti pelos oficiais brasileiros.

Todavia, seguindo o conselho de Ashis Nandy de que não se deve confiar nos autores quando eles fazem uma conclusão sobre seus trabalhos, busco fazer apontamentos finais que têm como ponto em comum questionamentos advindos desta pesquisa. Ao re-ler o “*post-script*” que Nandy escreveu para o seu livro “*The Intimate Enemy*”, 25 anos depois da primeira publicação - após terminar os capítulos desta dissertação -, um aviso muito me chamou atenção: “*Do not forget that a book partly writes itself and the author emerges from that experience changed – sometimes shaken.*” (NANDY, 1983, p. 114)

Em meio à tantas dúvidas que esta pesquisa me suscitou acredito ser possível destacar uma primeira certeza: o autor emergiu mudado desta experiência. A relação com o tema, como apontado na introdução, não tinha como propósito e não foi uma relação de distanciamento do objeto de análise. Diferentemente, a análise se confundia com o “Eu” autor e o último se confrontou e se misturou com a análise de diferentes maneiras ao longo dela.

Ao começar a pesquisa sobre a MINUSTAH e sobre a participação brasileira nela fui sendo mergulhado em distintos, mas similares, estudos que atentavam para como interesses e “*capacity-building*”, por exemplo, estavam norteados sucessos e fracassos da missão. Ao mesmo tempo, as disciplinas e debates proporcionados pelo Instituto de Relações Internacionais da PUC Rio me suscitavam indagações sobre as perspectivas que atentavam para interesses e “*capacity-building*”. Por que tais perspectivas são empregadas?

No estágio de docência que fiz com Maíra Síman Gomes, durante o curso ‘Conflitos Internacionais Contemporâneos’ para estudantes de graduação, em 2014, o contato com análises críticas de autores como David Campbell, Oliver Richmond entre outros sobre resolução de conflitos e a construção da paz tornaram as perspectivas empregadas em distintos trabalhos que analisam a participação brasileira na MINUSTAH, que eu tinha tido contato, pouco esclarecedoras. Em paralelo com essa inquietação, a disciplina de pós-colonialismo ministrada pela minha orientadora Marta Moreno, no mesmo semestre, me colocou em uma tensão que até então não havia me deparado.

O pouco conhecimento que tinha sobre colonização, muito construído por uma educação colonialista – hoje, vejo dessa forma - ainda presente nas instituições de ensino brasileira, me chacoalharam como ser humano e, claro, como internacinalista e mestrando. Dessa tensão só decidi de pronto que não seria possível analisar a participação brasileira na MINUSTAH por perspectivas racionalistas e/ou tradicionais.

Para fora da vida acadêmica, na vida pessoal – se é possível dividir uma da outra - que em muito está – de forma silenciosa, na sua maioria – nesta pesquisa, as transformações sociais que as manifestações de rua de junho de 2013 e a resposta truculenta e opressora policial, governamental e midiática levantaram tiveram influência devastadora nesta pesquisa. A circunstância política muito polarizada, advinda em grande parte das manifestações do ano anterior, no momento da corrida presidencial nas eleições de 2014, que ocorriam enquanto eu pela primeira vez questionava, de forma eficaz, as bases colonialistas que tinham me formado, me colocava em conflito e me incomodava profundamente. Durante minha contínua participação em manifestações e atos político-culturais pela cidade pude vivenciar, pelo lado oprimido (seja por balas de borracha, bombas de efeito moral ou por matérias jornalísticas fantasiosas e “posts” e argumentos culturalmente opressores nas redes sociais entre outras maneiras) “que as ideias, as culturas e as histórias não podem ser seriamente compreendidas ou estudadas sem que sua força ou, mais precisamente, suas configurações de poder também sejam estudadas” como li no livro de Edward Said, durante o curso de Pós-colonialismo ministrado por Marta Fernández Moreno.

Assim, em constante complementação entre vida acadêmica e pessoal (se é que uma se distancia da outra), me fui construindo e sendo construído como autor

de uma pesquisa analítica sobre a participação brasileira na MINUSTAH. Permeado de tanta tensão e incerteza algumas obras me fizeram identificar o caminho analítico crítico que decidi por traçar nesse momento.

As contribuições feministas para os estudos de relações internacionais, que haviam influenciado em muito meu trabalho de conclusão do curso de graduação, fortaleciam a necessidade que sentia e sigo sentindo de compreender as construções machistas que a sociedade na qual estou inserido é resultado. Juntamente a essas contribuições, os estudos pós-coloniais, muito fomentados pela minha orientadora, levavam e continuam levantando questões acerca do impacto que a colonização tem na sociedade atual que me insiro. Atrelado às propostas críticas de Bellamy e Pugh, de focar nas construções culturais ocidentais que têm definido o que é construir a paz através de operações de paz, venho me formando como autor que busca evidenciar fronteiras culturais que moldam e são moldadas no encontro entre países pacificador e anfitrião.

Em conformidade com a vontade de estudar a participação brasileira na MINUSTAH e com caminho analítico decidido, os trabalhos de Moreno, Gomes e Chagas e a tese de doutorado de Maíra Síman Gomes – ambos trabalhos analisados ao longo desta dissertação – evidenciaram, para mim, que o marco temporal de uma pesquisa sobre o Brasil na MINUSTAH não poderia ser demarcado a partir de 2004.

Assim, o histórico do Haiti passou a ser necessário para entender como ele era e está sendo representado por outros países e sociedades, e como tais representações permitem ações de pacificação. Da mesma maneira, o histórico de pacificar do próprio Brasil através de construções culturais, que eu desconhecia, ganharam relevância significativa e se tornaram tão importantes quanto a decisão de enviar soldados brasileiros para atuar em uma operação de paz da ONU de capítulo VII em um país latino-americano, na primeira década do século XXI.

A análise desses históricos e seu encontro ganhou perspectivas advindas das contribuições feministas e pós-coloniais, que possibilitaram um foco em gênero e raça como locais de produção de fronteiras. Por contribuições de Doty, Enloe, Balibar, Carpenter, Quijano, Butler, Said, Tickner, Fanon, Sylvester entre outros autoras e autores que a construção do Haiti como Pérola do Caribe, República Negra, em crise... se mostrava fruto de uma hierarquia de poder reproduzida em

fronteiras que se construíam de “forma quase que silenciosa” na performance dos oficiais brasileiros no Haiti durante a MINUSTAH.

No entanto, ao buscar relatos dos oficiais como os de Ruppenthal, do Gal. Pereira entre outros, a reprodução das fronteiras pautadas no gênero e na raça se mostravam contingentes e essa contingência se apresentava como algo natural, não problematizado. Sempre na constante tensão não somente do estudo, mas minha e da política nacional e internacional à minha volta, fui identificando essas mesmas fronteiras e sua “natural” contingência no dia-a-dia. Problematizando a minha pesquisa, a mim mesmo e a política à minha volta – de uma forma que tudo se parecia como único ao passo que não era e não é – fui sendo transformado pela produção desta dissertação de uma forma que neste momento, o da escrita dessas palavras, sou mais inquieto do que satisfeito com a pesquisa.

A inquietude advém em parte da abrangência temporal – se comparada com o marco temporal analítico racionalista sobre operações de paz – que me possibilitou apontar momentos de construção e reprodução do gênero e raça como locais de fronteiras, identificando a performance brasileira na MINUSTAH não somente como um momento da história de operações de paz da ONU, mas também, e fundamentalmente, como um momento da história haitiana – que enseja história colonial, de escravidão, de desenvolvimento, de raças, de gênero...

Se por um lado, essa abrangência temporal satisfaz, por outro inquieta. E isso é possível por perceber que em relação ao marco espacial a pesquisa foi comedida. Limitado e, inconscientemente, me limitando pelos prazos e estruturas analíticas do mestrado e os meus próprios, fui definindo e foi definido pela pesquisa que o espaço seria, quase todo, o espaço hoje chamado de Haiti. Se ainda houve atenção para a performance de oficiais anterior ao contato com os haitianos, em termos espaciais ela foi singela. Acredito que não seja somente o país que pacifica que vai ao país anfitrião. Logo, sinto inquietação para compreender o quanto da MINUSTAH se mostra presente no Brasil.

Em sua tese de doutorado Gomes aponta para a relação que as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadoras) têm com a participação brasileira no Haiti, o que já pode ser um indício de como a MINUSTAH também está no Brasil. Todavia ainda espero olhar para como estudos sobre a operação de paz no Haiti feito por haitianos no Brasil como o de Franck Seguy, um haitiano que se tornou doutor em sociologia com a tese ‘A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional

Comunitária” e a recolonização do Haiti’ na Universidade Federal de Campinas (Unicamp), em 2014, pode ser percebido como uma resultante da MINUSTAH no Brasil.

Da mesma forma, espero poder alargar os estudos desta dissertação para como a migração de haitianos para o Brasil pode ser interpretada como estando em relação com questões culturais e sociais, sejam de raça e de gênero ou outras, em constante construção a partir do relacionamento entre Brasil e Haiti como pacificador e pacificado, respectivamente. Como a relação destes migrantes com a população brasileira, que tem sido marcada não somente por boa recepção, mas em muito por atos xenófobos, racistas e preconceituosos, também está em uma construção e reprodução cultural histórica do negro e do migrante no país que neste momento é pacificador. Também me inquieto do por que uma abrangência espacial sobre a performance de oficiais brasileiros durante a MINUSTAH não inclui os impactos que o trajeto de migração de haitianos para o Brasil tem para outros países da região latino-americana. Como a passagem de tantos haitianos de forma considerada ilegal por diversos países é resultado e influencia na MINUSTAH?

Para além de inquietações com o marco espacial, também acredito que seja fundamental pesquisas sobre o interesse econômico que permeia a MINUSTAH. Uma vez que o site Wikileaks divulgou e-mails de altos funcionários de países envolvidos com a MINUSTAH nos quais se afirma que sem a MINUSTAH o Haiti poderia ser governado por “*resurgent populist and anti-market economy political forces - reversing gains of the last two years*”³³⁷, a questão econômica merece atenção. Esse olhar para interesses econômicos pode evidenciar e desnaturalizar o apoio da MINUSTAH para uma construção dos haitianos como sujeitos de um mercado financeiro global capitalista, sendo mais um aspecto do controle da subjetividade que está em relação com as análises de Quijano debates nesta pesquisa.

Ainda acredito que as ações sociais que o Brasil buscou e tem buscado desenvolver no Haiti demandam atenção de futuras pesquisas nessa linha. No entanto acredito que tais futuras pesquisas precisam problematizar o poder de fala do subalterno considerando as contribuições de Gayatri Chakravorty Spivak. Não

³³⁷ Disponível em https://wikileaks.org/plusd/cables/08PORTAUPRINCE1381_a.html. Acesso em 04/05/2016.

creio que materiais oficiais das Forças Armadas do Brasil ou do governo brasileiro ou mesmo da ONU proporcionem um entendimento sobre a relação entre pacificador e pacificado uma vez que somente apontam tarefas realizadas e números que justifiquem, a partir de um ponto de vista, determinadas ações. Tampouco compreendo que relatórios ou outros documentos de Organizações Não Governamentais (ONGs) ou Instituições Internacionais diversas possam de fato permitir um acesso à fala do subalterno – ainda que essas organizações se coloquem como críticas às políticas de pacificação do(s) pacificador(es). Tendo em mente as problemáticas de cumplicidade do intelectual em reproduzir as estruturas de poder e opressão mantendo o subalterno em silêncio³³⁸, deriva a minha posição de necessidade de contato presencial com a população que recebe tais ações sociais. Quanto à essas ações é sempre válido lembrar que a atuação das Forças Armadas durante a ditadura militar, que foi marcada pelo cometimento de graves violações de direitos humanos³³⁹, também realizava atividades sociais – o que deve suscitar ao intelectual questionamentos sobre o histórico dessas ações sociais e suas transformações e/ou continuidades quanto ao Haiti.

Não querendo transformar esses apontamentos em um depoimento do quanto ainda acredito que os diversos trabalhos feitos sobre a participação brasileira na MINUSTAH podem seguir caminhos analíticos que se distanciem das análises de solução de problemas, destaco que esses apontamentos evidenciam o quanto Nandy tinha razão: em alguns casos a pesquisa chacoalha o autor.

³³⁸ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **'Can the Subaltern Speak?'** em C. Nelson e L. Grossberg (Ed.) *Marxismo and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

³³⁹ Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. 2014.

6

Referências bibliográficas

ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacque. **'Feminist Methodologies for International Relations'**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press, 2006.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. **'As operações de paz como ferramenta para a construção da paz'**. Em *'Reflexões Sobre a Paz'*. Marília: Cultura Acadêmica, 2014.

ANDRÉ, Isabel Margarida. **'O Gênero em Geografia: Introdução de um novo tema'**. Revista Portuguesa de Geografia. XXV. Lisboa, Portugal: Finisterra, 1990.

BALIBAR, Etienne. **'Is there a 'Neo-Racism'?'**, em Etienne Balibar e Immanuel Wallerstein *'Race, nation, class. Ambiguous Identities'*. Londres e Nova York: Verso, 1991.

BELLEGARDE-SMITH, Patrick. **'Uprisings, Insurrections, and Political Movements: Contemporary Haiti and the Teachings of History, 1957-2010'**. em MUNRO, Martin, org., *'Haiti Rising. Haitian History, Culture and the Earthquake of 2010'*. Liverpool: Liverpool University Press, 2010.

BUTLER, Judith. **'Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity'**. Nova York: Routledge, 1990.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS.

CARPENTER, Charli. **'Innocent Women and Children: Gender, Norms and the Protection of Civilians'**. Aldershot: Ashgate, 2006.

CASTRO, Celso. **'A Invenção do Exército Brasileiro.'** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

CASTRO, Celso. **'Exército e nação: Estudos sobre a História do Exército Brasileiro'**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

CEDAW (Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women). **'Combined initial, second, third, fourth, fifth, sixth and seventh periodic reports of States parties: Haiti'**. 2008.

CESARINO, Letícia. **'Brazilian Postcoloniality and South-South Cooperation: a view from Anthropology'**. Portuguese Cultural Studies 4, no. 1. (2012)

CONNOLLY, Willian E. **'Identity and Difference in Global Politics.'** em J. Der Derian and M. J. Shapiro (eds.), *International/intertextual relations: postmodern readings of world politics*. Toronto: Lexington Books, 1989.

COX, Robert W. **'Social Forces, States, and World Orders: Beyond International Relations Theory'**. Millenium: Journal of International Studies Vol. 10, No. 2.

DE SOUZA NETO, Danilo. **'O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH'** em Kai Michael Kenkel e Rodrigo Fracalossi de Moraes, orgs. *'O Brasil e as Operações de paz em um Mundo Globalizado: Entre a tradição e a Inovação'*. Brasília: IPEA, 2012.

Discurso de Celso Amorim disponível em:

http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/22214_Cached.pdf

DOTY, Roxanne Lynn. **'The Bounds of 'Race' in International Relations'**. Millennium-Journal of International Studies, vol. 22, n. 3, December 1993.

DUNCAN, Nancy. **'BodySpace'**. Estados Unidos e Canadá: Routledge, 1996.

ELSHTAIN, Jean Betke. **'Public Man, Private Woman'**. Princeton: Princeton University Press, 1981.

ENLOE, Cynthia. **'Bananas, Beaches and Bases'**. Los Angeles e Londres: Pandora Press, 2000.

FANON, Frantz. **'Pele Negra Máscaras Brancas'**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARMER, Paul. **'The Uses of Haiti.'** Estados Unidos: Comon Courage Press, 2006.

FICK, Carolyn E.. **'The Making of Haiti. The Saint Domingue Revolution from Below'**. Knoxville: The University of Tennessee Press, 1990.

FOUCAULT, Michael. **'Microfísica do Poder'**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

GEGGUS, David. **'Saint-Domingue on the Eve of the Haitian Revolution'**. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. *'The World of the Haitian Revolution'*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

GIRARD, Philippe. **'Haiti. The Tumultuous History – From the Pearl of the Caribbean to Broken Nation'**. Nova York: Palgrave Macmilla; 2005.

GOMES, Maíra Siman. **‘A “pacificação” como prática de “política externa” de (re)produção do self estatal: rescrevendo o engajamento do Brasil na Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)’**. 2014. 271f. Tese de Doutorado - Instituto de Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2014.

HEATHCOTE, Gina. **‘Force, Feminism and the Security Council’**. Research Paper Nº 6, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228214215_Force_Feminism_and_the_Security_Council

INAYATULLAH, Naeem. **‘Why do some people think they know what is good for others?’** em Global Politics de Jenny Edkins e Maja Zehfuss. Nova York, Routledge, 2009.

J. BELLAMY, Alex. **‘The ‘Next Stage’ in Peace Operations Theory?’**. International Peacekeeping, Vol. 11, No. 1, Spring 2004.
 JAHN, Beate. **‘IR and the state of nature: the cultural origins of a ruling ideology’**, Review of International Studies. Vol. 25, Issue 03, July 1999, pp 411 - 434

KENKEL, Kai Michael. **‘Five generations of peace operations: from the ‘thin blue line’ to “painting a country blue”’**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol. 56, No. 1 (2013); pp. 122-143.

KIRBY, Kathleen M. **‘Re: Mapping Subjectivity. Cartographic Vision and the Limits of Politics’**, em Duncan, Nancy. *BodySpace*. Estados Unidos e Canadá. Routledge; 1996.

KRISHNA, Sankaran. **‘Race, Amnesia, and the Education of International Relations’**. Em *‘Decolonizing International Relations’*. Rowman & Littlefields Publishers, 2006.

KRONSELL, Anica **‘Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity’**, em ACKERLY, Brook, Stern, Maria e True, Jacques. **‘Feminist Methodologies for International Relations’**. Cambridge, Nova York, Melbourne, Madrid, Cape Town, Singapoure, São Paulo: Cambridge University Press, 2006.

LUNDAHL, Mats. **‘Poverty in Haiti: essays on underdevelopment and post disaster prospects’**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2011.

MACQUEEN, Norrie. **‘Peacekeeping and the International System’**. New York: Routledge, 2005.

MAKINDA, Samuel e Wafula Okumu. *The African Union: challenges of globalization, security and governance*. Routledge, 2008.

MAZURANA, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, com Sue Lautze. **'Introduction: Gender, Conflict and Peacekeeping'**. em Mazurana, Dyan, Angela Raven-Roberts, Jane Parpat, org., *'Gender, Conflict and Peacekeeping'*. New York: Rowman and Littlefield, 2005.

MCDOWELL, Linda. **'Gender, Identity and Place. Understanding Feminist Geographies'**. Minnesota, Estados Unidos: Polity Press, 1999.

MCQUEEN, Steve. **'12 years a slave'**. Direção: Steve McQueen. Duração: 2:14:00.

MORENO, Marta, Carlos Chagas Vianna Braga e Máira Gomes, **'Trapped between many worlds: a postcolonial perspective on the UN mission in Haiti (MINUSTAH)'**. *International Peacekeeping*, Vol. 19, No. 3 (2012).

NANDY, Ashis. **'The Intimate Enemy. Loss and Recovery of Self Under Colonialism'**. Índia: Oxford University Press, 1983.

NEWMAN, Edward e Richmond, Oliver. **'Obstacles to peace process: understanding spoiling'** em *"Challenges to peacebuilding: Managing spoilers during conflict resolution"*. Nova York: United Nations University Press, 2006.

NUNES, José Ricardo Vendramin. **'Treinamento para o Batalhão Brasileiro desdobrado na MINUSTAH: A Consolidação de um Modelo'**. Disponível no site: <http://www.ccopab.eb.mil.br/index.php/en/>

PARIS, Roland. **'International Peacebuilding and the 'mission civilisatrice''**. Review of International Peacebuilding, n.28 (2002).

PINA, Kelvin. **'HAITI: We Must Kill the bandits'**. Direção: Kelvin Pina. Duração: 1:06:39.

OGLE, Gene E.. **'The Trans-Atlantic king and Imperial Public Spheres'**. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. *'The World of the Haitian Revolution'*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

OTTO, Dianne. **'Power and Danger: Feminist Engagement with International Law Through the UN Security Council'**. The Australian Feminist Law Journal. 2010, Vol. 32.

PUGH, Michael. **'Peacekeeping and Critical Theory'**. International Peacekeeping, Vol. 11, No. 1, Spring 2004. Página 39.

QUIJANO, Aníbal. **'A Colonialidade do Saber'**, em org. Lander, Edgard "A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais". São Paulo, Cromosete Gráfica e Editora Ltda., 2005.

RENDA, Mary A.. **"Taking Haiti. Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940"**. Estados Unidos: The University of North Carolina Press, 2001.

Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. 2014.

Relatórios enviados ao Conselho de Segurança da ONU sobre a MINUSTAH. Disponível em:

<http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah/reports.shtml>

Reunião Ordinária de Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/internet/audio/Resultado.asp?txtCodigo=25902>

ROGERS, Dominique. **'On the Road to Citizenship. The Complex Route to Integration of the Free People of Color in the Two Capitals of Saint-Domingue'**. Em David Patrick Geggus e Norman Fiering org. *'The World of the Haitian Revolution'*. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

RUPPENTHAL, Tailor. **'Um soldado brasileiro no Haiti'**. São Paulo: Editora Globo, 2007.

SAID, Edward. **'Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente'**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A., 2013.

SANTOS, Gleys lally Ramos dos. **'Mulheres em Movimento...: Os limites do espaço e do gênero em face do movimento de mulheres trabalhadoras rurais no Tocantins'**. 2013. 230f. Tese de Doutorado - Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2013.

SJOBORG, Laura e Via, Sandra, org. **'Gender, War, and Militarism. Feminist Perspective'**. Santa Barbara: Praeger, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **'Can the Subaltern Speak?'** em C. Nelson e L. Grossberg (Ed.) *Marxismo and the Interpretation of Culture*. Urbana: University of Illinois Press, 1988.

STEDMAN, Stephen John. **'Spoiler Problems in Peace Processes'**. *International Security*, Vol. 22, Num. 2, Fall 1997.

SWEDISH DEFENCE RESEARCH AGENCY. **'The African Union Mission in Sudan (AMIS), Experiences and Lessons Learned'**. 2008.

TAFT-MORALES, Maureen. **'Haiti's National Elections: Issues, Concerns, and Outcomes'**. Congressional Research Service, 2011. Página 10. Disponível em <https://www.fas.org/sgp/crs/row/R41689.pdf>

YOUNG, Robert. **'Postcolonialism. An Historical Introduction'**. Victoria: Blackwell Publishing Ltda., 2001.